

**A MULTIVOCALIDADE  
DA ARQUEOLOGIA  
PÚBLICA  
NO BRASIL:**  
**Comunidades, práticas  
e direitos**

**(ORGANIZADORES)**

Juliano Bitencourt Campos

Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues

Pedro Paulo Abreu Funari

2017 ©Copyright UNESCO – Universidade do Extremo Sul Catarinense  
Av. Universitária, 1105 – Bairro Universitário – C.P. 3167 – 88806-000 – Criciúma – SC  
Fone: +55 (48) 3431-2500 – Fax: +55 (48) 3431-2750

Reitora

**Luciane Bisognin Ceretta**

Vice-Reitor

**Daniel Ribeiro Preve**

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

**Indianara Reynaud Toreti Becker**

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

**Oscar Rubem Klegues Montedo**

Pró-Reitor de Administração e Finanças

**Thiago Rocha Fabris**

### **Conselho Editorial**

Dimas de Oliveira Estevam (Presidente)

Ângela Cristina Di Palma Back

Fabiane Ferraz

Marco Antônio da Silva

Melissa Watanabe

Merisandra Côrtes de Mattos Garcia

Miguelangelo Gianezini

Nilzo Ivo Ladwig

Reginaldo de Souza Vieira

Ricardo Luiz de Bittencourt

Richarles Souza de Carvalho

Samira da Silva Valvassori

Vilson Menegon Bristot

Editora da UNESCO

Editor-Chefe: Dimas de Oliveira Estevam

Preparação e revisão ortográfica e gramatical: **Margareth Maria Kanarek**

Projeto gráfico, diagramação e capa: **Luiz Augusto Pereira**



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

ediunesco

unesco

---

**As ideias, imagens, mapas, gráficos, tabelas e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus(uas) autores(as) e de seus(uas) organizadores(as).**

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M961 A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil [recurso eletrônico] : comunidades, práticas e direito / Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, Pedro Paulo Abreu Funari, organizadores. – Criciúma, SC : UNESCO, 2017.  
276 p. : il.

ISBN: 978-85-8410-082-8

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq>

Modo de acesso: <<http://www.unesco.net/portal/capa/index/300/5886/>>.

1. Patrimônio arqueológico. 2. Arqueologia Pública. 3. Arqueologia. 4. Patrimônio cultural. 5. História cultural. 6. Preservação cultural. I. Título.

CDD – 22.ed. 363.69

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back – UNESCO

---

**Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora da Unesco.**

---



**A MULTIVOCALIDADE  
DA ARQUEOLOGIA  
PÚBLICA  
NO BRASIL:  
Comunidades, práticas  
e direitos**

**(ORGANIZADORES)**

**Juliano Bitencourt Campos  
Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues  
Pedro Paulo Abreu Funari**

**Criciúma  
UNESC  
2017**

# SOBRE OS(AS) AUTORES(AS), PREFACIADORES(AS) E ORGANIZADORES(AS)



**Juliano Bitencourt Campos** possui doutorado em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, Portugal (UTAD/2015), com reconhecimento de diploma no Brasil de Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP/2016). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC/2010). Especialização em Arqueologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI/2008). Graduação em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC/2002). É professor titular no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UNESC), coordenador do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS/UNESC). Líder do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão Integrada do Território, certificado pela UNESC e pelo CNPq. Membro do corpo editorial da Revista de Iniciação Científica e da Revista de Extensão da UNESC. É sócio efetivo na Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Tem experiência na área de Arqueologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arqueologia regional, educação patrimonial, Arqueologia e Gestão Integrada do Território. *E-mail:* jbi@unes.net



**Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues** é licenciada em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), especialista em Patrimônio Cultural pelo Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/IPHAN); mestre em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e Instituto Politécnico de Tomar (IPT) Portugal (diploma reva- lidado pelo MAE-USP); doutora em Quaternário, Materiais



e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (PT); coordenadora do núcleo de Acervos e Sustentabilidade do Grupo Documento (SP); diretora executiva e pesquisadora do Instituto Olho D'Água, na Serra da Capivara (PI); pesquisadora associada ao Instituto Terra e Memória (PT) e Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (PT). Possui experiência nas áreas de Arqueologia e Educação, com ênfase em Arqueologia Colaborativa com comunidades tradicionais, Etnoarqueologia, tratamento de acervos arqueológicos, Patrimônio cultural (material e imaterial) e Gestão do território. *E-mail:* marrianhelen@gmail.com



**Pedro Paulo Abreu Funari** é bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986) e doutor em Arqueologia (1990) pela USP; livre-docente em História (1996) e Professor Titular (2004) da Unicamp. Professor de programas de pós da UNICAMP e USP, *Distinguished Lecturer University of Stanford*, *Research Associate –Illinois State University*, Universidade de Barcelona, *Université Laval* (Canadá). Líder de grupo de pesquisa do CNPq, as-

essor científico da FAPESP e orientador em Stanford e Binghamton. Foi colaborador da UFPR e UFPel, docente da UNESP (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, *del Centro de la Provincia de Buenos Aires* e UFRJ. Na Unicamp, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos (2007/09) e do Nepam (2014/16). Representante do IFCH na CADI (2005-2009) e dos titulares no DH (2015/6); membro da CAI/Consu (2009), assessor de gabinete do reitor e coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp (2009-2013). Apresentador do programa da RTV Unicamp, desde 2011, com mais de 220 entrevistas. Participa do conselho editorial de mais de 50 revistas científicas estrangeiras e brasileiras. Membro dos conselhos de *Encyclopaedia of Historical Archaeology*, *Oxford Encyclopaedia of Archaeology* e *Encyclopaedia of Archaeology* (Academic Press). Foi *Secretary, World Archaeological Congress* (2002-2003), membro permanente do conselho da *Union Internationale des Sciences Préhistoriques e Protohistoriques* (UISPP) e sócio da ANPUH, ABA, SAB, SBPH, SHA, SAA, WAC, ABIB, AAA e *Roman Society*. *Académico extranjero de la Academia de Historia* de Cuba desde 2013. Líder de Grupo de Pesquisa do CNPq, sediado na Unicamp, e vice-líder de dois outros. *E-mail:* ppfunari@uol.com.br



**Lucio Menezes Ferreira** possui graduação em História pela UFS (1995), mestrado (2002) e doutorado (2007) em História, área de concentração em História Cultural, pela Universidade Estadual de Campinas (SP). Realizou pós-doutorado no Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (2008). Tem experiência nas áreas de História e Arqueologia, com ênfase em: História da Arqueologia no Brasil e América do Sul e Arqueologia Histórica. Atua principalmente nos seguintes temas: Teoria Arqueológica, Arqueologia da Diáspora Africana e Patrimônio Cultural. Desde 2008, é professor do Bacharelado em Antropologia (linhas de formação em Antropologia Social e Cultural e Arqueologia) da UFPEL. É professor efetivo dos seguintes programas de pós-graduação: Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL) e Antropologia e Arqueologia (UFPEL). Tem atuado como professor visitante nos seguintes programas de pós-graduação: Mestrado e Doutorado em Antropologia e Arqueologia do Instituto Interdisciplinario de Tilcara (Universidade de Buenos Aires); Mestrado em *Antropología de la Cuenca del Plata* da UDELAR (Montevideu); Mestrado Internacional em Arqueologia da Universidade de Trujillo (Peru); *Master Amériques* da Universidade de Rennes II, França; e no *Afro-Latin American Institute at the Hutchins Center* da Universidade de Harvard. É Professor Colaborador do *Master Internacional* em Arqueologia (PREFALC) da Universidade de Rennes I, França, e do *Master* em Antropologia Iberoamericana da Universidade de Salamanca, Espanha. Desde 2010, é bolsista de produtividade do CNPq (PQ2). Integra o conselho editorial da Editora Annablume (Coleção História e Arqueologia em Movimento) e da editora *The University of Alabama Press* (*Historical Archaeology in South America Series*). É editor da Revista Memória em Rede, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, e da *Revista Fragmentos del Pasado: revista de arqueología*.



**Luiz Miguel Oosterbeek** concluiu a licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1982) e o PhD em Arqueologia pelo *University College London* (1994), com equivalência ao grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia pela Universidade do Porto (1995). Dirigiu ou codirigiu trabalhos de arqueologia em Portugal, Senegal, Angola, Brasil e Colômbia, com apoios do Estado Português,

da Comissão Europeia, da Fundação Calouste Gulbenkian e de diversas empresas. Dirige também trabalhos em gestão do patrimônio e em gestão do território em Portugal, Itália, Senegal, Angola, Namíbia e Brasil. É membro correspondente do *Deutschen Archäologischen Institut (Römische Germanische Kommission Frankfurt, DE)*, do *Centro Universitario Europeo per i Beni Culturali (Ravello, IT)*, e de diversas sociedades científicas, sendo autor ou coautor de cerca de três dezenas de livros e mais de duas centenas de artigos publicados. É coordenador de diversos projetos europeus de arqueologia, arte rupestre e gestão do patrimônio cultural. É membro do conselho editorial de diversas revistas da especialidade. É Investigador Principal do Grupo de Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (unidade 73 da rede da FCT em Portugal). É Secretário-Geral da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas desde 2006, reeleito em 2011. É membro da direção do CEIPHAR – Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo e Presidente do Instituto Terra e Memória. É membro do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), associado da Unesco; do Comitê Científico da Organização do *International Year for Global Understanding*, a convite da União Geográfica Internacional; e da comissão de aconselhamento da Conferência Internacional sobre as Humanidades na sociedade atual (2012). Foi Vice-Gestor da área de Ciência e Sociedade do programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para a Sociedade (CYTED) e coordena atualmente projetos de Gestão do Território no Brasil. É professor coordenador do Instituto Politécnico de Tomar, professor convidado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (onde dirige o curso de Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas). Professor tutor convidado da Universidade de Siena; professor ordinário convidado da Universidade de Ferrara; e professor convidado de diversas outras universidades da Europa e do Brasil. É regente de diversas disciplinas de Arqueologia, Pré-História, Gestão do Patrimônio e Gestão do Território, lecionadas no Instituto Politécnico de Tomar, no qual integrou o Conselho Científico da Escola Superior de Tecnologia. Também é Pró-Presidente para as Relações Internacionais e a Cooperação. Colaborou na organização do Departamento de Arte, Arqueologia e Restauro, em particular no domínio da Arqueologia e da Pré-História, e coordenou a criação do Departamento de Gestão do Território, que dirigiu até setembro de 2005. É Diretor do Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre ministrado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pelo Instituto Politécnico de Tomar. Recebeu, em 1994, o Prêmio Erasmus da União Europeia,



na categoria docentes para Portugal. Colaborou com o Gabinete de Assuntos Europeus do Ministério da Educação (designadamente como Promotor do Programa Sócrates). É perito convidado da DGEducação e Cultura da Comissão Europeia para o Ensino Superior (programas Erasmus e Tempus). Coordenou os Programas Intensivos Erasmus em Arte Rupestre e em Gestão do Patrimônio no IPT, que foram reconhecidos pela Comissão Europeia com o Prêmio Ouro, em 2008. Coordenou os processos de obtenção dos selos de qualidade DS e ECTS do IPT. No domínio da Gestão do Patrimônio, foi vogal da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia em Portugal. É Diretor científico do Museu de Mação e Vice-Presidente da ONG HERITY (*Heritage and Quality*), sediada em Roma.



**Alfredo Gonzalez Ruibal** possui doutorado em Pré-história pela Universidad Complutense de Madrid (2003). Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica. Arqueólogo do Instituto de Ciências do Patrimônio (Incipit) no Conselho Nacional de Pesquisa da Espanha (CSIC). Concentra pesquisas na arqueologia do passado contemporâneo, séculos XX e XXI: guerra, colonialismo, ditadura e capitalismo. Coordena projeto sobre a arqueologia da Guerra Civil Espanhola e a ditadura de Franco (1936-1975) desde 2006. *E-mail:* alfredo.gonzalez-ruibal@incipit.csic.es



**Renata Senna Garraffoni** possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (1997), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1999) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Foi bolsista da *British Academy*, atuando como pesquisadora na Universidade de Birmingham, Reino Unido (dez. 2008 a março de 2009). É professora no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (associado II), com experiência

na História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: antiguidade clássica, cultura popular, cultura material e literatura latina, gladiadores romanos e releituras do mundo antigo na modernidade. No momento, é líder do grupo de pesquisa Encruzilhadas de narrativas: discursos biográficos, história e literatura, da UFPR, e vice-líder do grupo de pesquisa CNPq Antiguidade e Modernidade: História Antiga

e Usos do Passado. É parceira do Centro de Pensamento Antigo (CPA) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas); membro da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), da *Roman Society for Classical Studies* e do *World Archaeological Congress* (WAC). Foi tutora do PET-História de setembro de 2010 a agosto de 2016, presidente da Associação Paranaense de História (APAH) no biênio 2008-2010, editora da Revista História: Questões e Debates entre março de 2010 a março de 2012, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) no biênio 2012-2013 e editora da Revista Clássica da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos no biênio de 2013-2014. *E-mail*: resenna93@gmail.com



**Jorge Eremites de Oliveira** é licenciado em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), mestre e doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e concluiu estágio de pós-doutoramento em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor e pesquisador na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde atua como docente no curso de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, ambos articulados nos campos da Antropologia Social e da Arqueologia. Na mesma instituição, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Também é bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e possui experiências nas áreas de Arqueologia, Antropologia Social e História, com ênfase em Etnoarqueologia, Etnologia Indígena e Etno-história, bem como na produção de laudos administrativos e judiciais sobre terras indígenas no Brasil. *E-mail*: eremites.br@gmail.com



**Jóina Freitas Borges** é licenciada e mestre em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e vem desenvolvendo, há mais de quinze anos, pesquisas interdisciplinares na área de História e Arqueologia. Foi arqueóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e atualmente é professora adjunta do Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do

Piauí, onde realiza trabalhos relacionados à Costa Norte (Ceará, Piauí, Maranhão e Pará) com concentração na área de ocupação dos índios Tremembés. Trabalha com arqueologia colaborativa, desenvolvendo projetos junto aos Tremembés de Almofala (CE), articulando arqueologia, história, memória, patrimônio cultural e educação diferenciada indígena. Atuou como professora do Magistério Indígena Tremembé Superior, primeira licenciatura intercultural do Nordeste a ser realizada inteiramente nas comunidades indígenas. *E-mail:* joinaborges@hotmail.com



**Sebastião Ovildo dos Santos** é formado em pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio do curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS). Estudante entusiasta dos sítios arqueológicos existentes em sua área Tremembé, participou das escavações realizadas pelo IPHAN na região de Jericoacoara. Atua como professor na Escola Indígena Diferenciada José Cabral de Sousa, onde leciona as disciplinas de História Geral e História Tremembé. É defensor dos direitos dos povos indígenas, no que diz respeito ao passado e vivência de seu povo. *E-mails:* sssebastiãosantos@gmail.com ou sezinhotremembe@gmail.com



**José Getúlio dos Santos** é formado em Licenciatura Intercultural Tremembé, pela Universidade Federal do Ceará, por meio do Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS). Professor Indígena Tremembé, atualmente é gestor e professor da disciplina de História Geral do Curso de Ensino Médio Intercultural Tremembé (EMIT) na Escola Indígena Tremembé Maria Venância, situada na Aldeia Praia de Almofala, no município de Itarema (CE). Liderança ativa do Povo Tremembé e do Ceará, defensor dos Direitos Indígenas e disseminador da Cultura e História Tremembé. Representante do Povo Tremembé de Almofala no Grupo Interinstitucional de Educação Escolar Indígena, coordenado pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC). *E-mail:* tuliotremembe@gmail.com





**Alexandre Guida Navarro** é historiador; mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP); doutor em Antropologia pela Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM), com estágio no Laboratório de Arqueologia da Paisagem do Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento, Galícia, Espanha (2005); e possui pós-doutorado em Arqueologia Histórica pela Unicamp. É coordenador do Laboratório de Arqueologia (LARQ) e professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA)

e do curso de História da mesma instituição (DEHIS). Especialista em cultura maia, escavou no porto de Chichén Itzá e Calakmul, uma das mais importantes cidades maias. Atualmente desenvolve um projeto de arqueologia acadêmica sobre as estearias maranhenses, interessando-se por temas como formação dos cacicados amazônicos e comércio de longa distância, envolvendo a Amazônia, o Circum-Caribe e os Andes. *E-mail:* altardesacrificios@yahoo.com.br



**João Costa Gouveia Neto** é licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), atualmente é professor e pesquisador na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), onde atua como docente do Curso de Música Licenciatura, ministrando as cadeiras de História da Música. Possui experiências nas áreas de História e Música, com ênfase em História da Música e Musicologia, nos eixos de

cultura material das elites, espetáculos teatrais, aulas de música, ensino de música e análise da produção musical maranhense do oitocentos. Também atua como assessor da Pró-Reitoria de Graduação (PROG). *E-mail:* rairicneto@yahoo.com.br



**Isabela Barbosa Frederico** é bacharel em Turismo (UFSCar) e mestre em Geografia (Unicamp). Doutoranda em Ambiente e Sociedade, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Unicamp), com bolsa Capes, desenvolve o projeto de pesquisa “O papel da espiritualidade no turismo e na gestão de áreas protegidas: o caso da RPPN Santuário do Caraça/MG”. Realizou estágio sanduíche no mestrado da *Escuela*

*Superior de Turismo*, Instituto Politécnico Nacional, México, atualmente realizando o período sanduíche do doutorado no *Center for Global Change and Earth Observations*, *Michigan State University*, Estados Unidos. Tem experiência em pesquisas interdisciplinares nas áreas de ecoturismo, valores culturais e espirituais da natureza e educação ambiental. *E-mail*: isabfrederico@gmail.com



**Carlos dos Passos Paulo Matias** é professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Caçador. Historiador licenciado e bacharel, com mestrado em Educação pela UNESCO (Universidade do Extremo Sul Catarinense). Atualmente é coordenador de Extensão e Relações Externas do IFSC, Campus Caçador. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão Integrada do Território Certificado pela UNESCO e pelo CNPq. *E-mail*: carlos.matias@ifsc.edu.br



**Delmir José Valentini** é licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e mestre e doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisador do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado do CNPq e professor adjunto de História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Atualmente é coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH/UFFS). Entre as publicações está o Livro: *Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado*. *E-mail*: delmirjosevalentini@gmail.com



**Tobias Vilhena de Moraes**, desde outubro de 2017, é servidor técnico do Museu Lasar Segall (IBRAM), lotado na área educativa. Foi profissional técnico do IPHAN (2007-2017), instituto ligado ao Ministério da Cultura. Concluiu, no ano de 2017, pós-doutorado na Unicamp, sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari. Possui experiência nas áreas de Educação e Ensino, História e Educação Patrimonial. Possui graduação em Bacharelado e licenciatura em História pela

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e mestrado em Arqueologia Clássica pela Universidade de São Paulo (2006). Participou de diversos projetos culturais e educacionais nas Missões e no estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2012, foi selecionado pelo governo americano para participar de estágio de estudos no *National Park Service* (NPS), em New Bedford. Entre os anos de 2012 e 2013, desenvolveu doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra, em Portugal, com financiamento da CAPES. Desde 2014 desenvolve Pesquisa de Pós-Doutorado na Unicamp sobre projetos de Educação, Memória e História, financiados pela FAPESP. Faz parte do Corpo Editorial da Revista de Arqueologia Pública da Unicamp. Atua como editor associado da revista virtual História e-História, publicação organizada pelo Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp. Atualmente é vice-coordenador do GT de Arqueologia e Cultura Material da ANPUH-RS. *E-mail*: tovilhena@yahoo.com.br



**Glória Tega** É graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2002). Especialista em Divulgação Científica pelo Núcleo José Reis de Divulgação Científica da ECA/USP (2008). Mestre em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da UNICAMP (2012). Trabalha com a Divulgação Científica da Arqueologia desde 2004, em projetos de empresas de Licenciamento Ambiental e Universidades, desenvolvendo atividades de assessoria de imprensa, planos de comunicação, publicações, vídeos, programas de educação patrimonial, administração de redes sociais e revisão de relatórios. Tem experiência na área de Comunicação, Jornalismo, com ênfase em Divulgação Científica, sobretudo na área de Arqueologia. Desde 2014, é assessora de imprensa da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). *E-mail*: gloriatega@uol.com.br



**Flávio Rizzi Calippo** é doutor (2010) e mestre (2004) em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Bacharel em Oceanologia (1999) pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (1999). Professor Adjunto do Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e coordenador do Programa de Pós-Graduação



em Arqueologia (PPGARq/UFPI). Participa de projetos acadêmicos e de licenciamento ambiental em Arqueologia desde 1995, atuando principalmente em pesquisas relacionadas às áreas de Arqueologia Subaquática, Arqueologia de Sambaquis, Arqueologia Costeira, Arqueologia de Naufrágios, Pré-História, Processos de Formativos, Paleoambientes, Geoarqueologia e Zooarqueologia. Foi Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) (Gestão 2013-2015). Atualmente ocupa o cargo de Presidente da SAB (2016-2017). *E-mail:* calippo@ufpi.edu.br



**Marcia Bezerra** é bacharel em Arqueologia/Faculdades Integradas Estácio de Sá/RJ, mestre em História Antiga e Medieval/Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Arqueologia/Universidade de São Paulo. É professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA, da Universidade Federal do Pará e associada ao Departamento de Antropologia da *Indiana University*, nos Estados Unidos. Foi Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira entre 2013 e 2016. Principais interesses: estudos de cultura material, etnografia da arqueologia, ruínas, colecionamento, arqueologia amazônica e ensino da arqueologia. É líder do grupo de pesquisa “Arqueologia no Contemporâneo”, com *K. Anne Pyburn/Indiana University* e bolsista de Produtividade/CNPq. *E-mail:* mar.bezerra@uol.com.br



**Inês Virgínia Prado Soares** é graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre e doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com tese sobre questões legais da Arqueologia. Concluiu estágio de pós-doutoramento pelo Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Atualmente é colíder do Grupo de Pesquisa Arqueológica da Resistência da CNPq/Unicamp e autora e coordenadora de diversos livros, dentre os quais “Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro” (Ed. Fórum) e “Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil: Fundamentos para Efetividade da Tutela em Face de Obras e Atividades Impactantes” (Ed. Habilis). É membro do Ministério Público Federal, onde ocupa o cargo de Procuradora Regional da República, em São Paulo. *E-mail:* inespradosoares@hotmail.com

# NOTA DOS(AS) ORGANIZADORES(AS)

## ARQUEOLOGIA PÚBLICA: DIÁLOGOS SOBRE EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS NO BRASIL

A Arqueologia surgiu no século XIX como parte da aventura nacionalista e imperialista, mas também como parte do *elã* iluminista pela busca do conhecimento. Desde o início, houve duas faces do poder na disciplina: sobre pessoas, no primeiro caso, e sobre o mundo, no segundo. Aos poucos, com as mudanças na sociedade, em direção ao respeito à diversidade e à dispersão dos meios de conhecimento, a ciência aproximou-se das pessoas e ampliou suas perspectivas. A Arqueologia, antes masculina, hierárquica e militar, passou a incluir mulheres e indígenas, introduziu as qualificações acadêmicas como parâmetro de atuação e passou a levar em conta e atuar junto com as pessoas em sua imensa diversidade. Consubstanciou-se isso com a Arqueologia Pública, a partir do final do século XX, preocupada em relacionar a teoria e a prática arqueológica com a sociedade. A Arqueologia no Brasil apresenta, em sua trajetória complexa e contraditória, veias humanistas precoces e fortes, intensificadas e reforçadas com o retorno do poder civil e do estado de direito na década de 1980. A multiplicação dos estudos de graduação e de pós em temas arqueológicos contribui para a inclusão de questões sociais, assim como as normativas patrimoniais, procedimentos éticos e de relacionamento participativo das comunidades. A prática da Arqueologia Pública vem crescendo ao longo das últimas duas décadas, uma vez que os pesquisadores cada vez mais se cruzam de forma complexa e matizada com uma gama de comunidades (indígenas e não indígenas) através de esforços colaborativos. Nessa arena, a integração dos diferentes *Stakeholders* envolvidos, aliada a uma gestão integrada, tem suscitado discussões e experiências positivas em todo o planeta, portanto, merecem ser compartilhadas. À luz dessas premissas, em 2015, o Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território (LAPIS – Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz, UNESCO), em parceria com o Instituto Olho D'Água (IODA/DOCUMENTO/PI) e o Laboratório de Arqueologia Pública Paulo

Duarte (LAP, UNICAMP), publicou o livro **“Arqueologia Pública e Patrimônio: questões atuais”**, trazendo um arcabouço conceitual e de boas práticas (formado por uma rede de pesquisadores multidisciplinares do Brasil e Exterior). Com o sucesso dessa parceria, surgiu o desafio de ampliar a rede de colaboração, nascendo a proposta deste Livro **“A Multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil: Comunidades, práticas e direitos”**. Congregamos contribuições de variadas regiões do país e perspectivas tanto teóricas quanto disciplinares, ao englobarmos à Arqueologia, Letras, História, Ciências Ambientais, Pedagogia, Música, Turismo, Geografia, Ambiente e Sociedade, Filosofia, Comunicação Social, Jornalismo, Oceanologia, Direito, Antropologia Social, acadêmicos, profissionais, indígenas, reflexo tudo isso da fertilidade da área.

Boa Leitura!

***Juliano Bitencourt Campos***

***Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues***

***Pedro Paulo Abreu Funari***



# PREFÁCIO I

**Dr. Lúcio Menezes Ferreira**

**Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material/UFPEL**

**Pesquisador do CNPq**

Desde que surgiu nos anos 1990, a arqueologia pública recebeu diversas críticas. Algumas delas, inclusive, destilaram o sabor azedo das diatribes. Foi o caso, por exemplo, do arqueólogo social Felipe Bate, ao ironizar a arqueologia pública como simultaneamente democrática e comovedoramente paternalista. A partir dos anos 2000, contudo, reformularam-se as metodologias da arqueologia pública. Deram-lhe novos adjetivos para ressignificar suas práticas de pesquisa: arqueologia comunitária, arqueologia colaborativa, arqueologia participativa, arqueologia multivocal, dentre outras.

Mais recentemente ainda, uma nova onda crítica, cujas oscilações advieram de contextos periféricos, notadamente sul-americanos, atingiu em cheio a arqueologia pública (e a arqueologia em geral). Criaram-se, uma vez mais, novos adjetivos para conceituar a disciplina – ou para afastar-se radicalmente dela. Intitularam-se como arqueologia relacional, arqueologia simétrica e, até mesmo, arqueologia indisciplinada!

Essas novas disciplinas, ao criticarem a arqueologia pública, repousam numa premissa teórica que se convencionou designar como “virada ontológica”. Procuram questionar os fundamentos modernos da disciplina e considerar simetricamente as ontologias humanas e não humanas. Ainda percorrendo a esteira da “crise da representação” dos anos 1980, essa reinvenção contemporânea da arqueologia pública intenta abalar alguns dos fundamentos ontológicos que constituíram historicamente a disciplina: a lógica da modernidade capitalista, o tempo linear e teleológico, as políticas logocêntricas e etnocêntricas de preservação do patrimônio cultural e o primado do passado como seara única da arqueologia.

Por mais plural que possam ser essas arqueologias, elas, assim como os autores desta obra, recapitulam a pergunta que Rebeca Panameno e Enrique Nalda lançaram no final dos anos 1970: “*Arqueologia para quem?*”. Valendo-se de métodos e abordagens diversas, autores e autoras deste volume partilham

uma resposta similar: “para aqueles que veem a arqueologia como uma maneira de criar benefícios coletivos”. Assim, na diversidade que os atravessa, os diferentes capítulos deste livro mostram as comunidades no centro do palco. Como no teatro de Augusto Boal, as comunidades são vistas, aqui, como protagonistas e poetas. Afinal, como disse Haroldo de Campos, “*O povo é o inventa línguas*”. Ele percebe e constrói paisagens e coisas, sem fetichização, sem apartá-las dos fluxos e articulações que as formam. E à arqueologia, como nos ensinam os autores e autoras desta obra, cabe misturar-se ao vernáculo do povo, tanto para pensar-se como para reinventar-se. Seja lá que adjetivação usemos para caracterizá-la, a arqueologia, como a vemos estampada neste livro, pretende transformar a disciplina como prática engajada e ativista junto às comunidades.

## PREFÁCIO II

**Dr. Luiz Oosterbeek**

**Secretário-Geral da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e  
Proto-Históricas**

**Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar – Portugal  
Investigador principal do Grupo de Quaternário e Pré-História do Centro de  
Geociências da Universidade de Coimbra**

Num contexto global de refundação global das humanidades ([www.cipsh.net](http://www.cipsh.net)), é essencial repensar a relação da arqueologia com a sociedade, nos planos da sua natureza epistemológica (desde a origem multidisciplinar, sendo por isso não uma disciplina, mas um campo de conhecimento), da sua organização (na articulação com universidades, museus, empresas, departamentos públicos, redes internacionais) e da sua relação com a sociedade (intervindo na compreensão da distinção entre história e memória, na valorização das materialidades e sua relação com o intangível, na compreensão das dinâmicas territoriais). Em nenhum plano o é, mas especialmente nesta relação com as comunidades não acadêmicas das sociedades, a arqueologia não é inocente e pode promover a convergência multicultural tal como pode promover a xenofobia das identidades “puras”. Num mundo marcado por crescentes migrações e interações culturais, mas também por processos de dispersão, fragmentação e conflito, a construção do passado é um exercício determinante para a perspetivação do futuro.

A obra que a UNESCO dá à luz, com a organização de Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues e Pedro Paulo Abreu Funari, é um documento de intervenção direta neste debate, suscitando, com grande qualidade, um debate que se deve desejar forte, claro e aberto à diferença. Desde logo, na consideração das questões indígenas, e dessa complexa relação feita de continuidades, mas também de descontinuidades e integração étnico-cultural entre povos indígenas atuais e registos indígenas arqueológicos, como focal os dois capítulos iniciais (cap. 1 e 2). Mas debate, também, em torno da necessidade de avaliação crítica de alguns dos melhores programas que têm sido desenvolvidos pela arqueologia, em contextos muito reconhecidos nos planos

nacional e internacional, como o Parque Nacional da Serra da Capivara (cap. 3). Ou, ainda, focando eixos estruturantes da arqueologia pública, na sua relação com as escolas (cap. 4), as áreas protegidas (cap. 5) e comunidades específicas, frutos dos diversos contatos (cap. 6).

O volume inclui, ainda, reflexões sobre as temáticas transversais da preservação (cap. 7), da comunicação (cap. 8) e de como ambas se cruzam entre si e com a pesquisa no domínio, hoje dominante, dos licenciamentos ambientais (cap. 9). E cumpre o objetivo essencial que toda obra acadêmica deve almejar: obriga a (re)pensar, afirmando de forma clara as opiniões dos autores, mas facultando, também, amplas referências que possibilitam uma leitura crítica. A arqueologia lusófona ganha, assim, um valioso contributo.



# PREFÁCIO III

**Dr. Alfredo González Ruibal**

**Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), Espanha**

22 É de multivocalidade o que verdadeiramente precisa a arqueologia pública? Isso foi o que primeiro pensei quando este volume chegou às minhas mãos. A multivocalidade é um fenômeno ambíguo, que tem servido para justificar uma prática arqueológica mais liberal que propriamente radical ou crítica: um jeito de silenciar vozes por nivelação mais do que escutá-las. Porém a multivocalidade no Brasil é bem diferente da de outros contextos. Nele, a arqueologia unicamente pode ser multivocal, porque o Brasil é um país de muitas vozes. Ou, mais precisamente, é um país de vozes múltiplas e diversas que *devem ser escutadas*. Porque a multivocalidade não é apenas uma questão de número, não é mesmo uma questão de diversidade. É, em primeiro lugar, uma questão de justiça. O que uma arqueologia crítica e emancipatória tem que fazer é mediar no concerto das vozes. Isso quer dizer que algumas vozes têm que ser ouvidas mais do que outras: as vozes dos que nunca tiveram voz ou dos que nunca foram ouvidos. É essa a multivocalidade que o leitor vai achar neste livro: as vozes, as práticas e as memórias dos que nunca foram considerados importantes (indígenas, caboclos, classe trabalhadora).

A importância da multivocalidade talvez não esteja tanto nas palavras mesmas, senão na visibilidade que outorga os coletivos que foram esquecidos ou vilipendiados – caso de índios e de caboclos. Contudo a reivindicação dessas vozes não pode ser uma operação acrítica: a multivocalidade nunca deve ser confundida com populismo. As identidades, como demonstram vários trabalhos no presente livro, são complexas e mutáveis. Uma correta aproximação multivocal deve celebrar as culturas das margens, mas tem que oferecer também reflexão e análise sobre as apropriações locais do patrimônio, sobre os direitos sobre a terra e o passado, sobre a criação de novas identidades, sobre o papel do conhecimento arqueológico em tudo isso. Reflexão e análise é que oferece este livro.

Em relação estreita com a multivocalidade fica a questão educativa. A educação é uma das tarefas imprescindíveis na arqueologia pública, embora

isso não seja sempre reconhecido. A educação virou, algumas vezes, fenômeno negativo, associado ao autoritarismo e ao imperialismo epistêmico. O que a arqueologia precisa hoje é outra forma de educação, na qual o Brasil está a se converter em um referente: uma pedagogia crítica, na linha de Paulo Freire, baseada no diálogo, na interação entre mestre e aluno, na preocupação pelo outro, na aprendizagem mútua. A arqueologia pública tem que ensinar com humildade e estar pronta sempre para escutar, com a certeza de que o conhecimento que pode oferecer é valioso cientificamente e, acima de tudo, socialmente. A verdadeira educação, como a verdadeira multivocalidade, consiste em fazer retornar às comunidades que ficaram marginadas na produção e no usufruto do patrimônio o que é delas, legal e moralmente. Mas essa não é uma tarefa fácil, porque esse retorno tem que ter instruções de uso. É nessa tarefa que estão envolvidos vários dos autores deste volume, ou seja, na produção de instruções que permitirão às coletividades recuperarem o que, por direito, é delas. Tais instruções, no entanto, não devem ser escritas unicamente pelos arqueólogos: eles têm que escutar as pessoas, as coisas e a paisagem para compreenderem valores culturais, naturais e espirituais que, às vezes, ficam longe da especialidade – da ontologia mesmo – do pesquisador. Essa atitude de escuta também está evidente no livro.

O terceiro eixo da obra, junto com a multivocalidade e a educação, é a comunicação. Ela também é o terceiro pilar da arqueologia pública. Enquanto a multivocalidade convida coletivos marginados a participarem na construção da memória comum, a educação forma cidadãos críticos, especialmente jovens gerações. Já a comunicação é a forma pela qual a arqueologia participa na produção cultural em um nível mais amplo. Os novos meios de comunicação são um aliado fundamental. Nesse sentido, os arqueólogos os empregam cada vez mais para dar a conhecer as suas pesquisas e engajar públicos mais amplos, porque as comunidades não são apenas aquelas que moram ao lado dos sítios arqueológicos – embora as que moram sejam as mais importantes do ponto de vista social –, elas pertencem também a uma comunidade ampla e virtual. Sendo assim, todos aqueles interessados no passado e no patrimônio fazem parte desse público, no sentido de “conjunto de pessoas que se interessa por algo”. Ao mesmo tempo, muitas das plataformas *on-line* oferecem ferramentas de análise, que permitem conhecer melhor os nossos públicos. Como assinalam os colaboradores deste livro, a comunicação é muito mais que contar

histórias atrativas; é, sobretudo, uma reivindicação do papel da arqueologia na construção do presente.

O livro que o leitor tem nas mãos é mais uma demonstração da maturidade da arqueologia brasileira. Abraçando a sua função social, sem perder a perspectiva crítica, a arqueologia vira uma ciência melhor na qual todos ganham: o público (o povo) e os pesquisadores.

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

ARQUEOLOGIA PÚBLICA: DIÁLOGOS SOBRE EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS NO BRASIL

*Renata Senna Garraffoni*

27

## CAPÍTULO 1

REVISITANDO UMA DISCUSSÃO SOBRE ARQUEOLOGIA, IDENTIDADE ÉTNICA E DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

*Jorge Eremites de Oliveira*

32

## CAPÍTULO 2

DAS TAPERAS DOS ÍNDIOS ANTIGOS AOS SÍTIOS: APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ENTRE OS TREMEMBÉS DE ALMOFALA (CEARÁ)

*Jóina Freitas Borges*

*Sebastião Ovildo dos Santos*

*José Getúlio dos Santos*

76

## CAPÍTULO 3

PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E COMUNIDADE LOCAL: EDUCAÇÃO, VALORIZAÇÃO, FRUIÇÃO SOCIAL E PERSPECTIVAS FUTURAS – O CASO DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS (PI)

*Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues*

96

## CAPÍTULO 4

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO NAS ESTEARIAS: DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA, A COMUNIDADE E A ESCOLA

*Alexandre Guida Navarro*

*João Costa Gouveia Neto*

123



## **CAPÍTULO 5**

### **OS VALORES CULTURAIS E ESPIRITUAIS NA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS: ENFOQUES E OLHARES SOB A PERSPECTIVA AMBIENTAL**

*Isabela Barbosa Frederico*

**146**

## **CAPÍTULO 6**

### **EM BUSCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL (IN)VISÍVEL: O CABOCLO DA REGIÃO DO CONTESTADO**

*Carlos dos Passos Paulo Matias*

*Delmir José Valentini*

*Juliano Bitencourt Campos*

**167**

## **CAPÍTULO 7**

### **A PRESERVAÇÃO CULTURAL COMO CAMPO DE PESQUISA**

*Tobias Vilhena de Moraes*

**191**

## **CAPÍTULO 8**

### **COMUNICANDO A ARQUEOLOGIA: DISCUTINDO O PAPEL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA**

*Glória Tega*

*Flávio Calippo*

*Marcia Bezerra*

**208**

## **CAPÍTULO 9**

### **A VARIÁVEL ARQUEOLÓGICA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

*Inês Virgínia Prado Soares*

**226**

## **ÍNDICE ONOMÁSTICO**

**264**

# APRESENTAÇÃO

## ARQUEOLOGIA PÚBLICA: DIÁLOGOS SOBRE EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS NO BRASIL

*Dra. Renata Senna Garraffoni*

**Professora do Departamento de História da Universidade Federal do  
Paraná (DEHIS/UFPR)**

Barbara Little (2007), ao se questionar sobre as razões pelas quais o passado importa, apresenta uma discussão ética e política instigante, uma vez que, já no início do livro, declara-se contra os usos que sustentam exclusivamente o poder, além de defender que a Arqueologia pode e deve questionar esse pressuposto. Se o passado é fundamental para a vida moderna e nossa relação com ele molda sensibilidades e identidades, posicionar-se criticamente é indispensável quando se defendem princípios democráticos ou se ressignificam momentos históricos traumáticos. Seria exatamente nesse ponto que a Arqueologia Pública deveria se centrar, na mediação ética das relações entre passado e presente. Para Little (2007), praticar a Arqueologia Pública, portanto, é um posicionamento político diante do trabalho com a cultura material, ou seja, é um processo de engajamento entre arqueólogos e comunidade, envolvendo um sentido mais amplo de responsabilidade e justiça social no contexto profissional.

Essa reflexão aponta para o fato de que cada vez mais se torna imprescindível avaliar como estudamos e comemoramos o passado, o que entendemos por patrimônio e memória. Se, por um lado, Little afirma que é preciso ter clareza teórico-metodológica sobre como abordamos e preservamos o passado, por outro, ela defende a importância da comunicação. Para que a relação entre arqueólogos e comunidade seja ética e fundamentada no respeito mútuo, pensar a educação patrimonial como um meio de diálogo é fundamental para a produção de novas formas de narrar o passado. Passamos a lidar, então, com uma série de questões que norteiam as reflexões e ações: como lidar com passados

difíceis? Como lidar com culturas de guerra, com processos de colonização? Como praticar justiça social? Perguntas como essas são complexas, e as inúmeras respostas possíveis provocam transformações nos membros das comunidades e nos profissionais que lidam com a cultura material, por isso podem ser entendidas como ferramentas de empoderamento e de lutas por direitos e reconhecimento social. Estamos, portanto, diante dos desafios da multiplicidade das visões sobre o passado, que indicam silêncios e ambiguidades dos discursos.

Nesse sentido evocado por Little, a Arqueologia Pública pode ser entendida como um *risco*. Penso *risco*, aqui, no sentido filosófico, proposto por Duarte (2010), de formulação de propostas críticas que permitam o surgimento de um pensamento inquieto, desprovido dos fundamentos normativos, mas aberto às transformações do mundo, aos moldes propostos por Arendt e Foucault. Refletir sobre passado e presente, nessa perspectiva, evita, segundo Duarte (2010), a busca de um tempo pretérito idílico ou de um futuro pessimista, bem como propõe enfrentamentos aos silêncios e promove resistências e abertura para o novo.

A reflexão crítica possibilita a produção de conhecimento na sua multiplicidade, desestabiliza certezas e amplifica as capacidades de ação humana. Por isso inspira e desafia. No caso do Brasil, a Arqueologia Pública, entendida como um fazer ético-político, é relativamente recente. Segundo Funari e Bezerra (2013), ela teria em torno de quinze anos de prática. No entanto, os autores, ao se referirem às origens dessa forma de percepção do fazer arqueológico na América Latina, afirmam que, na década de 1970, Venezuela, México, Peru e alguns países do Caribe criaram o conceito de Arqueologia Social Latino-Americana. Tamanini (2013), nesse sentido, destaca, no Brasil, as reflexões de Freire. Enquanto as experiências dos primeiros abriram a discussão sobre a importância de a Arqueologia alcançar diferentes públicos (cientistas sociais, escolas, universidades, mídia em geral), colocando a América Latina em lugar de destaque na crítica ao discurso científico, Freire, no Brasil, foi fundamental para pensar sobre o papel do conhecimento e sobre a responsabilidade social do educador. Essas ideias e práticas, espalhadas pela América Latina nas décadas de 1960, 1970 e 1980, foram fundamentais para o desenvolvimento de uma educação patrimonial que focasse na dimensão compartilhada do saber.

As experiências mencionadas propiciaram uma relação de abertura das perspectivas da crítica ao *status quo* e permearam o desenvolvimento da

Arqueologia Pública no Brasil. Ao longo desses últimos quinze anos, mesmo que ainda haja resistência por parte dos arqueólogos, como apontaram Funari e Bezerra no trabalho já mencionado, os avanços na área são notáveis. Ao focar nos sentidos críticos e libertadores que o trabalho com a cultura material pode proporcionar, várias experiências realizadas no país têm indicado como a relação entre comunidade e academia pode promover políticas de inclusão social, pautadas nos direitos humanos, resultando em formas compartilhadas de gestão de patrimônio. É exatamente nesse contexto que se encontra a obra que os leitores têm em mãos.

*A Multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil: Comunidades, Práticas e Direitos*, obra organizada por Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues e Pedro Paulo Abreu Funari, traz nove capítulos e um panorama sobre diferentes perspectivas e projetos recentes no país. Jorge Eremites de Oliveira inicia o livro com uma discussão sobre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais, fazendo um balanço das relações entre academia e comunidade. Na sequência, Jóina Freitas Borges, Sebastião Ovildo dos Santos e José Getúlio dos Santos apresentam outra faceta das questões indígenas: partindo de conceitos da antropologia cultural, os autores discutem sobre patrimônio e suas formas subjetivas de apropriação. Ao analisarem a relação dos Tremembés de Almofala com o sítio arqueológico, apresentam as múltiplas formas de relação entre elementos materiais e imateriais na constituição de uma visão de mundo sobre passado e presente da comunidade.

Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, por sua vez, analisa as complexas relações dos moradores de Coronel José Dias e o sítio arqueológico da Serra da Capivara, propondo inspiradoras alternativas para a educação patrimonial. As ações realizadas e, posteriormente, analisadas abrem caminhos para discutir a percepção da comunidade dos programas educativos e como sua participação é importante para o equilíbrio e a sustentabilidade local. Alexandre Guida Navarro e João Costa Gouveia Neto, ao continuarem as reflexões sobre a relação entre comunidade e arqueologia, apresentam suas experiências no Maranhão. Ao articularem atividades com estudantes universitários e do ensino médio, os autores discutem sobre a importância de projetos de inclusão social para a preservação de sítios. Isabela Barbosa Frederico, no entanto, apresenta uma dimensão menos explorada quando se trata de preservação: a espiritualidade. A partir de um estudo de caso, o Santuário do Caraça, a autora argumenta que sustentabilidade e preservação, em determinados contextos, não



podem prescindir da ação articulada entre cultura, natureza e espiritualidade. Sua proposta rompe binarismos e articula diferentes saberes, defendendo a importância do diálogo para a preservação.

Já Carlos dos Passos Paulo Matias, Delmir José Valentini e Juliano Bitencourt Campos deslocam nossa atenção para o sul do país. Ao partirem da perspectiva de que o cotidiano vai além das questões materiais, os autores defendem a importância da memória e da oralidade para a reconstrução da resistência cabocla e das suas narrativas sobre a Guerra do Contestado. Em uma região onde predomina a versão dos vencedores, a conexão entre materialidade e oralidade é fundamental para a pluralidade de visões e de ações sobre a guerra de fronteiras. Ainda na região sul do país, Tobias Vilhena de Moraes apresenta análises sobre gestão patrimonial na região das Missões. Ao analisar projetos de escavação com preocupações voltadas ao público, o autor discute sobre a importância da arqueologia no processo de proteção e preservação do patrimônio.

Por fim, os dois últimos capítulos apresentam duas facetas importantes das relações entre arqueologia e comunidade: comunicação e legislação de proteção ao patrimônio. No primeiro caso, Glória Tega, Flávio Calippo e Marcia Bezerra defendem a importância da divulgação cultural para um maior conhecimento do patrimônio arqueológico brasileiro. Por meio de ações da área de comunicação da SAB (Sociedade Brasileira de Arqueologia) para inovar o diálogo com a comunidade acadêmica e extra-acadêmica, os autores argumentam que engajamento político e divulgação são facetas basilares da preservação. Já Inês Virgínia Prado Soares, no campo do direito, traz uma discussão atual sobre proteção de patrimônio submetido ao licenciamento ambiental. A autora encerra o livro analisando a legislação brasileira e reforçando a necessidade de diálogo com a administração pública para rever problemas de fiscalização e criar políticas para evitar danos ao patrimônio.

Esses capítulos reunidos na obra dão uma dimensão dos impactos das práticas da Arqueologia Pública pelo país. Com estudos de caso de diferentes regiões, discussões sobre legislação e formas de comunicação com a sociedade, o livro proporciona um panorama de práticas e experiências que questionam a noção tradicional de arqueologia e desafia a pensar no plural. Mesmo com as dificuldades que possam surgir, discussões críticas sobre a quem se destina a preservação patrimonial, a cultura material e imaterial ajudam a construir formas alternativas de gestão, e, mais do que isso, o trabalho conjunto cria novos

sentidos e percepções, proporciona narrativas mais plurais do passado e ações mais democráticas no presente. Cada texto, portanto, combina elementos ético-políticos que nos instigam a pensar a potencialidade do trabalho coletivo na construção de novas políticas de preservação de patrimônio e, por isso, é uma leitura imprescindível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, A. M. **Vidas em risco**: crítica presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FUNARI, P. P. A.; BEZERRA, M. Arqueologia Pública na América Latina. In: MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACH, J. (Orgs.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública**. Joinville: Casa Aberta Editora, 2013, p. 75-100.

LITTLE, B. J. **Historical Archaeology**: why the past matters. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

TAMANINI, E. Educação em Museus como anúncio e resistência popular: o desafio da construção de política pública. In: MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACH, J. (Orgs.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública**. Joinville: Casa Aberta Editora, 2013, p. 07-17.

# CAPÍTULO 1

## REVISITANDO UMA DISCUSSÃO SOBRE ARQUEOLOGIA, IDENTIDADE ÉTNICA E DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq01>

*Jorge Eremites de Oliveira*

## SUMÁRIO

Até fins do século XX, discussões a respeito das relações entre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas eram escassas no Brasil. À época, prevalecia a ideia de que a maioria dos arqueólogos estudaria os “índios mortos”, ao passo que etnólogos, linguistas e outros profissionais trabalhariam com os “índios vivos”. Essa dicotomia simplifica questões epistemológicas demasiadamente complexas, minimiza a responsabilidade social e a ética na prática arqueológica e, conseqüentemente, favorece um processo de alienação em relação à situação histórica dos povos originários no tempo presente. Chama ainda a atenção para a colonialidade que caracteriza o processo de institucionalização do campo da arqueologia no Ocidente, verificado especialmente a partir do século XIX, sob a égide de percepções eurocêntricas, evolucionistas e nacionalistas acerca do mundo e da humanidade. Soma-se a isso uma grande influência da presença dos Estados-nações e do colonialismo interno característico de cada país. Nesse contexto mais amplo está situada a legislação brasileira, voltada ao reconhecimento, à proteção, ao estudo e ao uso do patrimônio arqueológico, concebida em desconsideração aos sistemas jurídicos originários, o que dificulta a prevalência de um pluralismo jurídico para tratar do assunto. Esse é o caso, apenas para exemplificar, da ideia de que o patrimônio arqueológico relativo ao passado dos povos indígenas é um bem estatal e, como tal, deve permanecer sob a tutela de órgãos governamentais, bem como de pessoas e instituições por eles autorizadas.

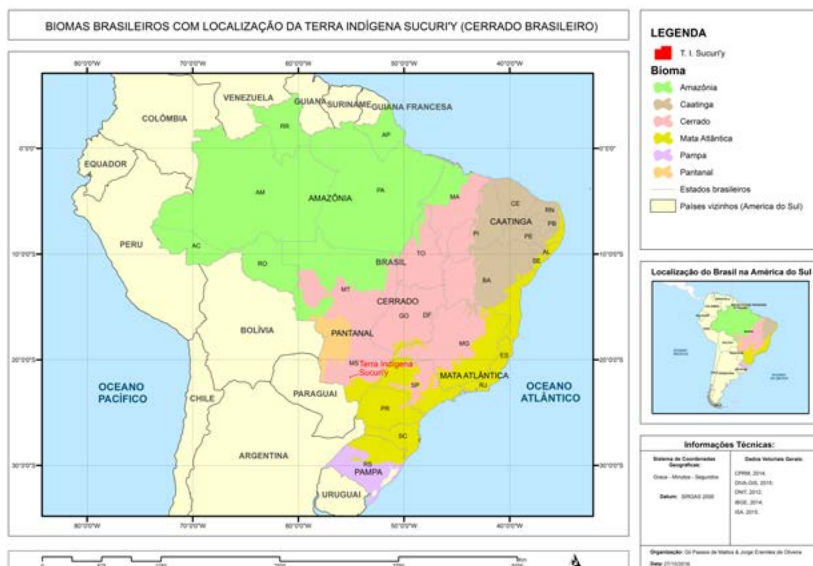
Posteriormente, a partir de meados do século XXI, devido a um conjunto de fatores que favoreceu o crescimento quantitativo e qualitativo do campo da arqueologia, o cenário apresentado começou a mudar. Essa transformação, acompanhada de novos desafios, dilemas e perspectivas, impulsionou o surgimento de brisas descolonizantes, que passaram a soprar em muitas direções. Por conseguinte, assuntos relativos aos interesses e aos direitos dos povos indígenas se tornaram recorrentes na prática de alguns arqueólogos, como verificado nos trabalhos de Pereira da Silva (2014 [2007]), Bespalez (2009, 2014), Stuchi (2010) e Wanderley (2016 [2013]), dentre outros. Tais estudos foram originalmente apresentados para a conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e remetem, portanto, ao papel da academia na promoção de mudanças de nuança e a eventuais viradas ontológicas na arqueologia e em outras ciências sociais.

Com o propósito de trazer essa discussão para um estudo de caso localizado no Brasil profundo, apresento a análise revisitada sobre uma situa-

ção pontual observada em Mato Grosso do Sul, qual seja: a existência de uma perícia arqueológica feita em 2000 para a Justiça Federal, na qual problemas relativos à associação direta entre cultura material e identidade étnica remetem a questões que superam os debates acadêmicos intramuros. Trata-se, especificamente, do laudo judicial elaborado por um conhecido arqueólogo sobre a Terra Indígena Sucuri'y, uma das áreas de onde famílias indígenas foram expulsas na segunda metade do século XX, embora algumas tenham retornado ao lugar no âmbito do movimento Guarani e Kaiowá de retomada de parte de seus territórios tradicionais no Estado, chamados *tekoha*. Esta área fica localizada no município de Maracaju, na bacia hidrográfica do rio Paraná, em uma zona inserida no bioma Cerrado, que tem influências do bioma Mata Atlântica. Configura-se como um espaço afetado pela expansão de frentes econômicas da sociedade nacional, especialmente por meio do desmatamento para posterior desenvolvimento de atividades agropecuárias. Foi identificada e delimitada em 1996 e possui uma extensão de 535 hectares. Quando este trabalho foi finalizado e entregue para publicação, em fins de 2016, encontrava-se em processo de regularização junto ao Estado brasileiro. Até então, a comunidade permanecia dentro da área enquanto aguardava o desfecho de um processo judicial em que ruralistas disputavam com os Kaiowá a posse da terra. À época, ao consultar um servidor da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em Dourados, sobre a população local, fui informado de que a comunidade era constituída por umas 320 pessoas, distribuídas em cerca de 90 famílias.

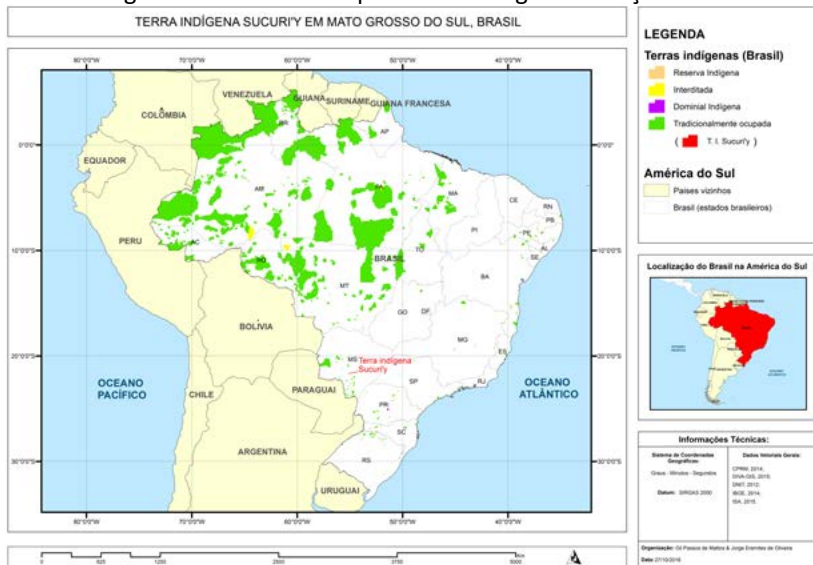


**Mapa 1** – Mapa com a localização da Terra Indígena Sucuri'y no contexto dos biomas predominantes no Brasil



**Observação:** Nesta representação cartográfica é possível observar que a área está situada no Cerrado, próximo da Mata Atlântica, isto é, em uma espécie de zona de transição ou ecótono entre os dois biomas.

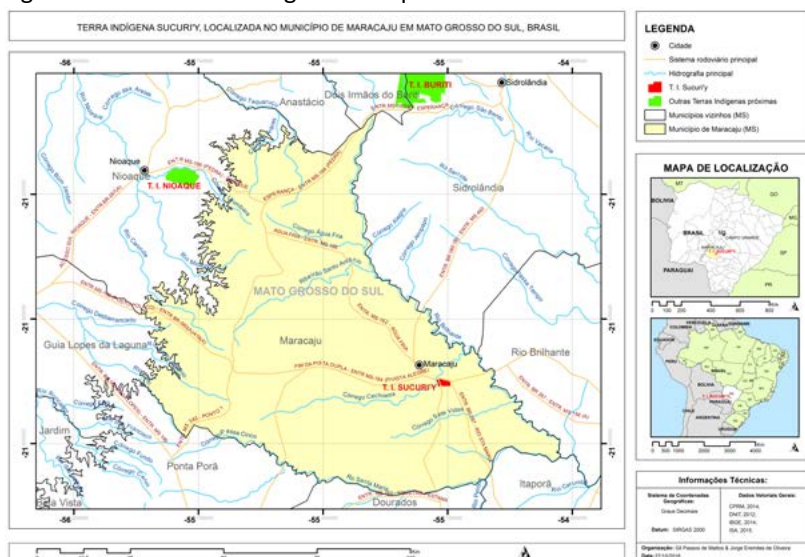
**Mapa 2** – Mapa com a localização da Terra Indígena Sucuri'y no contexto das terras indígenas regulamentadas ou em processo de regulamentação no Brasil



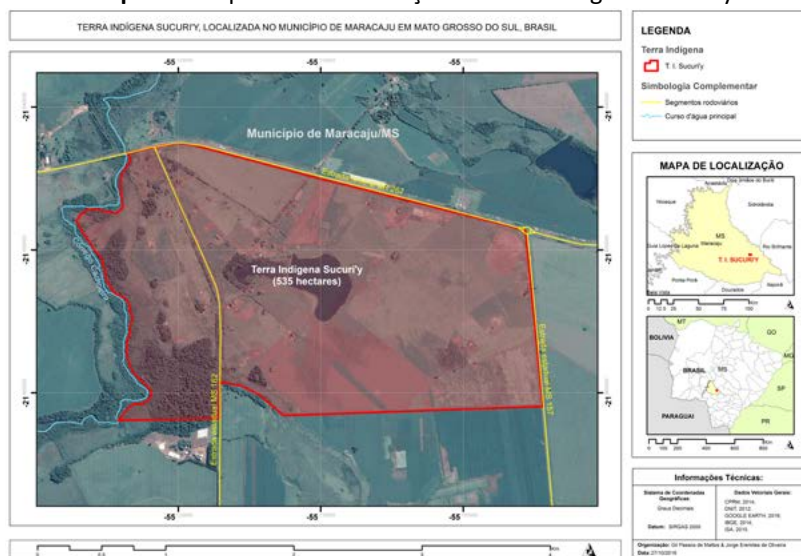
**Observação:** Nota-se que as maiores áreas estão localizadas na região amazônica, realidade essa que corrobora a tese de que há poucas terras para muitos índios em Mato Grosso

do Sul, estado onde está a segunda maior população indígena no país, estimada no censo de 2010 em mais de 73.000 pessoas. Verifica-se, ainda, que fora da Amazônia as terras indígenas são menores, muitas delas bastante diminutas e insuficientes para a reprodução física e cultural das comunidades. Essa realidade atesta a existência, no âmbito da política indigenista oficial, de diferentes critérios para a identificação e a delimitação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas no país, a exemplo do que ocorre no Sul e em parte do Centro-Oeste.

**Mapa 3** – Mapa com a localização do município de Maracaju e da Terra Indígena Sucuri'y, no qual também aparecem duas áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades Terena, a Terra Indígena Buriti e a Terra Indígena Nioaque



**Mapa 4** – Mapa com a localização da Terra Indígena Sucuri'y



**Observação:** Nota-se na imagem de satélite inserida na representação cartográfica o desmatamento feito no contexto da expansão das frentes econômicas da sociedade nacional no município de Maracaju, motivo de impactos socioambientais negativos sobre o território Kaiowá na região.

Faz-se necessário explicar que, nos anos de 1990 e 2000, laudos arqueológicos judiciais foram feitos pelo referido profissional para a Justiça Federal no estado, mas a maior parte desses trabalhos permanece desconhecida pelo grande público. Chamam a atenção para um tipo de estudo técnico-científico que exige *expertise* em antropologia social, embora, para a época, talvez esse pré-requisito não fosse tão claro assim para alguns magistrados. Isso resultou na determinação da produção de laudos periciais em que a chamada arqueologia pré-histórica aparece distante e desconexa em relação à etnologia indígena, com repercussões negativas no que se refere ao esclarecimento dos fatos sobre terras tradicionalmente ocupadas, conforme estabelece o Art. 231 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Antes de apresentar o estudo realizado, cumpre ainda esclarecer que no período de 2003 a 2012 participei, ora como arqueólogo, ora como antropólogo social, da produção de dois tipos de laudos que envolveram comunidades indígenas no Centro-Oeste. O primeiro diz respeito à elaboração de dois laudos periciais e um laudo administrativo sobre terras indígenas. O segundo tem a ver

com a realização de estudos complementares de relatórios sobre impactos socioambientais de empreendimentos que afetam comunidades estabelecidas em áreas regularizadas ou em processo de regularização. De todas essas experiências, a participação na produção do laudo pericial de natureza antropológica, arqueológica e histórica sobre a Terra Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul, foi a mais relevante no que se refere à prática etnográfica em ambientes colonialistas (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010). Trata-se de um trabalho realizado em 2003 a respeito de uma área tradicionalmente ocupada por uma comunidade Terena, cuja população, em 2013, era de aproximadamente 2.500 pessoas (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, 2011 [2003]; EREMITES DE OLIVEIRA, 2011). O laudo foi alvo de duras críticas apresentadas em um tipo de contralaudo de 16 páginas repleto de inconsistências e impropriedades, uma espécie de *junk science*, cujo propósito maior era construir a “verdade” que interessava aos patrões ou aos contratantes, conforme analisado em outra publicação (ALMEIDA, 2015; EREMITES DE OLIVEIRA, 2015a)<sup>1</sup>.

No começo de 2005, ciente de que havia participado da produção do laudo pericial sobre a Terra Indígena Buriti, o Ministério Público Federal, em Dourados, solicitou-me um parecer sobre a referida perícia arqueológica a respeito da Terra Indígena Sucuri’y. O laudo analisado tinha sido elaborado pelo mesmo arqueólogo que, em 2003, tinha produzido o contralaudo citado anteriormente, cujos resultados eram análogos, pois afirmaram que as áreas não seriam terras tradicionalmente ocupadas por comunidade indígena. Foi exatamente desse parecer que resultou a primeira versão deste trabalho, inicialmente apresentada durante o VIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado no ano de 2005 na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Na ocasião, estiveram presentes arqueólogos, antropólogos sociais e uma liderança Kaiowá para debaterem o assunto, mas a maioria dos participantes do evento demonstrou pouco interesse pela temática. Algum tempo depois, a referida li-

<sup>1</sup> Contralaudos podem ser produzidos ou não por assistentes técnicos, mas, via de regra, são feitos por pessoas contratadas como *experts* pelas partes envolvidas em litígios judiciais, especialmente as que são contrárias aos interesses das comunidades indígenas. São trabalhos feitos por técnicos que são parciais, porque estão ligados à defesa das partes que representam, as quais contrataram o seu serviço. Apenas os *experts* do Juízo são peritos, auxiliares do magistrado, aqueles que devem atuar com imparcialidade, algo que deve ser atestado pelo rigor científico empregado na produção do laudo judicial (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012a; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, 2010, 2011; BECKER, SOUZA e EREMITES DE OLIVEIRA, 2013).

derança Kaiowá se tornou um dos mais importantes indígenas antropólogos do país, o professor Tonico Benites.

Em suma, a análise crítica que ora (re)apresento parte de um lócus diferenciado e até certo ponto distante dos debates arqueológicos desprovidos de uma prática etnográfica vis-à-vis, simétrica e descolonizante com o Outro. Refiro-me ao ambiente colonialista verificado em Mato Grosso do Sul e em outras partes do Centro-Oeste, de onde passei a refletir sobre certos temas polêmicos, que emergem na arqueologia e em outros campos do conhecimento científico.

## **O PASSADO ARQUEOLÓGICO E A IDENTIDADE ÉTNICA NO PRESENTE ETNOGRÁFICO**

Ao longo da história da arqueologia brasileira, notadamente a partir dos anos de 1960, a associação direta entre a cultura material de populações indígenas do período anterior à invasão europeia, aqui chamado pré-colonial, com povos conhecidos etnograficamente, tem sido muito comum e, até certo ponto, naturalizada. Salvo melhor juízo, essa tendência foi acentuada por causa de influências teórico-metodológicas difundidas a partir do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre 1965 e 1970, sob a coordenação de Betty J. Meggers e Clifford Evans. Daquela época em diante, muitos trabalhos passaram a ser pensados a partir de orientações que conjugam abordagens histórico-culturais com técnicas, métodos e teorias, difundidos posteriormente no país, a contar da década de 1980. Exemplo disso são os trabalhos produzidos sob inspiração da arqueologia processual e da arqueologia pós-processual, dentre outras orientações. Em todos os casos, o método comparativo tem sido recorrido de maneira deliberada para interpretar processos de ocupação e expansão territorial em contextos espaço-temporais bastante amplos. Parte dos estudos que assumiram essa perspectiva busca a sistematização de uma gama considerável de dados empíricos, em geral na tentativa de produzir sínteses regionais, rever certos paradigmas e propor novos modelos interpretativos. Para esse propósito, o diálogo interdisciplinar tem sido bastante profícuo, como, aliás, caracteriza a disciplina desde suas origens. Reporto-me ao uso da arqueologia como forma de perceber a história indígena na longa

duração e ao profícuo diálogo com a etnologia e a etno-história, dentre outros campos do conhecimento científico.

Importa ressaltar que tais estudos precisam ser analisados no contexto de sua época, o que requer a verificação das relações existentes entre autoria, obra e meio social. Entendo que um dos principais problemas verificados em certos trabalhos reside, exatamente, na naturalização da associação direta entre tecnologias ceramistas com populações identificadas a partir de registros textuais incompletos, produzidos no contexto do encontro colonial e das situações históricas dele decorrentes. O caso mais conhecido está ligado à interpretação da trajetória de povos vinculados ao tronco linguístico tupi, à família linguística tupi-guarani (com hífen) e à língua guarani, aos quais é atribuída uma identidade genérica de “Guarani”. Em situações desse tipo, certa tecnologia ceramista, denominada na arqueologia brasileira de *Tradição Tupiguarani* (sem hífen), tem sido diretamente associada a populações falantes do idioma guarani<sup>2</sup>. A partir desses dois elementos (tradição tecnológica ceramista e língua indígena), muitos arqueólogos frequentemente identificam, classificam e nominam, de um ponto de vista *etic* (autoridade científica) e não *emic* (percepção nativa), várias populações como “Guarani”. No entanto, sabe-se que, na atualidade, apenas um povo se autoidentifica dessa maneira: os Guarani que vivem em Mato Grosso do Sul e em outras partes do país, mencionados na literatura etnológica pelo apelativo de “Ñandeva” (*ñande* = nós, todos nós; *ava* = gente, homem, ser humano), também conhecidos no Paraguai como Ava Guarani e Chiripá.

Associações desse tipo são sedutoras, embora não sejam tão simples assim. Muitas vezes, são recorridas para a produção e a divulgação de conhecimentos científicos ao grande público, como verificado em livros didáticos e paradidáticos publicados desde os anos de 1990. Dessa maneira, podem contribuir

<sup>2</sup> O termo *Tupi-Guarani*, grafado com hífen, refere-se a uma família linguística. Valendo-se da analogia direta, uma tradição tecnológica ceramista foi definida com o mesmo nome durante o PRONAPA, porém grafado sem hífen (*Tupiguarani*) para evitar o inevitável: a confusão entre tradição arqueológica, família linguística e identidade étnica na longa duração. Essa ambiguidade contradiz convenções então em voga na arqueologia histórico-cultural, as quais apontam para a nomeinação de padrões tecnológicos a partir do nome do lugar onde estão localizados os primeiros sítios arqueológicos estudados, como verificado em Willey e Phillips (1958). Exemplo: tradição Taquara (ou Taquara-Itararé), tradição Vieira, tradição Pantanal etc. Isso não significa, que se faça bem entendido, que as nomenclaturas estabelecidas para tradições tecnológicas correspondem a apelativos ou etnônimos de povos indígenas. Logo, seria equivocado falar em “os Taquara”, “os Vieira”, “os Pantanal” e assim por diante. A mesma regra também é válida para indústrias líticas conhecidas na arqueologia europeia para o período paleolítico: Acheulense, Magdalenense, Musteriense etc.



para o rompimento com visões eurocêntricas e evolucionistas sobre a história dos seres humanos no continente. Aponto, para ser mais específico, a necessidade de superação do termo “pré-história” por uma forma descolonial de conceber a trajetória dos antigos ameríndios. Nessa direção está uma arqueologia percebida como o estudo dos povos originários das Américas, também conhecidos genericamente como indígenas, primeiras nações, etnias nativas etc. A partir daí, é possível pensar em uma arqueologia indígena para além dos conceitos e neologismos que costumamos importar de outras latitudes. Essa perspectiva também abrange, obviamente, uma arqueologia com, para e pelos indígenas, mas não se restringe a isso. Chama para a arqueologia a responsabilidade de ser um campo do conhecimento que, por excelência, é capaz de produzir história indígena em seu sentido mais amplo, quer dizer, desde a chegada dos primeiros humanos ao continente americano, em temporalidades pleistocênicas, até os povos e comunidades nativas no tempo presente (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, 2003b, 2005, 2012b; ALVES DA SILVA e EREMITES DE OLIVEIRA, 2005).

Ciente de que o termo “índio” é uma categoria colonial, inventada pelos europeus para nominar os nativos das Américas, importa registrar que cada povo possui um etnônimo próprio e, portanto, diferentes culturas e historicidades. Mesmo assim, o sentimento de indianidade faz com que se percebam como *parentes* uns dos outros, isto é, como povos originários, cujos antepassados aqui chegaram antes dos primeiros invasores cruzarem o Atlântico em suas caravelas.

A partir dessa perspectiva, o passado arqueológico deixa de ser formalmente estudado de maneira descontínua em relação ao presente etnográfico dos povos originários. Essa seria uma forma de ruptura com a dicotomia entre história (tempo com escrita) e pré-história (tempo sem escrita), conforme institucionalizado nos anos de 1850 (TRIGGER, 2004). Logo em seguida, o termo “pré-história” foi naturalizado nas Américas como forma de relegar os indígenas a uma suposta era, fase, idade ou etapa de selvageria, barbárie e primitivismo, em que as culturas humanas permaneceriam estáticas ou fossilizadas por longos períodos. Somente com as luzes trazidas do encontro colonial, a partir de fins do século XV e meados do XVI, é que as populações originárias teriam saído das “trevas” da pré-história e alcançado as “luzes” da história, isto é, o tempo linear e eurocêntrico da civilização e do progresso material. Nada mais equivocado!

Em que pese defender certa ideia de arqueologia como história indígena, tenho constatado a existência de trabalhos em que situações históricas

e mudanças socioculturais decorrentes dos contatos interétnicos, registrados no contexto do encontro colonial, têm sido pouco enfatizadas ou praticamente ignoradas. Acontece que o foco maior desses estudos está nas continuidades socioculturais, geralmente percebidas a partir de tecnologias ceramistas. As análises são baseadas, portanto, em leituras essencialistas, sincrônicas e homogeneizantes de dados arqueológicos, etnográficos, linguísticos e etno-históricos. Por esse motivo, insisto no argumento de que a arqueologia brasileira carece de estudos realizados a partir de uma prática etnográfica vis-à-vis com e para comunidades indígenas. Uma prática desse nível pode ser chamada por muitos neologismos (colaborativa, simétrica, comunitária, multivocal, pública etc.) e, às vezes, até simplificada do ponto de vista metodológico. Contudo, o fato é que serve como forma de descolonizar a disciplina e incluir outros sujeitos e saberes nos estudos arqueológicos, os quais devem estar sintonizados com os interesses das comunidades com as quais trabalhamos. Nessa direção é que defendo uma arqueologia indígena como forma de suplantar o termo “arqueologia pré-histórica” nas Américas, inclusive no currículo dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação destinados à formação de arqueólogos no Brasil.

Um dos maiores estímulos à realização de analogias entre o passado arqueológico e o presente etnográfico parte da tese de doutorado de Brochado (1984), dentre outros estudos de sua autoria. Este trabalho foi apropriadamente considerado por Funari, Neves e Padgomy (1999, p. 1) como a “síntese mais genial” já feita por um arqueólogo brasileiro. Infelizmente, a tese ainda não foi integralmente traduzida para o português e publicada sob forma de livro. O arqueólogo assim afirmou em uma célebre frase bastante conhecida e reproduzida por muitos de nós:

Portanto, a primeira coisa que considere aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas. (BROCHADO, 1984, p. 565).

Sua proposta é inspiradora sob muitos aspectos. Ela remete à ideia de uma arqueologia como forma de perceber a história indígena e não desestimula

a realização de pesquisas com os povos originários, pelo contrário. Brochado, aliás, segue e seguirá como uma inspiração a muitos de nós, especialmente às pessoas que, como eu, tiveram a oportunidade de ter aulas com ele durante a formação pós-graduada. Nessa linha de argumentação, a trajetória das populações indígenas pré-coloniais, portadoras de tecnologias ceramistas devidamente identificadas na arqueologia, teria uma continuidade histórica e cultural em tempos coloniais e até mesmo no tempo presente. Sem levar em conta esse paradigma, o mais importante terá se perdido, ou seja: 1) a possibilidade de um profícuo diálogo entre arqueologia, etnologia e etno-história, não apenas para apontar continuidades ou permanências, mas também descontinuidades e mudanças socioculturais decorrentes do encontro colonial; 2) as vantagens de se ter um *corpus* de dados etnográficos e etno-históricos para a formulação de modelos arqueológicos relevantes para a interpretação do passado pré-colonial. Na opinião do arqueólogo, as analogias (diretas e indiretas) entre povos indígenas atuais e as tradições e os estilos cerâmicos pretéritos devem ser, portanto, deliberadamente perseguidos.

A sofisticada construção teórica de Brochado (1984) tem sido utilizada, dentre outras coisas, para explicar rotas de deslocamento e expansão territorial de populações linguisticamente filiadas ao tronco tupi e à família tupi-guarani. Esses coletivos, na condição de agricultores e ceramistas, ao menos a maioria, teriam partido da Amazônia para ocupar outras áreas mais ao sul e a leste da América do Sul. A partir de estudos dessa natureza, trajetórias milenares dos povos originários têm sido revistas e reconstituídas por arqueólogos, muitas vezes na tentativa de repensar a tradição Tupiguarani e edificar uma arqueologia “Guarani” ou “Tupi” ou “Tupi-Guarani” na América do Sul. À época em que a primeira versão do presente trabalho foi publicada, em 2007, havia uma bibliografia básica e uma discussão muito interessante sobre o assunto (LA SALVIA e BROCHADO, 1989; NOELLI, 1993, 2000; NOELLI, VIVEIROS DE CASTRO e URBAN, 1996; SOARES, 1997, 2003; TENÓRIO, 1999; NEVES, 2000; FUNARI e NOELLI, 2002; SCHIAVETTO, 2003; etc.). De lá para cá, as publicações têm aumentado significativamente, ano após ano, especialmente em termos de dissertações de mestrado, teses de doutorado e coletâneas, como verificado no recente livro organizado por Milheira e Wagner (2014).

Em linhas gerais, entendo que o maior problema da proposta de Brochado (1984) talvez esteja no estímulo ao uso deliberado de analogias entre tecnologias ceramistas do passado pré-colonial e povos indígenas conheci-

dos na literatura etnológica e etno-histórica. A situação é mais bem observada na vinculação da tradição ceramista Tupiguarani, assim definida no âmbito do PRONAPA, do qual fez parte e atuou de maneira positiva, com povos da família linguística tupi-guarani. Nesse caso em particular, língua e cerâmica são apontadas como elementos que identificariam populações indígenas de língua guarani nas *terras baixas* da América do Sul. O paradigma apresentado é datado, sabemos, e por isso mesmo desconsidera a autoidentificação dos povos indígenas e o fato deles possuírem diferentes formas de organização social da cultura. Também não problematiza os apelativos atribuídos a diferentes coletivos, cunhados em situações históricas particulares, bem como o fato de artefatos líticos e cerâmicos não serem indicadores objetivos de etnicidade. Portanto, culmina por creditar aos arqueólogos uma autoridade científica para identificar, classificar e nominar coisas e pessoas sem uma prática etnográfica vis-à-vis e simétrica com o Outro. Essas ponderações devem ser observadas em atenção à teoria da etnicidade, principalmente se levados em conta os aportes de Barth (1998 [1969]), Jones (1997) e outros autores, acrescidos dos debates em torno do reconhecimento étnico no Brasil, como discutido por Pacheco de Oliveira (1998a, 1998b, 1999). Por outro lado, o conjunto da obra de Brochado não se limita à sua tese de doutorado, tampouco todas as suas ideias estão ali registradas. Recordo-me de suas aulas no curso de mestrado em História/Arqueologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), nos anos de 1992 e 1993, quando estimulava a todos nós, à época jovens arqueólogos, à realização de pesquisas nas comunidades indígenas. Isso seria, assim entendo, um dos desafios que muitos de nós, seus ex-alunos, deveríamos ter assumido na arqueologia brasileira.

A título de exemplo, entendo que uma comunidade linguisticamente aruák, como a Terena de Lalima, pode se identificar com a indústria ceramista encontrada em sítios arqueológicos existentes em seu território, mas que em tese corresponderia a uma antiga população linguisticamente guaikuru, como verificado por Bispalez (2009, 2014). Em casos assim, vale compreender as situações históricas regionais e o sentido tradicional que dada cultura material possui para as comunidades no tempo presente, especialmente no contexto de processos de territorialização, reivindicação de direitos e resistência ao colonialismo interno (ver Santos e Pacheco de Oliveira, 2003; Eremites de Oliveira, 2011, 2012b, 2015a, 2015b, 2016; Eremites de Oliveira e Pereira, 2007, 2009, 2010, 2011; Stuchi, 2010; Wanderley, 2016). Ademais, embora as analogias di-

retas exerçam certo fascínio sobre nós, sabe-se, ainda, que povos agricultores e linguisticamente aparentados podem ter distintos estilos ceramistas e alguns, como os Aché, falantes do idioma guarani no Paraguai, sequer produzirem vasilhas cerâmicas. Questões dessa natureza não devem ser ignoradas para o longo período que antecede à invasão europeia, tampouco para temporalidades posteriores, mas igualmente consideradas para pensarmos no estudo de uma história indígena mais plural em termos de historicidade e diversidade sociocultural. Exemplo disso reside na possibilidade de estudar a dispersão de elementos da cultura material, como artefatos cerâmicos e líticos, no âmbito das dinâmicas plurais e heterogêneas das redes interétnicas de relações sociais, constituídas no tempo e no espaço.

Para finalizar este item e deslindar eventuais dúvidas que minhas ideias possam suscitar sobre a associação entre agricultura e cerâmica, passo a descrever rapidamente parte de uma observação feita em 2008, quando estive por alguns dias na comunidade Katitauru, linguisticamente nambikwara, da Terra Indígena Sararé, localizada no vale do rio Guaporé, em Mato Grosso. Na ocasião, após ter registrado a existência de fragmentos cerâmicos nas proximidades de algumas aldeias, perguntei a um ancião se no passado eles produziam vasilhas cerâmicas. Respondeu-me que não. Fiquei curioso, por isso, em seguida, eu o indaguei sobre como faziam para preparar alimentos cozidos. Ele olhou para mim e disse que isso era algo simples. Bastava impermeabilizar um cesto com cera e depois colocar carnes, vegetais e água dentro do recipiente para, em seguida, acrescentar algumas pedras aquecidas em fogo e cozinhar a comida. Apontou o dedo para alguns seixos rolados que havia nas proximidades de sua casa e assim também o fez para indicar pedras que poderiam servir para esse propósito. Eis alguns dados etnográficos que podem servir para interpretar as chamadas *pedras termóforas*, encontradas em sítios arqueológicos associados à presença de diversas populações indígenas pretéritas, incluindo as tidas como “aceramistas” e, portanto, supostamente não agricultoras. Logo, situações análogas podem ter existido entre comunidades linguisticamente tupi-guarani.

O que abordo aqui é sobre a necessidade de aprendermos a fazer etnografia, tal qual fazem os antropólogos sociais, porém com o necessário foco na cultura material. No caso apresentado, ainda estou tratando do uso do método comparativo, por meio de analogias indiretas ou relacionais e não, necessariamente, de analogias diretas.

## MUITOS POVOS SOB UM ÚNICO APELATIVO GENÉRICO

Uma das questões que mais me intrigava até 2005 diz respeito à atribuição de uma identidade “guarani” à cerâmica da tradição Tupiguarani, que ocorre na região platina, assim como uma identidade homônima, que arqueólogos, etnólogos e etno-historiadores sistematicamente atribuem aos Guarani, Mbyá e Kaiowá. Em Mato Grosso do Sul, torno a registrar, apenas os chamados Nandeva se autoidentificam como Guarani, conforme discutido por Landa (2005). Os Kaiowá que vivem no estado, por seu turno, autoidentificam-se por esse etnônimo e não raramente marcam sua identidade aos mais desavisados que se referem a eles como Guarani. No Paraguai, por outro lado, eles se autodenominariam como Paĩ-Taviterã, segundo consta no conhecido estudo de Melià, Grünberg e Grünberg (1976, 2008). Não obstante, há muitas semelhanças socioculturais entre esses povos, e as similitudes não sustentam a atribuição, de nossa parte, dessa ou daquela identidade a eles, em desconsideração à maneira como se percebem em situações relacionais. Talvez a maior dessas semelhanças esteja no plano cosmológico e religioso, segundo apontam Viveiros de Castro (1987) e Pereira (2003), do que propriamente na organização social, na territorialização ou até mesmo na cultura material. Significa dizer que um povo linguisticamente guarani pode compartilhar de certa cosmologia e religião sem, necessariamente, ter ou ser portador da tradição tecnológica ceramista Tupiguarani. O contrário também seria possível, principalmente quando considerada a trajetória dessas populações na longa duração.

Entendo que o termo “Guarani” tem sido usado, desde os tempos coloniais, para se referir a um povo genérico, “de papel”, assim criticado por Santos (1999)<sup>3</sup>. No entanto esse mesmo “Guarani” tem sido de grande utilidade para a confecção de colchas de retalhos etnográficos, costuradas por meio do método comparativo para a construção de um “monstro” do tipo *Frankenstein*, conforme amiúde aponta Soares (2003). Isso geralmente é feito com o propósito de formular modelos interpretativos globalizantes de longo alcance e ambiciosos em termos de abrangência espaço-temporal. Para essa tarefa, alguns

<sup>3</sup> No citado trabalho, a autora faz algumas apreciações inconsistentes e pouco elegantes em relação à obra da antropóloga de origem eslovena, Branislava Susnik, ex-diretora do Museu Etnográfico “Andrés Barbero”, de Assunção, Paraguai, falecida em 1996. Algumas de suas apreciações foram por mim refutadas em um ensaio elaborado em 2003 e publicado naquele país (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003a).



arqueólogos têm atribuído um incomensurável valor etnográfico às obras do padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, produzidas no contexto colonialista do século XVII<sup>4</sup>. Às vezes, parece que seus escritos equivaleriam a uma obra clássica da etnografia no século XX. Acredito que, em alguns casos, as obras de Montoya não têm merecido a devida apreciação crítica e a necessária relativização, como, aliás, convém fazer a qualquer fonte textual analisada para a construção de modelos interpretativos nos campos de arqueologia, etnologia e etno-história.

Exemplo disso pode ser observado no uso exagerado que se tem feito de palavras em guarani para a criação de modelos referentes à subsistência, ao sistema de assentamentos, ao território, a artefatos e à organização social de populações que têm, nesse idioma, sua língua originária. Como ocorre entre muitos povos indígenas na América do Sul, uma mesma espécie de planta ou animal pode ter duas ou mais denominações na taxonomia indígena. Essa realidade pode levar o pesquisador menos familiarizado com a observação direta, valendo-se da classificação utilizada na biologia ocidental, a interpretar de maneira simplista uma única espécie como sendo várias, sem, contudo, observar a cosmologia de cada povo. Situação semelhante é verificada em relação às palavras polissêmicas, a exemplo do termo *tekoha* (como dizem os Guarani e Kaiowá) ou *tekoa* (assim chamado pelos Mbyá), o qual tem sido mais empregado em Mato Grosso do Sul no sentido de território tradicional e menos usado como rede dinâmica de relações sociais que ocorre em determinado espaço (ver discussão em Noelli, 1993; Mura, 2004; Pereira, 2004). A questão se torna ainda mais complexa se consideradas as variações dialetais entre os grupos de língua guarani, algo que, inclusive, foi observado pelo referido padre da Companhia de Jesus. Nesse sentido, parafraseando Viveiros de Castro, autor do prefácio do livro *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*, de Nimuendaju (1987 [1914]), diria que essa controvérsia lembra o “[...] etimologismo” que, “diga-se de passagem, é endêmico nos arraiais da tupinologia [...]” (VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. xxii).

De todo modo, os valorosos esforços de alguns arqueólogos em prosseguirem e irem mais além com o paradigma de Brochado (1984) têm culminado na elaboração de trabalhos brilhantes sobre os “Guarani genéricos”.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, as seguintes publicações do sacerdote da Companhia de Jesus: 1) MONTOYA, A. R. de. *Vocabulário de la lengua guaraní (1640)*. Transcrição e transliteração de Antonio Caballos. Introdução de Bartomeu Melià. Asunción: CEPAG, 2002; 2) MONTOYA, A. R. de. *Arte de la lengua guaraní (1640)*. Edição fac-similar. Transcrição de Antonio Caballos. Introdução de Bartomeu Melià. Asunción: CEPAG, 1993.

Dissertações acadêmicas, como as de Noelli (1993) e Soares (1997), seguem importantes para a arqueologia brasileira, e, por esse motivo, as críticas aqui apresentadas não devem ser vistas como uma forma de depreciação. A monografia de Noelli (1993), por exemplo, constitui-se na melhor dissertação de mestrado já feita por um arqueólogo brasileiro, um trabalho de fôlego, que, sem dúvida alguma, equivale a ou supera muitas teses de doutorado defendidas em universidades do país e do exterior. Posteriormente, também inspirado nesses e em outros autores, Corrêa (2014) concluiu uma interessante tese de doutorado sobre os povos linguisticamente Tupi.

O que quero dizer, portanto, é que o termo “Guarani” não corresponde a um único e grande povo indígena monolítico e fossilizado no tempo e no espaço. Os chamados *subgrupos*, *parcialidades* ou *fragmentos*, esses, sim, correspondem a povos específicos, que se identificam e são identificados como Guarani, Kaiowá e Mbyá, apenas citando três deles. Cada um possui historicidades particulares, que não podem ser desconsideradas em estudos mais gerais. Essa ideia parte da concepção barthiana de que a identidade étnica é relacional, isto é, observável em situações de contato e definição de limites entre as culturas.

Desde fins do século XIX e meados do XX, muitas dessas diferenças emergiram e ainda seguem emergindo a partir da definição das fronteiras entre os estados nacionais. Argentina, Brasil e Paraguai são exemplos bastante conhecidos. Segundo Melià (2004), com a definição das fronteiras entre esses Estados nacionais, foram erguidos os *muros de Berlim*, os quais dividiram territórios transnacionais de povos originários linguisticamente guarani. Inclui-se aqui parte da Bolívia e do Uruguai nesse grande território. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, outrossim, muitas comunidades de língua guarani se identificavam para os padres jesuítas e para outras autoridades coloniais de acordo com o nome de sua principal liderança ou do lugar de ocupação tradicional, conforme analisado por Becker (1992), uma das precursoras da etno-história no Brasil.

A questão central reside no fato de termos elegido um determinado tipo de tecnologia ceramista, associando-a a uma língua nativa, para construirmos elementos de identidade étnica a grupos que identificamos como “Guarani”, mas que, em sua maioria, não se identificavam e não se identificam dessa maneira. Ora, se a ideia de raça, língua e cultura foi superada para a identificação dos grupos étnicos, conforme discutido por Barth (1998), por que teríamos que

atribuir esta ou aquela identidade a partir de uma tradição tecnológica ceramista supostamente ligada a grupos de língua guarani? Esse é um grande problema a ser (re)pensado na arqueologia brasileira. Ao parafrasear Nelson Rodrigues, citado por Viveiros de Castro (2002), tenho a percepção de que o “Guarani” ou o “Tupi” genérico, tal qual imaginado e idealizado na academia, nunca existiu ao longo da história dos povos ameríndios.

## A PERÍCIA ARQUEOLÓGICA SOBRE A TERRA INDÍGENA SUCURI'Y

O estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, durante o regime militar (1964-1985), é considerado o mais anti-indígena entre todas as unidades federativas e o recordista nacional no assassinato de lideranças do movimento de retomada de territórios tradicionais, muitas delas vítimas do agrobandidismo. Nessa parte do país, existem conflitos fundiários de proporções alarmantes, uma verdadeira situação histórica de guerra genocida, sobretudo contra comunidades Guarani e Kaiowá. Grande parte desses litígios envolve a apreciação de direitos territoriais pela Justiça Federal. Por esse motivo, geralmente os magistrados requerem o trabalho de profissionais que deveriam ter *expertise* na produção de laudos periciais sobre terras tradicionalmente ocupadas, o que exige conhecimento de etnologia e direito indigenista (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012a, 2015a, 2015b).

Ao longo da história de Mato Grosso do Sul, o que tem sido observado são processos de esbulho e outras formas de violência contra os povos originários, verificados no âmbito da expansão das frentes econômicas da sociedade nacional e de suas repercussões. Essa situação foi acirrada após o término da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), quer dizer, a partir das últimas décadas do século XIX e no decorrer do século XX, quando o Estado promoveu o arrendamento e a titulação de terras indígenas em favor de terceiros. A partir das décadas de 1970 e 1980, notadamente, os Guarani e Kaiowá iniciaram um movimento étnico-social pela retomada de parte de seus territórios, algo que parece estar longe de terminar (BRAND, 1997; MOREIRA DA SILVA, 2002; PEREIRA, 2003; STEFANES PACHECO, 2004; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2007, 2009, 2011; CAVALCANTE, 2013; BENITES, 2014; EREMITES DE OLIVEIRA e ESSELIN, 2015).

Nesse contexto regional, desde a década de 1990, que, como dito antes, certo especialista em arqueologia pré-histórica tem sido intimado pela Justiça Federal a elaborar laudos periciais. Estudos desse tipo são produzidos com a finalidade de averiguar se determinadas áreas em litígio são ou não terras tradicionalmente ocupadas, conforme estabelecido na Lei Maior. Por isso, durante a produção de uma perícia judicial, a busca pelo “Guarani” genérico, monolítico e fossilizado no tempo e no espaço, supostamente identificado por fragmentos cerâmicos da tradição Tupiguarani, pode se converter em um grande imbróglcio.

Para ser mais específico, passarei a analisar o laudo judicial sobre a Terra Indígena Sucuri’y, cuja perícia arqueológica foi apresentada à 1ª Vara da 1ª Seção Judiciária de Campo Grande, conforme consta no Processo nº 97.0864-9. Por razões de natureza ética, em princípio não citarei o nome do perito. Essa terra indígena foi identificada e delimitada nos anos de 1990 de modo a ficar com um tamanho diminuto, apenas 535 hectares. Esse procedimento, aliás, fez parte do *modus operandi* da agência indigenista oficial, quer dizer, foi uma política oficial implementada pelo Estado brasileiro em Mato Grosso do Sul (ver Cavalcante, 2013). Segundo dados obtidos em fins de novembro de 2006, quando lá estive, à época apenas 65 hectares da área eram ocupados por 167 pessoas, divididas em 39 famílias. Atualmente, contudo, a situação é outra, de acordo com os dados apresentados no início deste trabalho.

**Imagem 1:** Vista panorâmica de parte da Terra Indígena Sucuri’y



**Fonte:** Acervo de Jorge Eremites de Oliveira (Nov./2006).

**Imagem 2:** Habitação de uma família Kaiowá na Terra Indígena Sucuri'y



**Fonte:** Acervo de Jorge Eremites de Oliveira (Nov./2006).

51 Ao analisar o laudo judicial em questão, cheguei à conclusão de que o perito do juízo direcionou grande parte de suas investigações para a “pré-história” da área em litígio. Além disso, demonstrou não ter habilidade na prática etnográfica e promoveu violência epistêmica contra os Kaiowá de Sucuri'y. Fez isso como estratégia de centrar sua análise mais na imemorialidade e menos na tradicionalidade da ocupação indígena, procedimento esse que contraria preceitos constitucionais. Essa foi a estratégia impertinente que mais se sobressaiu durante os trabalhos de campo e isso ele próprio explicou na página 1267 dos Autos do Processo anteriormente mencionado, cuja autoria, reforço, por razões de natureza ética, não menciono:

A questão principal, que permanecia aberta, era se os dados arqueológicos coletados durante as diligências periciais estavam relacionados ao passado da Comunidade Indígena Kaiowá de Sucuri'y. Decidiu-se, em comum acordo, que seria necessário realizar novas escavações arqueológicas na área em litígio, isto com o objetivo de se tentar determinar se houve ou não essa vinculação temporal.

Ao seguir os procedimentos comuns na arqueologia pré-histórica, o perito chegou à seguinte conclusão, que consta nas páginas 1278 e 1279 do Processo:

A análise anterior nos permite pensar que a comunidade de Sucuriy é originária de um processo etno-histórico que desenvolveu-se [sic] na área do município de Maracaju, muito provavelmente precedente a este século e que, portanto, tem, a mesma, direito a um espaço definido e suficiente para a preservação e reprodução de seu modo de ser étnico no contexto espacial que foi palco dos acontecimentos de seu passado.

Por outro lado, ao nosso ver, também não é justo que o problema do espaço vital necessário à revitalização cultural indígena seja solucionado através da desapropriação sumária de bens particulares (réus) que, com certeza, não são os responsáveis diretos, nem indiretos, pelos infortúnios que assolam os índios no passado e no presente na região. Os réus adquiriram as terras que atualmente ocupam produtivamente (que são parcialmente objeto da lide) de forma perfeitamente legal e em nenhum momento praticaram o esbulho de terras indígenas. Finalmente, ao nosso ver, a justiça só será restabelecida na questão quando os índios tiverem direito à [sic] permanecer definitiva e pacificamente em um espaço necessário à sua sobrevivência, com qualidade de vida e de acordo com suas tradições, por eles aceito como tal. Como, por falta de provas inquestionáveis, as diligências periciais não conseguiram caracterizar a área em litígio como de posse permanente e ininterrupta por parte dos indígenas, cabe ao Governo Federal, por meio dos órgãos públicos habilitados para tal, solucionar o impasse, já que, constitucionalmente, a proteção e tutela das comunidades indígenas são de sua responsabilidade.

No tocante a esse aspecto, o mais plausível seria o arqueólogo ter concluído que, com base no Artigo 231, § 1º, da Constituição Federal de 1988, e nas provas por ele arroladas, a Terra Indígena Sucuri'y é ou não, de fato, uma área de ocupação tradicional. A polêmica maior reside na seguinte questão: o autor entendeu que seria necessário buscar "provas inquestionáveis" para caracteri-

zar a área como de “posse permanente e ininterrupta” desde tempos imemoriais até o tempo presente. Essa é uma interpretação um tanto quanto obtusa e particularmente equivocada que ele faz da lei, rebatida à altura pela assistente técnica do Ministério Público Federal, antropóloga Elaine Amorim Carreira (2000), conforme consta nas páginas 1367 e 1368 dos Autos:

As noções de *ocupação permanente* e de *terras tradicionalmente ocupadas* não se referem ao império de um passado remoto e nem chegam a privilegiar as relações temporais, mas, sim, dizem respeito a maneiras típicas de envolvimento com o espaço, que podem ou não serem [*sic*] imemoriais e ininterruptas. A lógica histórica exige esse entendimento porque sabemos hoje da inexorável realidade dos acontecimentos ocorridos no passado, que reiteradamente seguiram uma política deliberada de expulsões e reduções das sociedades indígenas, deslocando-as continuamente de seus territórios tradicionais. Por isso, o *permanente* do texto constitucional refere-se a fatos concretos e efetivos da ocupação costumeira sobre determinada área, de modo mais ou menos estável e duradouro – em contraposição a estâncias temporárias e eventuais –, mas não requer indicar, e nem poderia dado o contra-senso [*sic*] histórico, exclusivamente os processos de ocupação continuada e seqüencial [*sic*] de terras indígenas. A lei não busca amparar direitos étnicos de povos abstratos, situados em algum lugar do passado. Busca sim amparar direitos de povos vivos e contemporâneos.

Não se limitando a titubear na hora de dizer se a área em litígio é ou não tradicionalmente ocupada, o *expert* do juízo ainda apresentou um ponto de vista particular acerca do que entende ser justo ou injusto para a resolução do litígio. Mais ainda: saiu em defesa dos réus (fazendeiros). Nesse aspecto, em específico, deu a entender que estaria se colocando na posição do próprio magistrado, ou de um profundo conhecedor de direito constitucional e operador do direito, quando da apresentação de uma sentença. Por isso, o arqueólogo finalizou seu trabalho de maneira ambígua, de modo a remeter a solução do impasse à ação de órgãos governamentais. Paradoxalmente, a conclusão do



arqueólogo contradiz as provas que ele mesmo arrolou nos Autos, conforme explicado adiante.<sup>5</sup>

O perito afirmou, ainda, segundo consta na página 1268 do Processo, que deu início a escavações arqueológicas com o seguinte objetivo:

Iniciamos as escavações objetivando-se encontrar vestígios arqueológicos passíveis de datações laboratoriais, tais como carvões ou outros vestígios orgânicos e/ou fragmentos de cerâmica arqueológica, os quais permitiriam, inclusive, a identificação étnica de seus produtores [...].

A respeito das “datações laboratoriais”, o arqueólogo certamente se referia ao uso de dois métodos físico-químicos para datação absoluta: 1) datação radiocarbônica, feita por meio da análise do carbono-14 (<sup>14</sup>C) encontrado em restos orgânicos, como ossos humanos e carvões de antigas fogueiras antrópicas; 2) datação por termoluminescência (TL), utilizada para saber a antiguidade de materiais cerâmicos e líticos, por exemplo. Ambos os métodos são comuns na arqueologia pré-histórica e em outros subcampos da arqueologia, mas não tão precisos como a arguição do perito pode levar a acreditar.

Sobre as datações pelo método radiocarbônico, sabe-se que, naquele tempo, tal método era “[...] demasiado impreciso para ser útil nos 400 anos do passado mais recente [...]”, conforme explicam Renfrew e Bahn (1998, p. 135). Por outro lado, segundo esses autores, o método de datação por termoluminescência, embora útil para datas situadas nos últimos 10.000 anos, ainda era “[...] menos preciso que este na exatidão de suas datas [...]” (RENFREW; BAHN, 1998, p. 135). Ora, se os dois métodos não eram tão precisos assim e se datas antigas remetem mais à ideia de imemorialidade, pode-se deduzir que esse procedimento metodológico não seria o mais cogitado para a realização dos trabalhos de peritagem. O mais recomendado para dirimir certas dúvidas cronológicas seria fazer uma etnografia que valorizasse a memória genealógica da comunidade.

<sup>5</sup> O referido arqueólogo compartilha a ideia de que “a *questão da terra indígena* é, pela legislação em vigor, um problema de âmbito federal, e é muito difícil achar culpados por erros cometidos no passado, ainda mais quando isso aconteceu havia muitas décadas”, segundo consta em um artigo de sua autoria publicado nos *Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul* (Campo Grande, UCDB, 2004, p. 13-29.). Esse ponto de vista é, em grande medida, inconsistente, haja vista que pode servir como um tipo de álibi para justificar certas análises equivocadas a respeito dos processos de esbulho e espoliação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas no estado.

de. Mesmo assim, caso o perito tivesse encontrado fragmentos de cerâmica tipicamente Tupiguarani, datada, por exemplo, de  $450 \pm 70$  AP<sup>6</sup>, não haveria como associá-los diretamente aos Kaiowá de Sucuri'y. Uma associação desse tipo somente seria possível se a cerâmica fizesse parte da memória social ou possuísse sentido de tradicional para a comunidade. Por esse e outros motivos, defendo a tese de que procedimentos metodológicos e linhas argumentativas comuns na arqueologia pré-histórica não são, pois, apropriados para esse tipo de trabalho. Quem se percebe e é conhecido como especialista em pré-histórica, ou seja, em “índios mortos”, não deveria aceitar trabalhar com “índios vivos”. O antropólogo social, por seu turno, quando especialista em etnologia indígena, é o profissional mais habilitado para a produção de laudos judiciais desse tipo.

Uma das questões que o *expert* deveria ter esclarecido diz respeito, por exemplo, ao início da ocupação da região pelas frentes de expansão econômica da sociedade nacional, algo que aconteceu entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Por esse motivo, o fundamental da perícia seria esclarecer se quando a cadeia dominial das fazendas teve início a terra era ou não ocupada pelos Kaiowá de Sucuri'y, em seu sentido mais amplo, pois os indígenas alegaram ter sido vítimas de processo de esbulho<sup>7</sup>. Constatado o espólio de suas terras, seria ainda necessário esclarecer como o processo se deu, quais os indivíduos que o fizeram, como reagiu a comunidade e qual foi a ação do órgão indigenista oficial no episódio. Se o esbulho foi feito pelos primeiros ocupantes não índios, que conseguiram a titulação das terras, então, salvo melhor entendimento, toda a cadeia dominial da área não possui validade à luz da legislação brasileira, independentemente da opinião do perito sobre o que entende ser ou não justo.

Além do que foi explicado até o momento, há outras questões que precisam ser pontuadas. Em primeiro lugar, conforme consta na página 1267 dos Autos, o perito afirmou que suas diligências foram feitas após “[...] o estudo da bibliografia especializada, análise de fontes primárias e leitura dos autos [...]”. Em seu relatório consta a relação de 105 títulos, da página 1285 à pági-

<sup>6</sup> AP significa anos “Antes do Presente”, cujo presente é, por convenção, o ano de 1950. Em inglês essa sigla é BP (*Before Present*). No caso da mencionada data hipotética, o sinal “ $\pm$ ” indica a margem de erro da datação, para mais ou para menos.

<sup>7</sup> Para analisar a cadeia dominial da área em litígio, faz-se necessário recorrer ao livro *Os Corrêa, os Ponte, os Alves no planalto e serra de Maracajú: origem histórica, árvores genealógicas*, do advogado e ex-delegado de polícia Altinor Barbosa Ferreira (1993). Essa obra, de caráter memorialista e genealógico, foi escrita com base em pesquisas cartoriais e informações orais registradas pelo próprio autor.

na 1294 dos Autos. Do total, ao menos 41 trabalhos, ou seja, 39,05% do total de bibliografias arroladas, referem-se à arqueologia pré-histórica.<sup>8</sup> Essa outra constatação também atesta, como dito amiúde, que o arqueólogo recorreu preferencialmente a procedimentos metodológicos e a argumentos comuns a esse subcampo da disciplina. Além disso, não deu a devida importância para a literatura etnológica e etno-histórica referente aos Kaiowá. Valeu-se basicamente de uma suposta autoridade científica que reivindica para si. A estratégia de direcionar os trabalhos periciais para averiguar uma suposta imemorialidade da ocupação indígena constitui-se, nesse caso, em um vício observado ao longo da perícia.

Igualmente no decorrer das respostas aos quesitos elaborados pelas partes, o perito sequer chegou a fazer referência a 10% das obras relacionadas na bibliografia final do relatório. Nas páginas 1265 e 1269, por exemplo, há referência a um trabalho de sua autoria que não foi encontrado na relação bibliográfica da página 1289 dos Autos. Provavelmente, o autor se referiu à sua própria tese de doutorado, em específico à parte em que analisa a tecnologia lítica de populações indígenas pré-coloniais que ocuparam a Serra de Maracaju, nas proximidades da área em litígio, assunto que em nada contribui para a elucidação dos acontecimentos.

Outras obras importantes, relevantes para o esclarecimento dos fatos, não foram arroladas e discutidas no laudo pericial. Esse é o caso da tese de doutorado de Brand (1997), um trabalho de fôlego que contém a relação de vários documentos e um mapa com a indicação de áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades Guarani e Kaiowá no estado, que por isso, definitivamente, não poderia ter sido ignorada. Há ainda clássicos que igualmente não foram discutidos, a exemplo de Schaden (1974), dentre muitas outras obras que o profissional tinha ciência na época, conforme verificado em um livro de sua própria autoria, cuja primeira edição é de 1992. Essa constatação também foi feita de maneira semelhante pela assistente técnica do Ministério Público Federal em seu parecer.

<sup>8</sup> A bibliografia arrolada no laudo pericial é praticamente a mesma que o autor relacionou em sua tese de doutorado, defendida em 1996 na Universidade de São Paulo (USP), cujo tema central tem a ver com a pré-história de antigas populações indígenas que se estabeleceram no planalto de Maracaju-Campo Grande, incluindo o município de Maracaju. Nesse trabalho, há um subitem de número 3.2, intitulado *Panorama etno-histórico da região de Maracaju*, em que consta um resumo do processo de ocupação indígena no município homônimo, desde tempos imemoriais até temporalidades mais recentes, inclusive o processo de esbulho a que os indígenas dizem ter sofrido na década de 1980.

Fontes desse tipo deveriam ter sido analisadas e discutidas para responder, por exemplo, ao primeiro quesito apresentado pelo juízo: “1. Estabeleça o Senhor Perito o local e o período em que os índios Guarani-Kaiowá habitavam – ocuparam (no sentido amplo de caçar, pescar e coletar) a área mencionada na petição inicial, se isso ocorreu”.

Em segundo lugar, o levantamento arqueológico foi concluído com base em informações orais obtidas de membros da comunidade indígena. Isso é o que geralmente se chama de *levantamento oportunístico* de sítios arqueológicos. Trata-se de um procedimento pertinente para trabalhos dessa natureza, desde que direcionados para averiguar a ocupação tradicional, e caso o pesquisador tenha entendido o idioma cultural da comunidade. Anos depois, ao conversar sobre o assunto com uma liderança indígena no estado, soube que os Kaiowá de Sucuri’y teriam levado o perito para conhecer pontos que não correspondiam, exatamente, a certos lugares sagrados. Temiam pelo pior: que o arqueólogo profanasse locais onde seus antepassados foram sepultados.

Diversos pontos arrolados durante a perícia (antigas residências, lugares de valor religioso, aterros sob forma de montículos, prováveis sepulturas humanas, trilhas, áreas de caça etc.), associados à toponímia em língua guarani conhecida para a região, à memória social da comunidade e a fontes textuais mencionadas no Processo, chamam a atenção para a tese de que os Kaiowá ocupam a área de acordo com os seus usos, costumes e tradições. Tais evidências são provas materiais e vão ao encontro da noção de *oguta*, palavra que em guarani se refere a um modo de ser caracterizado por grande mobilidade espacial, no sentido de andar, caminhar, circular, viajar e transitar. A noção de *oguta* não deve ser vista como algum tipo de nomadismo ou perambulação errante, sem direção certa, e ausente de estratégias de territorialidade. Pelo contrário, tem a ver com mobilidade espacial em uma área reconhecida como território tradicional para os próprios Kaiowá.

Registra-se, contudo, e mais uma vez, que não é a ocorrência de evidências arqueológicas imemoriais, como artefatos líticos e cerâmicos, que poderiam ou não comprovar a ocupação tradicional da comunidade indígena na área periciada. A comprovação deveria ter sido feita, também, por meio da análise minuciosa de outras evidências materiais, tais como: “latas velhas”, “sola de sapato”, “entulho de lixo”, locais de importância simbólica para atividades de caça (como o registrado como *ogatawa*), “alto topográfico” onde teria existido

uma *oga pysy* etc.<sup>9</sup> Todas essas evidências foram arroladas pelo *expert* da Justiça Federal nas páginas 1262 e 1263 dos Autos, mas sobre elas não foi apresentada qualquer análise etnográfica ou arqueológica à altura do que se faz em arqueologia histórica e em etnoarqueologia. Sobre o material arqueológico recolhido *in loco*, como os artefatos líticos, tampouco foi apresentada uma análise meticulosa, o que atesta ainda mais a fragilidade do trabalho. Por vezes, foram feitas ainda referências a suposições do tipo “aparentemente” e “provavelmente”, as quais, associadas ao descrédito dado à memória e à tradição oral dos Kaiowá, bem como à literatura etnológica e etno-histórica, contribuíram para corroborar a conclusão final do perito, reproduzida anteriormente.

Em terceiro lugar, as entrevistas com alguns indígenas, transcritas e anexadas nos Autos, também sustentam a tese da ocupação tradicional da Terra Indígena Sucuri’y. Apontam para o processo de esbulho que os índios afirmam ter sofrido. Sem embargo a essa proposição, entendo que, à luz da história oral e da etnografia, teria sido de bom alvitre se o perito tivesse tido alguns momentos a sós com a comunidade indígena<sup>10</sup>. Dessa forma, poderia ter realizado entrevistas e observações com vistas a recolher maiores subsídios para a elaboração do laudo. Em outros momentos, os assistentes técnicos das partes também poderiam fazer as entrevistas e as observações com os mesmos indivíduos, igualmente a sós, com o propósito de juntar elementos para a elaboração de seus contralaudos.

<sup>9</sup> *Oga pysy* é uma unidade residencial tipicamente Kaiowá, feita de madeira e coberta com capim sapé, onde, geralmente, residia uma família extensa, denominada *tey’i*. Há também construções com essa mesma denominação que eram e ainda são destinadas a rituais religiosos, às vezes até com outras configurações arquitetônicas. O perito grafou essa palavra de maneira equivocada (*oga pysi*), pois, em guarani, o “y” não tem o mesmo som que o “i”. *Ogatawa*, por sua vez, se é que o perito registrou corretamente essa outra palavra, refere-se a um “povoado” ou, ainda, a um lugar de valor simbólico. Em guarani, a palavra “oga” significa casa, local, moradia, e “táva” ou “tawa” diz respeito a povo, aldeia, povoação, localidade (cf. KRIVOSHEIN DE CANESE; ACOSTA ALCARAZ, 1997).

<sup>10</sup> Na opinião de Alberti (1990, p. 1-2): “Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam”. Entretanto, quando no contexto de perícias judiciais do tipo da que aqui é analisada, os depoimentos orais não devem ser confundidos com depoimentos tomados em juízo, tampouco o método da história oral pode ser considerado um procedimento metodológico mais preciso ou que se sobrepõe em relação ao método etnográfico.

Desconheço a prerrogativa do perito de ter que fazer um laudo judicial em consenso com os assistentes técnicos, haja vista o conflito de interesses, ou o fato de ele estar legalmente obrigado a realizar ou participar de entrevistas coletivas, como se não pudesse ter momentos a sós com as partes envolvidas no Processo. Entrevistas coletivas, aliás, quando feitas por vários entrevistadores ao mesmo tempo (perito, assistentes técnicos e outros), podem criar um ambiente de tensão e induzir a fala dos entrevistados para a obtenção de respostas que convêm a uma das partes. Esse é um dos motivos pelos quais devem ser evitadas, sob pena de se cair em subjetivismo profissional, que pode macular a imparcialidade da perícia. Ademais, em entrevistas coletivas, pode haver a disputa por narrativas, e algumas pessoas podem se apresentar como as autorizadas a falar sobre esse ou aquele assunto.

Mais, ainda, o processo de ocupação tradicional e o esbulho aos quais os Kaiowá se referem fazem parte da memória social de toda uma comunidade e não de um único indivíduo. Essa memória recua há mais de 100 anos, conforme consta na página 1266 dos Autos, e, por ser coletiva e pautada por uma conduta articulada, deveria ter sido analisada de maneira refinada e com a devida profundidade<sup>11</sup>.

Em quarto lugar, está cristalino que as pesquisas arqueológicas causaram constrangimento aos indígenas, pois alguns deles alegaram “ter havido violação de sepulturas”, quer dizer, a profanação de túmulos, de acordo com o que foi registrado pelo próprio perito na página 1267 dos Autos. Significa dizer que lugares sagrados não deveriam, em hipótese alguma, ter sido perturbados por meio de escavações arqueológicas. Felizmente, as escavações não incidiram exatamente sobre antigas sepulturas, como chegaram a pensar alguns, pois esses locais foram mantidos em sigilo.

<sup>11</sup> Entre povos indígenas sul-americanos, os etnólogos, geralmente, não conseguem fazer diagramas de parentesco com a indicação de mais de cinco gerações das quais descende o indivíduo de referência, denominado *ego* (“eu” em latim). Não é de se estranhar, então, que a memória dos Kaiowá possa recuar até uns 150 anos, haja vista que uma geração tem em média de 20 a 25 anos. O que vai além dessa cronologia está, portanto, no campo do imemorial e sua interpretação exige muita habilidade etnográfica.

Esse tipo de procedimento contraria orientações comuns para a ética nas ciências sociais.<sup>12</sup> Entretanto, se o perito tivesse encontrado restos humanos referentes a temporalidades recentes, haveria como datá-los tão precisamente pelo método radiocarbônico? Supondo que pudesse vir a datá-los com 100% de precisão, o passo seguinte seria a realização de exames comparativos entre o DNA dos restos humanos resgatados e o de todos os membros da comunidade de Sucuri'y? Seria realmente necessário tudo isso para dar crédito à memória social de uma comunidade indígena, às evidências materiais encontradas na área e às fontes textuais conhecidas? Em minha opinião, definitivamente, não. Esse é um exemplo execrável de inabilidade etnográfica e de conduta antiética, apoiadas em uma materialidade radical e na suposta autoridade científica de quem estava em campo como auxiliar do juízo. Remete, ainda, à violência episódica e à colonialidade do saber e do poder que marcam certa prática arqueológica em Mato Grosso do Sul e em outros estados brasileiros.

Daí a pertinência da análise apresentada por Stefanos Pacheco, cujo estudo realizado é de grande relevância para a compreensão dos conflitos fundiários entre índios e fazendeiros no Estado. Segue o que a autora escreveu sobre o tema:

Diante do exposto, no antigo sul de Mato Grosso, como em outras áreas do país, no que concerne aos direitos indígenas às suas terras, sempre se vislumbrou o modelo de ação que fortemente privilegia o campo jurídico, visando, nesse sentido, encontrar registros que atestem a *antiguidade da ocupação*. Segundo esta lógica, a ausência de meios documentais de comprovação de um vínculo pretérito entre os remanescentes indígenas e as terras reivindicadas inviabilizaria qualquer tentativa de recuperá-las. Entre aqueles signatários desta idéia, [sic] sua atenção para a solução dos litígios fundiários regularmente está centrada na *Escrita do Estado*, como se somente esta fosse a forma mais importante de constituição de direitos, em detri-

<sup>12</sup> Durante o XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, um grupo de antropólogos e arqueólogos brasileiros, preocupado com questões dessa natureza, propôs, durante a assembleia da associação, a apreciação de um documento sobre o assunto. O documento, que foi aprovado pelos presentes com apenas um voto contrário, solicita do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que não autorize projetos de pesquisa que impliquem na escavação de sepultamentos humanos em terras indígenas e em terras de descendentes de negros escravizados, sem que o responsável pelos estudos tenha a expressa e prévia autorização formal por parte das comunidades interessadas.



mento de outras evidências de ocupação (STEFANES PACHECO, 2004, p. 41. Gritos da autora).

Ciente de que os Kaiowá constituem um povo originário de tradição oral, não haveria o porquê de desprezar duas categorias de provas: 1) a memória social da comunidade; 2) as evidências materiais que atestam sua presença na área em litígio. Proceder de modo contrário sugere, na melhor das hipóteses, uma imparcialidade que vicia o laudo pericial e uma inabilidade técnico-científica de saltar aos olhos.

Para os Kaiowá, em geral, antigos cemitérios não são espaços venerados pela comunidade e, normalmente, devem permanecer no passado e quase que apagados da memória dos vivos. Muitos desses locais podem corresponder a antigas residências, as quais, logo após a partida do morto, foram abandonadas e destruídas pelo fogo. Com o defunto, eram – e por vezes ainda são – enterrados ou deixados sobre as sepulturas vários objetos do falecido. Os Kaiowá acreditam na dualidade da alma, quer dizer, que as pessoas possuem duas almas: uma carnal, chamada *angue* ou *anguery*, e outra espiritual, denominada ñe’e. A alma carnal permanece com o defunto e não deve ser lembrada, pois traz más influências à saúde e à convivência social dos membros da comunidade. Sendo assim, locais sagrados onde estão os mortos não devem ser profanados por escavação alguma, sob pena de perturbar a ordem social e espiritual dos indígenas<sup>13</sup>. Na língua guarani, o nome dado à alma espiritual é o mesmo termo que designa a palavra. Portanto, ñe’e também é a palavra alma dos Kaiowá vivos.

Acrescenta-se, ainda, que a área em litígio sofreu muitos impactos socioambientais negativos, a exemplo do desmatamento, da queimada e da formação de pastagens para bovinos, motivo de rápidas transformações na paisagem local. Impactos assim causaram, indubitavelmente, alguma destruição de evidências materiais sobre a presença indígena em Sucuri’y. Esse assunto também não foi aprofundado no laudo, mas deveria fazer parte de uma avaliação arqueológica geral da área periciada.

<sup>13</sup> Há muitos estudos sobre a religião dos povos indígenas de língua guarani. A produção mais relevante teve início com os padres da Companhia de Jesus, no século XVII, conforme verificado em Melià, Grünberg e Grünberg (1976, 2008), Melià, Saul e Muraro (1987), Chamorro (1995, 1998), Pereira (1999, 2004) e Eremites de Oliveira (2016).

Em quinto lugar, ainda que o perito tenha aferido que as informações orais dos índios foram contraditadas por não índios, o que não é raro quando entrevistas são feitas em um contexto de disputa judicial, está cristalino que parte dos depoimentos dos Kaiowá vai ao encontro de certas fontes textuais. Exemplo disso está na clareza com que o esbulho dos indígenas permanece na memória dos descendentes dos primeiros não índios que fundaram o município de Maracaju. Tanto é verdade que, na página 1277 dos Autos, o arqueólogo menciona um trecho do livro *Maracaju e sua gente*, de Francisco Bernardes Ferreira e Albino Pereira da Rosa,<sup>14</sup> publicado localmente em 1988. A década de publicação do livro coincide com a década em que os Kaiowá afirmaram que foram expulsos da área. Nesse livro consta, *ipsis litteris*, o seguinte:

Durante os primeiros anos de adaptação da família Alves de Lima na região do Planalto da Serra de Maracaju, nem sempre as coisas correram em paz. Havia muitas aldeias indígenas, espalhadas desde as cabeceiras dos rios Santa Maria e Brilhante, até as margens do Paraná.

Os índios constituíam uma ameaça permanente para os fazendeiros que, por diversas vezes, tiveram de empregar de muita astúcia, e até mesmo o uso de armas de fogo para rechaçar os seus ataques traiçoeiros e perigosos. Com o decorrer do tempo, depois de muita luta e até de combates sanguinolentos, teve lugar uma aproximação pacífica dos grupos em litígio, permitindo o estabelecimento de um clima de paz e maior tranquilidade [sic]. (FERREIRA e ROSA, 1988, p. 111).

A transcrição apresentada foi escrita por Francisco Bernardes Ferreira, responsável pela redação da segunda parte da obra (da página 73 até a 167). Faz parte de um livro produzido por dois renomados memorialistas da região, pessoas conhecedoras do direito e autores de um livro sobre a história de Maracaju.

<sup>14</sup> Albino Pereira da Rosa nasceu em Maracaju, no dia 13 de junho de 1914; graduou-se em direito pela antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro; foi auxiliar de ministro na Procuradoria Geral, procurador de autarquia da Previdência Social e autor de livros jurídicos. Francisco Bernardes Ferreira, por sua vez, nasceu em Uberaba, Minas Gerais, no dia 21 de janeiro de 1903; trabalhou em Maracaju como proprietário da Farmácia Popular e também em fazendas de gado da região. Chegou a exercer as funções públicas de juiz de paz, vereador, promotor interino da justiça e prefeito do município. Portanto, os autores do livro *Maracaju e sua gente* foram pessoas cultas, por assim dizer, que vivenciaram o processo histórico regional no século XX.

Nessa passagem, também citada na página 93 da tese de doutorado do perito, estão claros alguns pontos cruciais para o conhecimento de direitos: 1) que muitas aldeias indígenas estavam estabelecidas na região quando ali chegaram os primeiros não índios fundadores do município, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX;<sup>15</sup> 2) que os contatos interétnicos entre os índios e os “pioneiros” não foram pacíficos, haja vista o emprego de armas de fogo para rechaçar os primeiros ocupantes nativos da região, tratados como uma ameaça permanente; 3) depois desses conflitos, supostamente, houve o estabelecimento de um clima de paz e maior tranquilidade, o que teria ocorrido quando se consolidou o processo de esbulho dos índios de grande parte do território por eles ocupado tradicionalmente na região.

É isso o que, resumidamente, diz o estudo sobre a história de Maracaju, escrita por homens importantes da política local. Também é isso o que, em linhas gerais, os Kaiowá explicaram para o perito e para os assistentes técnicos. Ambas as versões não são contraditórias; pelo contrário, são confluentes e fazem parte de uma mesma história presente na memória coletiva de índios e de não índios.<sup>16</sup>

Essa ainda é a realidade sócio-histórica de muitas outras regiões do antigo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, onde os conflitos fundiários seguem, envolvendo índios e fazendeiros. A questão central reside na origem da propriedade privada de muitos imóveis e da estrutura fundiária regional, a qual se encontra no fato de o governo do antigo estado de Mato Grosso, o *uno* ou integrado, ter se apoderado de territórios indígenas, sobremaneira após a promulgação da Constituição Federal de 1891, declarando-os como terras devolutas para depois repassá-los a terceiros. Muitos desses terceiros promoveram a expulsão dos nativos de seus territórios e obtiveram, por parte dos órgãos estaduais de controle fundiário, as definitivas certidões imobiliárias para a legalização das propriedades.

Ao analisar situações desse tipo, a partir do estudo de vários processos judiciais, Moreira da Silva assim resumiu a situação:

<sup>15</sup> Segundo o referido *expert*: “Em 8 de junho de 1924, o Governo do Estado de Mato Grosso elevou o pequeno aglomerado à categoria de Distrito da Paz, sob a jurisdição da Comarca de Nioaque. No ano de 1928, quando a população urbana girava em torno de mil pessoas e a rural, em dez mil, a região desmembrou-se de Nioaque e o distrito foi promovido a [sic] sede do município de Maracaju”. Essa informação consta na página 106 da tese de doutorado do perito da Justiça Federal.

<sup>16</sup> Além dos Kaiowá, os Ofayé, também chamados de Ofaié-Xavante, cujos descendentes vivem hoje em Brasilândia, tiveram suas terras espoliadas na região de Maracaju e adjacências (DUTRA, 1996).

No Mato Grosso do Sul, notadamente no território kaiowá e ñandeva, o processo de espoliação de terras indígenas pelas frentes de expansão econômica, com apoio oficial, realizou-se à revelia de todo o ordenamento jurídico de proteção aos direitos indígenas vigentes, inclusive o Alvará de 1680, que nunca foi revogado. (MOREIRA DA SILVA, 2002, p. 149).

Stefanes Pacheco, por sua vez, igualmente, ao analisar muitos processos judiciais, fez duas interessantes avaliações sobre o assunto.

Primeira:

É certo que os indígenas foram atropelados pela ação estatal, sendo este o principal responsável por grande parte dos infortúnios que assolam estas sociedades; porém, o Estado não agiu sozinho, estava amparado por uma classe ávida de benesses e que via nestas terras uma forma de resolver seus anseios (STEFANES PACHECO, 2004, p. 36).

Segunda: “O resultado é uma trama de títulos que vêm tentando obstaculizar o questionamento jurídico por parte dos indígenas no tocante a seus direitos de acesso a terra.” (STEFANES PACHECO, 2004, p. 41).

A seguir, registro o que o próprio perito escreveu em um subitem de sua tese de doutorado, elaborado sem a realização de pesquisa etnográfica, porém centrado em uma análise histórica baseada em fontes textuais.<sup>17</sup>

Primeira:

Na década de oitenta do século XIX, a região do planalto maracajuano assistiu, concomitantemente à expansão da atividade ervateira, à chegada de novas levas de colonos, principalmente famílias oriundas do sul de Minas Gerais. Diversas fazendas de gado foram constituídas na área do atual município de Maracaju e os colonos passaram a disputar, com os indígenas, a posse das vastas planuras maracajuanas.

<sup>17</sup> As quatro citações apresentadas a seguir foram copiadas da tese de doutorado do perito: a primeira da p. 93, a segunda da p. 94, a terceira da p. 106 e a quarta das p. 107-108.

A resistência indígena à invasão de seu território ancestral não foi pacífica, isto podemos observar, por exemplo, na descrição feita por um historiador municipal a seguir produzida: [...].

A citação apresentada é a mesma reproduzida anteriormente, transcrita da página 111 do livro *Maracaju e sua gente* (FERREIRA e ROSA, 1988), e por isso mesmo dispensa outra menção ao trecho já mencionado.

Segunda:

A família Alves de Lima foi uma das dezenas que se instalaram no planalto nessa época. Porém, entre todas, esta merece destaque no âmbito deste trabalho, pois foram os membros dessa família os que se instalaram pioneiramente na área compreendida entre o córrego Cachoeira e o rio Santa Maria, onde esta [sic] localizado o sítio “Maracaju-1”, fundando aí a fazenda Pulador, na confluência do córrego Pulador com o Cachoeira. Esta fazenda existe ainda nos dias de hoje [...] (FERREIRA e ROSA, 1988, p. 111).

Terceira:

Muito provavelmente, nas primeiras décadas deste século [século XX], a região que estamos enfocando ainda abrigava, talvez, algumas centenas de índios kaiowás [sic] dispersos entre os bosques remanescentes da cobertura original ou vivendo agregados nas recém-instaladas fazendas como mão-de-obra [sic] desqualificada, conservando ainda parte de seus costumes e uma obstinação em preservar o seu modo de ser, isto no território onde mantêm relações simbólicas com seu passado e antepassados.

A partir da década de 1940, o panorama ambiental e sócio-econômico [sic] passou por aceleradas mudanças. Nos primeiros anos dessa década o tronco ferroviário da ‘Noroeste do Brasil’, ligando Ponta Porá a Campo Grande, estava concluído. A facilidade de acesso e a de circulação de mercadorias daí advindas viabilizou, pelos anos seguintes, o crescimento das atividades agropastoris e o processo de urbanização do município. O espa-

ço vital para os índios reduziu-se proporcionalmente ao ritmo do desenvolvimento econômico (FERREIRA e ROSA, 1988, p. 111. Acréscimo meu).

A quarta foi escrita no laudo, logo após o perito fazer referência ao estudo de identificação que Santos (1986) elaborou à FUNAI:

Em 1983, algumas famílias indígenas que viviam agregadas em fazendas da região retornaram à área pretendida como território imemorial, nas proximidades da Fazenda Sete Voltas. Outras famílias se reagruparam, em 1984, em um lote nas margens da rodovia Rio Brilhante-Maracaju, e mais algumas na periferia da cidade de Maracaju. Diversos atritos ocorreram entre os índios e alguns fazendeiros, estes apoiados por algumas autoridades municipais. As tensões aumentaram e, no meio do ano de 1986, uma ação conjunta, realizada pela Prefeitura Municipal, pela Polícia Militar do Estado e pelo Terrasul, com apoio de alguns fazendeiros, desalojou os índios do município, enviando-os para o Posto Indígena de Dourados.

A convivência com grupos étnicos distintos e o congestionamento demográfico do PI de Dourados desgastou [*sic*] as relações dos recém-chegados com os habitantes tradicionais do lugar. A desarmonia e os graves problemas sócio-culturais [*sic*] de PI de Dourados os forçou, novamente, a procurar um local onde pudessem realizar o assentamento tribal.

Atualmente, a auto-denominada comunidade Sucuri [*sic*] (...), enquanto aguarda um desfecho para o processo demarcatório de suas terras, está instalada em uma área urbana de 5 hectares, cedida a título de comodato pela Prefeitura de Rio Brilhante, no distrito de Prudêncio Thomaz (Aroeira), e resiste sobrevivendo da venda de artesanato nas margens da rodovia BR-163.

As citações apresentadas são relevantes para a compreensão da história dos contatos entre os Kaiowá e a sociedade nacional e para o esclarecimento dos fatos. Nas passagens transcritas, o autor registrou o termo “território

imemorial” para se referir à área reivindicada pelos Kaiowá e apresentou um sucinto panorama acerca dos processos de desterritorialização e de reterritorialização enfrentados pela própria comunidade de Sucuri’y. A análise que fez em um capítulo específico de sua tese de doutorado vai ao encontro daquilo que, em linhas gerais, os Kaiowá lhe disseram anos depois, quando o arqueólogo, na condição de perito do juízo, esteve com os índios para a realização do laudo judicial em análise.

Essa constatação reforça ainda mais a tese da ocupação tradicional da Terra Indígena Sucuri’y e do esbulho que os Kaiowá alegam ter sofrido. Também corrobora a avaliação de que o perito cometeu vícios ao buscar provas imemoriais sobre a posse permanente e ininterrupta da área em litígio. No caso em tela, o perito não esclareceu as razões da mudança de posicionamento quanto ao direito de posse dos Kaiowá em relação às terras reivindicadas em Maracaju nem o porquê, especificamente, de a comunidade indígena não possuir vínculos tradicionais com a área periciada.

Posteriormente, em 2006, a Justiça Federal acatou um pedido do Ministério Público Federal, baseado no parecer que entreguei a um procurador em Dourados, sobre a necessidade da realização de nova perícia em Sucuri’y, dessa vez não mais arqueológica e sim antropológica. Em seguida, o juízo nomeou um etnólogo para a realização dos novos estudos, cujos resultados indicaram que a área em litígio é terra tradicionalmente ocupada pelos Kaiowá. No ano seguinte, em 2007, houve uma sentença favorável à comunidade indígena e ela foi autorizada a aguardar, dentro dos 535 hectares da Terra Indígena Sucuri’y, o desfecho do processo judicial.

Para finalizar este estudo, concluo que a relação entre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas é um tema que precisa ser debatido com mais profundidade na arqueologia brasileira. Por isso defendo a tese de que em arqueologia o uso de analogias diretas é algo inapropriado para a atribuição desta ou daquela identidade a quaisquer populações indígenas. Faz-se imperativo superar um antigo paradigma histórico-cultural, qual seja, o de que a etnicidade deva ser tratada como um fenômeno estático, fossilizado no tempo e no espaço, algo que surgiria de fora para dentro dos grupos étnicos. Pelo contrário, é um fenômeno dinâmico e relacional, que emerge do interior dos grupos étnicos para a exterioridade. Ademais, o que pode parecer apenas um procedimento teórico-metodológico impertinente e inadequa-



do, restrito ao debate acadêmico, pode se converter em problemas políticos de grandes proporções, destacadamente nos casos em que direitos de comunidades étnicas são objetos de decisão na esfera judicial. Daí a necessidade imprescindível da arqueologia brasileira de aprofundar o diálogo com outros campos do conhecimento, sobretudo com a antropologia social, sem se esquecer da história e até mesmo do direito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDO, 1990.

ALMEIDA, M. A. D. de. Diálogos entre antropologia e direito à luz dos laudos periciais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; MURA, F.; BARBOSA DA SILVA, A. (Orgs.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: ABA, 2015, p. 23-47.

ALVES DA SILVA, C.; EREMITES DE OLIVEIRA, J. Fontes textuais e etno-história: possibilidades de novas abordagens para uma história indígena no estado do Tocantins. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 77-84, 2005.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 185-227.

BECKER, Í. I. B. Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da Província do Paraguai. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 47, p. 1-197, 1992. (Série Antropologia).

BECKER, S.; SOUZA, O. C. N. de; EREMITES DE OLIVEIRA, J. A prevalência da lógica integracionista: negações à perícia antropológica em processos criminais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. **Etnográfica**, Lisboa, n. 17, p. 97-120, 2013.

BENITES, T. **Rojeroky hina ha roiike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. 269 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BESPALEZ, E. **As formações territoriais na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS**: os significados históricos e culturais da Fase Jacadigo da Tradição Pantanal.

2014. 281 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS:** um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. 2009. 257 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani:** os difíceis caminhos da palavra. 1997. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 5 outubro de 1988.

BROCHADO, J. J. J. P. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America.** 1984. PhD Tesis (Doctorate in Anthropology) - University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana-Champaign, 1984.

CARREIRA, E. A. Parecer do assistente técnico do Ministério Público Federal. In: PODER JUDICIÁRIO DE CAMPO GRANDE. **Processo nº 97.0864-9.** Campo Grande: 1ª Vara da 1ª Seção Judiciária de Campo Grande, 2000, p. 1366-1384.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade:** a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013.

CHAMORRO, G. **A espiritualidade guarani:** uma teologia ameríndia da palavra. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Kurusu ñe'ëngatu:** palavras que la historia no podría olvidar. Asunción: Universidad Católica, 1995.

CORRÊA, A. A. **Pindorama de Mboîa e îakaré:** continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DUARTE, A. M. **Vidas em risco:** crítica presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUTRA, C. A. dos S. **Ofaié:** morte e vida de um povo. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. (Re)aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: Etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais

sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; MURA, F.; BARBOSA DA SILVA, A. (Orgs.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: ABA, 2015b, p. 234-261.

\_\_\_\_\_. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, 2012b.

\_\_\_\_\_. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 7, n. 354-374, 2015a.

\_\_\_\_\_. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y. **Cultura e Sociedade**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 95-113, 2007.

\_\_\_\_\_. **Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal**. 2002. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, n. 16, p. 71-86, 2005.

\_\_\_\_\_. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, n. 29, p. 136-160, 2016.

\_\_\_\_\_. Los primeros pasos en dirección de una arqueología pantanera: de Max Schmidt y Branka Susnik hacia otras interpretaciones sobre los pueblos indígenas de las tierras bajas del Pantanal. **Suplemento Antropológico**, Asunción, v. 38, n. 2, p. 9-72, 2003a.

\_\_\_\_\_. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Tellus**, Campo Grande, v. 12, n. 22, p. 27-48, 2012a.

\_\_\_\_\_. Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Habitus**, Goiânia, n. 9, p. 166-196, 2011.

\_\_\_\_\_. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etno-história. **Prosa**, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 39-47, 2003b.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; ESSELIN, P. M. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, n. 9, p. 278-318, 2015.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, n. 2, p. 1-20, 2007.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico de uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, R. L. S. de; EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. (Orgs.). **Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação**. Dourados: Editora UFGD, 2010, p. 185-208.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. **Terra Indígena Buriti**: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2011.

FERREIRA, A. B. **Os Corrêa, os Ponte, os Alves no planalto e serra de Maracajú**: origem histórica, árvores genealógicas. Campo Grande: [s.n.], 1993.

FERREIRA, F. B.; ROSA, A. P. da. **Maracaju e sua gente**. Maracaju: [s.n.], 1988.

FUNARI, P. P. A.; BEZERRA, M. Arqueologia Pública na América Latina. In: MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACH, J. (Orgs.) **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública**. Joinville: Casa Aberta Editora, 2013, p. 75-100.

FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PADGOMY, I. Introdução – A Primeira Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul: questões e debates. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 1-12, 1999.

FUNARI, P. P. A.; NOELLI, F. S. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity**: Constructing identities in the past and present. London: Routledge, 1997.

KRIVOSHEIN DE CANESE, N.; ACOSTA ALCARAZ, F. Ñe’ẽryru. Dicionario Guaraní-Español – Español-Guaraní. Asunción: Instituto Superior de Lengua/Universidad Nacional de Asunción, 1997.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. J. J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Arte & Cultura, 1989.

LANDA, B. dos S. **Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, município de Japorã/MS**. 2005. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LITTLE, B. J. **Historical Archaeology: why the past matters**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

MELIÀ, B. El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos. **Tellus**, Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 151-162, 2004.

MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. Etnografía Guaraní del Paraguay contemporáneo: los Paĩ-Tavyterã. **Suplemento Antropológico**, Asunción, v. 1-2, n. 11, p. 151-295, 1976.

MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. **Paĩ-Tavyterã: Etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo**. 2. ed. Corregida y aumentada. Asunción: CEADUC/CEPAG, 2008.

MELIÀ, B.; SAUL, M. V. de A.; MURARO, V. F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo: Fundames, 1987.

MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (Orgs.). **Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil**. Curitiba: Appris, 2014.

MONTOYA, A. R. de. **Arte de la lengua guaraní (1640)**. Edição fac-similar. Transcrição de Antonio Caballos. Introdução de Bartomeu Melià. Asunción: CEPAG, 1993.

\_\_\_\_\_. **Vocabulário de la lengua guaraní (1640)**. Transcrição e transliteração de Antonio Caballos. Introdução de Bartomeu Melià. Asunción: CEPAG, 2002.

MOREIRA DA SILVA, L. **A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos índios Kaiowá e Ñandeva em Mato Grosso do Sul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília/Centro Universitário da Grande Dourados, Brasília/Dourados, 2002.

MURA, F. O tekoha como categoria histórica: elaborações culturais e estratégias kaiowa na construção do território. **Fronteiras**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 109-143, 2004.

NEVES, W. A. (Org.). Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 1-2, 2000.

NIMUENDAJU, C. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1987.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000). **Revista USP**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 218-269, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sem tekohá não há teko**: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. 1993. 488 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

NOELLI, F. S.; VIVEIROS DE CASTRO, E.; URBAN, G. Debate: hipóteses sobre a origem e a expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 5-118, 1996.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998b.

\_\_\_\_\_. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998a.

PEREIRA DA SILVA, L. **Arqueologia Indígena**: protagonismo ameríndio, interlocução cultural e ciência contemporânea. Cáceres: UNEMAT Editora; Cuiabá: Carline & Caniato Editorial, 2014.

PEREIRA, L. M. **Imagens kaíowá do sistema social e seu entorno**. 2004. 447 f. Tese (Doutorado em Ciências/Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. **Tellus**, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 137-145, 2003.

\_\_\_\_\_. **Parentesco e organização social kaíowá**. 1999. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. 2. ed. Tradução de María Jesús Mosquera Rial. Madrid: Akal, 1998.

SANTOS, A. F. M.; PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó**. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2003.

SANTOS, J. A. M. dos. **Relatório**. Os Guarani do Trópico de Capricórnio. Identificação das áreas indígenas Cerrito, Vila Juty e Maracaju. Brasília: 2ª SUER/FUNAI, 1986. [não publicado]

SANTOS, M. C. dos. Clastres e Susnik: uma tradução do “Guarani de papel”. In: GADELHA, R. M. A. F. (Ed.). **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo: Educ/Fapesp, 1999, p. 205-219.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 1974.

SCHIAVETTO, S. N. de O. **A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SOARES, A. L. R. Arqueologia, história e etnografia: o denominador guarani. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 31-62, 2003.

\_\_\_\_\_. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

STEFANES PACHECO, R. A. **Mobilizações guarani Kaiowá e Ñandeva e a (re)construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o Direito Indígena**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

STUCHI, F. F. **A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TAMANINI, E. Educação em Museus como anúncio e resistência popular: o desafio da construção de política pública. In: MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACH, J. (Orgs.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública**. Joinville: Casa Aberta Editora, 2013, p. 07-17.

TENÓRIO, M. C. (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico**. Tradução de Ordep T. Serra. São Paulo: Odisseus, 2004.



VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Nimuendaju e os Guarani. In: NIMUENDAJU, C. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1987, p. XVII-XXXIX.

\_\_\_\_\_. O nativo relativo. **Mana**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WANDERLEY, E. C. G. É pote de parente antigo! A relação dos indígenas Apurinã da Terra Indígena Caititu com os sítios e objetos arqueológicos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

WILLEY, G. R.; PHILLIPS, P. **Method and theory in American Archaeology**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

# CAPÍTULO 2

## DAS TAPERAS DOS ÍNDIOS ANTIGOS AOS SÍTIOS: APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ENTRE OS TREMEMBÉS DE ALMOFALA (CEARÁ)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq02>

*Jóina Freitas Borges*

*Sebastião Ovildo dos Santos (Sezinho Tremembé)*

*José Getúlio dos Santos (Getúlio Tremembé)*

*Ao tio Estevão Henrique (em memória),  
o “campeão percurador de sítio mertiológico”,  
com todo nosso amor, admiração e respeito.*

## SUMÁRIO

## APROPRIAÇÃO COMO ABAPORU

A ideia de escrever este texto não pareceu simples desde o princípio. As apropriações em relação ao patrimônio acontecem de maneiras tão diversas e são, muitas vezes, tão atravessadas por símbolos e por subjetividades, que não há como não ser um tema complexo.

Entendemos, em primeiro lugar, que os processos de apropriação do patrimônio estão ligados aos processos de identificação dos sujeitos e dos grupos, cujas identidades são construídas constantemente e sempre transformadas, transmutadas, hibridizadas (HALL, 2004; WOODWARD, 2014). Em contrapartida, o caso em questão ocorre em um contexto colonizado, permeado por discursos de “fixidez” (BHABHA, 1998, p. 105), os quais alimentam estereótipos que negam historicidade aos povos indígenas, portanto, procuram engessar as relações desses povos com seus bens culturais, promovendo a falsa dicotomia entre os “índios puros” e suas tradições “intactas” *versus* os “índios aculturados” e a “perda” de suas tradições.

A própria noção de patrimônio também deve ser problematizada. O “Patrimônio” possui um peso institucional muito forte em nosso país, em virtude da trajetória do conceito em nossa história, ligada à consolidação do Estado Novo na Era Vargas, como também devido a uma carga legislativa das mais eficientes do mundo, apesar de suas falhas no que tange às leis de salvaguarda e proteção. Essa institucionalização gera um distanciamento entre o patrimônio como “bem de todos” e os bens culturais locais, apropriados por meio de idiosincrasias que, muitas vezes, as leis não conseguem acompanhar.

Cabe a ressalva de que a noção de patrimônio expressa neste capítulo busca uma perspectiva “canibalizada” que traga consigo as particularidades de sua apropriação. Assim, entendemos a apropriação do patrimônio arqueológico realizada pelos Tremembés de Almofala como uma antropofagia, no sentido que Oswald de Andrade deu ao Movimento Antropofágico, a partir do quadro Abaporu (homem que come gente), de Tarsila do Amaral. “*Nunca fomos catequizados*”, disse Oswald em seu *Manifesto Antropófago* (1928), visto que sempre digerimos tudo o que nos foi imposto. Digerimos transformando, transmutando: uma antropofagia cultural.

Uma antropofagia cultural seria, como diz o Cacique João Venâncio (BORGES, 2006, p. 112), um “jogo de cintura” para lidar com o “modelo capitalista”. Isso acontece,

Porque a gente hoje temos que viver os dois lados, nós temos que viver o lado da nossa cultura e temos que viver o lado do modelo capitalista, porque não dá para separar, você tem que... você tem que viver. Agora tem que viver uma coisa que não dê pra esquecer a outra [...]. (BORGES, 2006, p. 112).

Esse “jogo de cintura” se dá por meio de uma antropofagia, de um consumo de outra cultura, de modo que se “viva”, porém, sem esquecer as próprias tradições, os costumes, os saberes, ou seja, sem abrir mão completamente do próprio jeito de ser.

Em uma das aulas ocorridas no Magistério Indígena Tremembé Superior, quando a professora informou sobre a possível prática de antropofagia entre os ancestrais dos Tremembés, de séculos anteriores, Raimundão Tremembé foi mais enfático: “É que para nós Tremembés é assim: o que vem da terra é caça, o que vem do mar é peixe!”.

Essa frase de Raimundão, carregada de ironia, sintetiza, metaforicamente, as práticas “antropofágicas” que os Tremembés de Almofala vêm exercendo, com o passar dos anos, para se manterem vivos como grupo indígena.

Os Tremembés, por meio de seus “dribles”, como eles mesmos dizem, vêm consumindo as culturas que lhes são postas, recriando, constantemente, a partir delas, sua própria cultura, a cultura tremembé: cheia de tradição, repleta de novidades, com muitas contradições e com outras tantas consonâncias, produzindo uma cultura híbrida, como tantas outras neste planeta.

Não há como não ser gerada, como bem explora Bhabha (1998), uma ambivalência entre a cultura que procura se impor e a cultura indígena, tida como subalterna, nessas situações de hibridismo cultural. Essa ambivalência só pode ser minorada por meio do canibalismo da cultura que é imposta; sendo assim, para se manter vivo, tem que ser *Abaporu*. E é sendo *Abaporu* que os Tremembés estão se apropriando do conceito de patrimônio arqueológico em Almofala.

## DOS NARRADORES AOS DISCURSOS

Para imbricar um tanto mais a discussão, este capítulo é um produto da fala de três pessoas diferentes, as quais são, inclusive, de diferentes cultu-

ras. Sendo assim, surgiram alguns questionamentos iniciais acerca da própria formatação do texto: Como falar de apropriações sem se apropriar da língua, sem consumi-la, como diria Michel de Certeau (2008), e sem realizar com ela “bricolagens” para cometer sutis “delinquências” contra o discurso acadêmico ainda tão cartesiano? Como realizar uma escrita sem homogeneizar as falas dos autores, respeitando as ideias comuns, mas também as subjetividades?

No caso de pessoas que escrevem de um lugar de sujeito menos indiferente às sensações que o lugar do acadêmico, que escrevem inclusive de suas aldeias, como bem coloca Tolstoi, como lidar com o discurso científico, que sempre reduz a poesia da vivência?

Como definir as pessoas do discurso, se todo discurso é ondulante entre o *eu* que escreve, o *nós* que compõe, os *eles* que *nos* atravessam nas construções diárias de memórias, histórias, saberes e experiências?

E como transcrever para esse discurso a fala do narrador nato? Esse que, como alega Walter Benjamin (1987, p. 205), exerce “[...] uma forma artesanal de comunicação [...]”, exerce uma arte? A imagem que vem à cabeça, lendo o texto de Benjamin, é a do narrador como uma rendeira manuseando com habilidade seus bilros, fazendo surgir na almofada a trama da tão delicada renda. É o mesmo exercício de quem sabe lidar com os fios da memória e consegue produzir narrativas labirínticas por meio dos enlaces dos fatos, cruzando dados como a rendeira cruza seus bilros.

A arte da renda e a arte da narrativa, porém, não encontram fluência na escrita acadêmica. São os narradores natos, como o Sr. Estevão Henrique Tremembé, que, tecendo suas lembranças, alimentam as narrativas sobre o passado de seu povo e apropriam-se do patrimônio como artífices das suas histórias. Como fazer, então, a riqueza desses narradores aparecer nos textos científicos?

A maioria dessas perguntas permanece sem solução, pois todas essas limitações dos discursos da Academia são frutos de uma colonização epistemológica, como bem coloca Mignolo (2008) e Santos (2010), que reprime escritas várias e, por sua vez, também reprime interpretações várias da realidade.

Essa colonização epistemológica produziu discursos na maioria das vezes circunscritos a uma história eurocêntrica, os quais perderam a multiplicidade das histórias locais em prol de se construir, como diria Certeau (2002, p. 9),



“[...] a escrita conquistadora [...]”, a escrita da história europeia, que passa a ser “inscrita” na América.

A colonização dos discursos sobre o passado, na Academia, produz a disciplina histórica, a qual é duas vezes disciplina: por meio do verbo, que impõe a norma do fazer historiográfico, e da doutrina, que se transforma em área de conhecimento. Longe de realizar-se, assim, uma Arqueologia do Saber, como propõe Foucault (2002), para a desconstrução dos esquemas lineares e para a libertação dos “jogos das noções” (p. 24), os quais remetam àquela trama da renda, que é a metáfora da complexidade da realidade, o discurso científico tende ao esquema de uma história linear, da história como a verdade dos acontecimentos.

Os acontecimentos, no entanto, nunca possuem uma única verdade, pois que ganham cores variadas, de acordo com o olhar de quem os vê. O discurso acadêmico produzido sobre o passado, quer a partir da história, quer a partir da arqueologia (a ciência, não a proposta de Foucault), tende a homogeneizar o que é disperso, a generalizar o que é múltiplo e a simplificar o que é complexo (FOUCAULT, 1998).

Nora (1993, p. 9) chama atenção para esse caráter “universal” da história, como uma “[...] operação intelectual e laicizante [...]”, enquanto que a memória reflete atualidade e localidade, visto que “[...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto [...]”. Os discursos das memórias são mais múltiplos, são mais vivos, enquanto que na isonomia do enunciado científico perde-se algo para o qual Sérgio Buarque de Holanda (1996, p. 8) chamava, convenientemente, atenção: “Nada do que vive exprime-se impunemente em vocábulos”.

“No coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea [...]” (NORA, 1993, p. 9). Nas nossas mãos estão as espadas, transmutadas na escrita, que destroem essas memórias na monotonia de nossos discursos acadêmicos.

Cientes de todas essas insuficiências do discurso acadêmico e de nossas insuficiências, porque também fomos colonizados e capturados por esse discurso, tentamos construir uma narrativa mais plural, que desse conta das nossas falas, mas também das falas dos outros que passam a compor o nosso pensamento.

Há, dessa maneira, uma sinuosidade neste texto, que esperamos não comprometer a leitura. Pedimos ao leitor paciência para enxergar, nas entrelinhas, os diversos autores que o compõem, pois diversas são as apropriações das palavras, das histórias e das memórias que construíram este nosso texto, na tentativa de construir-se um discurso, ainda científico, porém mais intercultural.

Assim, a professora também se fez aluna de seus alunos professores, e nossos intercâmbios de conhecimentos geraram este texto, com tantas pessoas do/no discurso!

## **EU, NÓS, ELES: PESSOAS PLURAIS NO DISCURSO, PARA DISCURSOS PLURAIS SOBRE O PASSADO**

Eles, Tremembés – Jóina Borges:

Há cerca de dez anos, trinta e nove professores Tremembés inauguraram um capítulo especial da história da educação diferenciada indígena no Ceará. Iniciaram o Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS), em Almofala (Distrito do Município de Itarema), e inovaram em um curso de nível superior que priorizou a autonomia Tremembé nas suas abordagens teórico-metodológicas, desde a concepção da matriz curricular até as metodologias aplicadas em sala de aula (FONTELES FILHO, 2013).

A sala de aula ficava aberta para a foz do rio Aracatimirim, no ponto em que esse rio se abria para o mar. O curso começava com o “pé no chão”,<sup>1</sup> chão de areias secularmente conhecidas pelos tremembés. A abertura do curso, na disciplina de “Antropologia, Arqueologia e História”, foi realizada debaixo de um telhado de palha e sem paredes, as quais não permitiriam o deleite da beleza da paisagem da foz do rio.

A sala de aula estava cheia: além dos jovens professores, que olharam com curioso interesse para os “slides” apresentados, junto a eles, crianças, bebês e as experientes lideranças indígenas, de várias localidades de Almofala,

<sup>1</sup> A etapa anterior do magistério, em nível médio, foi chamada de Curso Pé no Chão. O MITS assim também foi chamado pelo Cacique João Venança, pois ainda não possuía apoio oficial de nenhuma instituição, mas teve início com muita esperança e empenho dos tremembés para que pudesse acontecer.

assistiram à aula e também se apropriaram, naquele momento, de um novo conceito para seu repertório – o conceito de sítio arqueológico (BORGES, 2007).

Os sítios arqueológicos já eram conhecidos por eles, mas com outras denominações: eram as “taperas dos antigos”, “as taperas velhas”, “as taperas dos índios velhos”.

### *Nós – Sezinho Tremembé:*

Nossos mais velhos, antigamente, não conheciam o que era sítio arqueológico, por causa do pouco conhecimento sobre o assunto. Muitos viam esses restos como algo sem serventia para o fortalecimento da luta. Mal sabiam eles que aqueles vestígios eram fontes históricas da memória de nosso povo.

É importante lembrar que, antes, nosso povo não tinha conhecimento desse *bem imaterial* que estava em nosso aldeamento, pois conhecíamos esses locais simplesmente por taperas velhas. Mesmo assim, tínhamos uma relação harmoniosa com eles, pois tínhamos plena noção de sua importância, devido ao fato de ali existirem vestígios de nossos troncos velhos.

Muitas pessoas de nosso aldeamento são consideradas “troncos velhos”, devido à vasta experiência de luta que adquiriram ao longo de suas jornadas, pois, diante dos desafios que enfrentaram, não se deixaram abater e continuaram de pé, firme na luta pela nossa terra. Vale ressaltar que troncos velhos não são apenas as pessoas mais velhas e sim todos aqueles que levam a luta com afinco, defendendo nossos direitos, nossos costumes e nossas tradições.

### *Eu – Getúlio Tremembé:*

Falar da infância é fazer a memória vir à tona e se lembrar de muitas coisas que faziam toda a diferença na vida de um Tremembé. Vou falar aqui de algo que está muito presente na minha vida, as taperas. Lembro-me que, quando era criança, trabalhando com meu pai no quintal, ou mesmo andando e brincando pelas dunas de Mangue Alto, costumava encontrar muitas coisas, que eu não entendia o que eram. Eram, geralmente, restos de búzios e de conchas, restos de cerâmicas, de pedras, de barro, de ossos de peixes... Sempre perguntava ao meu pai o que era aquilo, e a resposta era sempre a mesma: “*Meu filho,*



*isso aí é uma tapera, era morada dos antigos*". Como a gente não tinha nenhum conhecimento acadêmico sobre o assunto, não dava muita importância, e como precisava cavar a terra, nos quintais, para plantar, na maioria das vezes, tudo o que era encontrado nas taperas era vasculhado pela enxada. Muitas vezes, eram encontradas cabeças de cachimbos, pedaços de pratos, bocas inteiras de potes, pedras grandes, que diziam *"Meu pai e minha mãe eram as trempes"*.<sup>2</sup> A cada ano que se passava, a gente achava mais materiais quando começava a trabalhar, e, muitas vezes, movida pela curiosidade, a gente costumava cavar um pouco mais fundo para ver se tinha mais coisas. É claro que encontrava.

## DISCURSOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS: SABERES INTERCULTURAIS, APROPRIAÇÕES MÚTUAS, CONCEITUAIS E EMPÍRICAS

Desde os tempos da colonização, as terras da costa norte do Brasil são terras tremembés. Saber que é uma área bastante vasta tem grande valor para o nosso povo Tremembé, devido ao fato de ser uma terra tradicionalmente ocupada por povos indígenas e ainda possuir vestígios de sítios arqueológicos.

Os sítios arqueológicos, como os que existem nas terras de Almofala, espalham-se por sobre as dunas do Ceará e do Piauí.<sup>3</sup> São vestígios de tempos que antecederam os históricos tremembés, mas também remetem à ocupação destes durante o período da colonização, assim como até a atualidade.<sup>4</sup>

Os documentos históricos do século XVI não se referiam aos nativos da costa norte, especificamente, como Tremembés, mas sim como "tapuias"

<sup>2</sup> Nome dado às estruturas das fogueiras, que são feitas mais comumente de madeira e de pedras.

<sup>3</sup> Referimo-nos aos sítios que conhecemos pessoalmente, não inviabilizando a existência de tais sítios em outros Estados. Não nos referimos a uma bibliografia que trate sobre o tema, porque apesar de haver várias referências sobre sítios dunares em outros Estados, como no Rio Grande do Norte e no Maranhão, não há, ainda, um estudo comparativo e com datações que possam precisar uma classificação, ou mesmo que possam ser remetidos aos tremembés.

<sup>4</sup> Os sítios da costa norte brasileira possuem, em sua maioria, as mesmas características de sítios dunares, com material cerâmico, malacológico e lítico, principalmente, exposto a céu aberto. Possuem datações de alguns milhares de anos, como os do Maranhão (BANDEIRA, 2008), mas ainda são poucas e recentes as pesquisas sistemáticas nessa costa (BORGES, 2004; NASCIMENTO, LUNA e GOMES, 1999). Em relação aos dados históricos, há referências da presença de Tapuias na costa norte, desde os primeiros relatos escritos e iconográficos do século XVI. Um dos mais conhecidos e sistemáticos é o de Gabriel Soares de Sousa, de 1587 (BORGES, 2010).

ou “índios da costa” de maneira genérica. A designação “Tremembé” e corruptelas só começou a aparecer em documentos a partir do início do século XVII (BORGES, 2010).

Diogo de Campos Moreno, o capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, que acompanhou Jerônimo de Albuquerque na conquista de São Luís, aos franceses escreveu, em 1614, sobre os “[...] Tapuias do Parameri, chamados de Teremembes [...]”, os quais se situavam em um local que poderia ser identificado como um curso d’água, cuja foz ficava entre os atuais rios Coreaú (CE) e Parnaíba (PI) (BORGES, 2010, p. 67-68).

**Figura 1** - Detalhe do Atlas do Maranhão e Grão-Pará, de João Teixeira de Albernaz I (ca. 1629)



**Fonte:** Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Autor: João Teixeira Albernaz I, fl. 1602-1649. 47,3 x 59,7 [ca.1629].

O capuchinho francês Yves d'Evreux (2002), reportou-se, em 1615, aos Tremembés que habitavam as praias do Maranhão ao Ceará, os quais, ordinariamente, dormiam sobre as dunas. Em 1629, o cartógrafo Albernaz I nomeou-os “Taramembes de Guerra”, em uma “Província” que se descortinava entre a região de Jericoacoara, no Ceará, até a região de Tutoia, no Maranhão.

Uma Consulta do Conselho Ultramarino, de 1722, informava que os “Tarammambes” “sempre ocuparam” as praias do Maranhão e da Parnaíba (Piauí) e tinham, por sua casa e cama, a areia; por sua seara, o mar (BORGES, 2010).

É importante salientar que o povo Tremembé sempre foi muito migrante neste imenso território, pois não passava muito tempo em um determinado lugar; logo buscava outro espaço, em busca de melhor sobrevivência, deixando seus vestígios perceptíveis até hoje, a olho nu, uma vez que é notável a presença de cerâmicas e cacos deixados por eles, sem contar os amontoados de conchas de moluscos e crustáceos, os quais eram a sua principal alimentação diária.

Esse fato de serem encontradas muitas conchas nos lugares onde eles residiam indica que eles procuravam se abrigar sempre próximo a regiões litorâneas, às margens do mar ou à beira de rios e lagoas. Devido a essa ocorrência – habitarem sempre lugares com águas próximas –, o povo Tremembé ficou conhecido como “deuses do mar”, pois conseguia, inclusive, mergulhar a grandes profundidades, em busca de alimentos existentes nas águas. Quando os alimentos daqueles locais ficavam escassos, eles batiam em retirada, em busca de novos *habitats*, deixando, assim, naquele local, uma verdadeira tapera velha, como dizem nossos velhos, e também grandes histórias de luta e sobrevivência para nosso povo.

Em específico, a localidade de Almofala é habitada pelos Tremembés desde o início do século XVIII, quando, depois de várias tentativas de aldeamento por parte da Coroa Portuguesa, conforme se pode observar em várias cartas régias do final do século XVII, foram aldeados em 1702. Alguns anos após o estabelecimento da Missão de Almofala, foi construída uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1712, como pode ser visto até hoje no seu frontal<sup>5</sup> (BORGES, 2006, 2010).

Durante o percurso da colonização, devido ao desmonte dos aldeamentos, à instalação do Império, à política da Lei de Terras de 1850, os Tremembés continuaram em Almofala, havendo, é claro, parentes que migraram para outras partes, bem como parentes que desde a época da colonização habitavam outras regiões, como Tutoia, no Maranhão. Com a chegada da República, os anos passaram, e os Tremembés continuaram em Almofala, notadamente localizados nos entornos da igreja do antigo aldeamento.

No ano de 1897, a igreja de Almofala foi totalmente coberta por dunas, que avançaram sobre o local. O movimento natural dos ventos alísios sobre a costa cearense provocou uma migração antrópica, que gerou consequências dramáticas para os Tremembés de Almofala até os dias atuais, visto que eles

<sup>5</sup> Foi restaurada e tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

tiveram que se retirar de seu espaço ancestral, saindo de perto da igreja, que foi tomada pelas areias.

No início dos anos de 1940, as dunas movimentaram-se novamente, começando o trabalho inverso de descobrir a igreja e o povoado. Alguns Tremembés mais velhos contam que desenterraram a igreja quando jovens e crianças. Nas noites de lua cheia, lembram que faziam festa, que faziam novenas, que as mulheres enchiam as saias de areia e as crianças se divertiam, tamanha era a alegria de ver seu símbolo voltando à tona. Seu Estevão Henrique dizia com orgulho: “[...] eu descobri a igreja com essas mãozinhas aqui que a terra há de comer [...]” (BORGES, 2006).

Com as dunas “caminhando” para outros locais, como gostam de dizer, os Tremembés puderam retornar às suas origens, aos arredores da igreja, porém não retornaram apenas eles, foram acompanhados de posseiros, “os brancos”, que passaram a invadir Almofala. O local do antigo aldeamento, assim, passou a representar um espaço de resistência e de afirmação étnica, pois, à medida que o povoado ia sendo descoberto pelas areias, posseiros “brancos” invadiam o lugar, disputando o espaço com os índios.

Conforme as invasões aconteciam, aumentava a violência, e, assim, os índios não podiam sequer se dizer mais índios, como o senhor Estevão Henrique afirmava: “[...] o sangue dava no meio da canela”. Se a polícia visse qualquer conglomerado deles, “o pau comia”. Dessa maneira, conforme a igreja foi descoberta, a identidade indígena teve que ser encoberta, “[...] a nossa origem vivia enterrada [...]”, como dizia o senhor Estevão Henrique do alto de sua sabedoria (BORGES, 2006, p. 126).

Desde então, a história dos Tremembés está repleta de invasões, inclusive de grandes empresas, como a Ducôco S/A, que a partir de 1978 adquiriu propriedades na região e estendeu seus coqueirais pelas lavouras e quintais dos indígenas. Segundo os Tremembés, suas terras foram invadidas por tratores, e cercas foram erguidas, espremendo-os em locais diminutos. O litígio se intensificou e eles lutam até hoje (BORGES, 2007).

O progresso chegou a Almofala: empresas agroindustriais, de pesca e de beneficiamento de camarão, parques eólicos, dentre outros, os quais, além de contribuírem para a expropriação das terras indígenas, também degradam o ambiente, tornando impraticáveis a pequena atividade agrícola e a pesca tradicional.

Diante dessa realidade, tornou-se imprescindível a mobilização da comunidade, com o intuito de proteger seus espaços. Existem, em nossas terras, lugares sagrados para o nosso povo, os quais não podem estar expostos à vulnerabilidade devido à sua grande importância, de modo que é preciso que sejam medidas forças, nos órgãos e na comunidade em geral, para que essas terras tenham a devida proteção.

Existem grandes empreendimentos privados, atualmente, que querem se aproveitar dos recursos disponíveis que nossa terra oferece, os quais não se importam de afetar os lugares que consideramos sagrados para nosso povo nem de observar a importância do *patrimônio imaterial* que está escondido nos sítios arqueológicos Tremembés. Diante da importância que os índios antigos têm para nosso povo, os sítios são também espaços que contêm forças ancestrais, que nos fortalecem na luta.

Um dos maiores problemas que os Tremembés e outros tantos povos enfrentam, não apenas em relação aos empreendedores, mas também em relação à comunidade científica, é o fato destes tratarem de maneira dual, dicotômica, as questões relativas à proteção ambiental de suas terras e espaços sagrados.

O patrimônio imaterial que está escondido nos sítios arqueológicos não reside apenas nas memórias, nos modos de fazer, na tradição etc. Ele está escondido, também, nas coisas deste mundo. Ele está nos encantados, nos mistérios, no sagrado de alguns lugares e em algumas relações com os espaços que, muitas vezes, nem os próprios Tremembés sabem explicar, mas sabem muito bem respeitar.

O povo Tremembé sempre respeitou a natureza e, a cada momento, está tentando preservá-la dos latifundiários que querem destruí-la para fazer grandes empreendimentos. Por isso nossa comunidade vem se organizando contra os empreendimentos que vêm querendo entrar em nossa terra e destruir nosso espaço sagrado.

## DE TAPERA A PATRIMÔNIO, DE PATRIMÔNIO À TAPERA

Quando eu, Getúlio Tremembé, comecei a me envolver no Movimento Indígena, comecei a me deparar com pessoas que falavam que também encon-

travam “taperas”, mas meu interesse sobre isso só veio a se aprofundar quando, em julho de 2006, tive a oportunidade de estudar no Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior – MITS a disciplina “antropologia, arqueologia e história”. Nesse momento foi que passei a entender que o que nós Tremembés chamamos de taperas são sítios arqueológicos.

Passei a entender que esses locais têm uma grande importância para os Tremembés, pois dizem muito de como nossos antepassados viviam. Passei a entender que são lugares que precisam ser preservados, estudados, para assim se entender melhor como era a vida dos antigos Tremembés. Durante essa etapa de estudos, a maioria dos cursistas teve a oportunidade de revelar que conhece muitos locais assim, que já teve contato com taperas, ou seja, conhece sítios arqueológicos, sendo alguns mais antigos e outros bem mais recentes.

Foi a partir do encontro com a professora que todos os cursistas do MITS, entre eles eu, puderam e passaram a entender que os sítios arqueológicos podem e devem ser fontes de pesquisa para o aprofundamento da História Tremembé.

Outra coisa que vale a pena ressaltar é que esses conhecimentos adquiridos sobre os sítios arqueológicos nos dão segurança para trabalhar esse assunto com nossos alunos nas nossas Escolas Diferenciadas Tremembés. Hoje, quando falamos do referido assunto nas Escolas, temos total segurança de falar que as taperas, tão presentes entre nós, Tremembés, são sítios arqueológicos que têm um significado muito grande nas nossas vidas, seja do ponto de vista cultural, étnico, histórico, filosófico e até mesmo espiritual.

Em 2015, tive a oportunidade de falar do assunto, quando estava ministrando a disciplina de História Geral, para os alunos do Ensino Médio Intercultural Tremembé – EMIT da Escola Indígena Tremembé Maria Venância. Nessa ocasião, visitamos as obras do Complexo Eólico de Itarema, e, nessa visita, fomos até a Lagoa Seca, localidade de Almofala, onde estavam sendo feitas escavações arqueológicas.

Em conversas com os alunos e com os arqueólogos, pudemos perceber o quanto as “taperas” têm um significado amplo para nosso povo, pois alguns alunos chegaram a se emocionar quando se depararam com tantos objetos que pertenceram aos nossos ancestrais, e foi a partir daquele momento que muitos deles despertaram para tal assunto. Em conversa com o responsável pelas escavações, este nos revelou que já tinham encontrado em torno de doze

mil peças arqueológicas e que todas estavam sendo catalogadas e seriam levadas para o Museu do Homem Cariri, em Nova Olinda, mas com a possibilidade de serem trazidas de volta para Almofala, por fazerem parte da História Viva dos Tremembés.

Lembro-me que dentre as peças encontradas havia bastantes restos de búzios, conchas, cerâmicas, pedras e até mesmo restos de fogueiras, tudo isso a uma profundidade de 1,5m. Ali mesmo, pude falar aos alunos dos meus conhecimentos sobre as taperas, pois tudo o que estava sendo encontrado ali eram resquícios de moradias antigas dos antigos Tremembés.

O conhecimento em relação aos sítios arqueológicos, hoje, está mais presente em nosso cotidiano, devido ao fato de essa questão estar sendo bastante discutida em sala de aula e em reuniões com a comunidade. Isso torna mais fácil a preservação dos sítios, pois, com o conhecimento em mão, o povo pode se organizar melhor e lutar pelo que é seu por direito, ou seja, os sítios arqueológicos, que são vestígios deixados por nossos ancestrais mais velhos em lugares que eles residiram por anos.

Com o decorrer do tempo, esse conhecimento, que havia adormecido na memória, foi se expandindo e ganhando forma e, aos poucos, tomando espaços perante a comunidade, principalmente dentro da sala de aula, na qual os professores fazem um trabalho de resgate, de preservação desse bem tão valioso para a continuação da construção de nossa própria identidade.

Esse resgate consiste na busca pela preservação dos nossos patrimônios materiais e imateriais que estão nos sítios arqueológicos, uma vez que esse conhecimento estava adormecido nas lembranças de nossos troncos velhos, que não nos transmitiam essas vivências das quais tinham lembrança, de modo que eram guardadas apenas em suas memórias e intelectos.

No processo de aprendizagem e continuação da autoafirmação de nosso povo, o tema “sítios arqueológicos” vem, cada vez mais, fortalecendo-se no mundo jovem, pois os professores estão a cada instante fazendo ponte com a história de nossos antepassados em relação aos vestígios dos sítios arqueológicos e à continuação de sua preservação.

A relação das lideranças indígenas com os nossos vestígios também vem se aprofundando. Esses vestígios, deixados ao longo do tempo nas margens da região litorânea, são as pegadas de identificação dos costumes pesquei-

ros que nossos ancestrais Tremembés tinham; portanto, alimentam as memórias dos mais velhos.

Assim, é na memória das lideranças, das pessoas mais velhas, que os vestígios arqueológicos ganham vida e significados que vão além dos funcionais ou simbólicos. As memórias trazem histórias do cotidiano dos ancestrais, mas estão imbricadas pelo presente de lutas e de conflitos pela terra. Essas memórias são constantemente trabalhadas a partir das demandas atuais, então os sítios arqueológicos são apropriados à construção de uma história dinâmica e militante.

Os sítios arqueológicos também servem para se fazer o caminho inverso, pois quando os arqueólogos descobrem novos sítios, surgem novos espaços ancestrais, aparecem novas taperas, que passam a alimentar novas memórias e a contar novas histórias ancestrais.

Um dos exemplos mais notáveis da circularidade que ocorre em relação aos conceitos de tapera a sítio e de sítio à tapera foi quando a liderança, Manoel Docas, afirmou, em uma conversa informal com a equipe da UFPI sobre os rumos que as pesquisas deveriam tomar: *“Nossos marcos da terra também são sítios arqueológicos”*.

Conforme observa Vilela (2016, p. 50):

[...] os sítios arqueológicos e os marcos territoriais são apresentados pela comunidade como testemunhos da ocupação Tremembé na região. Os marcos são lugares de memória onde a comunidade mantém relações físicas e simbólicas. São lugares que no passado foram eleitos pelos “índios velhos” para delimitar seu território.

O senhor Manoel Docas não apenas usou o conceito de sítio arqueológico para justificar o estudo dos marcos da terra. Ele se apropriou do conceito. Ele não procurou saber se havia nos locais onde estão os marcos da terra quaisquer tipos de vestígios arqueológicos. Também “informou” aos pesquisadores que os marcos da terra são sítios arqueológicos, pela importância imaterial que esses espaços possuem para a comunidade, devendo, portanto, ser registrados e preservados.



Há entre os Tremembés uma percepção mais sensorial dos lugares arqueológicos, como bem argumenta Silva (2016, p. 49): “[...] Acredito que a compreensão dos Tremembés sobre os marcos da terra seja algo mais sinestésico, um imbricar de sentidos, uma relação entre as pessoas, as paisagens e as memórias, enfim uma vivência [...]”. Essa relação mais holística, porém, não deixa de existir com a patrimonialização do espaço, ao contrário, ela dá um *status* a mais, pois configura-se em novo elemento mais concreto, em termos jurídicos, na luta pela terra, pois sendo o sítio arqueológico algo protegido pela lei, tornar os marcos como sítios é dar a eles proteção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O contrapeso da originalidade nativa  
para inutilizar a adesão acadêmica.”*

*(Oswald de Andrade em Manifesto da Poesia Pau-Brasil – 1924)*

Nesse vai e vem de “eu”, “nós” e “eles”, procuramos demonstrar como a apropriação do patrimônio arqueológico acontece de maneira sinuosa. Há, claramente, uma evolução de como eram observadas as taperas antes dos Tremembés de Almofala conhecerem o conceito de sítio arqueológico e antes das aulas e discussões, em comunidade, sobre o tema. Antes, as taperas não eram uma coisa “grande”, mas sempre foram “respeitadas”. Como o cacique João Venança descreve no ano de 2005 (BORGES, 2006, p. 205):

[...] Ali foi um passado, ali foi aonde ele viveu, onde ele teve a convivência dele, ali tem um significado, não é? Aonde [sic] se dá com uma tapera de casa a gente sabe que ali tem um... toda uma história, uma tradição, do passado daquela família que morou ali, né? Então pra gente é a mesma coisa, a gente não tem assim... aquilo como uma grande... né? Mas a gente tem o respeito porque ali a gente sabe que morou um... uma pessoa da família, morou um parente [...].

Depois das aulas do MITS e da apropriação do conceito por parte dos professores Tremembés, pelas próprias lideranças indígenas e pelas crianças Tremembés, podemos visualizar, atualmente, a apropriação dos “vestígios” como “fontes históricas da memória”. Os vestígios, sendo materiais, são suportes mnemônicos que ajudam a consolidar a história tremembé, ajudam a comprovar sua presença na região. São documentos de sua presença ali.

Os vestígios das taperas dão certa “segurança”, visto que são a história materializada. Podem ser utilizados, inclusive, nas aulas das escolas indígenas diferenciadas, pois são uma “história viva”, que emociona, que toca, em todos os sentidos, inclusive no sentido religioso. Gera-se uma história quase “mítica” que vem reafirmar a permanência dos nativos troncos velhos. Misturam-se elementos materiais e imateriais que formam um amálgama concreto: é uma história que se pode pegar.

Essa é uma das questões mais importantes na apropriação do patrimônio arqueológico, pois as escolas representam um dos mais importantes *locus* de luta pela terra. As escolas indígenas tremembés são a garantia de um futuro tremembé. Nelas são reavivadas as tradições e valorizados os saberes dos “livros vivos”: os anciãos e suas memórias. As escolas possuem a incumbência de permanecer e propagar com esse legado de preservação, passando suas histórias para as futuras gerações, deixando, assim, registradas suas lembranças e resistência de luta, para que não sejam esquecidas no tempo e no espaço.

Dessa apropriação, feita de maneira interdisciplinar e intercultural, de três conceitos advindos, neste caso, da arqueologia e da história, resultou a definição de que os *vestígios arqueológicos* são *fontes históricas*, visto que contam a história tremembé; são também materializações da *memória* do povo e materializações das histórias sobre os antigos.

Há uma dinâmica circular, pois ao mesmo tempo que os vestígios são apropriados como fonte da história e memória, histórias e memórias retroalimentam esse sistema, visto que elas acabam, também, por fornecer elementos que se transformam em vestígios arqueológicos: nossos marcos são sítios arqueológicos.

Dessa forma, na deglutição realizada pelos tremembés, o patrimônio “imaterial” das taperas é que vai se configurar como o mais importante vestígio arqueológico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, O. de. Manifesto antropófago [1928] e Manifesto da poesia pau-brasil [1924]. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

BANDEIRA, A. M. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico do Brasil. **Fumdamentos**: Revista da Fundação Museu do Homem Americano, n. 7, p. 430- 468, 2008. Disponível em:

<<http://www.fumdam.org.br/fumdamentos7/artigos/21%20Arkley.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

BENJAMIN, W. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. V. I. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará**. João Teixeira Albernaz I, fl.1602-1649. 47,3 x59,7 [ca.1629]. Disponível em: <<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15348>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

BORGES, J. F. **Os senhores das dunas e os adventícios d'além mar**: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII). 2010. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. [digital].

\_\_\_\_\_. Documentos, cacos cerâmicos e fragmentos de memória: os Tremembés descalços sobre mosaicos de suas histórias. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade**: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/?p=14886>>. Acesso em: 26 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sob os areais**: arqueologia, história e memória. 2006. 233 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

\_\_\_\_\_. **A história negada**: em busca de novos caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

D'EVREUX, Y. **Viagem ao norte do Brasil**: feita no ano de 1613 a 1614 [1615]. São Paulo: Siciliano, 2002.

FONTELES FILHO, J. M. O curso de Magistério Indígena Tremembé Superior – MITS: Protagonismo indígena e inclusão social no ensino superior no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO, 3., Rio de Janeiro, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 637-645.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 15-38.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLANDA, S. B. de. Perspectivas. In: HOLANDA, S. B. de. **O espírito e a letra**: estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 7-19.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, A. L.; LUNA, S.; GOMES, J. V. Projeto arqueológico Tremembé – Ceará – Brasil. **Clio: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v. 1, n. 14, p. 193-205, 1999.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SANTOS, B. de S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideu: Ediciones Trilce, 2010.

SILVA, T. R. V. da. É um sítio mesmo: Arqueologia, apropriações e ressignificações do patrimônio arqueológico entre os Tremembés de Almofoala – CE. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

VILELA, L. das C. **Do tempo dos antigos aos tremembés de Almofala:** Territorialização indígena e patrimônio arqueológico tremembé – Almofala – Ceará. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.

# CAPÍTULO 3

**PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA  
E COMUNIDADE LOCAL: EDUCAÇÃO,  
VALORIZAÇÃO, FRUIÇÃO SOCIAL E  
PERSPECTIVAS FUTURAS – O CASO DO  
MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS, PI**

*DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq03>*

*Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues*

## SUMÁRIO



## INTRODUÇÃO

No cerne das discussões contemporâneas sobre a preservação do patrimônio cultural, a educação tem desempenhado com tenacidade um papel fulcral, pois a práxis educacional figura como um suporte primordial no processo de formação de sujeitos críticos e ativos, permitindo-lhes o pleno exercício da cidadania, responsabilidade social e tomada de decisões, tornando-os protagonistas de sua própria história (FREIRE, 1979).

No arcabouço da preservação do patrimônio cultural, sujeitos conscientes estarão aptos a construir “um futuro menos predatório” (CASCO, 2005, p. 03), pois o conhecimento crítico e a apropriação das comunidades de seu patrimônio são a garantia de preservação, de usos sustentáveis e de fruição social no presente e para o futuro.

O processo educativo, seja em qualquer área do conhecimento, leva o indivíduo a utilizar suas capacidades intelectuais para a obtenção de habilidades e conceitos que serão utilizados na vivência cotidiana. Um dos objetivos que a educação centrada no patrimônio cultural propõe, segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), é estimular situações de aprendizagem sobre os processos culturais, seus produtos e manifestações que, doravante, despertarão nos sujeitos o interesse em resolver assuntos significativos para sua vida individual e/ou coletiva.

Essa nova proposta se afirma cada vez mais nas políticas preservacionistas do Brasil. O envolvimento simétrico das comunidades se torna, essencialmente, a ação mais importante quando o assunto é preservação, fruição e sustentabilidade cultural, pois, como afirma Funari (2001), a comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio, inclusive as principais recomendações nacionais e internacionais de proteção do patrimônio assumem essa importância.

Ao partir desse entendimento, desenvolvemos, em 2011, no âmbito da pesquisa de mestrado *Erasmus Mundus*, em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Tomar (Portugal), um estudo na comunidade do município de Coronel José Dias, estado do Piauí, que foi diretamente afetada pela criação do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), cujo objetivo central foi perceber as relações estabelecidas entre a comunidade de Coronel José Dias e o Parque

Nacional Serra da Capivara no que concerne à sua valorização, acessibilidade, preservação e fruição social.

Muitos problemas surgiram com a criação do Parque, sobretudo no município de Coronel José Dias, pois lá viviam muitas famílias instaladas no território que fora delimitado para a criação da Unidade de Conservação. Na lista dos problemas enfrentados, citam-se as desapropriações de um segmento da comunidade, sem uma preparação prévia, restringindo drasticamente os modos de vida relacionados ao manejo da terra e ao usufruto simbólico daquele território ora delimitado como Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Devido à complexidade dos problemas enfrentados, as ações de cunho socioeducativo tornaram-se prioridade, com a implantação de vários projetos envolvendo educação, saúde e desenvolvimento sustentável pelos órgãos gestores do Parque. Sua importância decorreu não apenas de uma necessidade de consolidar a proteção do PNSC, mas de um dever de contribuir para a formação da cidadania, apoiada também em um conhecimento emancipatório e em uma postura crítica.

Houve, no entanto, instabilidades na manutenção dos projetos pedagógicos implementados que provocavam constantes rupturas nos programas educacionais, fator que causou insatisfação na comunidade. A sua descontinuidade cortou um processo educacional, provocando imprecisão nos resultados alcançados e limitando o público que seria diretamente atingido.

Ao partir dessa conjuntura, a problemática da pesquisa se estruturou da seguinte maneira: As ações educativas, centradas no patrimônio arqueológico pré-histórico, desenvolvidas na região, contribuíram para aproximar a comunidade de Coronel José Dias ao patrimônio cultural/arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara? O que deverá ser feito adiante? Quais os elementos que deverão ser agregados para que a população possa se beneficiar plenamente desse patrimônio de forma sustentável, tendo as ações educativas como um instrumento que fomenta esse processo?

Como hipótese de trabalho entendeu-se que os programas educativos, centrados no patrimônio cultural do PNSC, desenvolvidos por diversas instituições, contribuíram para aproximar uma parcela da comunidade do município de Coronel José Dias à lida da preservação, da revalorização e da apropriação desse patrimônio. Contudo, tal intento não foi suficiente para que a comunidade compreendesse que pode usufruir desse patrimônio de forma sustentável.



Faz-se necessário agregar novos elementos, os quais devem ser acrescentados por parcerias, inclusive com o poder público, partindo de iniciativas integradas, desde seu início, com a comunidade.

Dito isso, o presente capítulo propõe apresentar dois momentos dessa reflexão. O primeiro é o resultado obtido na pesquisa de dissertação de mestrado, no contexto de três análises: as relações instituídas entre comunidade e Parque, por meio do histórico de criação deste, alinhavadas às narrativas dos moradores; o estudo bibliográfico e a participação nos programas educativos implantados pela Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico Cultural (IPHAN) de São Raimundo Nonato; e a aplicação de questionários por inquéritos com a população, nas faixas etárias de 11 a 70 anos, do município de Coronel José Dias.

O segundo momento corresponde aos passos trilhados após a conclusão do mestrado, com base nos resultados e nas recomendações oriundas da referida dissertação. Nesse sentido, foi criado, em 2013, por meio de um projeto científico em Meio Ambiente Cultural e Arqueologia Colaborativa, o Instituto Olho D'Água (IODA), um projeto nascido no seio da comunidade pela comunidade. A missão do IODA visa conciliar a preservação do meio ambiente cultural, com atividades empreendedoras que promovam a participação simétrica de todos os envolvidos, partindo de iniciativas de dentro da comunidade. Elencaremos aqui, portanto, as propostas e as pesquisas em desenvolvimento, mostrando a experiência por meio da qual cientistas e comunidade colaboram em sinergia para um projeto de sustentabilidade cultural.

## **COMUNIDADE E PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: AS RELAÇÕES INSTITUÍDAS**

Entender as relações estabelecidas entre a população de Coronel José Dias e os processos instituídos com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara se faz necessário para compreendermos o motivo pelo qual delimitamos essa comunidade como objeto de reflexão nos processos de inclusão educacional/patrimonial.

Foi na comunidade de Coronel José Dias, especialmente no povoado Sítio do Mocó (área do entorno do PNSC), que a gestão do Parque implantou o

primeiro programa de preservação patrimonial, o qual, segundo Pessis (1991), visava fomentar os cuidados com o meio ambiente e o desenvolvimento de uma política autossustentável, econômica e social nas comunidades. Sobretudo, defendia que as ações educativas centradas no patrimônio ambiental/cultural eram imprescindíveis à efetiva preservação e à apropriação consciente pela comunidade.

Foi, também, parte da referida comunidade que mais sofreu com a implantação do Parque, pois na região da Serra da Capivara viviam muitas famílias instaladas em vários povoados, dentro da área que foi delimitada para a criação do PNSC, entre eles o povoado Zabelê e o Olho D'Água da Ritinha.

O processo de desapropriação se deu de forma traumática, pois as populações tradicionais, indenizadas ou não, tiveram que migrar para as cidades do entorno do Parque – São Raimundo Nonato, Coronel José Dias – e para outras regiões do país, a fim de recomeçar suas vidas como feirantes, empregadas domésticas, zeladores, reconstruindo os seus modos de vida e suas tradições culturais.

Um ex-morador revelou que:

Do ponto de vista da criação do parque, hoje considero que foi positivo, eu conhecia a comunidade Zabelê totalmente isolada, sem condição de desenvolvimento e de oferecer condição para aquela comunidade viver dignamente como ser humano. Foi feita essa mudança dessa comunidade para outra, é evidente que, na época, todo mundo protestou. Hoje, eles estão assentados num determinado local onde todos estão satisfeitos. Para eles foi importante aquela mudança que o parque fez, essa transferência deles de um lugar totalmente isolado para um lugar que hoje tem acesso. Vivem outra vida, têm água, energia, escola e próximo a São Raimundo Nonato. Mas, na época, não foi procurado, justamente, conscientizar o povo. No meu entender houve uma falha neste setor, dizendo o que significava esse trabalho e o pessoal foi tomado assim, de repente. Eu vejo uma falha grande na direção do Parque, porque não conscientizou o povo, o que significava aquilo e que depois eles seriam beneficiados com aquele projeto. A meu ver o pessoal não foi preparado para receber isso [...] Houve pouca gente benefi-

ciada, pessoas bastante prejudicadas, lesadas, o valor de suas propriedades. Toda indenização tem essas discórdias e não contenta todo mundo. Eu sou prejudicado, pois é, veja bem, são 17000 hectares de terra, eu e minha família fomos desapropriados sem receber nada até hoje, e sou proibido de entrar lá onde fui criado, então existem essas coisas. No Catuaba, o Parque se apropriou e nunca nos pagou, eu me criei ali, não fomos indenizados nada, nada. E lá não éramos posseiros, nós temos escrituras e nunca fomos indenizados, não sei por que (Giovani Martins Dias, entrevista concedida em 08 de agosto de 2010).

Houve a resistência dos moradores em abandonar seus lares, seus modos de fazer, de criar e de viver naquele território. Sendo assim, os conflitos foram instituídos, sobressaindo-se aqueles resultantes da caça de animais selvagens, do extrativismo e das atividades agropastoris – modos de vida de subsistência daquele povo –, vistos como ilegais perante a legislação que rege a salvaguarda do patrimônio cultural/ambiental, as situações fundiárias não resolvidas e a perda do direito de propriedade e usufruto do território.

De acordo com Funari e Pinsky (2005, p. 93), os moradores conservam laços afetivos com o meio ambiente: “[...] lugar do lar, lugar de memória e lugar onde se ganha a vida, da intimidade física, da dependência material e do fato de a terra ser um repositório de lembranças e fonte de esperança para essas pessoas, e que tais lugares se constituem”.

Diegues complementa dizendo:

Em muitas sociedades, chamadas tradicionais (pescadores artesanais, extrativistas, camponeses), o homem não se comporta necessariamente como destruidor da natureza, sobretudo, quando depende da reprodução contínua dos recursos renováveis para sua sobrevivência é marcado pela rápida acumulação capital. (DIEGUES, 1996, p. 01).

D’Antona (2005) esclarece que realmente a criação dos parques no Brasil afetou diretamente as comunidades tradicionais que habitavam aquele espaço ou que exerciam atividades de subsistência, cujos modos de vida são confrontados com as restrições legais, pois a perspectiva dos moradores é in-

terna e a dos proponentes da criação dos parques é externa; os primeiros estão intrinsecamente ligados ao local onde se instala o Parque, já os criadores dos Parques o veem como a “[...] parte do cenário nacional ou mundial que precisa ser preservada.” (D’ANTONA, 2005, p. 92).

Para a comunidade local, a Serra da Capivara sempre foi considerada um lugar misterioso, bonito e agradável para os passeios de férias e feriados. As “tocas”<sup>1</sup> eram propícias para piqueniques entre familiares e amigos.

Achava bonito, tinha umas bonitas, só que a gente não tinha um conhecimento da quantidade que tinham. É, a gente via lá pintados veados, ema; via desenhado na pedra uns bichinhos que a gente fazia comparação, que podia ser os mocós [risos], mas não tínhamos certeza e nem quem tinha feito, tinha tatu, era parecido com as que tem. A gente dizia aqui era um veado, aqui uma ema. Fazia comparação (Inquerido, sexo feminino, 50 anos. Comentário nosso).<sup>2</sup>

Ali na toca da areia tem os desenhos, e quando criança nós parávamos lá para ouvir as histórias do meu pai dizendo “ali foram os índios”, era isso que nós sabíamos. Nós sabíamos que era uma cultura dos índios que tinham morado ali na serra, e ali ninguém nunca riscou nenhuma pintura daquelas. Quando eu nasci, tudo que tinha na Capivara ainda existe até hoje. [...] Inclusive, eu conheço tudo aquilo ali, tanto que uma vez eu cheguei com minha esposa e ela queria conhecer, e nós pegamos um guia e chegando lá muitas coisas ele perguntava para mim. Eu sabia e ele não sabia, eu mostrava tudo. (...) Eu nasci dentro do Parque, conheço tudo, desde a minha infância. Hoje, eu moro fora e sempre divulgo o Parque, tenho orgulho, levo coisas da cerâmica, já toquei as mãos naquelas pedras ali [...]. Eu lhe afirmo uma coisa, eu nunca vi um menino da minha época, 1940 a 1953, ninguém chegar perto daquelas gravuras para

<sup>1</sup> Referência local aos abrigos sob rocha.

<sup>2</sup> Trecho retirado dos inquéritos aplicados que serão analisados no capítulo IV. Na medida em que os inquéritos iam sendo aplicados, muitas pessoas faziam questão de contar as histórias vividas no Parque, mas nos inquéritos a identidade dos inqueridos foi preservada, portanto, não temos seus nomes.

depredar. Ali nós admirávamos, não tínhamos informação, só uma visão que tinham sido os índios que faziam. Só não tinha a importância que é dada hoje (Giovani Martins Dias, entrevista concedida em 08 de agosto de 2010).<sup>3</sup>

Percebe-se que embora não tivessem conhecimento do valor científico desse patrimônio, o qual hoje tem muita representatividade para a região e para o mundo, os inqueridos já sabiam que havia algo relevante naquele território, o qual, portanto, deveria ser respeitado, mostrando claramente a apropriação desse patrimônio, mesmo que inconscientemente, do ponto de vista técnico/científico.

Todavia, essa relação foi abalada no momento em que se deu o processo de criação da Unidade de Conservação, cujas disposições legais restringem o direito de grupos humanos habitarem o seu interior, com a justificativa de que são uma ameaça constante à conservação da natureza. Esse modelo de Unidade de Conservação gerou graves conflitos nas comunidades tradicionais, não apenas na região estudada, mas em todo o território nacional, uma vez que foi um modelo copiado do contexto norte-americano, cujas especificidades são diferentes das do Brasil.

Entre outras palavras, os parques nacionais eram concebidos dentro de uma ótica de conservação na qual o homem e a natureza são separados. Essa concepção gira em torno do *mito da natureza intocada*, que é representada em sua forma “autêntica” e primitiva (DIEGUES, 2001). Para as populações tradicionais brasileiras, “[...] a natureza significa o mundo concreto que fundamenta toda sua experiência de vida.” (DIEGUES, 2001, p. 33), pois essa relação está intrinsecamente estabelecida, ou seja, a natureza e a cultura são indissociáveis.

Nessa seara, D’Antona diz que:

As comunidades tradicionais são diretamente prejudicadas com a delimitação do parque em benefício indireto de “toda humanidade”, da nação, do planeta. A exigência legal de reti-

<sup>3</sup> Giovani Martins Dias, 73 anos, profissão: licenciado em matemática e contador. Antigo morador do Parque, atualmente está escrevendo um livro sobre a história de Coronel José Dias. Vive há mais de 20 anos no Pará. É uma pessoa isenta de qualquer influência ou discurso político local. A ideia de entrevistá-lo partiu de uma conversa informal, quando ele visitava Coronel José Dias e questionou-me sobre informações para o seu livro.

rada das comunidades das áreas preservadas limita o acesso aos recursos de subsistência contribuindo para que as pessoas dependam mais do mercado. Junto com o impacto no modo de produção, ocorre a redefinição do espaço de circulação e dos lugares de residência – o que abala a articulação das categorias culturais centrais do seu universo (D'ANTONA, 2005, p. 93).

O autor completa que são essas pessoas, suas histórias vividas, que acabam dando vida aos lugares, pois são elas que tornam os lugares excepcionais, são suas memórias e referências culturais que dão sentido ao patrimônio materializado nos parques nacionais (D'ANTONA, 2005).

Laraia (2004) explica que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais são produtos de uma herança cultural determinada culturalmente. O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. É herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam.

No contexto da Serra da Capivara, os modos de vida tradicionais e o apego afetivo/simbólico daquelas comunidades pelo território, que não foram considerados no processo de desapropriação, e a gestão do Parque, munida pela lei federal, puniram esses moradores severamente (expulsões, prisões arbitrárias). O despreparo dos guardas/parque foi crucial no que concerne aos conflitos instaurados. Aqui apontamos a ausência ou a ineficiência de um programa de educação ambiental/patrimonial voltado tanto para os guardas do parque quanto para a comunidade diretamente afetada.

Depois da criação do Parque, houve bastante discórdia, porque existiam pessoas, na época, que dependiam da caça para sobreviver, e as pessoas sofreram as consequências. Eu vejo uma falha grande da direção do parque, pois não conscientizou o povo, muita gente foi presa, pessoas totalmente ignorantes, acostumados a viver na vida humilde e costumeira que era a caça que ajudava muito. Veio aí, depois, não poder também tirar a madeira para fazer a cerca, passou a ter dificuldade para fazer seu cercado, porque foi justamente impedido de tirar madeira e nosso pessoal desprovido de tudo, tanto de

conhecimento, como recursos do ponto de vista econômico, afetou a comunidade. Agora, com o tempo, as coisas vão se transformando. Hoje a gente sente que o povo já aceita o quadro, vamos dizer que eles acham que hoje está certo, quando se fala em comer caça, o pessoal diz que é difícil, é proibido, que não encontra mais caçador. Nessa parte, nossa região evoluiu em relação à conservação dos animais. Hoje, por exemplo, o tamanduá bandeira, que estava em extinção, já tem muito; o tatu, que era a caça mais predileta, e todos iam atrás dele, e era difícil encontrar, vejo o pessoal dizer que é o que mais tem, e não é explorada, a atividade de caçador não cresceu, esses animais foram beneficiados pela criação do Parque.

Não depredávamos, vejamos bem, nós tínhamos roças, quem é que não fazia? Quando ia começar as derrubadas, não era depredação consciência, era depredação para sobreviver ali, para manter nosso sustento. Vivíamos daquilo, porque o sertanejo, na realidade, vive toda a vida ali, tirando o sustento. Ninguém fazia por vaidade, nós fazíamos aquilo porque precisávamos, tirávamos nosso sustento, feijão, milho, mandioca. Então essa era a depredação que eu não considero depredação, e sim se beneficiar de nossa terra. Tirávamos o mesmo que os indígenas faziam. Agora, lógico que o Parque conserva, tem um trabalho importante que, antes, não tinha. (Giovani Martins Dias, entrevista concedida em 08 de agosto de 2010).

Quando é apontado, na hipótese deste capítulo, que somente um segmento da comunidade de Coronel José Dias já se apropria de forma consciente do patrimônio cultural do PNSC, está se considerando que uma parcela, precisamente a dos mais velhos, sofreu ou viu sofrer seus familiares e amigos.

Ao trazer a discussão para o contexto desta pesquisa, tornou-se pertinente abordar esse histórico no que se refere à relação da comunidade com a criação do Parque, para, adiante, compreendermos os trabalhos educativos implantados pela gestão do Parque, a análise dos inquéritos e a obrigatoriedade de inserir a comunidade local nos processos de gestão comunitária, assegurando, assim, a fruição social e os usos sustentáveis. Assuntos esses tratados na sequência.

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL NOS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

Com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, tornou-se necessário traçar diretrizes para a sua gestão, incluindo o desenvolvimento de pesquisas sobre a interação dos grupos humanos com o ambiente, desde a pré-história aos dias atuais, e integrar a população local à preservação desse patrimônio.

Essa integração se deu, principalmente, por intermédio da Fundação Museu do Homem Americano, liderada pela pesquisadora Dra. Niède Guidon, por meio da implantação de um programa de preservação patrimonial que fomentava os cuidados com o meio ambiente e o desenvolvimento de uma política autossustentável, econômica e social nas comunidades, demonstrando, sobretudo, que as ações educativas centradas eram imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação consciente pelas comunidades (PESSIS, 1991). Mais adiante, em 2005, também contou com programa de educação patrimonial desenvolvido pelo Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), situado em São Raimundo Nonato.

Partindo dessa premissa, será apresentada, resumidamente, a análise dos relatórios, das publicações e da participação efetiva da autora nesses programas, a fim de apresentar a contribuição, os processos e as discontinuidades dos programas educativos desenvolvidos no município de Coronel José Dias pelas instituições supracitadas.

A primeira análise se deu nos projetos da Fundação Museu do Homem Americano, com base nas recomendações de seu estatuto e do plano de manejo, ressaltando os Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs), que se constituíram como uma iniciativa precursora na região com a implantação do ensino profissionalizante – quatro escolas de ensino regular (1986-2000) –, do Pró-Arte – uma escola de arte-educação (2001-2010) –, bem como de outros projetos alternativos de promoção e sensibilização do patrimônio ambiental/cultural, mas que, por motivos diversos, foram desativados.

Depois foi feita a análise do programa de educação patrimonial do Escritório do IPHAN, em São Raimundo Nonato (2005-2008), que tinha como objetivo central promover uma articulação mais consistente com a comunidade



local, por meio do Programa de Educação Patrimonial, tendo em vista que as ações de cunho educativo nas comunidades dos quatros municípios limítrofes do Parque são imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação do patrimônio cultural pela comunidade (BUCO 2006 apud RODRIGUES, 2009, p. 25).

Os resultados das análises dos programas são aqui sintetizados:

- **FUMDHAM:** Embora os projetos educacionais implantados no decorrer dos 24 anos dessa fundação tenham passado por um direcionamento de rupturas, descontinuidades, incompatibilidade de coordenação e **não tenham sido direcionados para as pessoas diretamente afetadas pela desapropriação**, a FUMDHAM cumpriu as deliberações de seu estatuto de fundação e as recomendações da UNESCO e do Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM/ICOMOS), que estabelecem a necessidade de promover ao público informações acerca de seu patrimônio (ICAHM, 1990. Grifos nossos).

Em Coronel José Dias, as ações educativas contribuíram para que parte de sua comunidade pudesse desenvolver, ao longo desses anos, um entendimento sobre o significado patrimonial e ambiental da reserva. Embora tenha havido esforços no início para o desenvolvimento de uma rede comunitária como fonte de renda voltada para o turismo cultural, as iniciativas, entretanto, não foram simétricas com a comunidade local.

Tais dados nos fizeram inferir que o trabalho da FUMDHAM, direcionado para o patrimônio e a sustentabilidade cultural da Serra da Capivara, daqui para frente, deverá trilhar outros caminhos, repensando suas estratégias de sustentabilidade para que a comunidade seja incluída como parceira ativa nas tomadas de decisões e não apenas como mera receptora de programas assimétricos que, durante décadas, causaram tantos descompassos e desentendimentos.

- **Escritório Técnico do IPHAN:** Em Coronel José Dias, as ações se concentraram, majoritariamente, nas escolas, de forma esporádica e sem um plano de continuidade. As intenções educacionais são bem elaboradas e executadas, com destaque às visitas monitoradas ao Parque e ao Museu. No entanto, a estratégia de desenvolvimento ainda é descontínua, o que impossibilitou uma avaliação precisa de suas ações.

Tais análises não foram suficientes para compreendermos como a comunidade coronelina se relaciona com o patrimônio da Serra da Capivara, por isso aplicamos questionários para percebermos as relações estabelecidas com o PNSC, sob a ótica da própria comunidade, fazendo uso de questões que envolveram valor, acessibilidade, preservação e fruição social. Vejamos, a seguir, a síntese desses resultados.

## Reconhecimento, apropriação e desenvolvimento: o olhar da comunidade

A metodologia de recolha de dados partiu da premissa de tentar identificar a percepção da comunidade do município de Coronel José Dias em relação ao PNSC nos quesitos valor, acessibilidade, preservação e fruição social. Iniciamos a amostragem com a idade de 11 a 17 anos, justificando que, conforme a classificação de Piaget (apud BELLO, 1995), a partir de 11 anos de idade, o sujeito já alcançou uma maturidade cognitiva que lhe possibilita pensar criticamente, formular hipóteses e buscar soluções concretas sobre todas as classes de problemas.

Por conseguinte, com os demais grupos etários, partiu-se do pressuposto de que entre 18 e 29 anos há o período de afirmação da idade adulta, iniciando-se uma nova fase escolar e profissionalizante. Além disso, esse grupo etário cresceu com os discursos patrimonialista e ambientalista configurados nas narrativas proferidas nas escolas, nos programas educativos e nas campanhas sobre o PNSC, diferentemente dos demais grupos etários (30 a 39; 40 a 49; 50 a 59; 60 a 69; 70 a 79 anos) que nasceram antes da criação (e/ou no seu período de fecundação) do Parque e presenciaram todas as transformações ocorridas em seu meio ambiente, tendo que se adaptar às novas posturas patrimonialistas.

Foram aplicados 591 inquéritos (perguntas mistas) às faixas etárias supracitadas, o que corresponde a mais de 10% da população do município, a saber: 11 a 17 anos 30%; 18 a 29 anos 10%; 30 a 39 anos 13%; 40 a 49 anos 10%; 50 a 59 anos 10%; 60 a 70 anos 16% da população.

Além de dividir os discursos por faixa etária, criamos um quadro de categorias para desenvolver as análises, a saber: a) VALOR CULTURAL, b) ACESSIBILIDADE, c) PRESERVAÇÃO e d) FRUIÇÃO SOCIAL.

### a) Valor Cultural

Para Fonseca (2005), o valor de um patrimônio está no sentimento de pertencimento que ele desperta nas comunidades, reforçando a identidade coletiva, a educação e a formação da cidadania.

Essa primeira análise teve início com perguntas básicas e diretas. O intuito foi entender se os sujeitos já tinham ouvido falar sobre arqueologia, se sabiam o que é um sítio arqueológico e se tinham noção da importância da arte rupestre do PNSC.

Pergunta 1 - Você já ouviu falar sobre arqueologia?

Opções de resposta: Sim. Não.

Pergunta 2- Em quais meios de comunicação?

Opções de resposta: Em palestra. Na escola. Na televisão. Em livros. Todas as alternativas.

Os resultados estatísticos revelaram que mais de **88%** dos atores sociais admitiram saber o que é arqueologia (11 a 17 anos 96%; 18 a 29 anos 94%; 30 a 39 anos 86%; 40 a 49 anos 74%; 50 a 59 anos 73%; 60 a 70 anos 68%), contra **12%** que disse não saber (11 a 17 anos 4%; 18 a 29 anos 6%; 30 a 39 anos 14%; 40 a 49 anos 26%; 50 a 59 anos 27%; 60 a 70 anos 31%).

Quando questionados acerca de em quais meios de comunicações ouviram, **33,7%** (11 a 17 anos 74%; 18 a 29 anos 59%; 30 a 39 anos 35%; 40 a 49 anos 13%; 50 a 59 anos 19%; 60 a 70 anos 2%) elegeram a escola como o lugar que mais os informou, ao passo que a maioria (**34,2%**) revelou que considera a televisão o canal mais efetivo para isso. Observa-se, também, que uma amostra menor afirmou já ter ouvido falar sobre arqueologia em palestras proferidas na comunidade (**28%**), outra em livros (**3,1 %**), enquanto a menor de todas elas (**1%**) elegeu a opção Todas as alternativas.

Percebe-se que nas idades de 11 a 17 anos e de 18 a 29 anos os sujeitos revelaram a escola como sendo o local que mais os informou sobre arqueologia. Isso decorreu pelo fato de que no currículo obrigatório do município foi inserida, em 2005, a disciplina Parque Nacional Serra da Capivara. Para as

demais faixas etárias, a mídia televisiva se tornou um recurso mais abrangente, no sentido de democratizar o acesso à informação, embora se faça claro que ela não tenha se sobressaído, em termos de conteúdo, nos programas e ações educativos.

Pergunta 3 - Você sabe o que é um sítio arqueológico?

Opções de resposta: Sim. Não.

Em relação à importância do conhecimento sobre o que é um sítio arqueológico, obtivemos resultados negativos de **50,5%** (11 a 17 anos 35%; 18 a 29 anos 34%; 30 a 39 anos 48%; 40 a 49 anos 58%; 50 a 59 anos 62%; 60 a 70 anos 66%), contra **49,5%** que revelaram saber o que é um sítio arqueológico (11 a 17 anos 65%; 18 a 29 anos 66%; 30 a 39 anos 52%; 40 a 49 anos 42%; 50 a 59 anos 38%; 60 a 70 anos 34%). Em uma análise fragmentada, por idade, os dados indicam que a maioria dos mais jovens (11 a 17 anos 65%; 18 a 29 anos 66%; 30 a 39 anos 52%) sabe o que é sítio arqueológico.

110

Pergunta 3 - Para você, qual a importância da Arte Rupestre do PNSC?

Opções de resposta: São riscos nas paredes, sem importância. Acho bonito, mas não sei o significado. São desenhos pintados ou gravados nas rochas, de grande importância para compreendermos a história dos nossos antepassados. Não sei, nunca vi. Não quero opinar.

Os dados estatísticos nos mostraram que todas as faixas etárias consideraram a arte rupestre da Serra da Capivara um elemento decisivo para o entendimento da história de nossos antepassados, atingindo um total de **57%** (11 a 17 anos 71%; 18 a 29 anos 68%; 30 a 39 anos 72%; 40 a 49 anos 44%; 50 a 59 anos 49%; 60 a 70 anos 41%). A amostragem também nos revelou que existe um contingente de **20%** que afirma nunca ter visto uma arte rupestre. O quesito “Acho bonito, mas não sei o significado” obteve uma amostragem de **18%** (11 a 17 anos 11%; 18 a 29 anos 12%; 30 a 39 anos 19%; 40 a 49 anos 21%; 50 a 59 anos 21%; 60 a 70 anos 17%). A alternativa “São riscos nas paredes” atingiu o total de **2%**, seguido dos 3% de quem não quis opinar.

## b) Acessibilidade

Para Horta (2008), uma das etapas metodológicas mais importantes do estudo do patrimônio é o contato direto dos sujeitos com o objeto. É nesse processo que se dá o desenvolvimento da percepção visual e simbólica, a interpretação das evidências e dos significados, o envolvimento afetivo, a internalização, o julgamento crítico e, por fim, a valorização cultural. Dentro dessa conjuntura, inseriram-se no questionário as seguintes perguntas:

Pergunta 1 - Você já visitou o PNSC?

Opções de resposta: Sim. Não.

Na amostra, **51,4%** dos respondentes revelaram nunca ter visitado o Parque (11 a 17 anos 59%; 18 a 29 anos 28%; 30 a 39 anos 43%; 40 a 49 anos 60%; 50 a 59 anos 49%; 60 a 70 anos 69%) contra **48,6%** que já o visitaram (11 a 17 anos 41%; 18 a 29 anos 72%; 30 a 39 anos 57%; 40 a 49 anos 40%; 50 a 59 anos 51%; 60 a 70 anos 31%).

Ao analisar separadamente, por faixa etária, vê-se que **72%** (18 a 29 anos) e **57%** (30 a 39 anos) declararam que já visitaram o Parque. Alguns justificaram que os festivais culturais (Interartes Serra da Capivara) desenvolvidos pela Fundação Museu do Homem Americano, na Pedra Furada, facilitaram esse acesso.

Curioso observar que uma considerável amostra (40 a 49 anos 60%; 50 a 59 anos 49%; 60 a 70 anos 69%) declarou nunca ter visitado o Parque, muito embora, em alguns inquéritos, os sujeitos tenham respondido “Não” com uma justificativa: “Não, mas antes da criação do Parque eu andava muito por lá”. “Não, depois que virou Parque nunca fui”. “Não, conhecia antigamente antes de ser Parque”. “Não, antes de ser Parque eu achava muito bonito e hoje eu não ando mais por causa da burocracia”. “Não visitei, a gente morava dentro, mas acho que visitei porque já andei por essas ‘beiradas’ da serra antes de ser Parque” (inqueridos com idades entre 51 a 70 anos).

Na verdade, a resposta deveria ter sido “Sim”, com ressalvas, pois a questão levantada pela comunidade foi sobre o direito de propriedade do território, ao passo que aquele espaço, que outrora era a casa deles, passou a ser

demarcado como Unidade de Conservação, onde eles não poderiam ir e vir quando sentissem vontade, daí a resposta “não” com uma justificativa.

Pergunta 2 - Você já visitou o Museu do Homem Americano?

Opções de resposta: Sim. Não.

Os indicadores dessa amostra revelaram que **61,8 %** (11 a 17 anos 63%; 18 a 29 anos 49%; 30 a 39 anos 49%; 40 a 49 anos 69%; 50 a 59 anos 68%; 60 a 70 anos 73%) dos respondentes não visitaram o Museu, contra **38,2%** (11 a 17 anos 37%; 18 a 29 anos 52%; 30 a 39 anos 51%; 40 a 49 anos 31%; 50 a 59 anos 32%; 60 a 70 anos 27%) que já o visitaram.

### c) Preservação

A missão de preservar o patrimônio cultural gerou, durante décadas, muitas discussões. As recomendações, cartas e legislações preveem várias maneiras de preservação patrimonial, entre elas a tarefa de educar as populações a respeito dos valores representados pelo patrimônio cultural. Por admitir essa necessidade foi que elaboramos as questões abaixo.

Pergunta 1 - Você já participou de cursos, palestras, projetos educacionais sobre a importância de preservar o PNSC?

Opções de resposta: Sim. Não.

Os mais jovens, de 11 a 17 anos (**65%**) e de 18 a 29 anos (**63%**), admitiram que já participaram de programas educativos centrados no patrimônio cultural do PNSC. No entanto, em uma amostragem geral, **42,3%** (30 a 39 anos 42%; 40 a 49 anos 30%; 50 a 59 anos 29%; 60 a 70 anos 25%) responderam “Sim”, contra **57,7%** (11 a 17 anos 35%; 18 a 29 anos 37%; 30 a 39 anos 58%; 40 a 49 anos 70%; 50 a 59 anos 71%; 60 a 70 anos 75%), que responderam “Não”, o que é considerada uma amostragem expressivamente preocupante do ponto de vista da participação de um entendimento geral sobre o patrimônio cultural da região.

Pergunta 2 - Quem deve preservar o patrimônio do PNSC?

Opções de resposta: A prefeitura, a FUMDHAM e o ICMBio. IPHAN. Todos nós. Não queremos opinar.

No quesito “Todos nós”, foi obtida uma amostragem total de **80, 9%** (11 a 17 anos 68%; 18 a 29 anos 90%; 30 a 39 anos 93%; 40 a 49 anos 75%; 50 a 59 anos 76%; 60 a 70 anos 83%). Nesse caso, a maioria considerou o estado, os gestores do parque e a comunidade, conjuntamente, como corresponsáveis pela preservação do patrimônio. Curioso observar que a alternativa “IPHAN” não obteve nenhuma porcentagem (0%). No geral, **14,5%** elegeram a FUMDHAM e o ICMBio, enquanto **2%** elegeram a prefeitura e **2,6%** não quiseram opinar.

Pergunta 3 - Você acha que a caça predatória de animais selvagens deve ser permitida?

Opções de resposta: Sim. Não. Não quero opinar.

113 Indagados sobre a permissão da caça de animais selvagens, os mais jovens afirmaram que não deve ser permitida, totalizando **57,8 %** (11 a 17 anos 67%; 18 a 29 anos 63%; 30 a 39 anos 75%). Uma minoria (**17,5%**) considerou que a caça deve ser permitida, uma vez que contribui para a subsistência das populações locais (11 a 17 anos 16%; 18 a 29 anos 11%; 30 a 49 anos 14%; 40 a 49 anos 14%; 50 a 59 anos 24%; 60 a 70 anos 27%). Algumas pessoas decidiram não opinar (**24,7%**) (11 a 17 anos 17%; 18 a 29 anos 26%; 30 a 39 anos 12%; 40 a 49 anos 38%; 50 a 59 anos 30%; 60 a 70 anos 25%), uma postura compreensível devido à delicadeza em abordar essas questões na comunidade.

Em suma, os dados acima são bastante significativos, mostrando que há um processo de conscientização da ilegalidade do ato de caçar.

Pergunta 4 - Quais seriam as melhores soluções para resolver os problemas da caça de animais selvagens na nossa região?

Opções de resposta: Liberar a caça o ano inteiro. Realização de programas educativos. Através de vigilância dos guarda-parques. Não quero opinar.

Os dados indicaram que a maioria dos respondentes (**54,8%**) acredita que a educação se figura como um indispensável instrumento de informação e

sensibilização de prevenção à caça (11 a 17 anos 60%; 18 a 29 anos 74%; 30 a 39 anos 68%; 40 a 49 anos 49%; 50 a 59 anos 46%; 60 a 70 anos 32%). Porém **24,4%** (11 a 17 anos 22%; 18 a 29 anos 23%; 30 a 39 anos 16%; 40 a 49 anos 20%; 50 a 59 anos 30%; 60 a 70 anos 34%) acreditam que a vigilância é que consegue parar a ação de caçar. Um pequeno número (**14,6%**) acredita que deve ser liberada (11 a 17 anos 4%; 18 a 29 anos 3%; 30 a 39 anos 12%; 40 a 49 anos 3%; 60 a 70 anos 9%) e **6,4%** não quiseram opinar.

A questão da liberação é um ponto crítico a ser abordado, uma vez que vai contra a legislação nacional brasileira. Mas, observando os dados, constata-se que a maioria das pessoas daquela comunidade tem esse conhecimento.

#### d) Fruição Social

De acordo com Meneses (2006), se as comunidades do entorno dos bens culturais tiverem um sentimento de apropriação e (re)valorização do patrimônio cultural, entendendo o seu papel como corresponsáveis na sua preservação, estarão aptos a sua fruição social e fortalecerão melhorias nas condições de vida através da sustentabilidade. As questões a seguir buscam esse entendimento.

Pergunta 1 - Você já ouviu falar sobre turismo sustentável?

Opções de resposta: Sim. Não.

A pesquisa revelou uma amostragem de **56%** positiva (11 a 17 anos 55%; 18 a 29 anos 61%; 30 a 39 anos 57%; 40 a 49 anos 52%; 50 a 59 anos 55%; 60 a 70 anos 56%), contra **44%** negativa (11 a 17 anos 45%; 18 a 29 anos 39%; 30 a 39 anos 43%; 40 a 49 anos 48%; 50 a 59 anos 45%; 60 a 70 anos 44%).

O turismo cultural arqueológico se apresentou como alternativa viável para que as comunidades possam, além de reconhecer e revalorizar o patrimônio arqueológico, usufruir desse potencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Pergunta 2 - Se sua cidade for contemplada com um museu, o que você gostaria de ver em exposição?



Opções de resposta: Objetos que contenham a história da minha família. Objetos da cultura coronelina. Os achados arqueológicos pré-históricos encontrados no Parque Nacional Serra da Capivara. Todas as alternativas. Não quero opinar.

Uma parcela da comunidade, ou seja, **38,6%** (11 a 17 anos 47%; 18 a 29 anos 48%; 30 a 39 anos 48%; 40 a 49 anos 42%; 50 a 59 anos 30%; 60 a 70 anos 17%) considera primordial que os achados arqueológicos do PNSC se façam presentes no museu, mas **25,6%** (11 a 17 anos 31%; 18 a 29 anos 30%; 30 a 39 anos 20%; 40 a 49 anos 19%; 50 a 59 anos 32%; 60 a 70 anos 22%) elegeram também os objetos antigos da cultura coronelina. Outro contingente (**12%**) marcou os objetos da história familiar. O item “Todas as alternativas” foi marcado por **18,8%** e **4,7%** não quiseram opinar.

Apesar de considerarem primordial os achados arqueológicos do PNSC estarem no museu, também elegeram a história local e os objetos antigos que fazem rememorar os modos de fazer e de viver do sertanejo, ou seja, revelaram a vontade de deixar o testemunho de seus saberes e fazeres.

Pergunta 3 - O que você gostaria que o turista conhecesse na sua cidade?

Opções de resposta: O bairro São Pedro e a igreja. Os Serrotes Calcários. As histórias contadas pelos antigos moradores do Parque. Danças regionais. Todas as alternativas. Não sei.

Os respondentes, **36,6%** (11 a 17 anos 56%; 18 a 29 anos 44%; 30 a 39 anos 49%; 40 a 49 anos 31%; 50 a 59 anos 16%; 60 a 70 anos 24%), sinalizaram a importância de se conhecer o PNSC e os sítios arqueológicos do entorno. Reconheceram, sobretudo os mais velhos (**22,8%**) (11 a 17 anos 20%; 18 a 29 anos 22%; 30 a 39 anos 14%; 40 a 49 anos 18%; 50 a 59 anos 41% e 60 a 70 anos 22%), que as suas peculiaridades culturais e históricas são importantes e que devem ser compartilhadas com os visitantes. Sobre a opção de resposta “todas as alternativas”, **20%** (11 a 17 anos 7%; 18 a 29 anos 13%; 30 a 39 anos 19%; 40 a 49 anos 25%; 50 a 59 anos 24%; 60 a 70 anos 32%) dos entrevistados a utilizaram. As demais alternativas obtiveram uma porcentagem geral de **8,7%** para o

bairro São Pedro (centro histórico), **4,5%** para os Serrotes Calcários, **4,7%** para danças regionais e **2,7%** para não sei.

Percebe-se que existe a vontade de compartilhar como são os modos de viver no território da Serra da Capivara, até porque se essas histórias não forem compartilhadas, daqui a pouco essa geração não existirá e suas histórias se perderão no tempo.

Faz-se necessário compreender que a demanda do museu aqui levantada é a do município de Coronel José Dias, uma vez que o Museu do Homem Americano está localizado no município de São Raimundo Nonato.

## Síntese dos Resultados

Os dados nos mostram que os mais jovens que cresceram com o discurso da preservação patrimonial têm um entendimento maior sobre a importância da valorização e da preservação do PNSC; ao contrário dos mais velhos, que vivenciaram os processos de criação do Parque, por meio do qual muitos foram desapropriados de suas terras mediante a legislação de criação da Unidade de Conservação, tendo que migrar para outros locais, modificando os seus antigos hábitos.

Diante desse cenário, a hipótese de um ressentimento com a exclusão de suas memórias é possível. Mais que isso, parece-nos que o início da problemática foi a retirada deles do território, ou seja, aquilo que era patrimônio de valor familiar passou a ser patrimônio da humanidade (uma inversão do público/privado).

Outro ponto relevante na análise é que os mais velhos são, na verdade, mais conscientes das mudanças ocasionadas, pois vivenciaram e manifestam a vontade de participar ativamente. Viu-se isso quando expressaram o desejo de que o museu da comunidade contenha artefatos arqueológicos do homem pré-histórico e do modo de viver no sertão.

Por outro lado, os mais jovens não manifestaram esse ressentimento, pois não habitaram aquele espaço, não vivenciaram o sentimento de perda de propriedade. Eles, por sua vez, acreditam nas mudanças que podem ocorrer no município por intermédio do turismo.

Entende-se, porém, que o motivo maior do ressentimento não são as indenizações mal resolvidas ou a vontade de continuar caçando, mas o fato de terem perdido a livre fruição de seu direito de propriedade (individual e familiar): o direito de habitar aquele território; o direito de visitar os seus mortos que lá ficaram quando sentissem vontade; o direito de contemplar a arte rupestre livremente; o direito de tomar banho nos caldeirões sem acompanhamento de um guia turístico ou sem ter que pagar uma taxa.

Desse modo, para muitos não faz sentido voltar àquele lugar que não é mais de propriedade deles. Por isso apontam nos inquéritos que não conhecem o Parque, justificando que o conheciam antes. Não é compreendido que sendo uma propriedade coletiva da humanidade, ele é de todos. A verdade é que os direitos na sociedade são conflitantes.

Em linhas gerais, os dados apresentados nos inquéritos sintetizam uma série de questionamentos que devem ser vistos para que a comunidade de Coronel José Dias possa, a cada dia, ter mais acesso ao PNSC, valorizá-lo, preservá-lo, usá-lo de forma consciente e usufruí-lo economicamente por meio do turismo cultural.

Quanto à análise dos programas educativos desenvolvidos pela FUMDHAM e pelo IPHAN, entende-se que ambos tiveram sua contribuição dentro da ótica pela qual foram propostos; uns obtiveram bons resultados, outros nem tanto, mas tais resultados podem ser revistos, revitalizados, recomeçados a partir de outro viés: o da gestão partilhada simétrica e da revalorização local.

No delinear das análises, foram surgindo mais questionamentos que soluções, chegando-se à conclusão de que não existem fórmulas, sobretudo quando se sabe que os anseios individuais são, muitas vezes, latentes.

Acredita-se que devem surgir novas propostas educacionais centradas no patrimônio arqueológico do PNSC, agregando outros elementos: mostrar o potencial do Parque como fonte de desenvolvimento sustentável, partindo de iniciativas da própria comunidade; estimular e desenvolver espaços educacionais e de memória para o fortalecimento das identidades culturais dos povos; fomentar o fortalecimento da cultura das comunidades tradicionais em todas as suas manifestações regionais, especialmente seus conhecimentos tradicionais, entre outros.

Entende-se, portanto, que o maior contributo que a educação centrada no patrimônio cultural pode oferecer à população é dar autonomia para que

os próprios sujeitos possam construir seus próprios entendimentos e projetos comunitários.

## Perspectivas Futuras

Dentro das recomendações recebidas, a comunidade fortaleceu a vontade de tratar das questões relacionadas à memória do território, à preservação, ao registro da tradição local e, sobretudo, destacaram a insatisfação por nunca terem participado ativamente das tomadas de decisões em relação aos diversos projetos de desenvolvimento sustentável implantados na comunidade e devido à violação dos seus direitos à memória do território tradicional (proibição de voltar aos seus lugares tradicionais, lugares de referências culturais, etc.). Também pela falta de diálogo horizontal entre gestores do Parque e comunidade. Por fim, admitem que o distanciamento afetivo com a Unidade de Conservação (PNSC) e as discontinuidades nos projetos foram resultado, em grande parte, desses imperativos.

Esses resultados suscitaram na autora a preocupação de não deixar que tais anseios ficassem apenas escritos em um trabalho acadêmico. Nesse sentido, percebeu que havia chegado a hora de erigir um projeto de dentro da comunidade – feito pela comunidade para a comunidade –, que trouxesse elementos de fortalecimento da identidade e do protagonismo comunitário.

Nasceu, portanto, em 2013, a Associação Instituto Olho D'Água (IODA) no município de Coronel José Dias, Piauí, orientada por um projeto científico (da comunidade para a comunidade) lastreado pelo arcabouço conceitual da Arqueologia Colaborativa e do Meio Ambiente Cultural. O principal objetivo do IODA é promover, realizar e divulgar estudos relacionados às comunidades tradicionais do território do Parque Nacional Serra da Capivara; fomentar o fortalecimento e a perpetuação da cultura em todas as suas manifestações regionais, tais como seus conhecimentos tradicionais e modos de uso dos recursos naturais em sinergia com os estudos arqueológicos vigentes.

Desde sua criação, o IODA tem desenvolvido uma série de projetos aplicados ao registro da memória do território, à defesa do Meio Ambiente Cultural, dos acervos culturais (material e imaterial), da condição cidadã dos povos e das comunidades tradicionais que vivem na região (RODRIGUES, 2016), com destaque para:

- **Projeto Volta às Origens**

Consiste no mapeamento participativo com base na metodologia de cartografia afetiva do território tradicional da Serra da Capivara, por meio de expedições pelas áreas antigamente ocupadas pela comunidade local (dentro da Unidade de Conservação). O objetivo principal dessa iniciativa é recuperar narrativas por meio da memória individual e coletiva da referida comunidade para construir um mapa afetivo de valorização da identidade e da tradição local.

Entende-se que as narrativas comunitárias sobre o território, a paisagem e as pinturas rupestres oferecem outra perspectiva sobre a área internacionalmente conhecida, que se sobrepõe e diversifica as interpretações e representações do discurso científico da arqueologia e da antropologia tradicional. O reconhecimento e a interpretação do território pela comunidade oportuniza a emergência de outra narrativa, de outros conhecimentos sobre a área que, muitas vezes, foram esquecidos, omitidos e silenciados pelo discurso científico tradicional acadêmico e/ou pelo funcionalismo administrativo estatal (RODRIGUES et al., no prelo).

119

Nas expedições ao território tradicional, o mapeamento participativo tem identificado histórias e lugares significativos. Esses lugares são georreferenciados para a composição do mapa que associa a posição geográfica ao conhecimento comunitário compartilhado para apresentar outra narrativa desses lugares. Esse trabalho possibilitará a construção de uma cartografia inédita na região, contendo os locais de relevância histórica e patrimonial identificados pela comunidade. A expectativa é que essa atividade de mapeamento contribua para a produção de uma cartografia social que subsidie políticas públicas para a região, inclusive abrindo a possibilidade de criação de roteiros turísticos alternativos.

- **Programa Educativo**

O trabalho educativo voltado para o entendimento técnico dos conceitos de patrimônio arqueológico e histórico-cultural torna-se um dos elementos importantes nesse processo de protagonismo comunitário. Na pesquisa de mestrado, ficou claro que as ações de Educação Patrimonial foram inseridas nas políticas públicas pela Rede Municipal de Educação de Coronel José Dias com

a inserção da disciplina Parque Nacional no currículo. Dentro disso, o planejamento do Programa Educativo do IODA considerou esse importante precedente e montou iniciativas para atuar em sinergia com as já existentes, por meio dos seguintes subprogramas:

- **ARTE NA SERRA**, que oferece oficinas de arqueologia experimental para crianças, adolescentes e jovens da zona rural e urbana do município;
- **CRIANDO E RECRIANDO UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL**, realizado com alunos do ensino fundamental e médio na criação de cartilhas educativas sobre a memória e a identidade cultural da comunidade, com destaque para a Coletânea “Um parque e sua gente”;
- **EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE CULTURAL**, em parceria com a Associação de Jovens Condutores de Visitantes “Tribos da Capivara”, por meio de estudos dirigidos (temática de arqueologia, memória, identidade, patrimônio cultural) e montagem dos circuitos culturais alternativos.
- **Entre outros**<sup>4</sup>.

120

Tais ações têm contribuído para o fortalecimento de políticas públicas no que concerne à (re)valorização do patrimônio cultural no município. Desse modo, toda a comunidade vem compreendendo a necessidade de preservar sua identidade, suas raízes e sua memória. As iniciativas erigidas no seio da comunidade têm contribuído para alavancar a autonomia local, dando voz e vez aos herdeiros diretos desse patrimônio, que foram por tanto tempo silenciados e invisibilizados.

Por fim, acredita-se que o IODA (apenas três anos de criação), por meio de seus diversos subprogramas, possa aprimorar, em médio e longo prazo, o relacionamento e a interação entre esse enorme patrimônio histórico e cultural da humanidade com as comunidades que vivem no município de Coronel José Dias e região. Acredita-se que a valorização desse patrimônio, em um trabalho que envolva o fomento de diversas iniciativas, permitindo o crescimento intelectual e econômico destas em sinergia, resultará em benefícios tanto para a divulgação e a preservação desse patrimônio quanto à sustentabilidade cultural da comunidade pela comunidade.

<sup>4</sup> Ver: <http://documentoculturalolhodagua.ning.com/>. Acessado em: 23 jan. 2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, J. L. de P. **A teoria Básica de Jean Piaget**. Vitória: [s.n.], 1995. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per09.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

CASCO, A. C. A. J. Sociedade e educação patrimonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 1., 2005, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: Iphan, 2005.

D'ANTONA, A. O. Turismo em Parques Nacionais. In: FUNARI, P.; PINSKY, J. (Orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. **Coleção Turismo e Contexto**, São Paulo, v. 04, p. 81-96, 2005.

DIAS, G. M. Entrevista concedida em 08 de agosto de 2010.

DIEGUES, A. C. S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada**. [Relatório]. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre População Humana e Áreas Úmidas do Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **As populações Humanas em áreas naturais protegidas da Mata**. São Paulo: NUPAUB, 1996, p. 18.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, MINC, IPHAN, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 41, p. 23-32, 2001.

FUNARI, P.; PINSKY, J. (Orgs.) Turismo e Patrimônio Cultural. **Coleção Turismo e Contexto**, São Paulo, v. 04, p. 81-96, 2005.

HORTA, M. de L. P. Educação patrimonial. In: BERRETO, E. A. et al. (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Educação**. Goiânia: IPHAN, 2008.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

ICAHM - THE INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTEE ON ARCHAEOLOGICAL HERITAGE MANAGEMENT. **Carta Internacional para la Gestión del Patrimônio**

**Arqueológico.** 1990. Disponível em: <[http://www.international.icomos.org/charters/arch\\_sp.htm](http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2011.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MENESES, U. B. de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V. H. et al. (Orgs.). **Patrimônio:** Atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 33-53.

PESSIS, A. M. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara.** Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/IBAMA/FUMDHAM, 1991.

RODRIGUES, M. H. da S. G. **A Arqueologia Colaborativa no Tratamento de Acervos Patrimoniais para a Sustentabilidade Cultural das Comunidades no Brasil:** Teoria e Estudos de Caso. 2016. 396 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.

\_\_\_\_\_. **Parque Nacional Serra da Capivara:** Educação, Preservação e Fruição Social. Um estudo de caso em Coronel José Dias – Piauí. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado *Erasmus Mundus* em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2011.

\_\_\_\_\_. **A temática do Patrimônio Cultural no projeto político-pedagógico:** Caso da Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Oliveira. 2009. 50 f. Monografia (Especialização em Patrimônio) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, M. H. da S. G. et al. A reconstrução da territorialidade de Coronel José Dias a partir das memórias afetivas ligadas ao patrimônio cultural da Serra da Capivara – PI. Dossiê Pesquisa em Gestão Integrada do Patrimônio e da Paisagem. (No prelo)



# CAPÍTULO 4

## ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO NAS ESTEARIAS: DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA, A COMUNIDADE E A ESCOLA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq04>

*Alexandre Guida Navarro*

*João Costa Gouveia Neto*

## SUMÁRIO

## PATRIMÔNIO PARA QUEM?

Este capítulo aborda as discussões acadêmicas e experiências comunitárias ocorridas na disciplina Arqueologia Pública e o Patrimônio, explorando as relações de conhecimento entre a academia, evidenciada pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA) e o Ensino Médio, corroborada pela Escola de Formação Gerencial – EFG do SEBRAE/MA.

O objetivo desta inédita experiência na cidade de São Luís, que é patrimônio da humanidade, teve como finalidade a publicização da ciência arqueológica entre alunos do Ensino Médio de uma escola gerencial de tempo integral por meio da experiência vivenciada dentro de um laboratório, no sentido de suscitar alternativas de conhecimento para além da sala de aula e, no caso do laboratório, das atividades técnicas intrínsecas à sua atividade.

Dois conceitos são importantes aqui: patrimônio e público. Como bem pontuaram Funari e Pelegrini (2006), nas línguas românicas a palavra *patrimonium* esteve associada à herança ou à propriedade herdada no âmbito familiar. Foi com o passar do tempo e a partir de sua associação com a História que o patrimônio acabou recebendo o sentido *per se* que até hoje lhe é atribuído: os monumentos. Com o desenvolvimento teórico mais abrangente das Ciências Humanas, *i.e* o Pós-Modernismo, sobretudo a partir da década de 1990, novas perspectivas advindas dos enfoques teóricos possibilitaram ao conceito de patrimônio desdobramentos amplos de tal forma, que hoje encontramos muitas denominações associadas ao seu campo de atuação, como patrimônio cultural, patrimônio edificado e bens culturais, somente para citar alguns.

A proteção ao patrimônio é uma escolha ideológica e, durante muito tempo, esteve pautada por seleções elitistas daquilo que deveria ser preservado (ARANTES, 1990; GNECCO, 1995). É nesse sentido que Fernandes (1993, p. 275) refletiu que a gestão do patrimônio “[...] preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares [...] como referências de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários”.

Como bem lembraram Ianni (1988) e Gouveia Neto (2010), essa definição de patrimônio privilegiou a aristocracia, associando ao monumento uma função que remetia às origens elitistas das sociedades, atribuindo ao vernáculo o sentido de superioridade cultural por meio da pintura, da literatura, da arqui-

tetura e dos gostos musicais. Dentro desse contexto, era difícil para a classe não abastada identificar-se com aquilo que não pertencia ao seu universo cotidiano.

Por outro lado, a partir da Proclamação da República, em 1889, até mesmo a elite distanciou-se do significado de patrimônio e a pompa de outrora foi perdida, uma vez que a carga simbólica atribuída ao patrimônio edificado, como a noção de antiquado, velho e ultrapassado, contrariava a ideia de modernidade e progresso (GOUVEIA NETO, 2010). Nesse sentido, como afirmam Funari e Pelegrini (2006), até a capital do Brasil, Rio de Janeiro, foi substituída por uma cidade mais “moderna”. Desse modo, a discussão sobre patrimônio é de grande importância para entender a própria formação social de uma nação.

Como se afirmara, os debates acerca das diversas formas de patrimônio tornaram-se um elemento de destaque na contemporaneidade. Além de sua inserção nas discussões teóricas, fundamental para o desenvolvimento foi sua aproximação com a comunidade, no seu sentido público, ou seja, um patrimônio que buscou a aproximação social dos excluídos, dando-lhes uma voz que reverberou significados identitários e de preservação da memória, ora buscando associações com o passado cultural, ora vivenciando experiências comunitárias (MERRIMAN, 2004).

Logo, o papel dos museus e da musealização mostrou-se essencial para ratificar a importância do conhecimento para as comunidades locais, cujos museus comunitários são um importante instrumento de identidade cultural. Museus, portanto, não devem ser locais estáticos. São lugares dinâmicos, construídos socialmente e com uma carga simbólica fundamental enquanto preservação do patrimônio (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Antes de apresentarmos como a experiência vivenciada por alunos de Ensino Médio da EFG/MA da cidade de São Luís afetou seu conhecimento acerca da Arqueologia, apresentaremos nosso objeto de estudo, que possibilitou a reflexão por parte desses alunos de como era a vida das comunidades pretéritas e como os artefatos ajudam a entender sobre essas sociedades.

## O que são estearias?

A região onde ocorrem as estearias é denominada Baixada Maranhense. Trata-se de uma microrregião situada a oeste e a sudeste da ilha do Maranhão, compreendendo uma área de aproximadamente 20 mil km<sup>2</sup>, dentro da

Amazônia Legal, sendo uma região que conta com mais de 500 mil habitantes (IBGE, 2006). É um território muito pobre, com os menores índices (IDH) não só do estado do Maranhão, como de todo o Brasil, cuja população vive da subsistência da agricultura tradicional, da pesca, da criação de pequenos animais e do extrativismo vegetal, especialmente do coco do babaçu. As principais cidades dessa área são Penalva, Pinheiro, Viana, São Bento e Santa Helena (NAVARRO, 2013; NAVARRO, 2014).

As estearias foram moradias lacustres construídas com esteios (tocos ou troncos de árvores) de madeira que serviam de sustentação para as construções superiores, dando origem, assim, às suas aldeias ou às palafitas pré-históricas (LOPES, 1924; CORREIA LIMA e AROSO, 1991; LEITE FILHO, 2010). Esse tipo de sítio arqueológico aparece em casos isolados na América do Sul, como nos relatos de Vespúcio, em 1499, sobre comunidades que viviam em palafitas na costa venezuelana.

No Brasil, diversos autores consideram que as estearias são os sítios arqueológicos menos conhecidos no território nacional (PROUS, 1992; MARTIN, 1996). No entanto, há relatos de palafiteiros no Alto Amazonas realizados pelas expedições de Ursúa e Aguirre (1516) (apud PORRO, 1992). Além disso, franceses estabelecidos no Maranhão no início do século XVII, ao realizarem um reconhecimento no rio Amazonas, fizeram referência às populações que viviam em palafitas sobre lagos. No entanto, as estearias maranhenses são as únicas conhecidas na atualidade.

As estearias estão localizadas ao longo dos diversos lagos, que se caracterizam pela formação de um sistema hídrico composto de rios, campos inundáveis e lagos de variados tamanhos, os quais se definem pela sazonalidade do clima (as inundações ocorrem no primeiro semestre de cada ano) (FRANCO, 2012). Os lagos da Baixada Maranhense têm origem geológica recente, pleistocênica, e se caracterizam por inundações periódicas na época das chuvas, pois acabam recebendo as águas fluviais, além de auferirem, inclusive, as águas dos rios da região quando de seu transbordamento, como o Pindaré, Pericumã e Turiaçu (CORRÊA, MACHADO e LOPES, 1991; AB' SÁBER, 2006). Pertencem, também, a um bioma típico da região amazônica, que se caracteriza por campos de várzea.

Podemos afirmar, em nível hipotético, que, em princípio, a existência de farta alimentação nesses lagos pôde criar uma situação favorável à habitação



sedentária dos grupos humanos que ocuparam a região. Embora não queiramos cair nas armadilhas de uma elaboração conceitual do determinismo ecológico e cultural para a explicação da ocupação do território lacustre, negar a importância do rico ecossistema lacustre seria uma displicência por parte do pesquisador.

Pesquisas arqueológicas atuais realizadas na região amazônica vêm demonstrando que as várzeas dos rios da região foram densamente povoadas por sociedades de tipo cacicado na Pré-Histórica amazônica (ROOSEVELT, 1980; HECKENBERGER, 2006; NEVES, 2006). Embora ainda seja muito incipiente inferir o tipo de organização social das estearias, é importante ressaltar que o bioma aquático e as condições ideais de obtenção de alimentos são parecidos com o das várzeas amazônicas, o que nos faz inferir que esse rico ambiente foi fundamental para o desenvolvimento das sociedades palafíticas. Evidência dessa adaptação é fornecida pelo relato de Simões (1981), que mediu uma das estearias e conseguiu delimitar sua área em 2 km<sup>2</sup>, portanto, um sítio de dimensões consideráveis.

Por outro lado, fica sem responder quem eram essas comunidades lacustres. Para Raimundo Lopes (1916), são populações tardias de filiação amazônica que estão migrando para a região da Baixada. Para Correia Lima e Aroso (1991), são grupos Nu-arawaque que foram expulsos, mais tarde, pela ocupação Tupiguarani. Já para Leite Filho (2010, p. 255), as estearias foram construídas por “[...] grupos intrusivos na região que se organizaram em aldeias autônomas ou inversamente em um conjunto de habitações com algum vínculo político entre si dado sua homogeneidade cultural e contemporaneidade”.

Aqui temos que mencionar a importância da estearia de Cacaria, no lago Cajari, assim denominada pela população local por contar grande concentração de cerâmica. A Cacaria foi estudada por Raimundo Lopes, em 1919, em uma grande seca que afetou a região, cujo material arqueológico ficou evidente. Lopes (1924) chega a afirmar a construção de calçadas na estearia, indicando um sofisticado arranjo urbano pelas populações que ali habitaram.

Simões (1981) também a pesquisou, pontuando a importância dos estudos de Lopes e dessa estearia em específico, que foi medida, alcançando os 2 km. Nos trabalhos de Corrêa, Machado e Lopes (1991), a Cacaria voltou a ser estudada e, por meio dos troncos de pau d’arco (*Tabebuia dasp*), o referido pesquisador forneceu a datação radiocarbônica de 570 d.C.

Outro importante relato é a existência de “ilhas e tesos” (CORREIA LIMA e AROSO, 1991) em algumas áreas dos lagos, cujas comparações geográficas

cas e, por conseguinte, dos *mounds* foram feitas por Lopes (1924) com a região marajoara, sem, no entanto, estabelecer discussões mais profundas.

## Resultados preliminares: discussão

Relatos etno-históricos do século XVI, sobretudo os dos padres Claude D'Abbeville, D'Evreux e João Daniel, são um importante *corpus* de informação acerca dos índios que habitavam o Maranhão no período da Conquista. A maioria dos relatos dá conta da ocupação tupiguarani na ilha de São Luís. Esses documentos históricos narram diversos aspectos da vida cotidiana dos indígenas, como a organização do espaço, a guerra e a maneira como se alimentavam (PORRO, 1992).

Com relação às estearias da Baixada, não existem relatos acerca da construção de palafitas no Maranhão pré-colonial, mas há alguns informes na região do atual estado do Pará e na região do Alto Amazonas. O melhor exemplo desses relatos é a expedição de Ursúa e Aguirre no Alto Amazonas, quando entrou em contato com os Omágua, grupo indígena que vivia em palafitas, indicando que essas moradias lacustres puderam estar fortificadas:

Fomos pelo rio abaixo cinco ou seis dias [...] *Chegamos a umas casas fortes que os índios têm por ali, feitas em jirau, altas e cercadas de tábuas de palmeira e [que] têm no alto troneiras para flechar, e de lá nos feriram os índios quatro ou cinco espanhóis, com vinte que se haviam adiantado com um chefe, e os fizeram recuar; quando chegou a armada a essa casa os índios haviam fugido... Quando queríamos sair daqui apareceram no rio muitas pirogas e índios, as quais, segundo alguns, seriam mais de 100, com muitos índios de guerra. (PORRO, 1992, p. 95. Grifos e acréscimo nosso).*

No século XVIII, o jesuíta João Daniel escreveu o seguinte sobre os povos palafíticos da Amazônia, inferindo um possível significado desses tipos de construções:

Muitas nações vivem sobre lagos, ou no meio deles, onde têm em cima da água as suas casas feitas da mesma sorte, e só com o ádito de serem de sobrado, que levantam de varas, e ramos de palma, e nelas vivem contentes, como peixe na água. A razão de fabricarem nos lagos as suas povoações e moradias é em uns pela grande fartura que neles têm de tartarugas, bois marinhos, e mais pescado; em outros é para estarem mais seguros dos assaltos dos seus inimigos. (DANIEL, 2004, p. 280).

Até o momento, nossa equipe mapeou os sítios Armíndio, Caboclo, Encantado e Boca do Rio. O mapeamento é de grande precisão e foi realizado com a estação total e georreferenciamento por satélite (GPS e GIS). Dado que os leitos dos rios passam por um forte processo de assoreamento, além de que a areia forma uma camada sobre os esteios, impedindo a identificação dos mesmos, o método mais adequado foi o mais simples: através de jangadas, identificamos cada esteio manualmente e o marcamos, sendo que, desse modo, pudemos localizar a delimitação dos sítios bem como a maioria dos esteios, que puderam ser referenciados com a estação total. Devemos levar em consideração, por outro lado, que esse método também possui uma margem de falha, dado que algum esteio pode ter deixado de ser visto por um dos membros da equipe. No entanto, consideramos que a maior quantidade dos esteios foi mapeada satisfatoriamente.

Obtivemos resultados eloquentes. O maior sítio mapeado é o Encantado, com uma extensão de 13 hectares e 171 esteios visíveis, sendo que, segundo os moradores da região, um terço dele foi destruído para a obtenção da madeira utilizada em atividades locais, como a construção de cercas. Por outro lado, o sítio Boca do Rio, com 1 hectare, apresentou o maior número de esteios: 1100 no total.

A análise espacial evidencia aldeias circulares ou elipsais construídas no centro dos rios ou dos lagos, cuja função ainda é desconhecida, mas possivelmente tem a ver com a obtenção de alimentos ou caráter defensivo. Existe uma hierarquia de construção arquitetônica, cuja maior quantidade de esteios está concentrada na parte central das aldeias, e, à medida que se distancia dela, ocorre uma diminuição das estacas de madeira, até que desaparecem. Essa hierarquia também promove a concentração de grupos de esteios em diferentes locais dos sítios, o que pode significar que os mesmos estiveram interligados

por pontes. Associações espaciais feitas com as estatuetas antropológicas, cuja principal característica é a representação do umbigo, evidenciam um caráter mágico-religioso de alguns sítios que estão localizados exatamente no centro dos lagos ou dos rios. A associação do umbigo das estatuetas com a localização espacial da aldeia no centro dos rios é uma evidência simbólica de sociedades hierarquizadas que se viam como *axis mundi*, ou seja, que se posicionavam no centro do universo.

Até o momento, foram realizadas sete (7) datações radiocarbônicas para os sítios, colocando-os em uma temporalidade de longa duração, que vai do ano de 165 a 1045 d.C. A maioria dos sítios é contemporânea e sua construção preponderante, situada entre os séculos 8º e 10º, coloca-os dentro da complexa relação de sociedades que ocuparam a Amazônia no período colonial, estabelecendo contatos diretos e indiretos com elas. Enquanto que os sítios mais recentes se caracterizam pela produção mais de uma cerâmica mais fina, com presença de pintura, os sítios mais antigos, Coqueiro e Lago do Souza, possuem uma cerâmica mais grossa, sem pintura, com incisão nas bordas.

Dada a natureza subaquática dos sítios, foram feitas, também, coletas sistemáticas na estação da estiagem, cujos depósitos fluviais baixam seu nível (50 cm de água), mas não secam, situação essa que levou às coletas. Os sítios foram divididos em um plano cartesiano com quadrículas aleatórias de 1x1. A partir disso, os materiais arqueológicos superficiais correspondentes a cada um desses quadrantes foram retirados. Dentre os vários materiais coletados, encontram-se artefatos de cerâmica inteiros e fragmentados, sendo pintados e não pintados; muitas estatuetas; material lítico, com destaque para um muiraquitã e peças de madeira, como o cabeamento de um machado, hastes de fuso e supostamente um remo (e/ou borduna?)

Com relação à descoberta mais importante, o muiraquitã, sabe-se que esse tipo de material lítico foi retirado no lago Cajari por Raimundo Lopes no início do século XX. A peça que foi encontrada na estearia da Boca do Rio é o primeiro artefato coletado de forma sistemática, depois dos achados de Lopes. A análise mineralógica foi realizada pelo Prof. Dr. Marcondes Lima da Costa (UFPA). Constatou-se que é de pedra verde de nefrita, confeccionada a partir dos minerais tremolita/actinolita. A peça possui 2,8 cm de altura por 1,8 cm de comprimento, tendo dois furos laterais e marcas do retoque do lascamento e polimento no verso. Com relação ao estilo, é híbrido, pois o abdômen e as patas são idênticos aos muiraquitãs amazônicos tradicionais; no entanto, a cabeça ora



assemelha-se a traços caribenhos (Venezuela, Guianas e ilhas do Caribe), ora aos das terras altas da América do Sul (os olhos quadrados e o motivo bipartite da cabeça), em especial à cultura Tolima da Colômbia ou Tiahuanaco da Bolívia.

Por outro lado, ornamentos em pedra verde são característicos da região do Istmo-Antilhas, mostrando que as conexões entre Mesoamérica e Caribe foram muito mais ativas do que imaginou Kirchhoff ao propor diferentes áreas culturais para as distintas regiões geográficas (KIRCHHOFF, 1960; DOMÍNGUEZ e FUNARI, 2012). Recentes descobertas arqueológicas mostram evidente interação entre os grupos humanos que habitaram as Antilhas e a região da Colômbia, percorrendo uma área que se estende desde o noroeste da Venezuela até a porção ocidental das Honduras (RODRÍGUEZ RAMOS, 2013). Para Rodríguez Ramos (2013), o ano 700 d.C. correspondeu ao auge da interação entre o Caribe e a área do Istmo Colombiano, sobretudo na tradição Huecoide de Porto Rico e norte das Antilhas, onde se percebe uma maior interação cultural com a distribuição de pedra verde, conchas, tumbagas e demais artefatos com significado simbólico regional, cujos temas mais recorrentes são pingentes em forma de ave (o mais recorrente em forma de condor, típica ave andina), imagens de répteis e adornos batraquianos.

Os artefatos cerâmicos foram classificados segundo uma tipologia que obedeceu as seguintes categorias: forma rasa (prato), vasilhames do tipo meia calota, vasilhames esféricos, vasilhames do tipo meia esfera, estatuetas e fusos. Uma característica da coleção é a presença de pequenos vasilhames cerâmicos que provavelmente serviam para armazenar quantidades bem controladas de líquido no seu interior ou sementes para o plantio, como indicam Burke, Ericson e Read (1972). Algumas delas têm incisão nas bordas, outras são pintadas, geralmente de vermelho e preto, sem a presença de engobo. Os pratos são utensílios planos e muitos possuem marcas de esteiras de cestaria, sendo o mais frequente o trançado.

As estatuetas de cerâmica indicam a presença de ritual. Caracterizam-se pela representação de animais, sobretudo a coruja, o macaco, a tartaruga e o sapo. Algumas delas são antropozoomorfas (forma humana misturada com a de animal), sendo a zoomorfa (forma de animal) a mais recorrente. A maioria delas possui um padrão escultórico: as pernas estão abertas formando uma meia lua e algumas delas possuem a genitália feminina à mostra. A profusão de estatuetas femininas com a marca da genitália pode evidenciar algum tipo de ritual

associado à fertilidade ou à puberdade, sobretudo porque muitas têm evidência de quebra da cabeça.

Uma delas em especial evoca a questão do perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) na arte desses povos: deitada é um sapo, de pé é uma coruja com o tronco humano, além dos braços também humanos. Quase todas elas possuem outro traço importante: o desenho do umbigo, que, como relatado anteriormente, está associado à visão de mundo dessas sociedades (ELIADE, 1969). Os fusos, rodela em cerâmica com furos, também são um importante tipo de artefato encontrado nas estearias, e em tamanhos diferentes, os quais indicam a atividade da tecelagem.

Com relação à iconografia, destacam-se os traços geométricos que delimitam padrões dentro da composição estilística do vaso: são gregas ou linhas em espiral que vão circundando o interior das peças. As cores predominantes são a vermelha e a preta. Provavelmente, muitas trazem desenhos de motivos que representam a pele dos animais, como um exemplar em que podemos notar as marcas do casco da tartaruga ou da pele de uma cobra surucucu, que era comum na região da Baixada Maranhense.

132

A análise das fontes etno-históricas evidenciou escassas informações acerca dessas populações, revelando que esses grupos são bastante antigos, de tal forma que, à época da Conquista, os índios não preservaram em sua memória relatos acerca dessas sociedades. É muito provável que os grupos indígenas do período da Conquista no século XVI e XVII se assentaram em áreas de ocupação palafítica, vindos de regiões mais distantes, sendo, portanto, alóctones na área. Estudos mais pontuais nessa direção ainda precisam ser realizados.

As datações radiocarbônicas realizadas em laboratório estadunidense temporalizando os grupos das estearias nos anos de 200/1000 d.C. comprovam que essas sociedades são de longa duração e que estiveram bem adaptadas ao meio aquático.

Com relação à organização política desses povos, fica por elucidar a sua forma de governo, se foram sociedades mais complexas ou sítios sazonais por causa do meio aquático. O atual estado das investigações mostra que havia sítios mais ritualísticos, como o Armíndio, cuja concentração de estatuetas é grande em detrimento dos demais.

Evidências da grande área territorial ocupada por essas sociedades associadas à longa duração indicam que esses grupos humanos estavam muito

bem adaptados ao meio. Já a complexidade arquitetônica dos sítios e a grande quantidade e disposição dos esteios evidenciam uma construção orientada segundo princípios de direção centro-periferia. O desgaste inferior desses esteios indica que foram lapidados para melhor se fixarem no leito dos rios. Existe uma homogeneidade da cultura material, como é evidente nos tipos cerâmicos e sua mensagem simbólica apresentada pelas pinturas dos vasilhames e estatuetas, na sua maioria animais predadores como cobras, além da representação cosmológica do *axis mundi* por meio do umbigo. Por fim, há que considerar que a contemporaneidade dos sítios, indicando uma homogeneidade cultural dessas sociedades, leva a pensar em cacicados de grande escala regional entre os séculos 8º e 10º d.C., coincidindo, portanto, com o auge das sociedades amazônicas pré-coloniais.

Por fim, é importante salientar que o projeto é embasado pelos preceitos da arqueologia comunitária, uma vez que conjuga a participação dos moradores dos povoados visitados e nas etapas do trabalho arqueológico. O conhecimento dessas pessoas, pautado em suas experiências de vida, é fundamental para entender o homem do passado e as construções identitárias do presente.

## O laboratório como espaço de sensibilização escolar

A Escola de Formação Gerencial (EFG) do Sebrae – MA é uma franquia que tem suas origens na Áustria. No Brasil, teve sua implementação a partir da iniciativa do Sebrae de Minas Gerais. De acordo com o histórico da Escola Técnica de Formação Gerencial, esta foi idealizada com o objetivo de suprir a formação de gerentes de nível técnico para as pequenas empresas. O referencial que serviu como parâmetro para o Projeto ETFG foi encontrado na Áustria e desenvolvido por meio de um acordo de cooperação com o Ministério de Educação e Artes daquele país, para a organização de um modelo de formação gerencial, adaptado à realidade brasileira.

A implementação da EFG em São Luís se deu em 2013, com a abertura das matrículas para a primeira turma do Ensino Médio, articulado ao Ensino Técnico em Administração. A primeira turma foi composta por 30 alunos. Além das disciplinas de História, Geografia, Português e Matemática, os alunos têm aulas de Direito, Administração, Educação Financeira, Gestão Empresarial e desenvolvem projetos voltados para o empreendedorismo.

De acordo com as metodologias atuais de aprendizagem e dada a extrema velocidade tecnológica que envolve os adolescentes, um conhecimento abordado de forma extática e fora da realidade dos alunos é sempre mais difícil de ser apreendido e compartilhado. Quando tratamos de sociedades das quais sabemos pouco e que tiveram vivências, no geral, muito diferentes das que são conhecidas pela matriz ocidental europeia, essa distância é ainda maior. O trabalho de articulação da teoria com a prática, tão debatido nas universidades, quando chega ao espaço do Ensino Médio, na maior parte dos casos não acontece devido a falhas nessa comunicação tão vital para ambos os universos de ensino.

Além dessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam a necessidade de que o conhecimento abordado no Ensino Médio não perca de vista a perspectiva social relacionada à atuação e à inserção dos estudantes no mercado produtivo, pois:

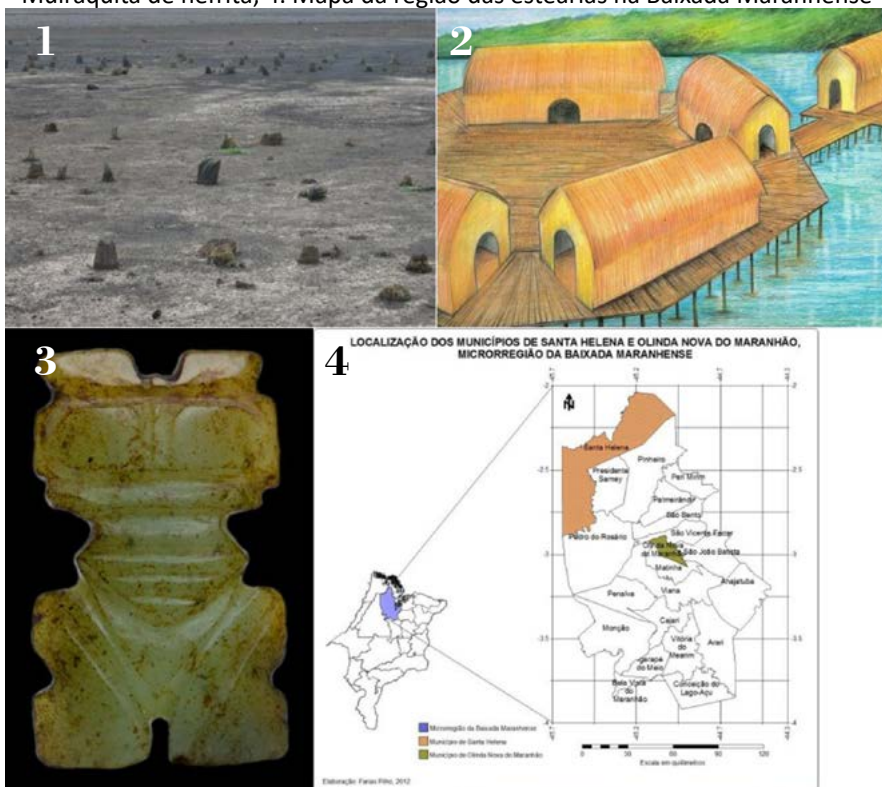
[...] o novo paradigma emana da compreensão de que, cada vez mais, as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano aproximam-se das necessidades à inserção no processo produtivo [...] Ou seja, admitindo tal correspondência exigida para o mercado da cidadania e para as atividades produtivas, recoloca-se o papel da educação como elemento de desenvolvimento social. (BRASIL, 1999, p. 13 apud MARTINS, 2000, p. 78).

Essa articulação entre o conhecimento formal e sua aplicabilidade não só prática, mas acima de tudo direcionada para as necessidades da sociedade atual, é a base da Escola de Formação Gerencial – EFG do Sebrae (MA), a qual tem na Arqueologia e nas suas potencialidades uma vasta aplicação social na atualidade. Assim, deve soar na mesma tonalidade que a contemporaneidade, com a construção de um conhecimento participante que contribua para o desenvolvimento do cidadão (Cf. Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio, 2000, p. 10).

Com vistas a estreitar a relação entre o Ensino Médio e a Universidade, a atuação do Laboratório de Arqueologia (LARQ) da UFMA tem contribuído para divulgar os estudos arqueológicos e também as pesquisas sobre a Pré-História da Baixada Maranhense. A iniciativa surgiu das constantes visitas ao Laboratório em concomitância com a atuação na EFG-MA, ministrando a disciplina de História.

Primeiramente, os alunos tiveram acesso às discussões sobre patrimônio, preservação, tipos de fontes históricas e sobre a pré-histórica brasileira na EFG-MA. Na semana seguinte, fomos à Universidade Federal do Maranhão, onde os alunos assistiram a uma palestra sobre as discussões apresentadas neste capítulo. A segunda parte da atividade na UFMA foi a visita ao LARQ, onde tiveram acesso ao material coletado nas pesquisas realizadas na Baixada Maranhense pela equipe do referido laboratório (Figuras 1 a 4 e Fotos 1 a 5). Durante a visita, aprenderam sobre o manuseio das peças no que se refere à sua limpeza, conservação e acondicionamento, bem como sobre catalogação e as técnicas utilizadas para datar os objetos encontrados. Após a visita, selecionamos os alunos Marília de Sousa Fontes e Luís Felipe Borges, da EFG, para responderem a um pequeno questionário com perguntas abertas, mas dirigidas, sobre as discussões realizadas no LARQ-UFMA.

**Figuras -** 1. Esteios à mostra na estação da seca; 2. Reconstituição de uma aldeia; 3. Muiraquitã de nefrita; 4. Mapa da região das estearias na Baixada Maranhense



**Fontes:** Acervo do Autor.

**Fotos 1 a 5 - Visita ao LARQ e acesso ao material coletado nas pesquisas na Baixada Maranhense**









Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Elaboramos sete blocos de perguntas sobre as discussões levantadas durante a visita ao LARQ-UFMA, as quais serão apresentadas a seguir, com suas respectivas respostas:

1 - Em algum momento de seus estudos, você tinha interesse pela Pré-História? Tinha curiosidade em saber, por exemplo, como viviam nossos antepassados em épocas muito remotas?

Resposta do aluno Luís Felipe Borges: “Sempre tive vontade de entender um pouco mais sobre a evolução da espécie, como viviam nossos antepassados e até mesmo qual foi a trajetória do ser humano para que se evoluísse até os dias de hoje, principalmente quando nos deparamos com o estudo das pinturas rupestres, métodos e utensílios de sobrevivência que, por muito, salvou a pele da raça humana”.

Resposta da aluna Marília de Sousa Fontes: “Sim, sempre mantive a curiosidade sobre meus antepassados, como viviam, o que faziam etc.”.

2 - Antes de ir ao Laboratório de Arqueologia, e das aulas ensinadas pelo professor, você tinha ideia do que a Arqueologia estudava?



Resposta do aluno Luís Felipe: “Sim, antes desse aprofundamento ministrado pelo professor João e possibilitado posteriormente pela Universidade Federal do Maranhão, eu e meus colegas detínhamos o conhecimento comum, e superficial, sobre a Arqueologia”.

Resposta da aluna Marília: “Sim, tinha uma noção que a Arqueologia estudava as antigas civilizações através de escavações, pesquisas”.

3 - Qual a sua impressão ao ver os artefatos expostos na bancada do Laboratório? O que você mais gostou de ver?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Foi uma sensação incrível ver todos aqueles artefatos de centenas de anos ali na nossa frente, que mesmo depois de uma trajetória inimaginável resistiram por tanto tempo e hoje repousam sob os bons olhos e cuidados de uma equipe magnífica, para contar sua história a todo e qualquer um que os visite. Eu, particularmente, gostei mais das peças tidas como amuletos, utilizados na época para o culto a diversos deuses, como da fertilidade, por exemplo”.

Resposta da aluna Marília: “Eu fiquei muito interessada nos utensílios domésticos e as antigas moedas, pois é evidente sua evolução no decorrer do tempo”.

4 - A partir das explicações do professor e da ida ao Laboratório, você acredita que a Arqueologia seja importante? Por que e em que aspecto?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Com toda certeza. A Arqueologia conta ao homem um pedaço da sua própria história, estuda sua trajetória, debate, pesquisa e constata minuciosamente cada detalhe de como foi a vida há centenas e até milhares de anos atrás, o que, sem dúvida, é primordial para escrevermos o livro da humanidade, afinal não se escreve um livro do meio para o final, é do início”.

Resposta da aluna Marília: “Sim, pois é a partir dela que descobrimos quem somos e qual é o ciclo da vida, além do que é possível entender os acontecimentos bons e ruins que fizeram o mundo ser o que é hoje”.

5 - Que tipo de ajuda a Arqueologia pode dar para a sociedade? Que tipo de informação essa ciência pode nos revelar?

Resposta do aluno Luís Felipe: “A Arqueologia, por se dedicar ao estudo das sociedades humanas antigas, é primordial para o entendimento do desenvolvimento do ser enquanto animal pensante. É ela quem escreve a nossa história desde o começo, resgatando informações do cotidiano dos nossos antepassados, como, por exemplo, o que comiam, como viviam, como se adaptavam e até mesmo seus hábitos preferidos, podendo, a partir daí, caracterizar e catalogar a evolução da espécie”.

Resposta da aluna Marília: “A Arqueologia pode ajudar o homem a entender a evolução da humanidade, pode mostrar o que aconteceu com certas espécies de animais, pode nos mostrar diferentes tipos de sociedades”.

6 - Por fim, há algum aspecto que você gostaria de pontuar sobre a Arqueologia, sobre os artefatos e sobre a ida ao Laboratório? Você conseguiu imaginar como viviam os povos que construíram os objetos que você observou? Acha que a vida deles era muito diferente da nossa? E em quais aspectos?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Por toda a visita ao laboratório, fomos sempre muito bem instruídos e enriquecidos de conhecimento, passados por nossos acompanhantes que esclareciam sempre qualquer dúvida que surgia no momento. O que tornou a visita muito mais empolgante, pois pudemos entrar de fato neste cenário, revivendo em cada artefato a sensação de quem o criou, o intuito e a objetividade do mesmo e, claro, sempre contrastando nossos hábitos e costumes de hoje com os de nossos antepassados, dos quais mantinham condições de vida totalmente diferentes, bem como necessidades de sobrevivência das quais hoje em dia não conhecemos, mas que sempre queríamos ter a oportunidade de estudar sobre”.

Resposta da aluna Marília: “Com a visita ao laboratório, pude perceber a importância da Arqueologia para a sociedade, consegui imaginar como viviam os homens pré-históricos e, principalmente, percebi como a vida atual é bem mais prática e desenvolvida agora”.

7 - Como você pensa que o poder público pode proteger o nosso patrimônio?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Penso que a forma mais clara e objetiva do poder público proteger o patrimônio é incentivando estudos e pesquisas relacionados, restaurações e preservação do mesmo para que este pedaço da

história nunca se apague, afinal tanta informação valiosa quanto à vida de sociedades passadas não pode se perder no tempo, temos profissionais muito engajados nesta causa em nosso estado e esperamos que eles tenham a oportunidade certa de trabalhar em prol da construção do livro da humanidade”.

Resposta da aluna Marília: “O poder público pode criar projetos relacionados às pesquisas arqueológicas e incentivar visitas a laboratórios arqueológicos para as escolas”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos analisar a partir das respostas dadas pelos alunos Luís Felipe e Marília, da EFG-MA, a visita ao Laboratório de Arqueologia da UFMA foi extremamente proveitosa. Os dois alunos disseram que tinham vontade de conhecer mais sobre seus antepassados e sobre os utensílios produzidos por eles.

Os dois alunos também responderam que já sabiam superficialmente do que tratava a Arqueologia e a visita serviu para aproximá-los da realidade retratada nos livros por meio dos utensílios domésticos, das moedas e das peças tidas como amuletos.

Na quarta questão, perguntamos se eles entendiam ser a Arqueologia importante e em qual aspecto. Tanto Marília quanto Luís Felipe disseram que a Arqueologia é importante. Marília respondeu que é através dela que descobrimos quem somos e qual é o ciclo da vida. Já Luís Felipe disse ser primordial para escrevermos o livro da humanidade, afinal não se escreve um livro do meio para o final, mas do início.

A quinta pergunta indagou sobre qual contribuição a Arqueologia pode dar à sociedade. Ambos disseram que a Arqueologia ajuda o homem a entender a evolução e o desenvolvimento da humanidade. O aluno Luís Felipe também disse que contribui “[...] resgatando informações do cotidiano dos nossos antepassados, como, por exemplo, o que comiam, como viviam, como se adaptavam e até mesmo seus hábitos preferidos, podendo, a partir daí, caracterizar e catalogar a evolução da espécie”.

Já na sexta questão, pedimos para que pontuassem algum aspecto sobre a Arqueologia e sobre os utensílios expostos durante a visita e se o tipo de vida dos homens e mulheres da Pré-História era muito diferente da nossa. A alu-

na Marília disse que a partir da visita ao Laboratório percebeu a importância da Arqueologia para a sociedade, pois conseguiu imaginar como viviam os homens pré-históricos e que a vida atual é bem mais prática. Já o aluno Luís Felipe escreveu que o que tornou a visita muito mais empolgante foi entrar de fato nesse cenário, revivendo em cada artefato a sensação de quem o criou, o seu intuito e objetividade e, claro, sempre contrastando com nossos hábitos e costumes de hoje, com os de nossos antepassados.

Na última pergunta indagamos como o poder público pode proteger o patrimônio. Tanto Luís Felipe quanto Marília disseram que o poder público deveria incentivar mais as pesquisas relacionadas à Arqueologia e promover mais visitas aos laboratórios arqueológicos.

Percebemos, a partir das respostas dadas ao questionário que, para uma primeira experiência como esta que relatamos aqui, os alunos tiveram um alto grau de aproveitamento no que concerne à sensibilização para a importância dos estudos e pesquisas arqueológicas e para a necessidade de preservação desses pequenos artefatos tão frágeis materialmente, mas tão fortes e carregados de significados e emoções de quem os moldaram.

Desse modo, a Arqueologia cumpre sua função social e comunitária. Essa ciência, que outrora esteve tão distante das pessoas, hoje mantém um diálogo crescente com elas. Pesquisas em escala regional, nacional e internacional demonstram que os benefícios que a Arqueologia pode trazer, como a discussão em torno da vida material dos indivíduos, são muito mais eficazes se pensados dentro e a partir das vivências comunitárias, uma vez que promovem a conscientização de nossa própria identidade, como a construímos e como nos vemos e posicionamos no mundo. Nesse sentido, a noção de patrimônio, seu significado, abrangência e domínio público tornam-se fundamentais para inserir as comunidades dentro das questões sociais e de identidade. Não é à toa que ciência, escola e comunidade são temas tão interligados e fundamentais para o entendimento de nosso patrimônio e trajetória histórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o pantanal matogrossense: patrimônios básicos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ARANTES, A. A. **La preservación del patrimonio como práctica social**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

BURKE, C.; ERICSON, J.; READ, D. Research Design: the Relationships Between the Primary Functions and the Physical Properties of Ceramic Vessels and Their Implications for Ceramic Distributions on an Archaeological Site. **Anthropology UCLA**, n. 3, p. 84-95, 1972.

CORRÊA, C. G.; MACHADO, A. L.; LOPES, D. F. As estearias do lago Cajari, MA. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO, 1., 1991, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 1991, p. 101- 103 (Clio Série Arqueológica, n. 4).

CORREIA LIMA, O.; AROSO, O. C. L. **Pré-história maranhense**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1991.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**: 1722-1776. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DOMINGUEZ, L.; FUNARI, P. P. A. O Caribe intangível. In: KARNAL, L. et al. (Orgs.). **Cronistas do Caribe**. Vol. 1. Campinas: IFCH, 2012, p. 11-18.

ELIADE, M. **O mito do eterno retorno**. Lisboa: Edições 70, 1969.

FERNANDES, J. R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25-26, p. 265-276, 1993.

FRANCO, J. R. C. **Segredos do rio Maracu**: A hidrogeografia dos lagos de reen- trâncias da Baixada Maranhense, sítio Ramsar, Brasil. São Luís: EDUFMA, 2012.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. Conciencia sobre la preservación y desafíos del patrimonio cultural en Brasil. In: PATIÑO, D. (Org.). **Las vías del Patrimonio, la Memoria y la Arqueología**. Popayán: Editorial de la Universidad del Cauca, 2007, p. 33-56.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Col. Ciências Sociais Passo a Passo.

GNECCO, C. Práxis científica en la periferia: notas para una historia social de la Arqueologia colombiana. **Revista Española de Antropología Americana**, n. 25, p. 9-22, 1995.

GOUVEIA NETO, J. C. **Ao som de pianos, flautas e rabecas...** Estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

HECKENBERGER, M. Ecologia do poder: a base simbólica da economia política na Amazônia. In: FORLINE, L. C.; MURRIETA, R. S. S.; VIEIRA, I. C. G. (Orgs.). **Amazônia além dos 500 anos.** Belém Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, p. 39-70. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000108&pid=S1981-8122200900010000400022&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000108&pid=S1981-8122200900010000400022&lng=pt)>. Acesso em: 21 set. 2016.

IANNI, O. **Uma Cidade Antiga.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2006.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

KIRCHHOFF, P. Mesoamérica: Sus Límites Geográficos, Composición Étnica y Caracteres Culturales. **Suplemento de la Revista Tlatoani.** México: Escuela Nacional de Antropología e Historia, 1960.

LEITE FILHO, D. C. Ocupações pré-coloniais no litoral e nas bacias lacustres do Maranhão, p. [s.l.]: [s.n.], 2010, p. 231-262.

LOPES, R. A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.

\_\_\_\_\_. **O Torrão Maranhense.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste brasileiro.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MARTINS, A. M. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 67-87, mar./2000.

MERRIMAN, N. **Public Archaeology.** Londres: Routledge, 2004.

NAVARRO, A. G. O povo das águas: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense. **Caderno de Pesquisas**, São Luís, v. 20, n. 3, set./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. O projeto arqueológico acadêmico carta arqueológica das estearias da porção Centro-Norte da Baixada Maranhense. In: BANDEIRA, A. M.; BRANDI, R.

de A. (Orgs.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural, 2014.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2006.

PORRO, A. **As crônicas do rio Amazonas**: Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da *Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

RODRÍGUEZ RAMOS, R. Isthmo-Antillean Engagements. In: KEEGAN, W.; HOFMAN, C.; RODRÍGUEZ RAMOS, R. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Caribbean Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 155-170.

ROOSEVELT, A. **Parmana**: prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco. Nova Iorque: Academic Press, 1980.

ROSTAIN, S. Cacicazgos guyanenses: mito o realidad? In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Orgs.). **Arqueologia Amazônica**. Vol. 1. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010, p. 169-192.

SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazonica**, Manaus, v. 11, n. 1, 1981. [Suplemento]

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A Inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.



# CAPÍTULO 5

## OS VALORES CULTURAIS E ESPIRITUAIS NA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS: ENFOQUES E OLHARES SOB A PERSPECTIVA AMBIENTAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq05>

*Isabela Barbosa Frederico*

## SUMÁRIO



Ao pensarmos na relação proposta pelo nosso título entre gestão de áreas protegidas, valores culturais e espirituais e a questão ambiental, colocamo-nos, a princípio, diante de uma reflexão elementar entre as fronteiras e o encontro das temáticas cultura e natureza. Para além de vieses estanques, propomos, neste capítulo, o alcance elementar entre ambas as instâncias por meio das subjetividades inerentes aos valores espirituais. Mas qual seria a conexão entre espiritualidade, cultura e natureza? Por que abordá-la faz sentido em uma sociedade ocidental que priorizou a ruptura com as crenças religiosas e místicas, durante o desenvolvimento de uma racionalidade científica e econômica? Abordar os valores culturais e espirituais no campo científico e no discurso ambiental é relevante e atual para a gestão de áreas protegidas? Essas e outras questões que, com facilidade, emergem da leitura de nosso título desenham o contexto no qual este capítulo foi construído e pensado. Todavia, estamos no desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla e aprofundada,<sup>1</sup> que busca atender a esses questionamentos. Algumas contribuições teóricas e empíricas, contudo, já podem dar início à teia de reflexões a qual estamos nos propondo neste momento.

## Antecedentes da questão ambiental

O desenvolvimento de um discurso de participação cultural e local na gestão e no uso de áreas protegidas decorre de um debate mais amplo no âmbito das questões ambientais. Podemos destacar a década de 1960 como o grande marco para os debates ao redor desta temática e da percepção de uma crise em escala planetária. A questão ambiental nasce mundializada (CARVALHO, 2001), perpassando os países com diferentes abordagens, muitas delas vinculadas ao contexto histórico, político e social inerente às nações e aos povos do mundo. Por essa razão, configura-se como uma questão complexa e multivariada.

<sup>1</sup> Estamos desenvolvendo a pesquisa de doutorado interdisciplinar em Ambiente e Sociedade, com a temática “O papel da espiritualidade no turismo e na gestão de áreas protegidas: o caso da RPPN Santuário do Caraça/MG”, no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor Pedro Paulo A. Funari. A pesquisa teve início em 2014 e está com a defesa pretendida para o ano de 2018.

Concebida, inicialmente, no meio científico<sup>2</sup> (LEIS e D'AMATO, 2005), a crítica ecológica é impulsionada pela publicação da obra “A primavera silenciosa”, de Rachel Carson, na década de 1960<sup>3</sup>. O texto apresentava ao mundo uma visão pessimista em relação aos efeitos dos pesticidas para a saúde ambiental e, em consequência, para o ser humano. Nesse mesmo período, ocorre também o chamado Clube de Roma (1968), cujos relatórios científicos traziam fortes críticas ao modelo de desenvolvimento pautado pelo capitalismo (CARVALHO, 2001).

Já a década de 1970 vê em seu desabrochar a emergência do termo crise ambiental nas pautas governamentais, em âmbito global. Por essa razão, no ano de 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo, reunindo líderes mundiais ao redor de uma pauta que buscou refletir sobre uma série de elementos para a regulação, legislação e controle das temáticas envolvendo o meio ambiente. O planeta, como um todo, já percebia uma série de impactos que figuravam ao redor de suas paisagens, como a vivência de uma forte poluição do ar em Nova Iorque e Londres (já nas décadas de 1950 e 1960); os casos de intoxicação por mercúrio em Minamata e Niigata (entre 1953 e 1965); a contaminação do mar em grande escala originada pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon (em 1966), entre outros.

Os antecedentes desses cenários já eram também observados no século anterior (XIX), vinculados às diferenças socioeconômicas existentes nos países. Moran (2011) nos recorda as consequências advindas do uso dos combustíveis fósseis ao longo do século XIX, como os *fogs* (nevoeiros espessos) vivenciados por cidades como Londres. Esse período já ilustrava uma associação entre os impactos ambientais e as questões sociais, isto é, as parcelas mais pobres da população tinham uma vivência mais próxima com os efeitos sobre o ambiente, provocados pelo modo de produção capitalista.

Já na década de 1980, uma série de estudiosos publicaram obras com suas interpretações sobre a crise ambiental. O físico Fritjof Capra lança seu livro, em 1982, intitulado “O ponto de Mutação”, no qual denuncia a vivência de

<sup>2</sup> A criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (1948) teria impulsionado esse processo. Apesar de a disciplina de ecologia já ter, nesse período, um histórico de estudos de mais de um século, as preocupações ecológicas ganham força na década de 1950.

<sup>3</sup> A obra “Antes que a natureza morra”, de Jean Dorst, publicada em 1965, também elucidava por meio da literatura os riscos eminentes do progresso, associados à exploração desenfreada dos recursos naturais desde o período da Revolução Industrial (CARVALHO, 2001).

uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais. No interior desta, o homem se depara com a possibilidade real de autodestruição, denunciando a sua face “[...] materialista, agressora do meio ambiente e bélica.” (CARVALHO, 2001, p. 57).

Para Enrique Leff (2007), estudioso da ecologia política, a problemática ambiental aparece como um sintoma e um questionamento do modelo de civilização construído sobre um conjunto de elementos da racionalidade moderna capitalista, cujos impactos se fizeram sentir na degradação do meio ambiente e na qualidade de vida. O decênio de 1980 marca também o início de um debate mais amplo, vinculado à participação comunitária na gestão dos ambientes naturais. No cenário brasileiro, a crítica ecológica mostra-se bastante associada à questão social. O processo de redemocratização associado à desconfiança perante o desenvolvimento concentrador de renda e destruidor da natureza favorece o fortalecimento do ecologismo dos movimentos sociais<sup>4</sup> (DIEGUES, 1994).

## **A participação e a espiritualidade como agenda no debate ambiental**

A década de 1980 clamou o início de um debate no qual a participação comunitária e cultural ganhou um viés de relevância perante às questões ambientais. Essas, já não mais vistas de forma estanque e unicamente relacionadas às demandas ecológicas do planeta, foram se ampliando, e o debate associado às esferas culturais e naturais ganhou escopo e foi fortalecido. Para Leff (2007), a destruição dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, ocasionadas pelo processo de reprodução do capital, tornaram-se um dos maiores problemas políticos e econômicos do nosso tempo. Em suas palavras:

Esta crise ambiental há desencadenado um vasto processo de conscientización popular, así como un movimiento social para frenar los efectos negativos que tienen los patrones de produc-

<sup>4</sup> No Brasil, o autor menciona os exemplos do Movimento dos Seringueiros, dos Povos da Floresta da Amazônia, dos Atingidos pelas Barragens. Também ressalta esse movimento indiano, com o Movimento de Chipko e dos pescadores artesanais da Índia (DIEGUES, 1994). Em especial, o movimento de Chipko constitui um exemplo interessante, pois evidencia a inferências dos elementos espirituais na relação com a conservação. Antes mesmo de a espiritualidade vigorar na era da sustentabilidade, as mulheres dessa região, inspiradas nas tradições do grupo espiritual Bishnois de Rajastán, abraçaram-se às árvores para evitar o desmatamento que ameaçava seus territórios (LEIS, 1998).

ción y de consumo de mercancías em el agotamiento de los recursos, em la desestructuración de los ecosistemas y en la desintegración cultural de los pueblos. (LEFF, 2007, p. 124).<sup>5</sup>

De fato, o debate amplia-se para as demais esferas que compõem a questão ambiental. Nesse sentido, a participação popular e a diversidade cultural são colocadas como ponto crucial para a tomada de ações em prol do planeta. A década de 1990 tem em seu âmago um discurso mais enfático sobre a presença do aspecto social como elemento importante nas discussões envolvendo o planeta. Podemos rapidamente lembrar a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992<sup>6</sup>.

Após cinco anos, Leis (1998) fez um balanço dos resultados e constatou que, desde a perspectiva ambiental, o mais importante não foi necessariamente a assinatura de acordos pelos governos. Para o autor, a Rio 92 teve sua real importância e contribuição na constituição de um espaço público global, com uma participação efetiva das diferentes dimensões que compõem o ambientalismo, pertencentes às diversas regiões do planeta (norte, sul, leste, oeste), cujos atores ultrapassavam os muros do ambientalismo *stricto sensu* e eram advindos dos diferentes campos possíveis, como a ciência, a política, a sociedade civil, a economia, a cultura e a religião.

Jacobi (2006) ressalta que parte da problemática ambiental é também provocada pela ausência de participação no processo de gestão de ambientes. Para o autor, esse cenário, em conjunto com a falta de informação e de consciência ambiental, gerou uma postura de dependência e de desresponsabilização da população. Em suas palavras, carecemos de “[...] práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos apoiada na motivação e na co-participação [sic] na gestão do meio ambiente, através de diversas dinâmicas.” (JACOBI, 2006, p. 463).

<sup>5</sup> Essa crise ambiental desencadeou um vasto processo de conscientização popular, bem como um movimento social para frear os efeitos negativos que têm os padrões de produção e de consumo de mercadorias baseados no esgotamento dos recursos, na desestruturação dos ecossistemas e na desintegração cultural dos povos. [Tradução nossa].

<sup>6</sup> No marco da Rio 92, foram firmados importantes acordos, como a Convenção sobre as Mudanças Climáticas e sobre a Diversidade Biológica. Particularmente, esta última traz em seu bojo a busca por políticas destinadas a garantir os “[...] direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais sobre os recursos genéticos, haja vista a estreita relação entre preservação desses recursos e os conhecimentos, costumes e tradições dessas populações.” (ZANIRATO e RIBEIRO, 2009, p. 226).

A tomada de decisão nos processos de governança ambiental passa a integrar de maneira gradativa as pessoas comuns que estão diretamente relacionadas com os recursos em determinados contextos geográficos. “Quanto mais localizados estiverem os recursos, mais a decisão deverá caber à população local [...]”, nas palavras de Moran (2011, p. 218).

É no interior desse debate que o sociólogo brasileiro Antônio Carlos Diegues lança, em 1994, sua obra de referência, “O mito moderno da natureza intocada”. Com um viés bastante crítico, o autor enfatiza como as áreas protegidas brasileiras foram inspiradas e concebidas segundo o modelo estadunidense, que previa a exclusão de importantes grupos sociais locais.

Os Estados Unidos foram pioneiros na criação de áreas naturais protegidas, com o primeiro parque nacional em 1872: *Yellowstone*. Foram duas as correntes que motivaram a instituição dessa proteção, a conservacionista e a preservacionista. A primeira, baseada nas premissas do engenheiro florestal Gifford Pinchot, tinha como foco central a conservação de recursos naturais desde uma ótica antropocêntrica de uso. Já a segunda, liderada por John Muir, tinha como foco o resguardo dos elementos estéticos e espirituais advindos da vida selvagem dos ambientes naturais. Essa visão, de caráter mais biocêntrico, tinha suas inspirações nas ideias de Thoreau. No entanto, ambas as correntes tinham como similaridade a criação de grandes “ilhas”, que eliminavam o elemento histórico de ocupação humana e, conseqüentemente, a identidade que muitos grupos humanos tinham desenvolvido ao longo de décadas e séculos com essas áreas. Para tanto, muitos moradores locais foram expulsos de suas casas durante a instituição dessa ação de proteção.

A participação social e cultural em práticas de conservação de áreas naturais ganhava, portanto, não apenas o plano governamental, como mostra a Rio 92, mas também o debate científico sobre o tema. Pimbert e Pretty (2000) esclarecem que até a década de 1970 o elemento participativo não era visto como análogo à conservação. As pessoas que residiam nesses ambientes eram tidas como atores passivos nesse processo. Os argumentos de que a participação seria um elemento-chave na gestão desses ambientes inicia-se na década de 1980, porém, no decênio seguinte, ela ganha uma força maior, resultado também do fortalecimento do ecologismo social vivenciado por países como o Brasil e a Índia (DIEGUES, 1994).

Apesar desse reconhecimento, a década de 1990 trouxe em seu histórico iniciativas que notadamente não estavam direcionadas ao debate existente.

No plano governamental brasileiro, por exemplo, podemos mencionar a própria proposta de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), enviada ao Congresso em 1992. Com caráter tecnocrático e conservador, o documento apresentava baixíssima alusão às comunidades tradicionais existentes nesses ambientes (DIEGUES, 1994).

Já no plano acadêmico, Pimbert e Pretty (2000) ressaltaram que mesmo após cinco anos da Rio 92, era, todavia, comum escutar biólogos da conservação proporem a apropriação de vastas áreas do planeta à rede de áreas protegidas. Para eles, as prioridades sobre o que proteger deveriam ser impostas por especialistas-chave do campo científico. A própria interdisciplinaridade era vista por alguns como “[...] restrita às bem conhecidas tribos de botânicos, zoólogos e outros cientistas naturais [...]” (PIMBERT e PRETTY, 2000, p. 188) e apresentava como objetivo o tornar a ciência objetiva e racional.

Por outro lado, observamos também estudiosos nacionais e internacionais que se destacaram na inclusão da participação como elemento-chave nos debates da conservação de áreas naturais e protegidas. Em 2000, Berkes e Folke publicam a obra “Linking Social and Ecological Systems: management practices and social mechanisms for building resilience” e trazem uma série de estudos com a temática da gestão adaptativa e da resiliência socioecológica. Um elemento importante na abordagem dos autores refere-se ao papel das comunidades locais, indígenas e rurais frente aos distúrbios ocasionados e/ou ocorridos em seus ambientes naturais. Dessa forma, grande relevância é dada ao chamado TEK – *Traditional Ecological Knowledge* (Conhecimento ecológico tradicional), isto é, ao conjunto de conhecimentos, práticas e crenças que estão envolvidos nos processos de adaptação e que são transmitidos culturalmente de geração a geração. O TEK constitui atributo de sociedades que possuem vínculos históricos com o seu território, bem como com os recursos nele existentes.

Dentre os vínculos históricos com o território, gostaríamos de mencionar os valores culturais e espirituais que comunidades e grupos locais possuem com a natureza, o elo imaterial de subjetividade que rompe com a racionalidade utilitarista e desabrocha em uma visão de natureza mais ampla e complexa. Esse elo demonstra incitar uma relação mais equânime com as outras formas de vida existentes na natureza. Berkes (2001), ao teorizar sobre a relação entre as tradições religiosas e a conservação de áreas naturais, menciona que o ponto-chave não constitui a religião, mas sim o uso emocionalmente poderoso de

símbolos culturais que contribuem para a manutenção de um sentido de sagrado a respeito.

No que se refere aos elementos objetivos da biodiversidade, o autor afirma que as religiões têm pouco a dizer. No entanto, elas lapidam os valores, as visões de mundo e a ética ambiental que sustentam as diferentes formas que as sociedades encontram para interagir com a diversidade biológica e a natureza em geral (BERKES, 2001). Por essa razão, a religião e a espiritualidade também ganharam enfoque nas discussões ambientais desenvolvidas na década de 1990. Somados ao já mencionado ecologismo social (oriundo dos movimentos sociais), os povos indígenas também se somam ao debate, sobretudo pelo aspecto ideológico e espiritual enraizado em suas crenças e em seus valores culturais.

Toledo (2006) destaca o forte impacto existente nas visões complexas de mundo de povos indígenas, na gestão e no uso dos ambientes naturais. Diferentemente da percepção utilitarista dos recursos naturais existentes nos espaços industriais, a natureza para esses povos não constitui apenas uma fonte de recursos produtivos, mas sim o centro do universo, aquilo que se refere ao núcleo da cultura e da origem de sua identidade étnica.

Existe uma relação clara e estabelecida entre os grupos indígenas e a floresta (POSEY, 1999). Apesar das diferenças existentes em suas organizações internas, a cosmologia desses povos converge no fato de eles não realizarem diferenças ontológicas absolutas entre seres humanos de um lado e animais e plantas do outro (DESCOLA, 2000). Parece existir no interior das sociedades indígenas uma relação de agradecimento pelos benefícios advindos da natureza. Essa relação de gratidão estrutura comportamentos e ajustes culturais que substanciam o modo de vida desses povos e a interação com o meio em que vivem.

É importante ressaltar que a relação de ligação com o ambiente natural por meio de uma sacralidade não é característica exclusiva dos povos indígenas. Baseado em estudos da Etnoecologia, Marques (2005) evidencia como o catolicismo popular brasileiro incorpora elementos favoráveis ao meio ambiente. O autor exemplifica, inclusive, mitos nos quais estão presentes conhecimentos de fauna (em especial os de caráter etiológico), semelhantes aos reconhecidos pela ciência ecológica no campo científico.

Desde uma perspectiva da história ambiental, Frascaroli (2013) apresenta, também, uma relação entre valores religiosos católicos e a conservação

de áreas naturais na Itália central. Por meio de dados provenientes da ecologia da paisagem, o autor menciona que algumas vertentes do catolicismo estão mais associadas aos ambientes naturais do que outras. Portanto, as conclusivas do estudo sugerem que uma maior consciência em relação às heranças espirituais locais seja considerada para garantir uma gestão eficaz dos recursos naturais.

## **Patrimônio como valor cultural e sua interação com o campo ambiental**

Como pudemos observar no item anterior, a relação entre cultura e natureza, mais precisamente a inserção dos valores culturais e espirituais no debate sobre a gestão de áreas protegidas, ganhou destaque na década de 1990. Os exemplos brevemente mencionados demonstram como os elementos simbólicos e cosmológicos relacionados ao ambiente natural estão intimamente atrelados às expressões de religiosidade e espiritualidade inerentes aos diferentes grupos humanos que habitam o interior e/ou as proximidades de áreas protegidas.

Por essa razão, os estudos que contemplam a conservação de áreas naturais precisam, necessariamente, estar envolvidos com a questão cultural e patrimonial. As estratégias de conservação horizontais, que relacionam cultura e natureza de forma participativa, são mais efetivas que as iniciativas verticalizadas, nas quais governo e organizações internacionais frequentemente ignoram crenças, valores, instituições locais e tradicionais. O ponto crucial para a relação entre as religiões e as crenças no cerne ambiental é justamente os valores inerentes a elas, que traduzem e orientam comportamentos e significações em prol da conservação do ambiente.

De fato, a abertura do século XXI tem assistido a um debate mais enfático sobre a participação da sociedade e da cultura na gestão dos ambientes naturais. Observamos, também, um reconhecimento maior dos saberes que estão para além dos muros científicos. Órgãos internacionais que se debruçam sobre a temática ambiental passam a unir esforços e a pensar em novas estratégias de trabalho que incluam também outros atores relacionados ao tema. Um dos exemplos mais expressivos nesse sentido foi a criação da Plataforma Global “Future Earth”, em 2012. Ao propor o entendimento e a busca de soluções de



ordem científica e social para as mudanças ambientais globais, essa iniciativa enfatiza o anseio de integrar (em formato de *c-design-production*) os diferentes atores envolvidos na complexidade do tema em questão.

Consolidada com a Rio + 20 (Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, após os 20 anos da Rio 92), essa plataforma traz o envolvimento de importantes comissões, como o Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), o Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC), o Fórum Belmont de agências de financiamento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), a Universidade das Nações Unidas (UNU) e a Organização Mundial de Meteorologia (FUTURE EARTH, 2013). Essa iniciativa demonstra a importância e a relevância que a integração do conhecimento e de saberes vem se dando no plano ambiental.

Para além das abordagens científicas e interdisciplinares sobre o tema está também em voga a relação com outras formas de conhecimento e sabedoria existentes no planeta. O estudioso mexicano de ecologia política Enrique Leff (2010), por exemplo, tece argumentos para que os imaginários sociais sejam considerados nos debates sobre a crise ambiental. Os saberes das populações locais e sua vivência possuem informações riquíssimas sobre as estratégias de gestão de áreas naturais, bem como das simbologias e éticas perante a natureza.

Durante o contexto da Rio + 20, a presença da cultura no debate ambiental se apresenta de forma mais direta. No campo do diálogo sobre a sustentabilidade, a cultura passa a ser incorporada como possível quarto eixo do desenvolvimento. Em um nível mais fundamental, o patrimônio cultural é reconhecido por suas evidências sobre a adaptação mútua ao longo da história entre os grupos humanos e o ambiente biofísico. Reflete, também, a subjetividade individual e coletiva, bem como a interação dos grupos humanos com o seu próprio contexto. De forma bastante clara, o patrimônio resguarda o laço indissociável entre a diversidade cultural e biológica, ao longo dos processos coevolutivos complexos (BOCCARDI; DUVELLE, 2013).

A inserção do patrimônio cultural nas questões ambientais é facilitada pelo próprio amadurecimento do conceito e das pesquisas e políticas envolvendo o mesmo. O patrimônio, para além de suas relações já conhecidas com o passado, passa também a relacionar-se com o presente e o futuro. Dessa forma, ele é associado a outras questões, entre elas as sociais, econômicas, políticas e ecológicas do nosso tempo.

A pluralidade, inerente aos discursos patrimoniais e às práticas de herança, é reconhecida como propulsora de subsídios para se trabalhar o futuro almejado (HOLTORF, 2012). O patrimônio, até então visto de forma estanque, valorizado segundo preceitos estéticos ocidentais, passa a ser criticado. A ideia da separabilidade entre cultura e natureza, presente nas categorias oficiais, começa a ser questionada, baseando-se nos debates ambientais que circundavam o planeta e fundamentavam a relação direta entre ambas as instâncias. Francesco Bandarin (2016, p. 187) demonstra essas questões ao mencionar um exemplo empírico:

Pensemos em el volcán Tongariro, en Nueva Zelanda, centro de espiritualidade de los pueblos maoríes. En aquel espacio no hay ninguna construcción humana; se trata simplemente del volcán, en toda su materialidade, con una serie de valores inateriales asociados. Este constituye un claro ejemplo de inclusión de nuevos elementos que no pertenecen a la concepción clásica del patrimonio y de quebra de las fronteras entre el patrimonio cultural y el natural. Esa segmentación, de la tradición greco-judaica, no se da em otras sociedades no europeas; por lo tanto, em su superación, se atisban muchas posibilidades para de futuro.<sup>7</sup>

Como podemos ver, os valores espirituais desenhavam toda a subjetividade existente na relação entre vários povos e seus ambientes. Em uma condição de imaterialidade, a espiritualidade configura e estrutura significados que orientam a forma pela qual grupos humanos manejam e se utilizam dos recursos naturais existentes ao seu redor. Na atualidade, essa questão se coloca também como uma possível janela para ampliar o debate ambiental para além dos discursos objetivos e científicos. Além disso, possibilita a inclusão de outras formas de conhecimento e sabedoria que não estão diretamente relacio-

<sup>7</sup> Pensemos no vulcão Tongariro, na Nova Zelândia, centro de uma espiritualidade dos povos maoris. Naquele espaço, não há nenhuma construção humana. Trata-se simplesmente de um vulcão, em toda a sua materialidade, com uma série de valores imateriais espirituais associados. Este constitui um exemplo claro de inclusão de novos elementos que não pertencem à concepção clássica de patrimônio e de quebras às fronteiras entre o patrimônio cultural e o natural. Esta segmentação, de tradição greco-judaica, não se dá em outras sociedades europeias, portanto, em sua superação, arriscam-se muitas possibilidades de futuro [tradução nossa].

nadas aos modos de se entender o ambiente, desde uma perspectiva disciplinar e fragmentada.

O conhecimento local, proveniente da experiência e da história cultural dos povos, ressurge com força se para somar ao debate ambiental. Não estamos defendendo aqui um embate entre atores científicos e comunitários. Mas, sim, uma integração de saberes, fundamentada no diálogo e na troca de experiências e conhecimentos em prol de um bem maior, a conservação da natureza. Esta, de caráter vital para a existência humana neste planeta, carece de reflexões e estratégias de planejamento e manejo participativo. Já não mais podemos olhar para a vida que nos cerca e nos rodeia com sua flora, fauna e geologia como elementos estáticos e independentes das construções históricas e culturais humanas.

Nosso desafio como estudiosos do patrimônio cultural no presente século XXI não reside mais nas fronteiras do conhecimento, mas, sim, no avanço das diferenças e na valorização das diversidades. Nesse âmbito, os valores culturais, associados aos seus ambientes, têm muito a nos ensinar e a contribuir perante os desafios complexos e presentes em nosso presente planetário.

## **O Santuário do Caraça: um breve exemplo da associação dos valores culturais e espirituais na conservação de áreas protegidas**

É nas montanhas mineiras, encrustado entre os dois maiores picos<sup>8</sup> da extensa e majestosa Serra do Espinhaço, que se encontra o nosso estudo de caso sobre os elementos discutidos até aqui. O Santuário do Caraça traz em seu percurso histórico uma relação entre cultura e natureza desenhada por valores espirituais. Ele, como todo patrimônio cultural imaterial, é também ressignificado ao redor dos anos. Nesse caso, poderíamos dizer que os valores espirituais Caracenses demonstram manter suas raízes fortes na tradição histórica e suas folhas ao alto, abraçando o novo e as oportunidades advindas do movimento e da dinâmica social.

O Caraça resguarda uma biodiversidade expressiva ao longo de um encontro de dois grandes biomas, cerrado e mata atlântica, com a presença também de campos rupestres. Está situado sob o chamado Quadrilátero Ferrífero, razão pela qual se explica a presença abundante de minérios e, em consequên-

<sup>8</sup> Pico do Sol (2072 metros de altitude) e Pico do Inficionado (2068 metros de altitude).

cia, uma exploração econômica datada desde períodos coloniais. O santuário está localizado entre os municípios de Santa Bárbara e Catas Altas, a uma distância aproximada de 120 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte.

Abordar a história do Caraça é também interagir com o mágico ambiente que lhe conforma, em estreita relação com os elementos sociais que ali desenharam uma ocupação humana efetiva desde o século XVIII. Para fins explicativos, gostaríamos de abordar o santuário em três grandes momentos de sua ocupação. No entanto, destacamos que essa é apenas uma possibilidade. Um dos grandes escritores do Caraça, Padre Tobias Zico (1982) propõe uma divisão amparada na fundação do santuário e nas diferentes nacionalidades que estavam sob a gestão religiosa vicentina que logo seguiram o seu fundador<sup>9</sup>.

Nosso objetivo central aqui é ilustrar a relação inerente entre os valores culturais e espirituais na gestão dos ambientes naturais. Para tanto, faremos uma breve descrição em três etapas norteadoras, que estamos desenvolvendo em nosso estudo. São elas: a ermida do Irmão Lourenço; o espaço educativo e, por fim, a ecologia e o turismo no santuário. Essas três fases compõem os laços entre o patrimônio cultural e o meio ambiente existente, assim como evidenciam também os usos do espaço Caracense e sua relação com os valores espirituais. Os usos, em cada fase, peregrinação, educação, conservação e turismo, conformam as diferentes ressignificações que foram atribuídas ao espaço do santuário. Refletem uma história que foge às concepções fragmentadas e estáticas, mas que evidenciam a dinamicidade inerente aos processos envolvendo cultura e natureza ao longo dos diferentes períodos trilhados.

A primeira fase, que aqui chamamos de a Ermida do Irmão Lourenço, corresponde ao primeiro indício de ocupação efetiva do território que hoje abarca o santuário. Registros anteriores fazem menção à palavra Caraça e a uma ocupação oriunda da atividade de exploração minerária já no início do século XVIII (ZICO, 1982; PLASTINO et. al., 2010). Mas é no ano de 1973 que efetivamente chega às montanhas do Espinhaço aquele que seria o fundador do Santuário, o ermitão de origem portuguesa Irmão Lourenço. São inúmeras as histórias sobre a origem de Lourenço, no entanto, a convencionalmente aceita é a de que pertencia à família Távora e de que teria chegado ao Brasil fugindo das perseguições do Marquês de Pombal após o ataque sofrido pelo rei D. João VI.

<sup>9</sup> A divisão elaborada por Zico (1982) foi: I) Caraça do Irmão Lourenço – 1770/1819; II) Caraça, dirigido pelos Padres Portugueses ou Caraça Português – 1820/1854; III) Caraça, dirigido pelos Padres Franceses ou Caraça Francês – 1854/1903; IV) Caraça, dirigido pelos Padres Brasileiros ou Caraça Brasileiro – 1903/até hoje.

Ao chegar ao Brasil, mais precisamente a Minas Gerais, Lourenço tomou o hábito da Ordem Terceira de São Francisco e trabalhou no serviço de diamantes. Não se sabe ao certo o que aconteceu, mas ele desapareceu por alguns anos e ressurgiu nas áreas do Caraça em 1774, fundando uma pequena ermida de caráter barroco, nas entranhas das montanhas do Espinhaço. Tal como sua origem, há algumas histórias que inspiram as motivações do irmão para surgir em um local tão ermo. A mais aceita é a hipótese levantada pelo historiador José Carrato (1963) de que Lourenço teria cometido algum delito entre 1767 e 1770, como sonegação de impostos, descaminho do ouro ou algo semelhante. Isso teria motivado a penitência, obrigando-o a se valer da proteção de uma ordem terceira religiosa e a buscar um local estratégico onde poderia exercer sua doação condicional (LIMA JÚNIOR, 1948). As palavras de Lima Júnior (1948, p. 78) ilustram o ambiente natural e sua relação com os elementos sociais advindos da história de Lourenço:

Contemplando-se as construções que ali deixou o Irmão Lourenço, compreende-se bem a acertada escolha daquele local terrível por quem desejava fugir às maldades humanas e atingir pela perfeição do espírito as bem-aventuranças. E quem, sem ser visto à distância, poderia chegar até as proximidades do cenóbio? Desde longe a vista alcança dos trilhos de desfiladeiros, e por detrás da Casa, sobre a montanha com os seus atalhos vêredas [sic].

Cruz (1920, p. 8) também traz relatos semelhantes ao dizer que “[...] transpôs os alcantis destas serras e veio buscar, no êrmo, [sic] a paz que não encontrava mais entre os homens”. E assim, para materializar o seu retiro, instituiu a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, aglomerando um número de fiéis que contribuíram com escolhas e trabalho (ANDRADE, 2000). A natureza no Caraça, nesse primeiro instante, era reconhecida como um local de descanso e retiro espiritual, palco para peregrinações e cantorias que os devotos realizavam ao percorrerem as montanhas e chegarem ao santuário de Lourenço. Ademais da busca espiritual do ambiente, o Caraça recebeu também a visita de ilustres naturalistas que percorriam o Brasil, na busca por descrever sua flora e fauna. Entre eles estavam o francês Saint Hilaire (1816) e os alemães Von Martius e Spix (1818).

O segundo uso/fase do santuário refere-se ao espaço educativo, isto é, o Colégio do Caraça. Ao deixar seu testamento ao Rei D. João VI, o irmão Lourenço pediu que aquele espaço fosse destinado a missionários. Caso assim não pudesse, que servisse, portanto, a um seminário de meninos, no qual pudessem aprender artes, ciências e línguas (ZICO, 1982). É nesse contexto que são enviados ao Caraça os padres vicentinos Leandro Rabelo Peixoto e Antônio Ferreira Viçoso, no ano de 1820. Nesse mesmo ano, ganham a posse legal do território e a casa do Caraça passa a ser a primeira “Casa Mãe da Congregação da Missão” no Brasil (CRUZ, 1920).

A natureza Caracense ganhou novas nuances com o colégio. O famoso estabelecimento teve importante papel na educação do país e recebeu mais de 11 mil alunos, entre eles os Presidentes da República Afonso Pena e Arthur Bernardes. A forte tradição educativa era amparada e dirigida pela Congregação da Missão, ordem religiosa francesa. Nesse período, o patrimônio material do local foi ampliado e tivemos a construção da primeira igreja neogótica no Brasil, no ano de 1876.

Os espaços naturais compunham o cenário de isolamento e silêncio pretendido para a educação naquele lugar e também eram utilizados para a produção de alimentos do colégio, como também para o lazer dos alunos durante os momentos de recreação. As atividades educativas no Caraça funcionaram até o ano de 1968, quando, devido à ocorrência de um incêndio, os padres foram confrontados com um momento central para reflexões ao redor do seu patrimônio material, da cultura imaterial e do ambiente natural.

Lembremo-nos de que nesse mesmo período, conforme explicitado no início deste capítulo, o mundo perpassava também um período importante de surgimento da crítica ambiental. Ao passo que a gestão religiosa lidava com as interrupções de sua atividade central, a educativa, eram também apresentados a uma recente preocupação que ecoava ao redor do planeta: a conservação dos recursos naturais.

Portanto, o início da década de 1970 trouxe ao Caraça novos desafios, mais complexos e amplos. A dúvida sobre o futuro não perpassava apenas o universo interno e local do santuário, mas também as fortes pressões econômicas e capitalistas externas que ameaçavam o seu ambiente natural. Iniciou-se, nesse período, a chegada de turistas e de visitantes que vinham até o Caraça. Eles eram curiosos da região e familiares de ex-alunos do colégio. Outras atividades somavam-se aos usos do santuário. Eram elas a viagem e o lazer. *A prio-*

ri, provocaram impactos negativos nos elementos arquitetônicos e naturais do lugar. Por essa razão, no ano de 1973, foi fundada a Comissão Pró-Caraça, que era formada por padres membros da Congregação da Missão e outros membros externos que auxiliavam a gestão religiosa, entre eles estudiosos, políticos e advogados. Fundamentados na tradição existente no local e em seu histórico de usos, definiram três grandes eixos norteadores para o local: centro de irradiação espiritual, centro de cultura e centro de repouso e turismo (ZICO, 1982). Os valores existentes foram ressignificados e o local passou a incorporar também o novo, proveniente dos turistas que ali chegavam.

Um exemplo disso é a própria motivação que traz viajantes para o Caraça. Frederico (2013), após entrevistas com membros da gestão local, identificou que o atual peregrino (metáfora utilizada para designar o atual turista) que chegou ao santuário no contexto contemporâneo não buscava apenas a igreja, mas também outros elementos da paisagem que remetem a um Deus mais abrangente e híbrido. Dessa forma, a religião institucionalizada que desenhou a ocupação do Caraça, desde a ermida do Irmão Lourenço, ganhou também uma abertura maior com a chegada de um público diferente.

No entanto, gostaríamos de mencionar aqui o papel crucial exercido pela natureza nos imaginários dos turistas caracenses no presente século. Frederico (2013) esclarece que, diferente de outras áreas protegidas brasileiras, nas quais pouco se tem acesso à cultura do local, o Caraça traz de singular os valores culturais e espirituais na vivência com a natureza. Nota-se que, apesar de uma religião instaurada no patrimônio cultural do local, os relatos dos turistas demonstram uma espiritualidade mais ampla, em direta conexão com um caráter mais plural e ético com a natureza.

Pude detectar, nas falas dos meus entrevistados, uma religiosidade relacionada a um sentimento de religamento sem vínculos com religiões instituídas. Situando uma vertente mais teocêntrica para a realidade do Caraça, podemos trazer um aspecto comum nos relatos sobre uma percepção, no espaço, em questão, de um Deus, manifestado na preservação da natureza, no ambiente e no silêncio. Somado a isso, a existência de uma ética baseada no respeito pelas outras formas de vida, intensificada pela experiência no local. (FREDERICO, 2013, p. 136).

O vínculo da natureza com a religião do local tem, ao longo da história do Santuário do Caraça, lapidado os usos do local e a subjetividade inerente a eles. Com a terceira fase, já turística, observamos uma característica elementar dos valores e do patrimônio cultural, a dinamicidade, a qual acompanhou e tem acompanhado os novos desafios com os quais o Caraça se defronta no seu cotidiano.

Ademais desse elemento, gostaríamos também de enfatizar que a fase na qual o santuário se depara com o turismo e com a ecologia – nos cânones da conservação institucionalizada (áreas protegidas) – é pautada por uma conexão forte com os preceitos culturais e espirituais existentes. A Comissão Pró-Caraça, encabeçada pela Congregação da Missão, bem como a gestão da unidade realizada por ela, demonstrou também, na década de 1970, uma preocupação em tomba a área como um parque natural. Lembremo-nos de que a década em questão viu o fervilhar do debate sobre a conservação e a legislação de áreas protegidas.

O processo de reestruturação nesse período teve também a participação de uma das mais importantes organizações não governamentais daquele período, a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN). Em parceria com a gestão religiosa, fundaram, em 1978, a Estação Biológica, com o intuito de servir como hospedaria para os pesquisadores que fossem realizar seus estudos no Santuário. Nesse mesmo ano, o Caraça recebeu a visita da Dra. Maria Buchinger, secretária executiva do antigo Comitê Latino-Americano de Parques Nacionais (ZICO, 1982).

Esses anseios foram materializados no ano de 1994, quando a área recebeu a proteção federal legal e foi tombada como Reserva Particular de Patrimônio Natural. Do total dos aproximadamente 12.000 hectares, foram resguardados 10.187,89 como área protegida. O restante ficou destinado às atividades de manejo agrícola e pastoril (PALÚ, 2012). A gestão da reserva é feita pela Congregação da Missão e tem no turismo o seu principal meio de subsistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exemplo do Santuário do Caraça nos aproxima de um caso empírico sobre como as iniciativas de conservação de áreas naturais estão diretamente



relacionadas aos elementos culturais e, também, em alguns casos, espirituais. Ao longo de todo o seu histórico, o santuário estabeleceu vínculos diretos com o espaço natural, amparado por diferentes subjetividades. A princípio, a peregrinação e as viagens dos grandes naturalistas; posteriormente, o silêncio e o isolamento invocados pelo colégio, e, por fim, o espaço turístico e de conservação ambiental. Em todos esses elementos nos deparamos com uma forte relação com a tradição e uma abertura para o novo, como fonte de oportunidade para a conservação.

O Caraça demonstra um caso específico no qual valores espirituais foram associados também às práticas de conservação vinculadas a uma racionalidade científica. O caso da Comissão Pró-Caraça e o envolvimento com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) ilustram como a ciência pode dividir espaço e abrir diálogo com outros saberes em prol de um bem comum, como o caso da conservação. Desse modo, a gestão religiosa, amparada por conhecimentos científicos e também pela influência de outros importantes atores, como políticos e turistas, exemplifica a importância de pensarmos na questão ambiental para além das fronteiras que nos circundam no meio acadêmico.

Notadamente, o santuário reflete questões desafiadoras do nosso presente. Entre elas, a inserção da cultura como elemento fundamental nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. No entanto, o processo de debate e diálogo entre os diferentes atores que estão envolvidos na gestão de uma área natural não é ausente de conflitos. Desde uma perspectiva dos estudos patrimoniais, De La Torre (2013) esclarece que toda a ação de conservação busca manter uma importância cultural que se inicia no momento em que se atribui um valor ao local. Contudo, esse valor cultural, na atualidade, perpassa por processos intrínsecos, mutáveis, não estáticos, múltiplos e conflituosos.

Ao desafiarem os preceitos de conservação já estabelecidos e desgastados por um viés unilateral, essas características nos colocam desafios iminentes para a busca de uma sociedade mais sustentável e de uma relação mais ética e participativa com a natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. G. de. **A educação exilada**: colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BANDARIN, F. Las tasas a los servicios turísticos podrían constituir el futuro de la financiación de la conservación del patrimônio. **Revista Ph**, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 89, p. 186-191, 2016.

BERKES, F. Religious traditions and biodiversity. In: **Encyclopedia of Biodiversity**, v. 5, p. 109-120 (S. Levin, ed.). Academic Press: San Diego, 2001.

BERKES, F.; FOLKE, C. (Orgs.). **Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BOCCARDI, G.; DUVELLE, C. **Introducing Cultural Heritage into the Sustainable Development Agenda**. [S.l.]: UNESCO, 2013.

CAPRA, F. **O Ponto de mutação**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1982.

CARRATO, J. F. As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Série Brasileira, v. 317, 1963. 463 p.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Pórtico, 1962.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Annablume, 2000.

CRUZ, A. da. C. M. **O centenário do Caraça**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1920.

DE LA TORRE, M. Values and Heritage. **Heritage and Society**, v. 6, n. 2, p. 155-166, 2013.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção nos trópicos**. São Paulo: Annablume, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 1994.

FRASCAROLI, F. Catholicism and conservation: The potential of sacred natural sites for biodiversity management in Central Italy. **Human ecology**, v. 41, n. 4, p. 587-601, 2013.

FREDERICO, I. B. Natureza, história e espiritualidade: pelas trilhas do Santuário do Caraça (MG). 1988. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2013.

FUTURE EARTH. **Future Earth Inicial Design**: Report of the transition team. Paris: International Council for Science (ICSU), 2013.

HOLTORF, C. **Search the Past – Find the Present**: Qualities of Archaeology and Heritage in Contemporary Society. Oxford: Archaeopress, 2012.

JACOBI, P. R. Sociedade de risco, crise ambiental e diálogo de saberes. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EM IBEROAMÉRICA, 5., México, 2006. **Anais...** México: PNUMA, 2006, p. 461-472.

LEFF, E. **Ecología y capital**: racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: Siglo XXI Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. Imaginários sociais y sustentabilidad. **Cultura y Representaciones Sociales**, v. 5, n. 9, 2010. Disponível em: <<http://132.247.146.34/index.php/crs/article/view/19202>>. Acesso em: 10 set. 2016.

LEIS, H. Espiritualidade e Globalização na perspectiva do ambientalismo. **Ambiente e Sociedade**, ano 1, n. 2, Sem. I, 1998.

LEIS, H.; D'AMATO, J. L. Para una teoría de las prácticas del ambientalismo mundial. **Revista Theomai** [on-line], Buenos Aires, v. 11, n. Sem. I, 2005.

LIMA JÚNIOR, A. A. de. **O fundador do Caraça**. [S.l.]: Jornal do Commercio, 1948. 149p.

MARQUES, J. G. **O pássaro sagrado e o cavalo do cão**: biodiversidade, etnoecologia e catolicismo popular no Brasil. Relatório Final de Pós-Doutorado. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MORAN, E. F. **Meio ambiente e ciências sociais**: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: SENAC, 2011.

PALÚ, P. L. Santuário do Caraça. In: OTTONI, C. **Serra do Caraça**. Belo Horizonte: V & M do Brasil, 2012.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo 'participação' no manejo de áreas protegidas. In: IEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume, 2000.

PLASTINO, M. R. et al. Ecoturismo, Cultura e Comunidades: Reflexões Sobre o Entorno da RPPN Santuário do Caraça (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 382-407, 2010.

POSEY, D. A. **Cultural and spiritual values of biodiversity**: A Complementary Contribution to the Global Biodiversity Assessment. London: Intermediate Technology Publications, 1999.

TOLEDO, V. **Ecología, espiritualidad y conocimiento**: de la sociedade del riesgo a la sociedade sustentable. Puebla: PNUMA, 2006.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. O patrimônio natural sob proteção: A construção de um ordenamento jurídico. In: FUNARI, P. P. A; RAMBELLI, G. **Patrimônio cultural e ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

ZICO, J. T. **Caraça**: Peregrinação, Cultura, Turismo. 4. ed. Minas Gerais: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1982.

# CAPÍTULO 6

## EM BUSCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL (IN)VISÍVEL: O CABOCLO DA REGIÃO DO CONTESTADO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq06>

*Carlos dos Passos Paulo Matias*

*Delmir José Valentini*

*Juliano Bitencourt Campos*

## SUMÁRIO

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Embora as discussões sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro estejam presentes na maioria das pautas das instituições nacionais ligadas à Educação e à Cultura, é recente a preocupação relacionada com a importância do reconhecimento e da preservação do patrimônio imaterial do povo brasileiro. Foi somente a partir da década de 1920, com o movimento dos modernistas, que a temática do patrimônio cultural foi introduzida no país.

Nesse período, foram realizadas ações de registro bastante significativas que, apesar de seu caráter experimental e não sistemático, propiciaram uma importante reflexão sobre a questão, tendo como principal fruto a sedimentação de uma noção mais ampla de patrimônio cultural. (BRASIL, 2006).

Na luta pela construção do que pretendia ser uma cultura brasileira, artistas e intelectuais brasileiros percorreram o interior do Brasil, buscando inspiração e entendimento sobre o folclore. Os intelectuais, membros do Movimento Modernista brasileiro, formavam o Grupo dos Cinco, integrado pelas pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti e pelos escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia. Tal movimento também contou com a participação de dezenas de intelectuais e artistas, como Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Graça Aranha, Guilherme de Almeida, entre muitos outros, que realizaram um inventário da cultura popular brasileira. A intenção dos intelectuais modernistas era a reformulação cultural do Brasil, afastando-se da europeização nas artes e nos costumes, dando maior ênfase à brasilidade, por meio da manifestação do próprio povo brasileiro, sem a importação de hábitos de países estrangeiros (BOMENY, 2001).

No processo de fortalecimento desse sentimento de identidade nacional, foram criadas políticas de constituição do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Assim, os símbolos tornaram-se relevantes para a afirmação e identificação de um povo como nação.

Nesse sentido, Chartier aponta a construção de símbolos capazes de influenciar os indivíduos em determinados contextos, quando afirma que a “[...]”



representação que ele fez de si próprio por aqueles de quem espera reconhecimento; quando compreende as formas de dominação simbólica, por meio do aparelho ou do aparato [...]” (CHARTIER, 1990, p. 23-24) tem um alcance de proporções enormes na consciência ou no inconsciente das pessoas da mesma nacionalidade.

Recentemente, percebeu-se a sensibilidade de instituir ações, e as reflexões sobre a importância dos bens culturais como referências fundamentais para vários grupos formadores da sociedade brasileira contribuíram para que o Congresso Nacional incluísse o tema, de maneira contundente e afirmativa na Constituição Federal promulgada em 1988, que estabeleceu:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – **as formas de expressão;**

II – **os modos de criar, fazer e viver;**

III – **as criações científicas, artísticas e tecnológicas;**

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de **inventários, registros, vigilância**, tombamento e desapropriação, **e de outras formas de acautelamento e preservação**. (BRASIL, 1988, n.p. Grifos nossos).

Entretanto, apenas em novembro de 1997 foi que essas provocações e orientações resultaram em uma ação mais efetiva: a realização do seminário internacional, promovido pela Superintendência do Iphan, em Fortaleza, para discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio cultural. Durante o evento, foram relatadas experiências brasileiras e internacionais de identificação, de resgate e de valorização das manifestações culturais vivas. Também foram dis-

cutidos os rumos da ação institucional nesse campo, os instrumentos legais e as medidas administrativas que poderiam ser propostas para a preservação dessa dimensão do patrimônio.

Durante o Seminário do Iphan, foi produzido um documento denominado *A Carta de Fortaleza*, no qual constam as recomendações para o aprofundamento dos debates sobre o conceito de patrimônio cultural e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal, inclusive instituindo o “Registro” como principal modo de preservação e de reconhecimento de bens culturais dessa natureza.

Em março de 1998, devido à repercussão da Carta de Fortaleza, o Ministério da Cultura constituiu uma comissão com o objetivo de elaborar diversas propostas, visando à regulamentação da salvaguarda do patrimônio cultural. Também foi criado o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI, que reuniu técnicos do Iphan, da Funarte e do MinC para assessorar essa Comissão (CERQUEIRA, 2008).

Nos últimos anos, a noção de patrimônio adquiriu um caráter mais abrangente, o que auxiliou no entendimento da importância desses fragmentos enquanto suportes de memórias de uma modernidade que deixou suas marcas no tempo e no espaço. O processo histórico envolveu sucessivas camadas, acontecimentos que vão destruindo partes de um todo. Elementos importantes adquirem visibilidade somente na eminência da perda. A decisão de preservar está alicerçada em decisões políticas. Ademais, a reflexão sobre o destino dos bens patrimoniais é influenciada por novos paradigmas urbanos orientados pelas exigências de sociedades que se movem cada vez mais depressa (BASTOS; TEIXEIRA, 2008).

A gestão do patrimônio cultural está no âmbito do poder público federal, percebendo-se a necessidade de trabalhar em conjunto com os poderes estaduais e municipais, na busca de resultados para a proteção e a devolução social, por meio do sentimento de pertencimento:

[...] um dos maiores desafios à gestão do patrimônio cultural é definir conceitual e legalmente novas formas de acautelamento compatíveis com sua abrangência, cada vez maior, e com exercício dos direitos culturais do cidadão, reconhecidos no texto da Constituição de 1988. (BASTOS; TEIXEIRA, 2008).



Entretanto, as formas de acautelamento esbarram em outros valores baseados na uniformização do pensamento, causando uma despersonalização cultural. A gestão patrimonial procura trabalhar na busca pelo reconhecimento, por parte das populações, dos seus bens culturais que lhes pertencem por direito e deve criar atributos que despertem uma identificação cultural, gerando a compreensão que levará à necessidade de preservar os elementos que compõem o Patrimônio Cultural como um todo.

Inicialmente, o patrimônio cultural brasileiro era tutelado meramente em seu aspecto material, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, com ênfase no instituto do tombamento. (FILÓ, 2013, p. 32).

Observa-se, no entanto, que as práticas de identificação e de inventário, juntamente com os esforços para a futura salvaguarda e registro desses bens, têm sua importância na medida em que contribuem para a preservação e o fortalecimento da memória e identidade social das comunidades pesquisadas. Visto que, “[...] o patrimônio histórico-cultural, tomado como um dos suportes da memória coletiva, produz identidades sociais que são determinantes nos modos como os homens se apropriam da realidade que os cerca [...]” (SALVADORI, 2008, p. 31).

Assim, em consonância com Pelegrini (2009, p. 19), reforçamos que “[...] todos esses bens culturais apreendidos como ‘expressões da alma dos povos’ conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos identitários [...]”, representando o esforço de inserir as comunidades no levantamento e no cuidado com o seu patrimônio. “A Lei nº 12.343/2010, em seu art. 3º, inciso VI, também faz menção à preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio de se resguardar dos bens de natureza material e imaterial, como uma competência do Poder Público.” (FILÓ, 2013, p. 33).

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), quando se trabalha com o Patrimônio Cultural de um determinado espaço, trabalha-se com a categoria *bem cultural*, pois o patrimônio é formado por um bem. Os bens culturais são classificados pelos teóricos e técnicos em bens tangíveis e intangíveis. Tangível

é todo bem palpável, como praça, museu. Os intangíveis são as memórias que guardam a música, o canto, a reza.

Pretende-se um estudo sobre a tutela do patrimônio cultural da região do Contestado. “100 anos já se passaram, e o tempo se encarregou de tecer a trama da destruição do conjunto dos testemunhos presenciais e documentais daquele espólio”. (WEHLING et al., 2013, p. 48).

Na região do Contestado, não foi só o tempo que destruiu os testemunhos, existem diversas formas de se destruir um patrimônio, como negá-lo, por exemplo, ou deixá-lo no ostracismo. Enfim, a pergunta é sobre o interesse em salvaguardar o que ainda resta desse patrimônio, envolvendo principalmente a cultura material e imaterial dos caboclos moradores dessa região.

A partir das referências e das questões elencadas anteriormente, pretende-se observar um pouco o processo de apropriação da cultura cabocla, da história da guerra nessa região. É possível percebê-lo nas relações estabelecidas entre poder público e a história da guerra? Onde permanece a cultura cabocla local? Houve preocupação em salvaguardar essa cultura? Onde estão os patrimônios culturais – materiais e imateriais? Como são tratados, tutelados, estudados e difundidos? Não será pretensão responder essas e outras perguntas, mas refletir sobre as representações feitas e o inventário da cultura cabocla na região da eclosão da Guerra do Contestado.

## **O MODO DE VIDA DOS MORADORES DA REGIÃO DO CONTESTADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Denominada, inicialmente, pelos militares como uma Campanha na região do Contestado, o conflito social que eclodiu no início do século XX, no sul do Brasil, entre os anos de 1912-1916 continua despertando interesse e, contraditoriamente, também “desinteresse” quando se trata de olhar para a região sob uma perspectiva mais crítica, buscando os protagonistas locais, ou seja, a população cabocla.

Superar a ideia do caboclo bárbaro, jagunço, ignorante e ingênuo é de suma importância para a compreensão do conflito social da região do

Contestado. Em diversas áreas do conhecimento, foram produzidas obras que buscam entendimentos sobre o conflito, mostrando senso crítico, apesar da existência, ainda, de análises superficiais e, às vezes, até preconceituosas sobre a cultura cabocla. Estudos demonstram que as abordagens do caboclo estereotipado, na maioria das vezes, surgiram dos relatos da sua história de vencidos, da sua cultura ignorada, distorcida e negligenciada, principalmente pelos órgãos públicos de proteção do patrimônio cultural.

Paulo Pinheiro Machado (2004) chama a atenção para as representações sobre a figura do caboclo bem antes da deflagração do conflito, apontando que as manifestações culturais, embora já existentes desde períodos remotos, são negadas e apenas referenciadas no momento do conflito. “É evidente que não se tratavam de territórios despovoados, como frequentemente aparece em relatórios oficiais.” (MACHADO, 2015, p. 19). Pinheiro Machado, do mesmo modo que Vinhas de Queiroz (1966), percebeu o caboclo sem o estereótipo que lhe foi imposto durante e, como “herança”, depois da guerra.

O peão era, normalmente, um morador agregado à fazenda que possuía um pedaço de terra “de favor”. Ali, com sua família, construía uma choupana de rachões de pinheiro e teto de palha, mantinha uma pequena lavoura de subsistência, protegida do gado por muros de pedra encaixada, cultivando feijão, milho, abóboras e criando pequenos animais. (MACHADO, 2004, p. 67).

O peão deveria dar conta da lida rotineira do campo: levar o gado para diferentes pastagens, dar sal, curar bicheiras, construir currais e galpões, queimar as pastagens secas no final do inverno, fazer marcação com ferro quente, construir muros de taipa, caçar onças e pumas que rondavam as proximidades da fazenda, domar cavalos e mulas, tosquir ovelha e, muito frequentemente, tropear os animais até os locais de venda ou abate. Como homem de confiança de seu patrão, o peão era também um leal soldado à disposição das iniciativas políticas e militares de seu chefe e, com razoável empenho, muitas vezes dava sua vida nas revoluções e nas lutas contra desafetos locais de seu comandante. (MACHADO, 2004, p. 67).

Recorrente também em autores que procuram destacar a sociedade local, principalmente sociólogos e antropólogos que buscam os grupos sociais, é possível encontrar um sujeito que, a seu modo, desenvolvia diferentes atividades, com os saberes e fazeres necessários para o contexto em que vivia e que também fazia parte de um grupo social, cujo tecido social é tramado entre relações de dependência econômica e política, nunca dispensando a violência para a manutenção da ascensão sobre os grupos não detentores das propriedades.

O sociólogo Duglas Teixeira Monteiro (2011) aponta as relações sociais estabelecidas nesse grupo, percebendo elementos da violência costumeira e da violência inovadora. Na primeira, percebe aspectos de uma vida isolada dos centros urbanos, de difícil acesso, sem escolas e hospitais, com necessidade de dividir as agruras, nunca as propriedades. Já a violência inovadora surgiu com a chegada do traçado ferroviário e se materializou com a expulsão dos posseiros, exclusão e impossibilidade de acesso aos bens trazidos pelo “progresso”.

Além dos peões e agregados das fazendas de criação de gado, também existia um grupo de moradores – habitantes que cultivavam pequenos roçados, coletavam e viviam isolados esparsamente pela região. Antes de serem encontrados pela ferrovia, embora lembrados pela historiografia como moradores de “espaços vazios” (HEINSFELD, 1996) ou habitantes de terras devolutas, a origem desses moradores é assim pontuada por Vinhas de Queiroz (1966, p. 16):

Além destes antigos estancieiros empobrecidos, de origem paulista e portuguesa, já havia, espalhado pelos campos e as matas, ancestrais dos futuros caboclos: eram os “forros carijós administrados”, que segundo o governo de então “andam vadios, e não têm casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República”, isto é, eram antigos peões e índios escravos, que viviam fugidos.

Eduard Thompson (1998) sugere que as classes envolvidas nos movimentos sociais, em vários momentos históricos, são protagonistas importantes e isso também ajuda a desmistificar um pouco as ideias pejorativas criadas sobre os sujeitos envolvidos no movimento do Contestado. Na perspectiva da História Social, relacionando com o cultural, principalmente os enfoques e as contribuições que associam a cultura a outros aspectos da vida cabocla, modo

de ser, organização social, sua relação com a história da guerra, o caboclo como sujeito desse processo de construção de memórias, da necessidade do reconhecimento do seu patrimônio cultural, das suas experiências de vida, de relações de vida e de guerra, e atentando para esses aspectos e suas relações é que podemos encontrar o caboclo, que é descrito como o inimigo da incipiente república brasileira de então.

Em relação à experiência humana, Thompson (1987) lembra que ela expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiências. Podem não representar sujeitos autônomos nem “sujeitos livres”, mas a situação e suas relações produtivas lhes são determinadoras como necessidades. As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos estão submetidos.

Segundo Thompson (1987), essa experiência é trabalhada na cultura das pessoas e dos agrupamentos dos moradores, de acordo com suas afinidades. A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências (a cultura aqui é compreendida como valores, modos de vida, visões de mundo, sentimentos, aspirações, projetos, crenças, formas simbólicas de dominação e resistência, tradições, mitos, etc.).

O conjunto dessas experiências orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social, conquistado na experiência e na cultura, determina os caminhos da história, que no processo é indeterminada. Os caboclos da região do Contestado (peões, turmeiros, posseiros, estancieiros empobrecidos, índios etc.) experimentaram no seu cotidiano as mais diversas experiências: organização e defesa dos seus bens; formas de sociabilidade, de lazer, de construção de identidades, de conflitos étnicos, de migrações, de construção e de destruição de cidades santas, de messianismo, da chegada do capital internacional na região, bem como das transformações mais recentes no mundo do trabalho e do sertão, modo de vida que chegou até a atualidade como registro histórico e hoje se constitui em importante patrimônio cultural.

O cotidiano é mais que a simples descrição das condições materiais de vida. É também a visualização das experiências vividas, percebidas pelas pessoas que experimentaram “[...] as relações sociais (classe, gênero, étnicos, etc.) em

que estão envolvidas, tendo como referencial, continuamente reconstruindo a sua cultura.” (WOLF, 1991, p. 19). Fazendo uso das palavras de Maria Odila Leite da Silva Dias (1992), dentro dessa categoria, é importante observar que: “[...] sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem-se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta.” (DIAS, 1992, p. 50). O cotidiano é entendido como espaço de mudança, divergindo, assim, de uma história normativa e pré-determinada, posicionando-se à frente de um campo aberto de possibilidade, o qual admite o “contingencial”, “o fortuito” e a “inventividade” dos agentes sociais (DIAS, 1992, p. 50).

O cotidiano é visto como lugar de resistências, muitas vezes micror-resistências. Ao discerni-las, buscam-se, também, as práticas de solidariedade entre os sujeitos históricos e de como eles vivenciaram essa experiência em nível coletivo. Contudo é importante estar atento para não deixar de perceber o sujeito se construindo em nível individual, por meio de uma experiência de si. E toda essa dinâmica de vida, toda essa história deixou registros, deixou marcas e um legado de heranças culturais. Por que não se vê? Por que se fala pouco? Por que “envergonha”? Ou se deve perguntar: Quem está se apropriando dessa cultura?

## **A GUERRA NA REGIÃO DO CONTESTADO: IMPACTOS SOBRE O MODO DE VIDA DOS CABOCLOS**

A recém proclamada república brasileira iniciou sua história com um legado de conflitos não resolvidos do período imperial, que, por muito tempo, ainda iriam assombrar a oligarquia que chegou ao poder. Além do grave conflito social rural protagonizado no Nordeste pelos seguidores de Antônio Conselheiro, nas décadas seguintes, no sul do país, especificamente nas terras dos interiores dos estados de Santa Catarina e do Paraná, as forças da república tiveram que comparecer e enfrentar a revolta dos moradores antigos das regiões fronteiriças, abandonadas e esquecidas durante a maior parte da história brasileira.

As vastas áreas interioranas do sul do Brasil, durante o período imperial, e mesmo depois da proclamação da república, permaneceram carentes. A

própria inexistência de instituições assistenciais, como cartórios, escolas, igrejas e delegacias propiciou um estilo de vida por meio do qual nem sempre as pessoas tinham acesso aos direitos básicos e à instrução. Era comum as pessoas não portarem nem mesmo possuírem documentos e registros pessoais ou mesmo de bens, como escrituras de qualquer propriedade.

A presença da religião oficial ocorreu somente na última década do século XIX, com um grupo de franciscanos se estabelecendo em Lages, para atender a todo o planalto e o Oeste até o extremo, limite com os espanhóis confinantes. Nas décadas anteriores à chegada dos franciscanos, os monges, os benzedores, os curandeiros e os puxadores de rezas já haviam semeado a palavra, perceptível nos primeiros registros dos religiosos que chegaram e já enfrentaram, além de um grupo desprovido de qualquer escolaridade e distante das doutrinas religiosas, as crenças arraigadas e a absoluta certeza nas palavras desses personagens.

A história registra a presença de três monges que marcaram profundamente a população do interior da região do Contestado nos hábitos e crenças. Primeiramente, um italiano de Piemonte, que depois de ter seu nome registrado principalmente em Sorocaba (SP) e em Santa Maria (RS), espalhou devoção, crença e atribuições de poderes a partir de águas de fontes e cruzeiros erigidos por onde palmilhou (entre São Paulo e o Rio Grande do Sul). As peregrinações de João Maria de Agostini estão situadas entre as décadas de 1840 e 1880, quando desapareceu da região, sendo recentemente esclarecido se tratar de uma retirada pela Argentina e subida em direção à América do Norte (KARSBURG, 2014).

Foi o segundo monge, personagem lendário conhecido como João Maria de Jesus, que, em estilo itinerante, peregrinou por toda a região que já havia conhecido o monge italiano, porém esse segundo atuou nas décadas seguintes ao desaparecimento do primeiro e se tornou conhecido e venerado, pairando, até a atualidade, uma devoção profunda e crença nas palavras proferidas ou atribuídas à sua autoria. Espalhou conselhos, benzimentos, receitas de remédios naturais, batizou e, principalmente, profetizou.

Foi na primeira década do século XX que os moradores da região do Contestado perceberam o desaparecimento de João Maria, mas não seria essa a única perda, mudanças profundas provocaram uma crise aguda e o modo de vida sofreu impactos irreversíveis.

A construção de uma ferrovia ligando o estado de São Paulo ao do Rio Grande do Sul, embora projetada ainda no tempo do império e iniciada na

última década do século XIX, no ano de 1908, foi assumida pelo grupo da *Brazil Railway Company*, que inaugurou esse traçado ferroviário no ano de 1910.

Ainda no ano de 1910, ocorreu a terceira sentença no Supremo Tribunal Federal dando ganho de causa para Santa Catarina na questão dos limites – uma disputa política e jurídica que havia tumultuado a região, instigando conflitos entre os moradores e indefinição relacionada à jurisdição sobre essas terras.

No ano de 1911, uma grande madeireira do grupo da *Brazil Railway Company* iniciou as suas atividades industriais na região do Contestado, transformando o meio ambiente. Também foi o ano em que ocorreram os primeiros despejos dos moradores, os quais tinham suas casas próximo do traçado ferroviário, desprovidos de registros ou de algo que lhes garantisse a posse das terras que ocupavam. Não bastasse isso, ainda veio a peste dos ratos por causa da seca da taquara.

O fenômeno da seca da taquara ocorria a cada três décadas e, para os moradores do sertão, representava uma verdadeira catástrofe. Ao findar o alimento das ratazanas (sementes de taquaras), os roedores invadiam lavouras e casas, devorando tudo e provocando miséria, doenças e desespero entre os moradores. O flagelo do ano de 1911 só não foi completo porque boatos de que o monge teria retornado se espalharam.

Quem surgiu foi um curandeiro de ervas, denominado José Maria, líder religioso que protagonizou o episódio denominado Combate do Irani, ocorrido entre as forças de segurança do estado do Paraná e o grupo de seguidores de José Maria. Para os moradores da região, as transformações abruptas provocaram uma aguda crise e a luta armada já havia iniciado. Embora o líder tenha sido morto no primeiro combate, a guerra continuou por quatro anos.

A experiência dos homens e mulheres que estiveram nos redutos, acreditando viver em uma irmandade cabocla, foi sufocada pelas forças armadas da república, que bombardearam e destruíram as cidades santas. No final, doentes e famintos procuraram se entregar e calar diante da condição de vencidos.

Ficou impressa nos caboclos a culpa pelo derramamento de sangue. Silenciados e traumatizados, muitos guardaram o silêncio como resposta à condição de vencidos que lhes foi imposta. Na fase final, a “demonização” dos líderes foi interiorizada pelos demais redutários (MACHADO, 2004).

Não fica difícil perceber que a negação da condição de sujeitos impôs aos moradores que enfrentaram as forças oficiais da então incipiente repúbli-



ca brasileira a negação de qualquer atributo ou valor cultural advindo desses protagonistas.

## O PATRIMÔNIO “MALDITO”

A Guerra do Contestado “faz parte da paisagem” do interior catarinense, tal qual uma araucária onipresente na linha do horizonte, que insiste em brilhar no último raio de sol do inverno gelado dos campos serranos e dos quentes corações caboclos que ali ainda hoje lutam para sobreviver, sonham, lembram e relembram um episódio sem explicação, mas que já fora tantas vezes “explorado”. Nessa paisagem exuberante, sangrada e viva, encontramos o patrimônio cultural da História cabocla e as marcas indeléveis da guerra do conflito armado protagonizado pelos caboclos, moradores antigos da região do Contestado.

Nesse sentido, a cultura cabocla convive com os lugares das memórias, com a identidade que resiste até na atualidade. Isso tudo compõem o patrimônio cultural. Com importante valor histórico, cultural, de memória e de identidade, esse patrimônio precisa ser protegido, reconhecido e difundido pela historiografia, pelo poder público e devidamente guardado nos lugares de memórias, mesmo que tenha sido negado até mesmo pela historiografia.

A proteção legal do patrimônio imaterial de um povo precisa de tutela institucional e também receber o cuidado e a atenção que o bom senso nos diz e a “Lei nos obriga”. Na obra “Sangue e Ruínas no Sul do Brasil: Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916)”, Jaisson Teixeira Lino (2011) levantou um importante inventário sobre o Patrimônio Cultural da região do Contestado, abrindo um conjunto de discussões sobre a tutela desse patrimônio. Onde se encontram os vestígios e indícios da História da região do Contestado? Quem deve protegê-los? Como iniciar um processo de tombamento desses patrimônios? Como a comunidade participa da “escolha” do que é patrimônio? Interessante é a percepção de que, para a maioria dos moradores, vivendo nesse mesmo palco, o patrimônio cultural está invisível.

A busca pela visibilidade e reconhecimento da importância da cultura cabocla, mesmo que por meio de iniciativas isoladas, encontra sensibilidades de autoridades municipais, como, por exemplo, a instituição da semana do Contestado, proposta pela Câmara Municipal de Caçador, com uma extensa programação procurando envolver os demais segmentos da sociedade local.

A Câmara Municipal de Caçador criou um projeto de lei (Lei nº 017/2016) que instituiu a Semana do Contestado, a qual deverá ser comemorada na última semana do mês de outubro (CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, 2016, *on-line*). Deve-se atentar para como as manifestações culturais aparecem na programação e para o ostracismo do patrimônio material. Com o intuito de demonstrar um pouco dessa forma do trato com a cultura cabocla, trazemos a programação das duas semanas do Contestado do Município de Caçador (Edições de 2016 e 2015, respectivamente).

A Semana do Contestado será celebrada nesse ano entre os dias 24 e 30 de outubro. A programação foi anunciada pelo vereador Ricardo Pelegrinello, durante a reunião ordinária dessa segunda-feira (10), no Plenário Osvaldo José Gomez. A iniciativa visa celebrar os 100 anos do Contestado e resgatar a identidade cultural da comunidade local e da região. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, 2016, *on-line*).

Confira a programação de 2016:

De 17 a 30 – 17h: Exposição “Cotidiano da Fé”, do artista plástico Leandro Vitto. Apresentação da Orquestra Municipal Marcial Aurora. Local: Espaço Cultural Vereador Almir João Binotto, da Câmara Municipal de Caçador. **A apresentação da orquestra foi cancelada.**

24 – 19h30min: Lançamento da obra “Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado”, de autoria do historiador Delmir José Valentini e apresentação do teatro “O Exército Encantado”, da Cia de Artes Vento Negro, no Plenário Osvaldo José Gomez, da Câmara Municipal de Caçador. **Público de aproximadamente 60 pessoas.**

25 – 19h30min: Sessão Especial do Contestado. Premiação concurso de acróstico, poema e redação das escolas. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, da Câmara Municipal de Caçador.

**Não houve participação dos Ensinos Médios do Município, simplesmente ignoraram o concurso.**

26 – 14h: Oficina de plantas medicinais da região, com Alesio Passos dos Santos e o médico César Paulo Simionato, para a Pastoral da Saúde. Local: Salão da Igreja Nossa Senhora Rainha, no Santelmo.

19h30min: Oficina de plantas medicinais da região, com Alesio Passos dos Santos e o médico César Paulo Simionato, aos acadêmicos. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador.

27 – 19h30min: Lançamento da obra “Vicente Telles: O Mensageiro do Contestado”, de autoria do jornalista Moacir Pereira e palestra com Vicente Telles. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador. **Não houve lançamento, Moacir não compareceu e informou no dia que tinha outro compromisso. Vicente Telles compareceu.**

27 e 28 – 09h: Oficina de plantas medicinais da região para a Pastoral da Saúde, com Alesio Passos dos Santos, ambientalista, professor de fitoterapia, colecionador e cultivador de plantas medicinais, e o médico Dr. César Paulo Simionato, coordenador do Horto Medicinal do Hospital Universitário da UFSC. Local: Salão da Igreja Cristo Redentor, no Berger.

14h: Oficina de plantas medicinais da região para Profissionais da Saúde, com Alesio Passos dos Santos e o médico, César Paulo Simionato, [sic] coordenador do Horto Medicinal do Hospital Universitário da UFSC. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador.

27 e 28 – 8h30min às 12h e 13h30min às 17h: PROLER - Literatura do Contestado: palestra e sessão de autógrafos com o jornalista, Afonso Romano de Sant’ana, [sic] o professor Dr. Ezequiel Theodoro da Silva. Oficinas temáticas, varal de poesias, feira de livros e atividades paralelas. Local: Auditório da Reitoria da UNIARP.

28 – 9h e às 14h: Teatro na Câmara: apresentação das “Cenas do Contestado”, adaptação da peça O Contestado, de Romário Borelli, por alunos do IFSC, de Caçador e direção da FMC; e Chica Pelega, Grupo de Teatro Janela da Arte. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, da Câmara Municipal de Caçador.

28 – 19h30min: Mesa Redonda: “A Religiosidade Contestada”, apresentada pelo jornalista João Batista e participação do professor Carlos dos Passos Paulo Matias, do IFSC [sic] e o padre Gilberto Tomazi, especialistas em História do Contestado. Mediador: padre Márcio Martins. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador. **Público presente de 40 pessoas.**

28 – 09h30min: Puxirão do Monge: campanha de conscientização, limpeza e preservação da natureza e atividades lúdicas, no Loteamento Monge João Maria. **Minoria de pessoas envolvidas.**

29 – 14h: Atividades no Parque Central: apresentações culturais, mateada, feira de produtos orgânicos, de ervas medicinais e de artesanato e brinquedos para as crianças. Local: Parque Central José Rossi Adami. **Pouco público.**

15h – Causos com Pinduca, da Etnia Cabocla de Caçador.

15h40min – “Bicho de sete cabeças em fúria”, Grupo de Teatro Temporá.

16h40min – Oficinas da FMC, dança contemporânea “Em tempos de opressão”, com a professora Maria Luiza Zardo Pegoraro, da FMC.

16h50min – “Quero ser como criança”, Grupo de Teatro Shekináh.

17h10min – “Maria Rosa e o Contestado”, jazz com a professora Minéia Mafioleti, da FMC.

17h20min – Grupo Querência dos Amigos, com Gianderson Mott.

17h50min – Lançamento do CD de Rock “Conceitual do Contestado”, da Banda de Rock Peabirus.

30 – 14h: Apresentações culturais. Local: Parque Central José Rossi Adami.

15h30min: “Chica Pelega”, grupo Ritos do Contestado, de Lebon Régis.

15h50min: Viola Cabocla, de Lebon Régis.

17h - Missa Cabocla. Local: Parque Central José Rossi Adami.  
**Muito público presente**<sup>1</sup>. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, 2016. Acréscimos grifados nossos).

#### SEMANA DO CONTESTADO 2015 – CAÇADOR

A partir dessa terça-feira (1º), a história do Contestado será apresentada diariamente nos mais diversos meios de comunicação do Município que sediará a Semana do Contestado. A programação acontece entre 22 e 27 de setembro em uma iniciativa da Câmara Municipal, através da Comissão de Educação e da Prefeitura de Caçador com o apoio de diversas instituições.

“Queremos trazer à tona a figura do ‘caboclo’ nos dias de hoje; valorizar as nossas raízes e apresentar aos que desconhecem, [sic] um pedaço da nossa história. E quem sabe, introduzir no dia-a-dia [sic] da nossa comunidade alguns dos fragmentos de um dos maiores movimentos populares e conflitos armados da história do Brasil, mas desconhecido por nossa gente”, explica o presidente da Comissão de Educação, vereador Ricardo Pelegrinello. Também fazem parte da Comissão os vereadores Cleony Figur e Moacir D’Agostini.

[...] Entrevistas com os idealizadores do projeto, apoiadores, e pessoas relacionadas à história do Contestado serão veiculadas diariamente através do Minuto do Contestado. A primeira edição conta com a presença da professora de História, Maria Inês Morona Ramos, que explica de forma didática um pouco do que foi o combate e os seus resquícios. (INFORME, 2015, *on-line*).

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://camaracacador.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/395390/cod Mapaltem/1536](http://camaracacador.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/395390/cod%20Mapaltem/1536)>. Acesso em: 03 jan. 2017.

### Programação:

22 – Lançamento do filme Terra Cabocla, com a presença dos diretores Márcia Paraíso e Ralf Tambke. Local: Câmara Municipal de Caçador, às 19h.

22 a 25 – Exibição do filme Terra Cabocla. Local: escolas de Caçador.

22 a 25 – Exposição “Contestado em Cores”, da artista plástica Márcia E. Schüller - Manih. Local: Câmara Municipal de Caçador, das 13h às 19h.

23 – Vivência sobre o uso de ervas medicinais da região, com Alésio dos Passos Santos. Local: IFSC, Campus Caçador, às 8h e às 14h.

24- Vivência sobre o uso de ervas medicinais na região, com Alésio dos Passos Santos. Local: Assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos, às 8h. E no Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor, Berger, às 14h.

24 – Lançamento do livro “A Guerra do Contestado em Quadrinhos”, com a presença do autor Jorge Luiz Bernardi. Local: Museu do Contestado, às 19h30min.

25 – Sessão Solene com a palestra “100 Anos da Guerra do (no) Contestado: Atos, Fatos e a Repercussão sobre o Território Secular”, com o Dr. Nilson César Fraga. Local: Câmara Municipal de Caçador, às 19h30min.

26 e 27 – Mateada, apresentações culturais, feira de produtos orgânicos, ervas medicinais e de artesanato. Local: Parque Central José Rossi Adami. Horário: a partir das 14h.

27 – Missa cabocla e cavalgada. Local: Parque Central José Rossi Adami, a partir das 14h. (INFORME, 2015, *on-line*).

Percebe-se, pela programação, que o patrimônio caboclo existe, está na vida das pessoas, na sua forma de viver, de criar, de pensar e de fazer festas, política e educação. “A programação escolhida para esse ano foi substancial para disseminar o conhecimento da nossa comunidade acerca desse período, traçando ações focadas na Educação”, explicou o vereador Ricardo Pelegrinello, comentando que foram preparados materiais com filmes e jogos didáticos relacionados ao tema, em uma linguagem de fácil entendimento, conforme a faixa etária dos alunos, apresentou a matéria do jornal local *Caçador Online* (2016).

Constata-se que nas escolas se estuda pouco sobre o Contestado. Os docentes nem sempre estão inteirados e muitas vezes nem interessados no assunto. Mas por que isso acontece? Alternativas são criadas para tentar resolver o problema, como a iniciativa indicada na matéria da Câmara de Vereadores: “[...] pretende-se criar uma sequência mínima de publicações e postagens relacionadas ao tema, em sua página do Facebook [sic] e demais mídias sociais. O objetivo é envolver as escolas para planejar o ano letivo, inserindo-as na Semana.” (CAÇADOR ONLINE, 2016). As escolas não responderam ao apelo. Algumas sim, mas não com a atenção solicitada. A história dos moradores do Contestado continua invisível, diria um caboclo.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA CULTURA CABOCLO NA REGIÃO DO CONTESTADO

Pensar as experiências de homens e mulheres no tempo é sempre um desafio. Buscamos nas fontes, nos vestígios e nos monumentos do passado as marcas que indicam como viveram, como se relacionaram, como sofreram, enfim, como e por que tomaram as decisões que tomaram.

Destarte, compreender o conflito armado ocorrido na região do Contestado entre 1912-1916 não se faz tarefa das mais fáceis. Uma complexa rede de relações, conflitos, mandos e desmandos entre as pessoas que viviam na região (tradição), entre os governos dos estados envolvidos (Leis) e a entrada do capital internacional (construção da ferrovia, exploração madeireira e co-

lonização) foram fatores decisivos para a deflagração da crise que levou à luta armada.

Caboclos, denominação comum aos homens e mulheres que viviam na região muito antes da chegada do progresso (consubstanciado na construção da ferrovia), viviam de maneira simples até serem alcançados pela “civilização”. Ao mesmo tempo que foram protagonistas de um grande movimento social, foram vítimas da ganância do capital internacional nas terras onde plantaram suas vidas.

Assim como Thompson (1987), que estudou a formação da classe operária inglesa e percebeu na tradição e na cultura o sujeito ativo nos movimentos sociais, Maurício Vinhas de Queiroz (1966), Paulo Pinheiro Machado (2004), Duglas Teixeira Monteiro (2011), e outros intelectuais que se debruçaram sobre o tema, perceberam que o caboclo, muitas vezes, foi acusado de fanático, bárbaro, bandido e outros adjetivos pejorativos; que ele lutou, na forma da sua visão e entendimento, com bravura contra um mundo em transformação e, para piorar, enfrentou um exército da mesma nação, onde o próprio governo brasileiro utilizou a força contra seu povo, massacrando moradores simples, peões e analfabetos de um sistema que, distante de qualquer tentativa de diálogo ou entendimento, preferiu eliminar o *elemento pernicioso que perturbava a ordem*. Termos utilizados para denominar o morador simples que se revoltou e que, por muitos anos, carregou nas costas a culpa pelo derramamento de sangue ocorrido na época.

Desse modo, não fica difícil entender porque o próprio morador da região do Contestado não atenta para a importância de sua história e de seu patrimônio, seja ele material ou imaterial. Na condição de vencidos, foram condenados ao silêncio, culpados e execrados pela própria história. Fácil de compreender os adjetivos atribuídos aos caboclos já nos primeiros escritos sobre a Campanha do Exército na região do Contestado: facínoras, incautos, desordeiros e impatrióticos. Difícil recuperar a autoestima e sair da condição de vencidos para assumir o protagonismo e se autoperceberem como sujeitos históricos.

Terminamos pensando sobre todos os acontecimentos, os fatos, as relações. Isso faz parte do atual patrimônio cultural. Onde encontramos esses vestígios? Nas tradições que ainda vivem entre os caboclos, nos monumentos, nos Museus (quase sempre sobrevivendo aos trancos e barrancos, ou, quando não, esquecidos pelo poder público), às vezes vistos pelos moradores como “alguma coisa importante”.



Importante também pontuar que um movimento de revisitação desse passado histórico e as atuais reflexões sobre esse importante patrimônio cultural sobrevivem e apresentam breves sinais de visibilidade para a população do Contestado. Exemplos como a instituição da Semana do Contestado – em Caçador –, de espaços de memórias como o Nosso Museu – em Matos Costas – e o Museu do Jagunço – em Taquaruçu –, entre outros, acusam que é possível vislumbrar a importância e a significação e que a cultura cabocla continua viva, com possibilidade de ser percebida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: IPHAN, 2008.

BOMENY, H. (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, 2001, p. 199.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987, p. 17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 5 outubro de 1988. Disponível em: <[https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006, p. 15.

CAÇADOR ONLINE. **Destacadas conquistas da 2ª edição da Semana do Contestado**. Publicada em 15 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cacador.online/portal/Noticias.aspx?cdNoticia=34851>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR. **Notícias**. Publicada e Atualizada em 17 de out. 2016. Disponível em: <<http://camaracacador.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/395390/codMapaltem/1536>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

CERQUEIRA, F. V. Educação Patrimonial na Escola: Porque e Como? In: CERQUEIRA, F. V. et al. (Orgs.). **Educação Patrimonial: Perspectivas Multidisciplinares**. Pelotas: Instituto de Memória e Patrimônio, 2008.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 23-24.

DIAS, M. O. L. S. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A. G. de O.; BRUSCHINI, M. C. A. **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 50.

ESPING, M. J. **Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-19015)**. 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ESPING, M. J. et al. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

FILÓ, M. da C. S. Patrimônio Cultural: alcances e Reflexões no Brasil. In: PREVE, D. R.; ENGELMINN FILHO, A.; CAMPOS, J. B. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e cidadania**. Erechim: Habilis, 2013.

GALLO, I. C. D. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 12

HEINSFELD, A. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização no baixo Vale do Rio do Peixe-SC**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HELLER, M. I. **A Atualidade do Contestado: edição do centenário da guerra camponesa**. Fotos de Carlos Zanello Aguiar e Haraton Maravilhas. Curitiba: J. M. Livraria Jurídica e Editora, 2012.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INFORME. **Definida programação da Semana do Contestado**. Publicada em 31 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.jornalinforme.com.br/cacador/index.php/editorias/cotidiano/item/2162-definida-programacao-da-semana-do-contestado>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

KARSBURG, A. **O Eremita das Américas**: a odisseia de um peregrino italiano no Século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

LINO, J. T. **Sangue e Ruínas no Sul do Brasil**: Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916). 2011. Tese (Doutorado em Quaternário: Materiais e Culturas) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Villa-Real, Portugal, 2011.

MACHADO, P. P. Fronteira, legislativa e colonização no planalto meridional brasileiro ao final do século XIX. In: VALENTINI, D. J.; RODRIGUES, R. R. (Orgs.). **Contestado**: fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014). Porto Alegre: Letras & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 67.

MONTEIRO, D. T. **Os Errantes do Novo Século**: Um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 17.

MONTENEGRO, A. T. História Oral: Caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História** 25/26, São Paulo, Marco Zero, p. 57, 1992.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Cultural**: Consciência e Preservação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 16, abr. 1997.

SALVADORI, M. Â. B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008, p. 31.

THOMÉ, N. **A Insurreição Xucra do Contestado**. Caçador: FEARPE/Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Política no Contestado**: do curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.

\_\_\_\_\_. **Breve História da Guerra do Contestado**. Caçador: UnC/Museu do Contestado/INCON, 2005.

\_\_\_\_\_. **No Coração do Contestado**: Geografia do Município de Caçador. Caçador: PMC/INCON, 1994.

\_\_\_\_\_. **Primeira História da Educação Escolar no Contestado**. Caçador: Museu do Contestado, 2002.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 204 p.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum:** Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Intervalo: A Lógica Histórica: In: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

TOMAZI, G. **Mística do Contestado:** mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado. Xanxerê: News Print, 2010.

VALENTINI, D. J. A Guerra do Contestado: olhares sobre o contexto. In: BONAMIGO, C. A. et al. **História e Territórios:** diversidade de abordagens e domínios. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2012.

\_\_\_\_\_. **Da Cidade Santa à Corte Celeste:** Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado. 4. ed. Chapecó: Argos, 2015, p. 13.

\_\_\_\_\_. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado.** Prefácio de Paulo Pinheiro Machado. Porto Alegre: Letras & Vida, 2015.

VALENTINI, D. J. et al. **Contestado:** Fronteiras, colonização e conflitos: (1912-2014). Porto Alegre: Letras & Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 16.

WEHLING, A. et al. (Orgs.). **100 anos do Contestado:** memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013. 446 p.

WOLF, C. S. **As Mulheres da Colônia Blumenau: 1850-1900.** São Paulo: PUC, 1991, p. 19.

ZEFERINO, A. C. **Acervo Documental do IHSC Sobre o Contestado.** In: WEHLING, A. et al. (Orgs.). **100 anos do Contestado:** memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013. 446 p.

# CAPÍTULO 7

## A PRESERVAÇÃO CULTURAL COMO CAMPO DE PESQUISA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq07>

*Tobias Vilhena de Moraes*

## SUMÁRIO



## A PRESERVAÇÃO EM PROCESSO

Desde o fim do projeto *Arqueologia Histórica Missioneira*, nos anos 90 do século passado, e de um novo olhar científico nos projetos de pesquisa em Arqueologia, nas Missões, passou a entrar em discussão uma nova etapa de reflexão sobre o tema da Preservação nos sítios arqueológicos brasileiros. Ao mesmo tempo, a ampliação dos contatos com instituições dentro e fora do país começou a ser vista como elemento necessário para o desenvolvimento científico.

Diversos convênios e atividades de intercâmbios, como o *Workshop Brasil-EUA* (1993), contaram com o apoio institucional da Universidade do Arizona e do *National Park Service* (NPS), do IPHAN de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Esse evento teve origem a partir da ideia da criação de um laboratório de arqueologia e da construção de um local especializado no estudo sobre as Missões, as quais, no início dos anos 2010, foram retomadas com afincamento pelo governo brasileiro.

Dentre os projetos desenvolvidos no território missioneiro e que usaram como fonte de inspiração os resultados obtidos durante o programa de *Arqueologia Histórica Missioneira* estavam o Sítio Escola Internacional/Missões (SEI), de 1992, e o Programa Integrado de Valorização (PIV), realizado entre 1994 e 1998.

O primeiro projeto tomou como base a Convenção da UNESCO, relacionada à proteção do Patrimônio Cultural da Humanidade. Essa Convenção afirmava a necessidade de treinamento e a criação de um centro regional para pesquisa científica. O SEI permitiu a formação de um grande número de profissionais e realizou escavações em vários sítios arqueológicos da região platina (KERN, 1994, 1995, 1998, 2002).

Posteriormente, foi a vez do PIV, projeto que envolveu arqueólogos e operários do IPHAN e, eventualmente, universitários de diferentes cursos e especialidades, em trabalhos teóricos e práticos, nos diferentes sítios arqueológicos missioneiros.

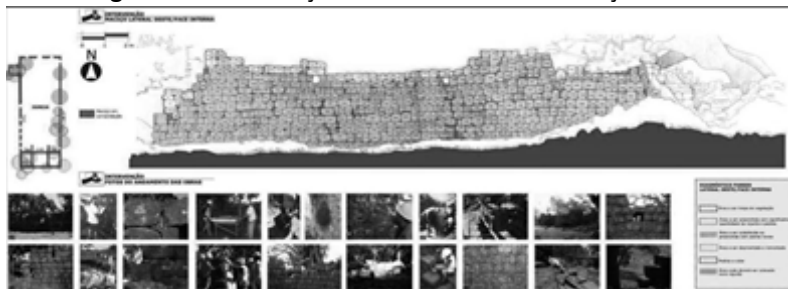
Entre os anos de 2000 e 2004, foram realizados estudos de geologia arqueológica nas Missões. O projeto foi coordenado pelo professor Carlos Henrique Nowaztki, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geologia Arqueológica (NEPGEA) da Unisinos, Rio Grande do Sul.

O objetivo daquele projeto era determinar com acuidade a origem do(s) local(is) de extração das rochas utilizadas para construir a Igreja de São Miguel. Além do conhecimento adquirido, essa informação seria útil “[...] para que futuras restaurações, quando fosse o caso, pudessem ser realizadas com a mesma espécie de rocha originalmente utilizada.” (NOWATZKI, 2007, p. 5). Ao final, além da localização das antigas pedreiras, foi possível identificar antigas estradas missioneiras.

No início dos anos 2000, a equipe do IPHAN chegou à conclusão de que a equipe técnica que atuava nas Missões não era suficiente para correr contra o tempo e consolidar os sítios de São Lourenço e São João. Como forma de minimizar as dificuldades de pessoal, algumas obras de restauro e consolidação passaram a contar com a participação de arqueólogos contratados temporariamente, coordenados pelo próprio corpo concursado do IPHAN. Dentro desse novo olhar, entre 2003 e 2005, foi realizado o *Projeto de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural das Missões Jesuíticas dos Guaranis*, nos sítios arqueológicos de São Lourenço Mártir e São João Batista.

No caso do sítio de São João Batista, as obras de consolidação das ruínas, promovidas por técnicos arquitetos do IPHAN nas Missões ficaram sob responsabilidade dos arqueólogos José Otávio Catafesto e Vera Thaddeu, que coordenaram uma série de intervenções arqueológicas (Figuras 1 e 2).

**Figura 1** - Consolidação de muro em São Lourenço Mártir



**Fonte:** IPHAN-RS (2004).

**Figura 2** - Consolidação de muro em São Lourenço Mártir



**Fonte:** IPHAN-RS (2003-2005).

A partir das ações de ambos os pesquisadores, foi possível realizar o resgate de diferentes artefatos arqueológicos, além de levantar um grande volume de informações sobre aquele povoado (Figuras 3, 4, 5, 6, 7 e 8).

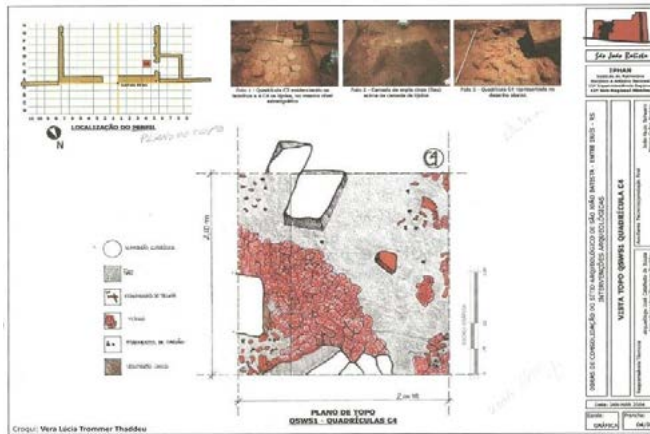
**Figuras 3, 4, 5 e 6** - Escavação arqueológica em São João Batista



**Fonte:** IPHAN/RS (2004). (Foto: Vera Thaddeu e José Otávio Catafesto).

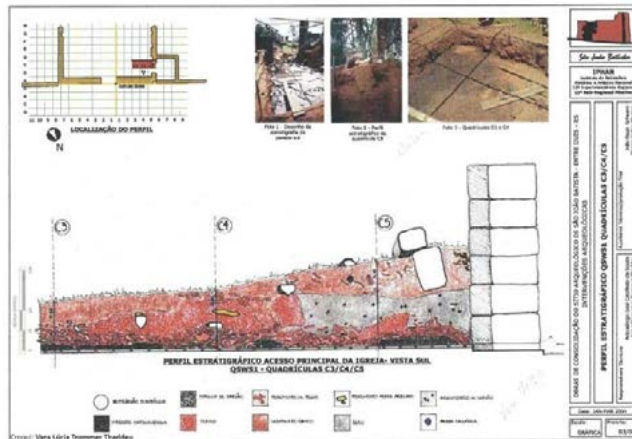


**Figura 7** - Perfil estratigráfico da escavação arqueológica em São João Batista



Fonte: IPHAN/RS (2004).

**Figura 8** - Perfil estratigráfico da escavação arqueológica em São João Batista



Fonte: IPHAN/RS (2004).

Cabe destacar, ainda, que entre os anos de 2003 a 2006, em uma ação que englobou a UNESCO, o *World Monuments Fund* (WMF) e outras instituições nacionais responsáveis pelo patrimônio missionário, foi promovido o reconhecido *Programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani*, que tinha como premissa oportunizar a cooperação internacional para integrar os esforços e as experiências de diversos países sul-americanos.

Alguns objetivos desse programa merecem ser destacados: capacitar a equipe responsável pela conservação, gestão e desenvolvimento das Missões; estabelecer mecanismos de cooperação entre os países e as Missões; identificar e formular projetos de intervenção nas Missões; dar continuidade às ações nas Missões e estabelecer um quadro de referência para conservar e gerenciar o desenvolvimento do conjunto e de seus componentes.

Não apenas em trabalhos de campo as atividades ficaram restritas. Nesse período, foram realizados três cursos e três oficinas destinados a promover atividades práticas nos sítios arqueológicos existentes no Brasil, Argentina e Paraguai. Dentre os temas abordados nesse evento, podemos destacar: Documentação e Pesquisa; Arqueologia; Conservação Integrada; Recursos Naturais e Meio Ambiente; Gestão e Uso Público, que envolviam Ações Educativas e Turismo Cultural.

Nos encontros, foram avaliadas várias situações e experiências, assim como traçadas diretrizes para a continuidade de ações integradas. Um Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani foi distribuído em 2009 como resultado das atividades e dos estudos realizados naquele período.

Mais para frente, entre os anos de 2008 e 2010, sob responsabilidade do IPHAN e com a participação da arqueóloga Vera Thaddeu e, posteriormente, da empresa Zanetinni Arqueologia, deu-se continuidade ao projeto de pesquisa da área da Fonte Missioneira que havia sido descoberta nos anos 1990 após sua redescoberta (Figura 9).

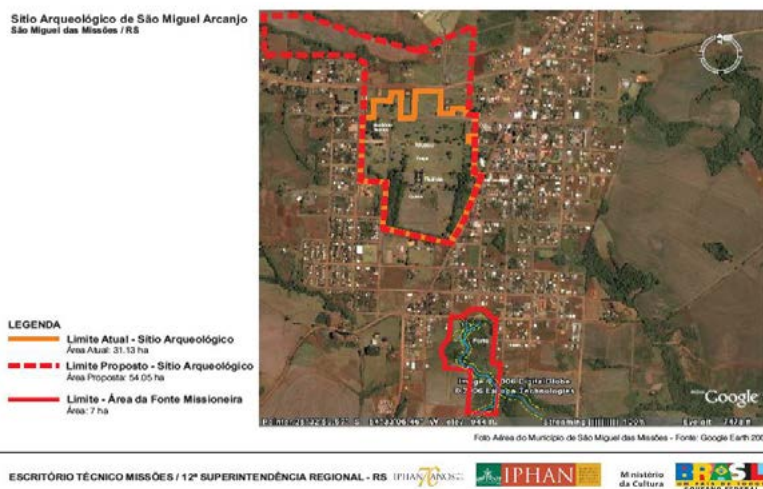
**Figura 9** - Fonte Missioneira recuperada



Fonte: IPHAN-RS (2010).

No novo projeto, o objetivo principal foi o estudo arqueológico para a requalificação do Parque da Fonte Missioneira. Novas estruturas que provavelmente compunham o sistema de abastecimento hídrico local foram identificadas (como, por exemplo, o espaço utilizado para armazenar água) e estudadas as técnicas de construção de tanques d'água, etc. (Figura 10).

**Figura 10** - Parque da Fonte Missioneira e Sítio Arqueológico



**Fonte:** IPHAN-RS (2010).

Todos esses novos projetos inspiravam-se na alternativa proposta durante o projeto, ainda na década de 1990, pela *Arqueologia Histórica Missioneira*, que apontava para a necessidade de também focar a pesquisa em subtemas da área estudada.

Mesmo com a atenção do pesquisador voltada muito mais para um enfoque concentrado, como a cerâmica guarani como um identificador étnico (Fernanda Tochetto) ou a utilização do metal no mundo guarani-missioneiro (Claudio Carle), dentre outros exemplos e autores participantes, as investigações se caracterizaram por uma preocupação em compor um panorama geral da ocupação (KERN, 1998).

Em 2002, foi assinado um Termo de Cooperação Internacional com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH-Espanha). O principal objetivo daquele acordo foi realizar, no território compreendido pelos Sete Povos das Missões, um amplo estudo sobre a paisagem cultural regional.

Em suas linhas, o acordo era descrito como tendo como alguns dos seus principais objetivos o “[...] estabelecimento de relações de cooperação de caráter científico, tecnológico, formativo e cultural, em relações com a documentação, a conservação, a formação e a difusão do patrimônio histórico.” (NOGUEIRA e BURKHARD, 2008, p. 29).

O projeto integra várias áreas da cultura, como patrimônio imaterial, a estatutária missioneira, e objetiva estudar, recuperar e valorizar o patrimônio arqueológico missioneiro. Profissionais de ambos os institutos participam de oficinas e atividades de pesquisa que envolvem antropólogos, historiadores, arquitetos e arqueólogos.

O projeto principal é denominado *Guia da Paisagem Cultural para a Gestão do Desenvolvimento do Território das Missões Jesuíticas no Brasil* e um dos seus enfoques mais profundos é a Arqueologia. Precisamente, desde o início, o que se desejava era a aplicação de prospecções geofísicas e de sondagens arqueológicas como forma de se compreender a ocupação territorial na redução (Figuras 11 e 12).

A partir do estudo, foi possível localizar com precisão antigas estruturas reducionais vinculadas às habitações indígenas que ficam próximo à área central da praça. Dessas estruturas, duas habitações localizadas logo atrás dos assentos atuais utilizados pelo público durante o espetáculo *Som e Luz* foram as estruturas mais prospectadas.

Com os resultados do trabalho geofísico, no mês de abril de 2010, foram realizadas as primeiras escavações. Durante o trabalho, foram descobertas extremidades de duas habitações indígenas.

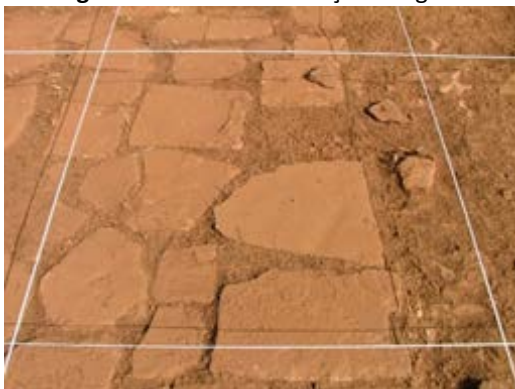
Fato interessante foi que o alinhamento espacial das ruas das casas com a porta da igreja não era ortogonal como se supunha até então pelas ilustrações históricas da malha urbana da Redução de São Miguel Arcanjo, havendo uma leve inclinação. Esse dado contribuiu para uma reflexão sobre o processo de adaptação do planejamento urbano a uma realidade diferente. A investigação científica assim iria interferir definitivamente nos futuros usos do campo arqueológico.

**Figura 11** - Sondagens geomagnéticas



**Fonte:** IPHAN-RS (2006).

**Figura 12** - Piso de habitação indígena



**Fonte:** IPHAN-RS (2010).

Nesse sentido, foram realizadas outras prospecções arqueológicas nos anos subsequentes, com o objetivo de compreender as habitações indígenas na área próximo à Igreja da Redução de São Miguel Arcanjo. Ao final, a coleção arqueológica compunha-se majoritariamente por fragmentos de telhas (dos telhados e de seus alpendres). Outros achados importantes foram pequenas divisórias (separando eventualmente espaços de moradias), carvão e fogueira na parte interna das habitações (ver quadro 1).

**Quadro 1** - Material arqueológico coletado nas escavações

Material arqueológico	Quantidade
Cerâmica	468
Lítico	25
Louça	65
Vidro	16
Metais	92
Total	666

**Fonte:** IPHAN/RS (2012).

Poucos objetos foram coletados e catalogados, visto que a maioria estava destruída pela contínua atividade de cultivo que ocorreu na área ao longo dos anos<sup>1</sup>. Merece destaque a descoberta de moedas do século XIX, que permitiu deduzir uma contínua ocupação (ou visita) do local após o fim da Redução (ver Figuras 13, 14, 15 e 16). Ambas as peças encontravam-se consideravelmente danificadas pela ferrugem e/ou deposição de pátinas. O local de origem da moeda de 1824 pode ser aferido pela letra B, ao lado do ano, que aponta a Casa da Moeda da Bahia.

**Figura 13** - Frente de Moeda datada de 1824



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.47).

<sup>1</sup> Durante muitos anos, também era prática comum nos sítios arqueológicos missioneiros atividades de limpeza e poda sem a devida atenção ao patrimônio arqueológico enterrado, o que danificou e descontextualizou diversos artefatos.

**Figura 14** - Verso da Moeda datada de 1824



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.47).

**Figura 15** - Frente (cara) de moeda datada de 1869



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.96).

**Figura 16** - Verso (coroa) de moeda datada de 1869



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.96).

Além das moedas, foram coletados outros materiais metálicos, tais como 47 cravos e cinco fragmentos de facas. Assim como as moedas, essas peças encontravam-se em avançado estado de oxidação (Figuras 17, 18 e 19).



**Figura 17 - Facas e cravo**



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.2).

**Figura 18 - Cravo**



**Fonte:** IPHAN-RS (2012).

**Figura 19 - Cravos e placa**



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.106).



A cerâmica revelada nas escavações apresenta diferentes técnicas de confecção (roletada, torneada e modelada) e decoração (pintados, escovados, unglados, vidrados, pinçados e brunidos). Partes diferentes dos corpos, como base, corpo, base, pé, além de um fragmento de grés e um fragmento de cachimbo cerâmico foram recuperados (Figuras 20, 21, 22 e 23).

**Figura 20** - Fragmento de cachimbo



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.74).

**Figura 21** - Cerâmicas Pintadas



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.34).

**Figura 22** - Cerâmicas roletadas e torneadas



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.27).

**Figura 23** - Decorações plásticas



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.34).

O material lítico é rico no registro de técnicas de trabalho (lascamento, polimento e picoteamento) e matérias-primas utilizadas (quartzo, arenito, sílex, basalto e calcedônia). Também abrangiam artefatos de uso doméstico (facas, lascas e lascas térmicas), construtivo (fragmentos de base de colunas esculpidas com esmero), assim como bélico (boleadeiras) (Figuras 24 e 25).

**Figura 24 - Sílex trabalhado**



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.65).

**Figura 25 – Boleadeira**



**Fonte:** IPHAN-RS (Catálogo 425.85).

Ao longo de sua trajetória, a Arqueologia foi paulatinamente sendo incorporada ao escopo dos programas de gestão dos sítios arqueológicos missioneiros. Essa perspectiva fez com que diversos técnicos e pesquisadores viven-

ciassem um conjunto de técnicas de campo e formas de trabalho que ajudaram a consolidar, se não um projeto consolidado de gestão cultural, ao menos um cotidiano de exercícios práticos para a proteção do patrimônio arqueológico. Essa postura tem suas bases colocadas já nos primeiros trabalhos de La Salvia, no início dos anos 1980, em São Nicolau, e se consolidou definitivamente com o projeto *Arqueologia Histórica Missioneira*, no fim dos anos de 1980. Todos esses projetos tinham como proposta agregar colegas de diferentes profissões, especializados na preservação de bens culturais. Na virada do milênio, até a primeira quinzena deste novo século, essa abordagem se amplia com o desenvolvimento de acordos nacionais e internacionais (LA SALVIA, 1982, 1983a, 1983b). A arqueologia, nesse sentido, tornou-se um instrumento de gestão integrada do patrimônio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, A. H. F. **Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. Vol. 600. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Manual de gerenciamento do patrimônio arqueológico**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IBPC, 1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Programa de Turismo Cultural. **Relatório de Grupo Interdisciplinar de Trabalho**. Brasília: Iphan, 1998b.

KERN, A. A. (Org.). A arqueologia e o Sítio-Escola Internacional do curso de pós-graduação em História da PUCRS. **Veritas**, v. 39, n. 154, p. 199-209, 1994.

\_\_\_\_\_. O futuro do passado. Os arqueólogos do novo milênio. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia)**, Porto, Portugal, v. 42, n. 1-2, p. 115-136, 2002.

\_\_\_\_\_. **A carta internacional da Arqueologia ICOMOS**. Porto Alegre: SAB, 1995.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LA SALVIA, F. A Arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 5., 1983, Santa Rosa. **Anais...** Santa

Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Centro de Estudos Missionários, 1983b.

\_\_\_\_\_. São Lourenço Mártir: algumas idéias para uma pesquisa arqueológica. **Revista Ciências e Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 3, p. 67-75, ago. 1983a.

\_\_\_\_\_. **Evidenciação, interpretação e ambientação dos remanescentes das antigas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, 1982.

NOGUEIRA, C. R. D.; BURKHARD, D. Políticas Públicas de Turismo para o Desenvolvimento Local/Regional das Missões Jesuítico-Guarani. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, v. 2, n. 2, p. 1-32, 2. Sem. 2008.

NOWATZKI, C. H. (Org.). **O sítio arqueológico de São Miguel das Missões: uma análise sob o ponto de vista da geologia**. São Paulo: All Print, 2004.

\_\_\_\_\_. A Geologia Arqueológica na Unisinos. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 5, n. 75, 2007.



# CAPÍTULO 8

## COMUNICANDO A ARQUEOLOGIA: DISCUTINDO O PAPEL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq08>

*Glória Tega*  
*Flávio Calippo*  
*Marcia Bezerra*

## SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

A preocupação em divulgar o conhecimento produzido no âmbito das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil vem aumentando. Cada vez mais vemos os esforços de estudantes, profissionais, movimentos sociais, coletivos, empresas e instituições para ocuparem um espaço nas mídias digitais, desenvolvendo *blogs*, páginas no *facebook*, no *twitter*, em *sites*, entre outros. Tal esforço e tal preocupação se constituem, principalmente, em ações que procuram atender, na maior parte dos casos, às demandas do seu promotor (emissor) ou dos grupos a que estão ligados. Em mídias sociais, por exemplo, por mais elaboradas que sejam, a maior parte das publicações atendem a um único sentido – do emissor ao receptor –, não levando em consideração, por vezes, as possibilidades de integração e o que a métrica de redes sociais pode dizer sobre o processo de comunicação.

Neste capítulo, discutiremos outra forma de utilizar os meios de comunicação digital. Um formato que, mais do que realizar a divulgação para a sociedade em geral ou entre os pares, procura estabelecer uma relação de troca entre as/os arqueólogas/os e suas/seus interlocutoras/es. Concluímos que o investimento na área de comunicação de uma sociedade científica contribui para: 1) o fornecimento de parâmetros que colaborem para as tomadas de decisão por parte dos gestores das sociedades; 2) a consolidação do capital simbólico e político das sociedades perante outras instituições; e 3) a construção de outra imagem da disciplina. Para isso, tomamos como base os dados resultantes das ações de comunicação interna e externa adotadas durante duas gestões da Sociedade de Arqueologia Brasileira (daqui em diante referida como SAB), uma delas ainda em exercício.

### A internet e a nova era da comunicação

Com a internet, os papéis entre emissores e receptores das mensagens se confundem e são comumente trocados. O receptor deixou de ser passivo no processo de comunicação na medida que seleciona e também gera conteúdos (TERRA, 2006). A comunicação digital é poderosa e inovadora, pois integra as pessoas, é mais que uma tecnologia, “[...] é um meio de comunicação, de integração e de organização social.” (CASTELLS, 1999, p. 255).

Para Terra (2006, p. 27), a *web* é uma mídia, pois “[...] interpõe emissores e receptores, servindo de canal para a transmissão de mensagens.”, sendo o grande diferencial desse canal justamente essa capacidade interativa e também instantânea. Na *web*, tempo e espaço deixam de existir, “[...] a distância física e o tempo são elásticos e por isso a comunicação neste ambiente é policrônica e multidirecional.” (TERRA, 2010, p. 128).

Desse modo, as entidades têm que se adaptar, deixando de, simplesmente, emitir informações para gerar mensagens, dar chance de estabelecer relacionamentos com públicos (TERRA, 2010), usando essas interações comunicacionais como termômetro para ações institucionais. “As redes interativas de computadores estão crescendo, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e sendo moldadas por ela.” (CASTELLS, 1999, p. 25).

Dentro desse cenário é que as redes sociais estão inseridas. Nelas, as entidades buscam se relacionar com seus públicos, transmitir informações, entender a sua percepção em relação ao público, engajar, entre outros objetivos. Como parte desse processo de integração entre emissores e receptores de informação, a leitura da reação do público das mídias sociais é uma oportunidade para que as “[...] organizações expandam suas audiências e engajamento em seus sites.” (TERRA, 2010, p. 106).

Nesse sentido, quando as organizações aproveitam as oportunidades vindas das interações com seus públicos, acabam ganhando legitimidade e visibilidade (TERRA, 2010, p. 180), pois, na atual conjuntura, não podem ficar restritas ao que se publica sobre elas nos meios de comunicação tradicionais ou sobre o que elas dizem sobre si, pois “[...] a reputação é cada vez mais terceirizada nas percepções que os públicos têm dela e expressam por meio de diversas ferramentas tanto *on* quanto *off-line*” (TERRA, 2010, p. 123).

Assim, monitorar<sup>1</sup> redes sociais foi uma das estratégias escolhidas pela SAB. Monitorar significa verificar e analisar o que as pessoas estão falando sobre um assunto ou uma entidade, sendo crucial para o atendimento pautar ações, suprir demandas e gerar conteúdo. Desse modo, além de detectar desconfortos, o intuito é gerar conteúdo confiável sobre questões relacionadas ao patrimônio arqueológico brasileiro de modo que esse conteúdo se dissemine nas redes sociais. Isso porque, de acordo com Terra (2010), uma pesquisa que questionou consumidores sobre a confiança em determinadas fontes de infor-

<sup>1</sup> A SAB monitora redes sociais, como o *Twitter* e o *Facebook*, quase diariamente.



mação concluiu que esses consumidores “[...] confiam muito mais em pessoas próximas [...]” (TERRA, 2010, p. 92), demonstrando que conteúdos, quando compartilhados entre “amigos” nas redes sociais, são mais persuasivos.

## Comunicação e Divulgação Científica

Muito embora a ciência cada vez mais necessite exercitar sua “face pública”, não é raro constatar que muitos de nós, pesquisadores, ainda somos arredios à divulgação científica, alicerçados na falta de confiança plena no trabalho desenvolvido pelos divulgadores científicos. O fato é que hoje todos nós queremos, e precisamos, divulgar nossas pesquisas, porque, no mínimo, as “[...] pesquisas científicas dependem cada vez mais de verbas públicas e de financiamento privado e, para obtê-las, o contato com a imprensa tornou-se imprescindível.” (BOAS, 2005, p. 37).

Esse panorama atual também tem relação com o fato de vivermos na “era da informação” e, dessa maneira, posturas de “clausura” em laboratórios por parte dos cientistas, de acordo com Boas (2005), são cada vez mais raras já a partir dos anos de 1990, quando equipes de comunicação a serviço de instituições de pesquisas e cursos de divulgação científica começaram a se multiplicar rapidamente, resultando em artigos mais claros, na aproximação da ciência com a sociedade, gerando a demanda por informação científica.

Muito além de ser um processo de “[...] transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada.” (BUENO, 1984, p. 19), a Divulgação Científica é uma “formulação discursiva” (ZAMBONI, 1997, p. 11), por meio da qual uma ação comunicativa parte do discurso científico, moldando seu discurso de acordo com o público-alvo e com os meios de comunicação usados – que podem ser matérias jornalísticas, filmes, livros, peças de teatro, entre outros (DIAS et al., 2013).

Em estudo original (TEGA-CALIPPO, 2012) realizado a partir do jornal “Folha de São Paulo” sobre a maneira como a Arqueologia era retratada nos 935 textos selecionados, entre os anos de 2000 e 2010, constatou-se, quantitativamente, que o número de matérias publicadas no mundo ainda é muito maior que as matérias que retratam as pesquisas realizadas por arqueólogas/os brasileiras/os. Além disso, o número de textos publicados não acompanha,

nem de longe, o crescimento das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil<sup>2</sup>. Nesse mesmo estudo, concluiu-se, ainda, que a inexpressividade de textos sobre o tema pode ser reflexo tanto da falta de interesse das/os arqueólogas/os pela divulgação científica como pelo desconhecimento desse universo por parte da imprensa.

Em outro momento, o estudo realizou a análise qualitativa em 48 textos selecionados de acordo com critérios temáticos específicos, utilizando a teoria da Análise do Discurso de Linha Francesa. A partir dessas conclusões, pode-se dizer que a Arqueologia representada pela imprensa ainda é aquela que “[...] detém a chave para o mistério insolúvel, para a verdade escondida por trás das mais antigas, majestosas e esplêndidas maravilhas do passado.” (CLACK; BRITAIN, 2007, p. 15).

Uma crítica que podemos fazer aos periódicos, por exemplo, relaciona-se ao *National Geographic*, onde o mundo e também a Arqueologia figuram como um universo de exotismo e fascinação imagética. Essas representações não são prerrogativas da Arqueologia. Bezerra (2012) menciona estudos realizados por colegas de outras áreas do conhecimento que resultaram em interpretações muito similares.

Sob essa perspectiva, as expectativas para a realização de ações de divulgação científica na Arqueologia são promissoras. Embora ainda haja muito trabalho por parte das/os arqueólogas/os brasileiras/os para se tornarem fontes, Tega-Calippo (2012) aponta que há esforços da comunidade arqueológica (centros de pesquisa, empresas, etc.) para se promover a difusão dos resultados das pesquisas para a imprensa poder mudar em muito a atual realidade.

<sup>2</sup> As informações contidas aqui foram retiradas da Dissertação intitulada “Arqueologia em notícia: Pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas”, defendida por Tega-Calippo em agosto de 2012, no Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Brasil), sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Bastos Cunha, com financiamento da CAPES. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de comunicação por meio do qual o conhecimento arqueológico é divulgado em reportagens e notícias publicadas no jornal Folha de S. Paulo, usando a teoria da Análise do Discurso de Linha Francesa.

Nesse sentido, a Sociedade de Arqueologia Brasileira<sup>3</sup> conta, desde outubro de 2013, com Assessoria de Imprensa, conduzida por uma jornalista especializada em Divulgação Científica.<sup>4</sup> Com isso, ampliou sua capacidade de comunicação, o alcance de suas mensagens e até a densidade dos conteúdos vinculados, tornando a SAB cada vez mais evidente e importante nas diferentes esferas em que atua.

## A Comunicação da SAB: Ações

Ao buscar uma postura proativa para que, no futuro, a SAB possa se tornar referência de contato quando o assunto é Arqueologia, seja para o público em geral, seja para os jornalistas, diferentes ações estratégicas foram planejadas e algumas estão em processo de execução.

Essas ações podem ser divididas em dois campos: a comunicação interna e a comunicação externa. Com a comunicação interna, o objetivo foi fortalecer o diálogo entre as/os associadas/os e a diretoria da SAB, buscando consolidar a própria sociedade, pois um discurso plural, mas coeso, acaba por atingir e sensibilizar o público externo à SAB.

Dessa maneira, abrir canais de comunicação com as/os associadas/os foi um caminho estudado, discutido, implementado e executado pela própria diretoria da SAB, com auxílio de profissional da comunicação. Esses canais foram ampliados por meio de redes sociais e do informativo semanal, contendo tanto solicitações de divulgação de diversos temas pelas/os associadas/os como a respeito de ações da entidade. Além de veicular informações e notícias, esse tipo de comunicação permite também que os gestores da SAB possam ter

<sup>3</sup> A SAB foi criada durante o Seminário Goiano de Arqueologia, ocorrido em Goiânia em 1980. Seu primeiro congresso foi realizado em 1981, no Rio de Janeiro, nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, que abrigavam o único curso de Bacharelado em Arqueologia do país à época. Ela é uma associação civil de caráter científico, de direito privado e sem fins lucrativos, que “[...] tem por objeto primordial congregar arqueólogos/as e demais especialistas dedicados/as à pesquisa, ensino e disseminação da arqueologia, patrimônio cultural e áreas afins, emanando o pensamento e o ideal coletivo de seus/uas associados/as, viabilizando-os de modo mais justo e perfeito possível.” (SAB, 2013, p. 1). A SAB é composta por profissionais e estudantes da Arqueologia e áreas correlatas, que residem ou exercem suas funções nos mais diversos estados brasileiros, além de associadas/os de outros países. Atualmente, são cerca de 900 associadas/os, com representantes de todos os estados do Brasil, além de colegas estrangeiros. Ver: [www.sabnet.com.br](http://www.sabnet.com.br).

<sup>4</sup> A Assessora de Imprensa da SAB, Gloria Tega, trabalha de forma voluntária desde outubro de 2013.

uma percepção sobre como uma boa parte das/os associadas/os e membros da comunidade arqueológica (que se manifestam nas mídias digitais) recebem as decisões e ações desenvolvidas pela diretoria da SAB. Muitas vezes, os próprios gestores da SAB respondem às colocações feitas pelos internautas ou utilizam os questionamentos apresentados para a elaboração dos comunicados às/aos associadas/os. Desse modo, essas ações de comunicação passam a atuar em fluxos de informações de mão dupla, em que tanto a SAB como o seu público na internet se tornam emissores e receptores.

Além disso, a publicação de notícias e de oportunidades no *site* da SAB foi intensificada, o que pode ser demonstrado com dados. Desde a criação da área de “notícias”<sup>5</sup> no *site*, em 11 de agosto de 2011, até o dia 28 de fevereiro de 2017, foram publicadas 431 notícias. Para efeito comparativo, consideraremos anos completos, ou seja, de 01 de janeiro a 31 de dezembro. Sendo assim, de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, registrou a publicação de 100 notícias, uma média anual de 50. A partir de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016, foram publicadas 305 notícias, com uma média de pouco mais de 100 por ano, o dobro do período anterior aqui mencionado.

Há também no *site* da SAB a sessão “oportunidades”,<sup>6</sup> que traz cursos, chamadas para publicações, eventos, entre outros assuntos. Nessa sessão, também houve um aumento considerável de publicações: de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, foram publicadas 13 oportunidades enquanto que de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 foram 111.

Quando o assunto é a demanda de divulgação de eventos, cursos, entre outros das/os associadas/os, já em 2015, a diretoria sentiu necessidade de discutir na Assembleia Geral de Goiânia o que as/os associadas/os consideravam pertinente ser enviado pela entidade. Assim, desde setembro de 2015, o que a SAB divulga pelos seus meios oficiais é norteado por essa discussão feita em Assembleia<sup>7</sup>.

De outro lado, a Revista da SAB tem sido – desde os anos de 1980 – o principal veículo de divulgação das pesquisas desenvolvidas pela comunidade arqueológica no Brasil. Trata-se de um periódico científico, de acesso gratuito, o

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.sabnet.com.br/informativo/public?TIPO=1>>.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.sabnet.com.br/informativo/public?TIPO=2>>.

<sup>7</sup> Essas regras para divulgação estão disponíveis no *site* da SAB: <[http://www.sabnet.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID\\_INFORMATIVO=392](http://www.sabnet.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=392)>.

qual visa incentivar o debate e a socialização do conhecimento científico sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Com o objetivo de ampliar o acesso à revista em 2015, a Comissão Editorial da SAB<sup>8</sup> coordenou a digitalização dos números antigos da revista, que haviam sido editados apenas na versão impressa. Hoje a Revista de Arqueologia se tornou apenas digital, semestral, sendo que o *site* disponibiliza todos os números, desde o primeiro (publicado em 1983)<sup>9</sup>.

Em relação à comunicação externa da SAB (com jornalistas e público), essa começou a ser implementada em abril de 2014. Tratam-se de ações de divulgação científica que visam estreitar tanto o relacionamento da SAB com o público em geral como com os jornalistas. Para o público, a disponibilização de informações sobre Arqueologia em redes sociais, *sites*, palestras, entre outros, tem sido a estratégia. No entanto, devido à grande carga de trabalho e ao reduzido número de pessoas ativas, esse item está ainda aquém do ideal. Destarte, foi criada uma *Fanpage*<sup>10</sup> da SAB no *Facebook*, um canal no *Youtube* e uma página no *Twitter*<sup>11</sup>. Esses canais permitem não só a interação com o público em geral, mas também com as/os associadas/os. Sobre o *Facebook* trataremos em um item, em separado, mais adiante.

O canal do *YouTube*<sup>12</sup>, entretanto, foi aberto com a intenção de disponibilizar às/aos associadas/os, principalmente, vídeos sobre as atividades da entidade, de modo que, mesmo que a/o associada/o não tenha podido comparecer a determinado evento promovido pela SAB ou que a diretoria tenha participado, ela/ele conseguirá assistir ao conteúdo que foi discutido. O canal foi aberto em setembro de 2014 e até fevereiro de 2017 possuía 67 inscritos e 1242 visualizações. O vídeo mais visualizado foi o comemorativo dos 35 anos da entidade, “SAB: 35 anos<sup>13</sup>” (vídeo estreante no canal), com 792 visualizações.

Esse vídeo foi idealizado na gestão de 2013 a 2015 e buscou contar a história da entidade por meio de depoimentos de seus ex-presidentes e alguns

<sup>8</sup> A Comissão Editorial da gestão 2013-2016 era composta por Cristiana Barreto, Juliana Machado e Eduardo Neves.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://revista.sabnet.com.br/index.php/revista-de-arqueologia/index>>.

<sup>10</sup> As *fanpages* são perfis de empresas no *Facebook* utilizadas por empresas, personalidades, organizações, entre outros, para divulgar o seu trabalho, abordar temas específicos, discutir assuntos, etc.

<sup>11</sup> A SAB entrou no *twitter* em outubro de 2015. A ferramenta tem sido usada, mas de forma ainda incipiente. O endereço da página é @ArqueologiaSab.

<sup>12</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UCpMtEpSzramjpLVF1cCd\\_vw](https://www.youtube.com/channel/UCpMtEpSzramjpLVF1cCd_vw)>.

<sup>13</sup> Disponível em: <[https://youtu.be/YjqbkWo\\_7c0](https://youtu.be/YjqbkWo_7c0)>.

documentos e fotos que trazem um pouco da memória da SAB. O vídeo foi pensado para ser crítico, mas, ao mesmo tempo, agregador. Logo no início apresenta trechos de falas de diversas/os arqueólogas/os que, ao serem editados em sequência, constroem uma definição plural de Arqueologia<sup>14</sup>.

No que diz respeito à imprensa, a distribuição de *releases*<sup>15</sup>, as notas oficiais e os contatos constantes com jornalistas interessados na temática têm sido estratégias que vêm dando resultados. As notas oficiais esclarecem a respeito de matérias com informações equivocadas sobre Arqueologia, divulgadas na imprensa. Além disso, elas têm permitido o relacionamento da entidade com jornalistas que, aos poucos, vêm considerando a SAB como fonte de informação – assim como já ocorreu com os jornais Folha de São Paulo e Correio Braziliense e com a revista Superinteressante. As fontes são entidades, locais ou pessoas que são usualmente procurados por jornalistas que cobrem temas específicos. Os jornalistas procuram determinadas instituições ou profissionais que servem como referências para obterem informações e construírem seu texto. No caso da SAB, por ser a entidade nacional que congrega o maior número de arqueólogas/os do país e por existir há mais de 30 anos, esse papel referencial deveria ser natural, no entanto ele começou seu processo de construção somente nos últimos anos.

Outro ponto crucial nos últimos anos foi o relacionamento da SAB com outras entidades e órgãos oficiais. Desde junho de 2014 a SAB tem se feito presente, quase que mensalmente, no Congresso Nacional, em Brasília, com o intuito de acompanhar projetos de lei que afetam de forma direta o exercício da profissão<sup>16</sup> e a proteção ao patrimônio arqueológico.

Além dela participar de diversos fóruns digitais de discussão nas áreas de ciências humanas e sociais, também se faz representar, na medida do possível, nos eventos de outras sociedades. Esse diálogo tem sido fundamental para a articulação das ações no Congresso Nacional. Uma relação similar àquela que vem sendo estabelecida com o Centro Nacional de Arqueologia – CNA e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em que os ges-

<sup>14</sup> Veja detalhes do vídeo em [http://www.sabnet.com.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=784](http://www.sabnet.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=784).

<sup>15</sup> Texto de divulgação elaborado em linguagem jornalística.

<sup>16</sup> Projeto nº 1119/2015, que trata da regulamentação da profissão de arqueóloga/o, e PEC nº 65/2012, PLS nº 654 e Decreto Legislativo nº 540/2016 que, de maneira geral, alteram o processo de licenciamento ambiental.

tores das instituições dialogam a respeito dos principais problemas na área de Arqueologia, planejam ações técnicas e políticas.

Nesse sentido, a entidade vem atuando massivamente no envio de manifestos, notas e até cartas diretas a parlamentares sobre Projetos de Lei, Projetos de Emendas à Constituição e Decretos Legislativos. Sendo que vem se manifestando sempre que há decisões que afetam o patrimônio arqueológico e as comunidades tradicionais do Brasil.

## A SAB nas Redes Sociais

Como vimos anteriormente, as redes sociais surgem como uma poderosa alternativa aos meios de comunicação tradicionais, pois são locais de interação comunicativa. Para os gestores de comunicação, “[...] detectar novos públicos, analisar, definir os seus perfis, as suas demandas e tendências e se comunicar com eles por meio das mídias disponíveis [...]” (NASSAR, 2004, p. 128) são obrigações.

De outro ponto, os números das redes sociais são bastante atrativos. De acordo com a *ComScore*, empresa que monitora redes sociais, na internet, o brasileiro gasta mais horas navegando em redes sociais, sendo o *Facebook* o líder da categoria redes sociais, alcançando 89,4% do total<sup>17</sup> (COMSCORE, 2014). A *Socialbakers*, outra plataforma de análise de mídia social, que monitora “[...] mais de 8 milhões de perfis sociais todos os dias [...]”, afirma que o *Facebook* possui mais de um bilhão de usuários ativos diários.<sup>18</sup>

Com essa possibilidade de audiência, a SAB lançou sua *fanpage* em 24 de junho de 2014, com a publicação “Ajude-nos a contar os 35 anos de história da SAB!”, que pedia o envio de documentos e fotos para o vídeo comemorativo de 35 anos da entidade, o qual seria lançado no ano seguinte. Desde então, o número de fãs<sup>19</sup> da página vem subindo semana a semana, como demonstra o gráfico a seguir:

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.comscore.com/por/Imprensa-e-eventos/Apresentacoes-e-documentos/2014/The-State-of-Social-Media-in-Brazil-and-the-Metrics-that-Really-Matter>>.

<sup>18</sup> Veja em: <<http://www.socialbakers.com/statistics/facebook>>.

<sup>19</sup> Fãs de uma página no *Facebook* são pessoas que “curtiram” essa página e acompanham suas publicações.

**Gráfico 1** – Total de curtidas na página do *Facebook* da SAB

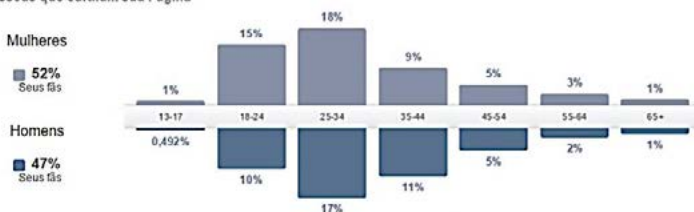


Fonte: Facebook da SAB.

Até o final de fevereiro de 2017, o número total de curtidas da página da SAB era de 4.646, com faixa etária predominante entre 18 e 34 anos, sendo que a tendência de haver um pouco mais (5%) de mulheres fãs do que homens segue os dados gerais para o *Facebook* no Brasil (COMSCORE, 2014). O Brasil abriga a maior parte do público, 4.108 pessoas, mas destaca-se ainda a presença de um expressivo público em Portugal, Peru e Espanha. Quanto às cidades, o público mais numeroso concentra-se em São Paulo, seguido por Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Belém. Quanto à língua falada pelos fãs, predomina, como esperado, o português, como demonstra o gráfico a seguir.

**Gráfico 2** - Tipo de Público da *Fanpage* da SAB

As pessoas que curtiram sua Página



País	Seus fãs	Cidade	Seus fãs	Idioma	Seus fãs
Brasil	4.108	São Paulo, SP	422	Português (Brasil)	3.916
Portugal	110	Rio de Janeiro, RJ	390	Espanhol	199
Peru	74	Belo Horizonte, MG	162	Português (Portugal)	182
Espanha	72	Porto Alegre, Rio Gran...	136	Inglês (EUA)	117
México	45	Belém, PA	113	Espanhol (Espanha)	96
Argentina	33	Colônia, GO	98	Inglês (Reino Unido)	65

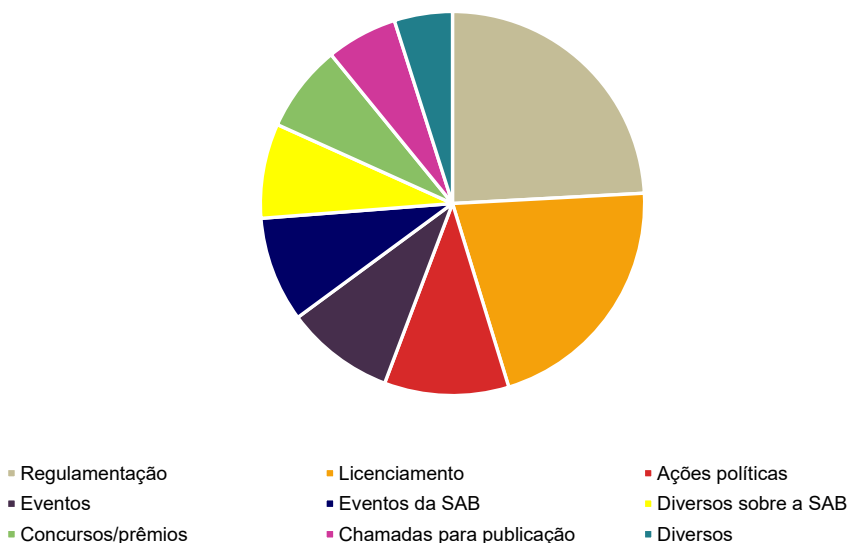
Fonte: Facebook da SAB.



Quanto às postagens, até 28 de fevereiro de 2017, foram feitas 294 publicações. Nesse histórico, podemos destacar publicações que tiveram índices de audiências maiores que a média.<sup>20</sup> De maneira geral, publicações que tratavam de assuntos relativos à regulamentação da profissão de arqueólogo/a, ao processo de licenciamento ambiental, a ações políticas da SAB e a eventos tiveram alcances bastante representativos. Alcance da publicação é o número de pessoas que a viram, incluindo pessoas que a visualizam em computador ou celular.<sup>21</sup> Veja a seguir o gráfico:

**Gráfico 3** - Alcance das publicações separadas por assunto no *Facebook* da SAB, de 24/06/2014 a 28/02/2017

### Alcance das Publicações



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

O alcance das publicações mostrado no gráfico acima foi relativo ao proporcional de publicações, ou seja, as publicações foram agrupadas por tema; em seguida, o número do alcance de cada uma delas foi somado e, posteriormente, dividido pelo número de publicações por assunto, pois temas como

<sup>20</sup> Dados de acesso à *Fanpage* podem, inclusive, pautar horários para publicações, apontando quando os fãs mais acessam a página, ajudando, então, a aumentar a audiência.

<sup>21</sup> Fonte disponível em: <<https://www.facebook.com/help/336143376466063/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

“eventos” tiveram um número maior de publicações, mas um menor número proporcional de alcance.

A partir desses números, podemos traçar paralelos entre temas das publicações e público da página da SAB. O Gráfico 2 mostrou que o público é concentrado em jovens de 18 a 34 anos, os temas mais populares têm relação justamente com a regulamentação da profissão, o licenciamento ambiental e as ações políticas, que podem ser diretamente relacionados a profissionais ativos no mercado de trabalho e, portanto, preocupados com seu futuro. Por ações políticas entendemos um conjunto de publicações que desempenharam um papel de um posicionamento político em relação aos temas em tela.

Os anos de 2014 e, sobretudo, de 2015 e 2016 foram anos em que vimos o patrimônio arqueológico e cultural e os direitos das comunidades tradicionais ameaçados por diversas investidas de parlamentares e grupos ligados ao agronegócio e à construção civil. A SAB, assim como outras entidades de classe e organizações não governamentais, viu-se no papel político de mobilizar e também pressionar para que retrocessos não fossem implementados no país. Essas ações da SAB ocorreram por meio de cartas, manifestos, reuniões presenciais em Brasília, participação em audiências públicas e, inclusive, por meio da página no *Facebook*.

Outra situação de ação de comunicação no *Facebook* que teve o intuito de causar reflexões e também de divulgar a página da SAB foi em relação ao Dia da/o Arqueóloga/o. Desde 2014, a *Fanpage* da SAB publica algo relativo à comemoração do dia da/o arqueóloga/o, em 26 de julho. Em 2014 e 2016, foram publicados dois memes. “O meme seria uma unidade de informação que passa de um cérebro a outro, por imitação e hereditariedade.” (TERRA, 2010, p. 95). Nesse modelo, o público deixa de ser passivo, “vítima” de uma contaminação, “[...] exerce um papel ativo em ‘espalhar’ conteúdo, ao invés de serem hospedeiros passivos de mídia viral: suas escolhas, seus investimentos, suas ações determinam o que gera valor no novo espaço midiático.” (JENKINS apud TERRA, 2010, p. 95). Esses dois memes tiveram alcances bem altos para a média das publicações da SAB. Veja as figuras 1 e 2 a seguir:

Figura 1 - “Meme” do Dia da/o Arqueóloga/o 2014.



Fonte: SAB (2014).

Figura 2 - “Meme” do Dia da/o Arqueóloga/o 2016.



Fonte: SAB (2016).

O primeiro “meme”<sup>22</sup> teve um alcance total de quase 54 mil. Ele trouxe um texto explicativo anexo sobre o porquê do Dia da/o Arqueóloga/o ser comemorado em 26 de julho<sup>23</sup> e também sobre as comemorações dos 35 anos da SAB, que seriam no ano seguinte.

O segundo “meme” teve um alcance total de mais de 23 mil. Com o tema Igualdade de Gênero, o “meme” propôs uma reflexão sobre posturas em relação às arqueólogas e também trouxe informações sobre esse tema que estão presentes no Código de Ética da SAB<sup>24</sup> – na época, recém-reformulado e aprovado em assembleia.

## Da abertura à comunicação à abertura ao grande público

Partindo do ponto que “[...] a internet funciona nos dias de hoje como uma vitrine virtual de exposição institucional.” (TERRA, 2010, p. 6), a experiência de comunicação desenvolvida pela SAB nos últimos anos vem mostrando que existe um interesse crescente pela Arqueologia e que os meios digitais são um mecanismo importante tanto para a comunicação com as/os associadas/os como, principalmente, com a sociedade em geral. Mais do que uma alternativa para difundir a importância da Arqueologia e, assim, justificar a necessidade do emprego de verbas públicas e privadas, o estabelecimento de uma forma de comunicação e de interação, a partir de um fluxo de informação em que os emissores e os receptores trocam várias vezes de papel, efetivamente amplia o diálogo e fortalece as relações entre os gestores e as/os associadas/os da SAB. Na medida em que podemos perceber os anseios e os posicionamentos das/os associadas/os e da comunidade arqueológica a respeito dos acontecimentos, a SAB pode planejar melhor suas ações e ampliar as formas para equacionar conflitos. De certo modo, permite aos gestores da SAB tomar decisões mais representativas em relação ao que pensam suas/seus associadas/os.

<sup>22</sup> Veja os “memes” na *Fanpage* da SAB: <<https://www.facebook.com/ArqueologiaSAB/>>.

<sup>23</sup> O dia 26 de julho foi escolhido como Dia do Arqueólogo, pois a Lei Federal 3.924 foi sancionada em 26 de julho de 1961. Essa lei garante a proteção aos monumentos arqueológicos ou pré-históricos de quaisquer naturezas existentes no território nacional, colocando-os sob a guarda e proteção do Poder Público, e considerando os danos ao patrimônio arqueológico um crime contra o Patrimônio Nacional. Veja a lei em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm)>.

<sup>24</sup> Veja em: <[http://www.sabnet.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID\\_INFORMATIVO=393](http://www.sabnet.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=393)>.

Sob essa perspectiva de comunicação, tais ações ampliam ainda a própria inserção da Arqueologia no meio jornalístico e, principalmente, político. A veiculação da Arqueologia ou da SAB em veículos especializados ou de grande circulação, aos poucos, torna a instituição uma referência para o tema, ampliando nosso capital simbólico e político em relação a outras instituições e perante o Congresso Nacional.

Ainda que tais ações sejam importantes para a SAB, o principal resultado do fortalecimento da comunicação se reverbera no público. A veiculação de matérias nos principais veículos de comunicação do país, que muitas vezes é consequência da relação constante com os jornalistas (por meio da elaboração de *releases* e do envio de informações para a imprensa), aos poucos vai mudando a compreensão da Arqueologia e do patrimônio arqueológico pelo grande público. A compreensão da Arqueologia como aventura ou exclusivamente ligada a um passado distante e inatingível, aos poucos, vai dando lugar à compreensão de que ela tem um papel fundamental no presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, M. Archaeology as Allegory: the representations of archaeology in children's literature in Brazil. In: SIMANDIRAKI-GRIMSHAW, A.; STEFANOU, E. (Eds.) **From Archaeology to Archaeologies: The 'Other' Past**. Oxford: Archaeopress Publishers of British Archaeological Reports International, 2012, p. 67-76. [Série 2409]

BOAS, S. V. (Org.). **Formação e informação científica**. São Paulo: Ed. Summus, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PDC nº 540/ 2016. Susta a aplicação da Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (Ministério da Cultura). Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2113554> >. Acesso em: 23 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.119, de 14 de abril de 2015. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1203163> >. Acesso em: 23 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 de julho de 1961, retificado em 28 de julho de 1961.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. PEC nº 65/2012. Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109736>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. PL nº 654/2015. Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123372>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

BUENO, W. da C. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. 1984. 364 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLACK, T.; BRITAIN, M. **Archaeology and the Media**. Walnut Creek, California: Left Coast Press, 2007.

COMSCORE. O Cenário das Redes Sociais e Métricas que Realmente Importam. Publicado em 2014. Disponível em: <<http://www.comscore.com/por/Imprensa-e-eventos/Apresentacoes-e-documentos/2014/The-State-of-Social-Media-in-Brazil-and-the-Metrics-that-Really-Matter>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

DIAS, C. D. et al. Divulgando a arqueologia: comunicando o conhecimento para a sociedade. **Cienc. Cult.**, v. 65, n. 2, p. 48-52, 2013. ISSN 2317-6660 [on-line].

NASSAR, P. O uso das novas tecnologias. In: KUNSCH, M. M. K. **Obtendo resultados com relações públicas**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004, p. 125-136.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB. **Estatuto Social da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Aracaju, 29 de agosto de 2013, p. 1. Disponível em: <[http://www.sabnet.com.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=329](http://www.sabnet.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=329)>. Acesso em: 23 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.sabnet.com.br/informativo/public?TIPO=1>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Revista de Arqueologia**. Disponível em: <<http://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/issue/archive>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

TEGA-CALIPPO, G. M. V. **Arqueologia em notícia**: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

TERRA, C. F. **Comunicação Corporativa Digital**: o futuro das Relações Públicas na rede. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Usuário-mídia**: a relação entre a comunicação organizacional e o conteúdo gerado pelo internauta nas mídias sociais. 2010. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ZAMBONI, L. M. S. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. 1997. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.



# CAPÍTULO 9

## A VARIÁVEL ARQUEOLÓGICA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq09>

*Inês Virgínia Prado Soares*

## SUMÁRIO



## INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda a proteção do patrimônio arqueológico afetado por empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental. O ponto de partida da pesquisa é a percepção da fragilidade na tutela jurídica dos bens culturais em processos de licenciamento. A hipótese levantada é a de que essa fragilidade não decorre da ausência de legislação e de normas administrativas, já que esse conjunto normativo, formado pela Constituição, Lei 3.924/61, Portarias e Instruções Normativas do IPHAN, respalda não apenas a proteção dos bens arqueológicos pelo Poder Público, mas também o dever de fiscalização e do exercício do poder de polícia pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Com a edição da Lei Complementar (LC) nº 140/2011 e das normas que regulamentam os procedimentos a serem adotados nos órgãos envolvidos (IPHAN, FUNAI, Fundação Palmares, dentre outros), novas interpretações surgiram, aumentando a relevância dos operadores do direito, dos arqueólogos e do IPHAN para a construção e a aplicação de marcos normativos e jurisprudenciais para o tratamento do patrimônio arqueológico na atuação cooperativa entre os entes federativos.

A Lei Complementar nº 140/2011 não faz qualquer referência à participação do IPHAN ou de outros órgãos responsáveis pela proteção dos bens culturais no curso do procedimento de licenciamento ambiental. Esse silêncio em relação ao patrimônio cultural não pode ser considerado uma falha legal, já que o objetivo da LC nº 140/2011 é estabelecer a competência dos órgãos ambientais para licenciar empreendimentos que impactem o meio ambiente. Tal omissão é motivo de atenção, por ser um claro indicativo da necessidade de aprimoramento constante de normas e instrumentos jurídicos voltados especificamente para a proteção do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental realizado por quaisquer um dos entes federativos – União, Estados ou Municípios.

Para a proteção dos bens arqueológicos, os marcos decorrentes da LC nº 140/2011 são a Portaria Interministerial 60/2015<sup>1</sup>, que normatizou procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA, e a Instrução Normativa IPHAN 001/2015<sup>2</sup>, que estabeleceu procedimentos a serem observados quando o IPHAN for instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal.

Para a abordagem do tema, traremos o regime de proteção do patrimônio arqueológico no cenário jurídico brasileiro, com a análise dos bens arqueológicos no plano constitucional e depois no âmbito infraconstitucional, com destaque para o Poder de Polícia do IPHAN.

Em seguida, trataremos do licenciamento ambiental, com foco na proteção do patrimônio arqueológico, especialmente a partir da atuação do IPHAN e do exercício de seu poder de polícia. Conduziremos a discussão para os desafios (novos ou antigos?) na proteção dos bens arqueológicos após a edição da Lei Complementar nº 140/2011, pela aplicação da IN IPHAN 001/2015.

## 228 **REGIME DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO: BENS ARQUEOLÓGICOS COMO BENS FEDERAIS ACAUTELADOS**

### **Os bens arqueológicos na Constituição**

No art. 225 da Constituição, é estabelecido que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e à sadia qualidade de vida, cabendo à sociedade e ao Poder Público sua defesa e preservação para as gerações presentes e futuras. Os parágrafos desse artigo abordam o bem ambiental como um todo composto de partes imprescindíveis

<sup>1</sup> Essa Portaria foi firmada em 24 de março de 2015, pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, e estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

<sup>2</sup> Essa norma revogou a Portaria IPHAN nº 230/2002, que tinha enorme relevância para a proteção do patrimônio arqueológico afetado por obras e serviços licenciados.

e, ao mesmo tempo, autônomas, que devem ter protegidas suas características essenciais.

O art. 225 da Constituição direciona as condutas do Estado e da sociedade no sentido de compatibilização da ação humana no meio ambiente e valorização da função dos bens ambientais. O Poder Público e a sociedade devem também tutelar autonomamente os bens que integram o macrobem ambiental, já que somente com equilíbrio entre interesses humanos e proteção *per si* do meio ambiente se pode chegar à sadia qualidade de vida. Desse modo, o meio ambiente se apresenta como direito fundamental e a proteção ambiental não é tratada em função do interesse exclusivo do homem (e da geração presente), mas sim em função de outros valores importantes para a manutenção da humanidade na Terra.

No âmbito jurídico, os bens arqueológicos são bens ambientais e bens culturais. Assim sendo, são considerados vestígios arqueológicos todos os indícios da presença ou da atividade humana em um determinado local. Quando esse local está em um contexto que abriga também elementos ecológicos merecedores de proteção, há incidência das normas ambientais para tutela dos sítios e vestígios arqueológicos, que são considerados partes do bem ambiental.

A consideração dos bens arqueológicos como bens ambientais traz uma consequência prática importante que é a utilização da punição prevista nas leis ambientais para o caso de lesão do patrimônio arqueológico. É que as leis ambientais fornecem maior lastro protetivo e repressivo, já que contêm um aparato normativo mais efetivo no que concerne à responsabilização dos que causam danos aos bens ambientais, com a previsão de responsabilidade objetiva no âmbito cível e da responsabilidade penal da pessoa jurídica. Além disso, os princípios ambientais estão consolidados na jurisprudência brasileira, o que facilita a interlocução com o Judiciário nos casos de danos ao patrimônio arqueológico.

A previsão constitucional dos bens ambientais como bens de uso comum do povo e essenciais à sadia qualidade de vida (art. 225) e a conceituação do bem cultural como bem portador de valor de referência ligado à memória, à identidade e à ação da sociedade brasileira (art. 216) fornecem ao bem cultural o traço de bens de interesse público, em um claro afastamento do tratamento desses bens como estritamente ligados ao regime de direito público ou ao regime de direito privado.

Dito de outro modo, os bens culturais arqueológicos e pré-históricos têm um interesse público qualificado. Essa afirmação decorre da consideração desses bens como bens da União em indicação expressa no texto constitucional (art. 20, X). Com isso, a discussão acerca da função social da propriedade e dos modos de compartilhamento de bem arqueológico, paleontológico e cultural, que esteja em suporte físico privado ou que tenha sido descoberto ou resgatado por instituições privadas, deve partir sempre da consideração do bem cultural como bem público afetado ou bem público acautelado. Ou seja: além da dominialidade pública do bem (arqueológico, paleontológico, cultural subaquático, entre outros), existe também sua afetação ao cumprimento do interesse público.

O traço de interesse público dos bens que integram o patrimônio cultural brasileiro está principalmente ligado ao momento de sua fruição pela comunidade. Por isso o bem cultural é objeto de tutela jurídica que comporta dois enfoques: o da dominialidade e o da fruição. A dominialidade se pauta no uso e gozo da propriedade de acordo com as normas e está direcionada pelo princípio da função social da propriedade. No que tange à fruição, cabe ao Estado, por ser o titular da situação jurídica do bem público (RODRIGUES, 2002) garantir o acesso aos bens e possibilitar a fruição em uma perspectiva coletiva.

Na Constituição de 1988, o patrimônio arqueológico é mencionado expressamente como patrimônio cultural brasileiro, na apresentação do rol exemplificativo dos bens que o compõem (art. 216 e inc. V), além de o art. 20, inciso X estabelecer que os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União, independentemente da sua localização em propriedade pública de outros entes federativos ou em propriedade privada. Mais do que uma alusão expressa à dominialidade da União, o dispositivo da Constituição indica que o tratamento dos bens arqueológicos e pré-históricos deve ser sempre como bens de interesse público.

Pelo traço de interesse público, o acesso e a fruição aos bens arqueológicos pela comunidade devem ser garantidos pelo Poder Público – União, Estados e Municípios. Desse traço inerente de bens de interesse público, presente no patrimônio arqueológico, decorre também outra característica relevante à sua proteção: ser um bem acautelado por determinação constitucional, isto é, sem necessidade de normas infralegais ou instrumentos administrativos (como tombamento, por exemplo) que declarem tal característica.

Essa afirmação é reforçada quando o art. 20, inciso X da Constituição é lido em conjunto com os artigos constitucionais 215 (*caput*) e 216 (*caput*, incisos IV e V, e § 1º), que tratam os bens arqueológicos como bens portadores da memória e da representação do espírito humano, que precisam ser geridos e tutelados pela União.

Na dicção constitucional, a defesa dos bens culturais não cabe somente ao Poder Público. Além da previsão do art. 225 *caput* da Constituição, que indica o dever da comunidade de defender o meio ambiente e todos os seus elementos (entre os quais se incluem os bens culturais), também é estabelecida a colaboração da comunidade na tutela do patrimônio cultural brasileiro, por meio da utilização de instrumentos nominados e inominados (art. 216, § 1º da Constituição).

A Constituição também estabelece que para essa proteção os entes federativos devem, no exercício de sua competência comum, impedir a evasão, a destruição e a descaracterização dos sítios ou dos artefatos de valor histórico, arqueológico e cultural (art. 23, inc. IV), bem como proporcionar os meios de acesso à educação e à ciência que sejam revertidos em conhecimento na matéria arqueológica (art. 23, inc. V). Assim, embora sejam considerados bens públicos federais, os bens arqueológicos devem ser protegidos por todos os entes federativos, já que há determinação constitucional de que o Poder Público (da União, dos Estados e dos Municípios) deve atuar na sua proteção, proporcionando à sociedade o acesso aos mesmos (art. 23, inc. III).

A competência legislativa concorrente está prevista no art. 24 da Constituição. Nesse artigo, fica fixada a prevalência da União na edição de normas gerais. Portanto, no que tange aos bens culturais, cabe aos Estados e ao Distrito Federal suplementarem a legislação federal (art. 24, § 2º) com a finalidade de tutelar os bens culturais, materiais ou imateriais, que se revelem relevantes para a memória, identidade ou ação da comunidade que habita a região. Os Municípios, por força dos incs. I e II do art. 30 da Constituição, podem legislar para suplementarem as normas federal e estadual que versem sobre bens culturais, com o objetivo de atenderem aos interesses culturais locais.

No que tange ao patrimônio arqueológico, os atos normativos gerais sobre esses bens são de competência da União. Nesse sentido, a Lei 3.924/61 estabelece as normas gerais que podem ser complementadas pelos Estados e Distrito Federal no que for cabível. Porém, vale ressaltar que as regras que es-

tabelecem as atuações relativas ao controle e à gestão desses bens (poder de polícia e de fiscalização do órgão federal) não podem ser suprimidas no âmbito da legislação concorrente. Ou seja: cabe sempre à União, na prática ao IPHAN (autarquia federal), o controle e a gestão dos bens arqueológicos.

Podemos afirmar que em uma interpretação dos dispositivos da Constituição, os traços mais importantes e específicos sobre patrimônio arqueológico são: a) a propriedade pública federal do bem arqueológico; b) a gestão exclusiva dos bens arqueológicos por órgão público federal designado em lei (atualmente esse órgão é o IPHAN), o qual detém o poder de polícia; c) o acautelamento decorrente diretamente da Constituição, sem a necessidade da submissão dos bens arqueológicos a um instrumento protetivo específico (como o tombamento, o registro etc.), o que lhe confere o traço de bem público acautelado; e d) a previsão de responsabilidade civil, administrativa e penal para o causador de dano ao patrimônio arqueológico.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal também é no mesmo sentido do resumo que fizemos no parágrafo anterior. O STF decidiu que todos os entes federativos devem proteger e guardar sítios e bens culturais assim como têm o dever de se responsabilizar pelos mesmos. A posição do STF é que não cabe a exclusividade no exercício dessa tarefa e as funções devem ser compartilhadas entre União, Estados e Municípios. Na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI nº 2544-9), a Suprema Corte aceitou a argumentação de que o dispositivo de lei estadual que imputava apenas aos municípios a proteção, guarda e responsabilidade pelos bens arqueológicos seria inconstitucional (BRASIL, 2006).

Na ementa da ADI em comento, fica destacado o entendimento de que a inclusão de determinada função administrativa no âmbito da competência comum não impõe que cada tarefa compreendida no seu domínio, por menos expressiva que seja, tenha que ser objeto de ações simultâneas das três entidades federativas. Assim, mesmo a previsão do parágrafo único do art. 23 da CF de lei complementar que fixe normas de cooperação (ver sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos na Lei 3.924/61), não abrange o poder de a União ou de os Estados se demitirem dos encargos constitucionais de proteção dos bens de valor arqueológico.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> O acórdão foi proferido em 28 de junho de 2006 e julgou procedente a ADI (ADI 2544/RS. Relator Ministro Sepúlveda Pertence).

Em outra Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, a ADI 3525 (BRASIL, 2007), a situação trazida ao Supremo é de uma Lei Estadual<sup>4</sup> que estabelece como patrimônio científico cultural do Estado os sítios arqueológicos e paleontológicos localizados em seus municípios. A discussão acerca da possibilidade de a lei declarar tais bens culturais como propriedade estadual novamente vem à tona com argumentos semelhantes aos utilizados na ADI 2544-9, a qual foi alegada como precedente no julgamento (BRASIL, 2006).

No voto do Ministro Relator Gilmar Mendes na ADI 3525, fica clara a distinção entre o dever comum dos entes da federação de zelar pelo patrimônio arqueológico e paleontológico e da propriedade exclusiva desses patrimônios pela União. Um breve trecho do voto do Ministro Carlos Ayres Britto, destacado no *site*, na notícia do STF acerca desse julgamento, transmite a ideia central de que:

A Constituição distingue a propriedade dos sítios arqueológicos do cuidado, da preservação. Há um condomínio federativo no plano desse cuidado. Mas há um monopólio de propriedade [sobre os sítios arqueológicos]. Só a União efetivamente é proprietária. (BRASIL, 2007, n.p., *on-line*. Acréscimos nossos).<sup>5</sup>

Em suma, a posição do STF foi consolidada no sentido de que: a) os bens arqueológicos, paleontológicos ou espeleológicos são bens materiais integrantes do patrimônio cultural brasileiro e de propriedade da União (art. 20, incisos IX e X da CF); b) extrapola à competência concorrente do Estado a consideração legal de que os bens arqueológicos, paleontológicos ou espeleológicos integram o patrimônio cultural estadual (ADI 3525); c) os bens arqueológicos, paleontológicos ou espeleológicos devem ser tutelados por todos os entes federativos, sem que essa tarefa os sobrecarregue desproporcionalmente (ADI 2544-9); e d) os bens arqueológicos, paleontológicos ou espeleológicos são propriedade da União.

<sup>4</sup> ADI relatada pelo Ministro Gilmar Mendes, que questionava a constitucionalidade da Lei Estadual nº 7.782/2002, do Mato Grosso (MATO GROSSO, 2002).

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=71011>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

## Bens arqueológicos, Lei 3.924/61 e poder de polícia do IPHAN

Os bens arqueológicos representam a projeção do espírito do homem e o seu exercício cotidiano da vida na realidade em que se encontraram. No âmbito jurídico, como já dito, são bens culturais em essência, expressões de memória e história da humanidade, por isso são incorporados à dominialidade pública federal e incluídos, por força constitucional, sob a proteção do Poder Público (SILVA, 2001).

No caso dos bens culturais arqueológicos, a Lei 3.924/61 é a matriz do sistema protetivo em nosso país. Essa lei deu um tratamento autônomo ao patrimônio arqueológico nacional e estabeleceu restrições e parâmetros para atividades econômicas que, de algum modo, possibilitassem a mutilação ou a destruição desses bens. Embora a proteção do patrimônio arqueológico tenha raiz constitucional, e da Constituição decorra sua característica de bem acautelado federal, são as normas infraconstitucionais que fornecem o aparato legal para o funcionamento do sistema de proteção desse patrimônio cultural.

Esse sistema, composto pela Lei 3.924/61 e por normas administrativas produzidas pelo IPHAN e pelo Ministério da Cultura, é integrado, também, por subsistemas que tratam de outros bens culturais (com destaque para o Decreto-Lei 25/37) e dos bens ambientais (destaque para a Lei 6.938/81 e Lei 9.605/98 – Lei de crimes ambientais), de acordo com as especificidades e pertinências temáticas.

O artigo 2º da Lei 3.924/61 relaciona bens que constituem monumentos arqueológicos ou pré-históricos. Ela também admite que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos enumerados não encerram a relação dos bens protegidos, já que há nomenclaturas abertas nas alíneas *a* (permite juízo da autoridade competente) e *c* (traz o termo “interesse arqueológico”, que comporta vários significados).

Na Lei 3.924/61, a característica de bem de interesse público é indicada ao patrimônio arqueológico no primeiro artigo. A finalidade dos bens, nos termos dessa lei, justifica a sua proteção e sua valoração. A exploração econômica também sofre as limitações em decorrência da finalidade pública, de interesse público cravado nos bens arqueológicos e pré-históricos (art. 3º). O patrimônio ainda não descoberto ou mesmo ainda não registrado é considerado, para todos os efeitos, bem da União (art. 7º). Nos arts. 17 e seguintes, que



versam sobre as descobertas fortuitas, fica novamente claro o traço de bem federal de interesse público.

O art. 1.230 do Código Civil também dispõe que a propriedade do solo não abrange os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais. O § 1º do art. 1.228 do Código Civil estabelece que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as finalidades econômicas e sociais, de modo que sejam preservados, em conformidade com o estabelecido em lei especial, o patrimônio histórico e artístico. Nesse sentido, declara que a União é titular dos direitos (reais ou pessoais) sobre o patrimônio arqueológico. Assim, os bens arqueológicos são bens de interesse público, sendo a sua tutela supra individual e intermediada por uma pessoa jurídica de direito público (atualmente pelo IPHAN, autarquia federal com atribuições para gestão desses bens).

Por serem de interesse público, os artigos 4º e 5º da Lei nº 3.924/61 deixam claro o poder fiscalizatório e o poder de polícia do IPHAN em relação aos bens arqueológicos:

Art. 4º Toda pessoa, natural ou jurídica que, na data da publicação desta lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros), o exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência.

Art. 5º Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

Art. 6º As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4º e registradas na forma do artigo 27 desta lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas. (BRASIL, 1961, n.p., *on-line*).

Em atenção ao art. 5º supracitado, os artigos 62, 63 e 64 da Lei nº 9.605/98 (Lei de crimes ambientais) estabelecem as penas para destruição, inutilização ou deterioração dos bens culturais e são aplicáveis, logicamente, aos bens arqueológicos. Vale lembrar também que a Lei de crimes ambientais traz a sessão “Dos Crimes contra a Administração Ambiental”, que estabelece penas para o funcionário público, as quais se aplicam à participação dos funcionários no IPHAN nas autorizações e permissões de pesquisas arqueológicas, bem como nos licenciamentos ambientais. Alguns dos tipos penais se aplicam também aos arqueólogos responsáveis pelas pesquisas, inclusive os contratados pelo empreendedor, já que esses profissionais representam no licenciamento ambiental uma *longa manus* do IPHAN:

Art. 66. Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental;

Art. 67. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público;

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental;

Art. 69. Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais;

Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão [...] (BRASIL, 1998, n.p., *on-line*).

Os arts. 8º e seguintes (Capítulos II e III) da Lei nº 3.294/61 tratam da competência do IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, e do Ministério da Cultura para as questões administrativas e procedimentais para a realização de escavações e pesquisas, inclusive as realizadas por particulares, bem como da dominialidade dos bens arqueológicos. É interessante lembrar o teor do art. 16 da lei em comento, que destaca que nenhum órgão

da administração federal, dos Estados ou dos Municípios poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas sem prévia comunicação ao IPHAN, para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas, mesmo nos casos em que a União delegue, a qualquer unidade da Federação, atribuições estabelecidas na Lei 3.924/61 (art. 28).

Ou seja: nos termos da Lei 3.924/61, não há exceções para a realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas sem prévia comunicação ao IPHAN. Isso significa, no âmbito jurídico, que esse órgão detém o poder de polícia na matéria arqueológica e que nenhuma atividade arqueológica pode começar sem o aval do IPHAN (mais especificamente do Centro Nacional de Arqueologia – CNA). Nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello, a Polícia Administrativa pode ser conceituada como:

[...] a atividade da Administração Pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e a propriedade dos indivíduos, mediante ação, ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercivamente aos particulares um dever de abstenção (*non facere*) a fim de conformar-lhes os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo. (MELLO, 2006, p. 221).

A discussão sobre a afetação dos bens arqueológicos ao interesse público, sobre sua natureza de bens acautelados federais e sobre a exclusividade do IPHAN no exercício de poder de polícia administrativa tem repercussão direta e imediata na fiscalização/licenciamento pelo Poder Público de empreendimentos e atividades que causam impactos ambientais. É o que veremos no tópico a seguir.

## PODER DE POLÍCIA DO IPHAN EM LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS

## O IPHAN e sua posição na Política Nacional de Meio Ambiente

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo viabilizador do controle ou da restrição dos efeitos danosos da atividade ou do empreendimento em um processo decisório que exige a produção de dados, informações e estudos, além de envolver a sociedade desde a opção pela obra ou serviço (ANTUNES, 2002). Nas palavras de Talden Farias:

O licenciamento ambiental tem como objetivo efetuar o controle das atividades efetiva e potencialmente poluidoras, através de um conjunto de procedimentos a serem determinados pelo órgão ambiental competente, com o intuito de defender o equilíbrio do meio ambiente e a qualidade de vida da coletividade. Essa busca pelo controle ambiental se manifesta através de uma série de exigências e de procedimentos administrativos que o Poder Público impõe, visto que existem normas e padrões de qualidade ambiental que devem ser obedecidos. (FARIAS, 2015, p. 28).

238

A Constituição não trata expressamente do licenciamento ambiental (nem deveria, vale ressaltar), mas fornece os princípios e valores necessários para o enfrentamento da matéria no plano administrativo. No entanto, há dispositivo constitucional que estabelece o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (art. 225, § 1º, inc. IV), reafirmando a importância do EIA/RIMA, instrumento já considerado importante no início da década de 1980, quando da edição da Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, doravante LPNMA).

Ao longo das três últimas décadas, a postura do Poder Público, dos empreendedores e da sociedade no tratamento do patrimônio cultural foi modificada com a obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e da contemplação, neste, dos estudos sobre os bens culturais impactados. Ao mesmo tempo, a reafirmação, no texto constitucional, da necessidade de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (art. 225, § 1º, inc. IV) e da punição, na forma da lei, aos danos e ameaças ao patrimônio cultural (art. 216, § 4º) fortalece e atualiza o teor da LPNMA, especialmente de seus instrumentos.

Para viabilizar essa proteção e esclarecer o modo de proceder do empreendedor, a Resolução CONAMA nº 01/86, em seu artigo 6º, indica que o

estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando: [...] c) o meio socioeconômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. (BRASIL, 1986, n.p.).

239 Complementando a previsão acima, aplicável o art. 11 da Resolução CONAMA nº 237/97, que dispõe que o exame técnico se baseará em estudos realizados por profissionais legalmente habilitados, que se darão às expensas do empreendedor. Uma decorrência do citado art. 11 é que quando os profissionais habilitados forem da área de patrimônio arqueológico, devem submeter o projeto de pesquisa ao IPHAN, mesmo que o licenciamento se dê no plano estadual ou municipal. Esse é o posicionamento do Tribunal de Contas da União desde 2007, quando realizou auditoria para verificação da tutela do patrimônio arqueológico pelo IPHAN.

Na oportunidade do julgamento do relatório da mencionada auditoria, o Tribunal de Contas da União (TCU) também determinou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), na condição de entidade executora do SISNAMA, comunicar aos órgãos ambientais estaduais e municipais acerca da necessidade de submeter os EIA/RIMA à análise do IPHAN, quando da descoberta da existência de sítios arqueológicos na região afetada pelo empreendimento examinado, com base nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CONAMA 237/97, sob pena de o IBAMA ter de realizar o licenciamento ambiental, em caráter supletivo, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 6.938/81 (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007).

A obrigatoriedade de contemplação da vertente cultural na análise da viabilidade do empreendimento encontra esteio na concepção legal de que o bem ambiental é composto por bens ecológicos e culturais (art. 3º da Lei 6.938/81) e na construção doutrinária do bem ambiental como “macrobem”,

ou seja, um bem incorpóreo e imaterial (MORATO LEITE, 2000). Nas lições de Marcos Paulo Souza Miranda:

Tendo em vista que o patrimônio cultural integra o conceito amplo de meio ambiente, obviamente que todos os impactos sobre os bens culturais materiais (tais como cavernas, sítios arqueológicos e paleontológicos, prédios históricos, conjuntos urbanos, monumentos paisagísticos e geológicos) e imateriais (tais como os modos de viver, de fazer e se expressar tradicionais, os lugares e referenciais de memória) devem ser devidamente avaliados para se averiguar a viabilidade do empreendimento e para se propor as correspondentes medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias. Em razão disso, podemos afirmar que o processo de licenciamento ambiental é um instrumento de acautelamento e de proteção também do patrimônio cultural [...]. (MIRANDA, 2012, p. 20).

A possibilidade da presença de bens arqueológicos exigiu, principalmente, o relacionamento das partes do procedimento de licenciamento – empreendedor e órgão licenciador – com o IPHAN, órgão gestor, e com poder de polícia sobre os bens arqueológicos. Para isso, foi editada a Portaria IPHAN 007/88, que estabeleceu os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos. Essa Portaria permanece em vigor naquilo que é compatível com a Instrução Normativa 01/2015 (praticamente todo seu texto está em vigor). Atualmente, as autorizações são feitas pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e os pedidos são pertinentes para pesquisas a cargo das instituições científicas do setor público federal. No caso das permissões, o requerente é o setor privado.

O artigo 5º dessa Portaria IPHAN 007/88 exige que os pedidos de permissão e autorização sejam dirigidos ao IPHAN e venham acompanhados de uma série de informações. Ainda na Portaria, fica ressalvado que “[...] os projetos que não apresentarem garantia quanto à sua execução e quanto à guarda do material recolhido”<sup>6</sup> serão liminarmente rejeitados e que a decisão do IPHAN sobre o pedido de pesquisas arqueológicas levará em consideração os critérios de valorização do sítio arqueológico e de todos os elementos que nele se encon-

<sup>6</sup> Parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria IPHAN 007/88.

trem, assim como as alternativas de aproveitamento máximo do seu potencial científico, cultural e educacional.<sup>7</sup> Há também a exigência de comprovação de que as informações científicas estão sendo divulgadas para fins de renovação das permissões e autorizações.<sup>8</sup>

Assim, na Arqueologia, desde a exigência da Resolução CONAMA 001/86, passando pelas Portaria IPHAN 07/88 e 230/02, há um aumento significativo no número de emissão de Portarias pelo IPHAN para o que hoje se denomina Arqueologia de Contrato, centrada na Avaliação Ambiental de Projetos (CALDARELLI; SANTOS, 2000). Com a edição da Portaria IPHAN 230, em 2002, que inseriu a imprescindibilidade das pesquisas de arqueologia preventiva, estabelecendo procedimentos necessários para a obtenção das licenças ambientais (Licenças Prévia – LP, de Instalação – LI e de Operação – LO) no curso do procedimento de licenciamento, os pedidos de pesquisa arqueológica cresceram demasiadamente: de 201 (em 2002) para 1454 (em 2013), um aumento de 723% em onze anos.

Como se nota, a submissão dos empreendedores ao licenciamento ambiental exigiu mudanças na postura dos atores públicos e privados em relação aos bens impactados pela obra ou serviço. E para deixar mais claras as atribuições administrativas dos entes federativos na proteção do meio ambiente e dos bens culturais (art. 23 da Constituição) foi editada a Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer uma de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

O licenciamento (e revisão) de atividades efetivas, ou potencialmente poluidoras (arts. 9º, inc. IV, e 10 da LPNMA), está detalhado na Lei Complementar 140/2011 e nas Resoluções CONAMA, com destaque para as Resoluções 001/86 e 237/97.

Embora a Lei Complementar tenha trazido novidades para o tema do Licenciamento Ambiental, especialmente na fixação de competências materiais dos entes federativos, a regulamentação desse procedimento administrativo ainda se pauta na LPNMA e nas Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97, as quais

<sup>7</sup> Parágrafo único do artigo 6º da Portaria IPHAN 007/88.

<sup>8</sup> Parágrafo único do artigo 7º da Portaria IPHAN 007/88.

permanecem em vigor naquilo que forem compatíveis com a Lei Complementar 140/2011. Desse modo, questões como prazos e outras regras para o cumprimento das obrigações em cada fase do licenciamento estão válidas e servem de norte para o Poder Público, os empreendedores e também para o controle social, pelo Ministério Público ou entidades da sociedade civil.

Para mencionar um exemplo do afirmado, o art. 19 da Resolução CONAMA 237/97 arrola como fundamentos da suspensão ou do cancelamento da licença expedida a violação ou a inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes e superveniência de graves riscos para a saúde e para o meio ambiente. Esse tema não é normatizado pela LC 140/2011, porque foge da finalidade da lei, que é fixar as competências dos entes federativos para proteção do meio ambiente. Assim, recorre-se à normatização feita pelo CONAMA.

O licenciamento ambiental é definido pela Resolução CONAMA 237/97 como um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente verifica a localização, a instalação, a ampliação e a operação de obras ou atividade utilizadoras de recursos ambientais que potencial ou efetivamente causem degradação ambiental. A Lei Complementar 140/2011, reiterando a concepção anterior prevista na LPNMA e na Resolução CONAMA 237/97, define licenciamento ambiental como um procedimento destinado a “[...] atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental” (art. 2º, I).

Além disso, a LC 140/2011 também estabelece a competência dos órgãos ambientais para licenciar as atividades e regulamentar os aspectos de licenciamento ambiental mencionados na Política Nacional do Meio Ambiente. O art. 10, *caput*, da LPNMA, alterado pela LC 140/2011, prevê que o licenciamento das atividades que causem, de qualquer forma, degradação ambiental dependerá de prévio licenciamento em órgão competente. Nos termos do art. 17-L, da Lei 6.938/81, as ações de licenciamento são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Como explica Talden Farias:

Isso significa que o mecanismo é realizado no âmbito federal pelo IBAMA, no estadual pelos órgãos ou entidades da Administração Pública estadual direta e indireta, responsáveis



pelo controle ambiental e no âmbito municipal pelos órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades potencial ou efetivamente poluidoras. Logo, o mesmo só pode ser feito pelos órgãos que fazem parte do SISNAMA, de maneira que estes se submetam a todos os regulamentos editados legalmente pelo CONAMA. (FARIAS, 2015, p. 41).

Portanto, o órgão licenciador é um órgão ambiental integrante do SISNAMA, que deve seguir a legislação ambiental e as normas do CONAMA. Esse ponto merece atenção, já que a alteração da redação do art. 10 da LPNMA foi para deixar clara a previsão de que o sistema de licenciamento ambiental é único e deve ser centralizado perante um dos órgãos executores do Sistema Nacional de Meio Ambiente (art. 13), com a previsão expressa de que a manifestação dos órgãos ambientais das outras esferas federativas não vincula o órgão ambiental licenciador (art. 13, § 1º).

A previsão de manifestação não vinculativa tem gerado muitos debates. Trataremos desse assunto logo em seguida, mas desde já vale deixar claro que a posição adotada neste capítulo é no sentido de que a manifestação dos órgãos intervenientes, como o IPHAN, vincula o órgão licenciador, sem que isso afete a unicidade do procedimento.

## **Poder de Polícia, Licenciamento ambiental e IN IPHAN 001/2015**

Após a edição da Lei Complementar 140/2011, foram editadas a Portaria Interministerial 419/2011, substituída pela Portaria Interministerial 60/2015, bem como a Instrução Normativa IPHAN 001/2015. Em relação aos bens arqueológicos, essa IN 001/2015 revogou a Portaria IPHAN 230/2002, que estabelecia os procedimentos necessários para a obtenção das licenças ambientais no curso do procedimento de licenciamento.

A IN 001/2015 gerou inúmeras controvérsias e críticas, ainda quando seu texto era minuta, e, entre 2013/2014, foi motivo de um documento amplamente circulado na internet, intitulado “O fim da Arqueologia Preventiva”, de autoria do jurista e Promotor de Justiça de Minas Gerais, Dr. Marcos Paulo Souza Miranda, que teve atenção de juristas, arqueólogos, do Ministério Público e do

próprio IPHAN, o qual publicou uma Carta de Esclarecimento rebatendo ponto a ponto as afirmações do texto de Marcos Paulo.

Ainda em 2014, em outubro, o Ministério Público Federal promoveu uma Audiência Pública, intitulada “Patrimônio Cultural no Licenciamento Ambiental”, que foi realizada na Procuradoria da República no Rio de Janeiro e contou com a participação dos atores mais importantes nessa discussão<sup>9</sup>. Dentre as tantas preocupações levantadas durante a Audiência, vale trazer a fala da dedicada Procuradora da República Zani Tobias de Souza, por levantar questões fundamentais na proteção dos bens arqueológicos no cotidiano da atuação do Ministério Público Federal:

Para o licenciamento funcionar, deve-se ter acesso ao saber o que é um bem acautelado e onde há um sítio arqueológico. Hoje os dados estão completamente defasados. Outra grande preocupação do Ministério Público é a dissociação das etapas da arqueologia. Não ficou clara essa associação das etapas da arqueologia com as do licenciamento ambiental, principalmente com a questão da licença prévia que avalia se há viabilidade no empreendimento. Quando o IPHAN não deixa claro quando ele atuará no licenciamento, dando abertura para atuar só no momento de instalação, ele perde o *timing* do licenciamento ambiental. Seja porque não determina a conservação *in situ*, seja porque não determina alternativa locacional, ou porque há alguma obra. (BRASIL, 2014, n.p. Grifos no original).

Em 2015, com poucas alterações em relação à minuta, a IN 001/2015 do IPHAN foi publicada. Em relação aos bens arqueológicos, a norma tem pontos positivos, especialmente no que tange à educação patrimonial, à tentativa de lançar luzes na organização da gestão de sítios e acervos, à atenção para as reservas técnicas e coleções, à menção expressa à participação do IPHAN no licenciamento que exija pesquisa em ambiente subaquático (art. 4º) e à sua competência para se manifestar nesses casos (de patrimônio cultural subaquático), na valorização da diretriz da conservação *in situ* dos bens arqueológicos (com destaque para art. 28, inc. II), dentre outros pontos.

<sup>9</sup> A gravação dessa audiência pública está disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/eventos/audiencia-publica/patrimonio-cultural-no-processo-de-licenciamento-ambiental/DEGRAVACAO13102014AUDIENCIAPUBLICA.pdf>>.

Além desse suporte normativo para passos mais largos na Arqueologia, o IPHAN, em muitos dispositivos, afirma seu papel de autoridade gestora competente e com poder de polícia sobre o patrimônio arqueológico, podendo descartar o interesse arqueológico ou cultural do bem ou do sítio impactado pelo empreendimento ou autorizar as pesquisas arqueológicas oferecendo, se necessário, as condicionantes para a próxima etapa do procedimento de licenciamento. Além disso, o IPHAN também tem procurado oferecer as informações de maneira clara e didática para os empreendedores, inclusive disponibilizando uma representação do fluxo do procedimento depois da IN 001/2015. Esse guia está disponível na rede mundial de computadores, no *link* [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Fluxo\\_da\\_IN\\_01\\_15-Site\\_do\\_IPHAN-20-07-2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Fluxo_da_IN_01_15-Site_do_IPHAN-20-07-2015.pdf).

Um exemplo do poder de polícia do IPHAN e do traço vinculante de sua manifestação fica destacado no art. 30 da IN em comento:

Art. 30. O IPHAN emitirá sua manifestação conclusiva, podendo:

I - recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento, sob aspecto dos bens acautelados em âmbito federal; e

II - apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, sob a óptica dos bens acautelados em âmbito federal, indicando, quando viável, as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

Parágrafo único. As medidas mitigadoras, compensatórias, programas ou condicionantes previstas na manifestação conclusiva deverão integrar o Plano Básico Ambiental – PBA ou documento equivalente e ser observadas na próxima etapa do licenciamento ambiental. (BRASIL, 2015b, p. 11).

Novamente, nos artigos 36 e 37 da IN 001/2015, o IPHAN assume seu papel de gestor dos bens arqueológicos, afastando a intermediação do órgão licenciador e indicando o relacionamento direto da autarquia com o empreendedor, realçando que a manifestação do IPHAN é vinculativa. Vejamos:

Art. 36. A manifestação conclusiva do IPHAN, necessária à instalação do empreendimento de Nível III e IV, resultará da aná-

lise da consolidação do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados quando couber, e da aprovação do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.

§ 1º A manifestação a que se refere o *caput* será de no máximo sessenta dias a contar da data de recebimento da solicitação do órgão licenciador.

§ 2º A solicitação de complementações, se houver, se dará em uma única vez e será encaminhada ao Responsável Técnico e ao Empreendedor, que deverão respondê-la no prazo máximo de trinta dias.

§ 3º O não atendimento da solicitação de complementação no prazo estabelecido, sem a devida justificativa, que deverá estar fundamentada tecnicamente, **acarretará no indeferimento e arquivamento do processo, com a publicação do respectivo ato administrativo no DOU e comunicação ao órgão ambiental licenciador.**

§ 4º A contagem do prazo previsto no § 1º deste artigo será suspensa durante o transcurso do prazo previsto no § 2º deste artigo.

§ 5º O órgão ambiental licenciador competente deve ser comunicado da suspensão de prazo referida no § 4º deste artigo.

Art. 37. O IPHAN emitirá sua manifestação conclusiva, podendo:

I - **recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento** sob o aspecto dos bens acautelados em âmbito federal; e

II - **apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento**, sob aspecto dos bens acautelados em âmbito federal, indicando, quando viável, as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

Parágrafo único. A manifestação se dará com base na apreciação de relatórios parciais e mencionará claramente a que trecho ou área do empreendimento se refere. (BRASIL, 2015b, p. 13-14. Grifos nossos).

Os dispositivos supracitados, que reforçam que a manifestação do IPHAN vincula o empreendedor, estão em perfeita sintonia com a LC 140/2011. Na busca de agilização e compatibilização das manifestações vinculantes, emiti-

das por outros órgãos, os § 1º e § 2º do art. 14 da LC explicitam o art. 14 *caput* (Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento), estabelecendo que “[...] as exigências de complementação oriundas da análise do empreendimento ou atividade devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos novos.” (§ 1º do art. 14), e que se essas exigências forem de complementação, devem se referir a informações, documentos ou estudos que o empreendedor precisa apresentar para a continuidade do licenciamento (conforme teor do § 2º do art. 14).

Em relação aos pontos positivos, vale trazer os comentários otimistas sobre a IN 001/2015, de MONTALVÃO e GONÇALVES (2016, p. 32):

O cumprimento dessa Instrução posiciona o IPHAN na coordenação do processo de preservação do Patrimônio, como agente contribuinte no desenvolvimento socioeconômico do país, indo ao encontro da missão institucional do órgão. Para sua implantação efetiva o IPHAN deve se organizar para atender aos desafios gerados como a manutenção e a atualização dos bancos de dados, formação de corpo técnico qualificado, cumprimento dos prazos e alinhamento dos procedimentos internos. Em maio de 2016 o IPHAN lançou as Portarias 195, 196 e 197 que versam sobre a movimentação de bens em território nacional, o cadastro para bens arqueológicos móveis, e solicitação de remessa de material arqueológico para análise no exterior. A Ordem de Serviço 02, de 20 de maio de 2016, fornece ainda um formulário para a fiscalização de instituições de Guarda e Pesquisa. Essas novas ferramentas reforçam o compromisso do IPHAN em modificar o cenário atual e fazer valer as mudanças previstas na Instrução Normativa.

Não trataremos da regulamentação e fiscalização da Guarda e Pesquisa do material arqueológico nem da valorização da educação patrimonial pela IN 001/2015, já que a abordagem do texto se foca na Arqueologia Preventiva e na participação qualificada do IPHAN nos licenciamentos ambientais.

Sem perder de vista que a IN 001/2015 oferece a possibilidade de melhor organização do IPHAN para gestão dos bens arqueológicos e para sua par-

tipificação qualificada nos procedimentos de licenciamento, não se pode deixar de notar que essa norma também tem pontos de fragilidade em seu texto, facilmente perceptíveis quando atentamos para: a) a insistente posição de inércia do IPHAN, que deve ser provocado pelo órgão licenciador em todas as fases do licenciamento ambiental (artigos 1º, 3º, 9º, 12º, 31º e 38º); b) a previsão que delimitou a participação do IPHAN a partir da existência de bens apenas na Área de Influência Direta – AID do empreendimento; c) a omissão normativa sobre a vinculação das manifestações do IPHAN às fases do licenciamento; d) a adoção do “monitoramento arqueológico” para empreendimentos de pequeno e médio porte (Níveis I e II) e o consequente afastamento da arqueologia preventiva; e e) a liberação de quaisquer estudos sobre os bens arqueológicos para o licenciamento de empreendimentos em áreas degradadas, contaminadas, eletrificadas ou de alto risco (art. 60).

Voltaremos aos pontos frágeis apontados acima no último tópico deste capítulo. Por ora, vale destacar duas ações civis públicas propostas pelo MPF exatamente para corrigir os pontos falhos indicados acima.

Em relação à dispensa de estudos em áreas degradadas, contaminadas etc., prevista no art. 60 da IN 001/2015, houve questionamento judicial pelo Grupo de Trabalho Patrimônio Cultural vinculado à Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal (MPF). O trecho da notícia sobre a ação civil pública proposta em fevereiro de 2016 contra o art. 60 resume o objeto da demanda judicial:

O MPF alerta que o dispositivo “é desastroso”, já que o IPHAN contraria a Constituição ao deixar de exigir os estudos. O procurador da República Jaime Mitropoulos, que assina a ação, exemplifica que se um empreendimento quiser se estabelecer em trecho do centro antigo da cidade do Rio de Janeiro, com valor histórico e cultural, mas que, atualmente, encontra-se degradado pelo tempo, pela sociedade ou pelo Poder Público não seria esse motivo suficiente para deixar de exigir do empreendedor a apresentação de estudo. Para o MPF, as circunstâncias apontadas pelo artigo 60 não afastam os “deveres de guarda e vigilância permanente confiados ao poder público”.

Na ação, o MPF pede que o Iphan seja obrigado a exigir os estudos e indique o conteúdo mínimo para realização dos levan-

tamentos para avaliar o impacto do empreendimento sobre os bens culturais acautelados ou em processo de acautelamento também nas hipóteses de áreas degradadas, contaminadas, eletrificadas ou de alto risco. (BRASIL, 2016b, n.p., *on-line*).

Como se nota, por esse dispositivo, as áreas com potencial arqueológico que não tenham georreferenciamento ou mesmo que sejam desconhecidas do IPHAN ficariam totalmente desprotegidas.

Em fevereiro de 2017, outra ação civil pública foi proposta pelo MPF questionando outro dispositivo da IN 001/2015 do IPHAN. Agora a discussão judicial é sobre a dispensa de estudos arqueológicos prévios para os empreendimentos de nível II (art. 16). Como noticiado no *site* da Procuradoria da República do Rio de Janeiro:

Para o procurador da República Renato de Freitas Souza Machado, autor da ação, o licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente: “a manifestação do Instituto é imprescindível para que um empreendimento ou atividade em processo de licenciamento não venha a impactar ou destruir os bens culturais considerados patrimônio dos brasileiros”, afirma o procurador. Entretanto, o Iphan restringiu de modo desproporcional e inadequado o âmbito de proteção dos bens culturais sob sua guarda ao editar o Art. 16 da IN 001/2015. Ao ser analisado o teor do artigo, constata-se que não há mais previsão de diagnóstico e prospecção, em virtude do empreendimento estar classificado como nível II. Assim, conclui-se que tal norma desconsidera o princípio da prevenção, uma vez que não há efetiva participação do Iphan na fase de licença prévia quanto à verificação da viabilidade do empreendimento, inclusive indicando eventual necessidade de conservação *in situ* e modificação do projeto, quanto à alternativa locacional[...]. (BRASIL, 2017, n.p., *on-line*).

Nos tópicos anteriores deste capítulo, já se tratou da ilegalidade da dispensa de estudos prévios e do dever do IPHAN em exigí-los. Voltaremos ao

assunto, mas é importante destacar que a omissão do exercício do poder de polícia pelo IPHAN, como previsto atualmente no art. 16 da IN em comento, pode acarretar danos irreversíveis, já que essa omissão possibilita que as obras sejam iniciadas sem que haja a produção de informações acerca da existência de sítio arqueológico no local.

## **Enfim, o que muda na proteção dos bens arqueológicos com a Lei Complementar 140/2011?**

De acordo com a abordagem feita até agora, a resposta é que nada muda com a edição da Lei Complementar 140/2011. A manifestação da autarquia federal é imprescindível e vincula o órgão ambiental licenciador, seja ele da União, dos Estados ou dos Municípios.

Como o tema ainda é novo, para se chegar à conclusão de que a posição do IPHAN vincula o licenciador quando há possibilidade de lesão a bens arqueológicos, partimos de argumentos já apresentados neste capítulo, bem como da compreensão do sentido da LC 140/2011 e das interpretações doutrinárias e jurisprudenciais em casos que guardam alguma semelhança com o debate suscitado.

Primeiro, a LC 140/2011 não trata da competência material dos entes federativos na tutela dos bens culturais. E o dispositivo que tem gerado essas dúvidas (e ou entendimentos equivocados), ao deixar clara a unicidade do licenciamento ambiental, faz referência expressa à *manifestação dos órgãos ambientais* das outras esferas federativas. Ou seja, o art. 13, § 1º, prevê a contribuição voluntária (e não vinculante) em matéria ambiental de outros entes federativos que não o responsável pela condução do procedimento de licenciamento.

Essa previsão sobre a manifestação não vinculativa (art. 13, § 1º) não alcança os órgãos públicos intervenientes do licenciamento que não integram o SISNAMA, como é o caso do IPHAN, da FUNAI, da Fundação Palmares, dentre outros. Além disso, a certeza da afirmação não encontra amparo unânime na doutrina. Muito pelo contrário: há posições exatamente no sentido oposto, o que gerará, nos casos concretos, prejuízos e atrasos no licenciamento, inclusive com a judicialização.



Por isso, o melhor seria que a dúvida gerada pelo texto do art. 13, § 1º, fosse esclarecida o quanto antes<sup>10</sup>, nem que fosse para dizer o que nos parece óbvio: que o órgão que detém o poder de polícia deve ter sua posição acatada pelo órgão licenciador e pelo empreendedor. Aliás, esse foi o entendimento da Procuradoria Geral da República (PGR), em parecer exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5180), cujo relator é o Ministro Dias Toffoli (BRASIL, 2015c), contra o artigo 36, parágrafo 3º, da Lei Federal 9.985/2000 (Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). O artigo questionado exige autorização do gestor das unidades de conservação no licenciamento ambiental de qualquer empreendimento que afete a área relativa à unidade de conservação (UC) ou a sua zona de amortecimento<sup>11</sup>. Nas palavras de Rodrigo Janot, Procurador Geral da República, no parecer encartado à ADI:

Exigência de prévia autorização do gestor de unidade de conservação é inerente à competência decorrente da administração da unidade de conservação instituída, assim como tantas outras atribuições conferidas pela Lei 9.985/2000 à chefia de unidades de conservação. Considerando que a área objeto de proteção está submetida a regime especial de administração destinado à sua preservação, nada mais lógico e razoável do que exigir prévia autorização do órgão gestor para empreendimentos de significativo impacto ambiental, que possam degradar o território protegido pela unidade de conservação.

Nesse sentido, não cabe falar em exigência de lei complementar para regulamentar a matéria. Não ocorre violação ao art. 23, parágrafo único, da Constituição da República, pois a autorização do órgão responsável pela gestão da unidade de conservação consubstancia o ato de poder de polícia preventivo decor-

<sup>10</sup> Como destaca Talden Farias: “Existe uma lacuna, que é a falta de disciplinamento do momento e da forma dessa participação [dos órgãos intervenientes]. Com efeito, até hoje não se sabe ao certo se a manifestação dos órgãos públicos interessados será antes, durante ou após a finalização do estudo ambiental, nem se deverá ocorrer um convite ou edital de convocação específico ou se a simples publicação do requerimento da licença será o suficiente. Como as interpretações têm resultado em insegurança jurídica, em virtude das divergências entre os órgãos interessados, é preciso regulamentar tais procedimentos por meio de decreto.” (FARIAS, 2016. Comentários nossos).

<sup>11</sup> Ação pendente de julgamento. O acompanhamento pode ser feito em <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=5180&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipo-Julgamento=M>>.

rente do próprio regime especial de administração previsto no art. 225, § 1º, III, da CR.

Dessa forma, não se trata de hipótese de ato de cooperação em matéria de Direito Ambiental, a demandar lei complementar. (BRASIL, 2015c, p. 12-13).

Não se pode prever como será o julgamento dessa ADI 5180 (BRASIL, 2015c) e se a posição do Ministério Público Federal será acatada pelo Supremo Tribunal Federal. Mas o argumento de que a autorização do responsável pela Unidade de Conservação é um exercício de poder de polícia preventivo cabe como uma luva para a posição do IPHAN nos licenciamentos ambientais.

Na audiência pública realizada em 2014 pelo Ministério Público Federal acerca da proteção dos bens culturais no licenciamento, o representante do IBAMA foi questionado sobre como o tema da vinculação ou não à manifestação do IPHAN era tratado nos licenciamentos da União. Sua resposta foi:

Em primeiro lugar, não temos *expertise técnica para fazermos uma análise diferenciada* da que é apresentada pelo IPHAN. Não temos dentro do IBAMA. Podemos mediar uma espécie de contestação apresentada pelo empreendedor, medidas apresentadas pelo IPHAN das quais não se concorda. Fazemos mais esse papel de mediação. Tanto na área do IPHAN quanto nas nossas áreas, como de impacto na biodiversidade e meio físico, é um processo de diálogo técnico. Então poderíamos montar uma discussão com as propostas apresentadas pelo empreendedor e rejeitadas pelo IPHAN ou vice-versa. Caberia tal discussão. Na parte mais jurídica não seria vinculante, mas tecnicamente tem consistência, você precisa desconstruir aquele raciocínio que motivou e estabeleceu a condicionante. Não temos histórico de nenhuma medida apresentada pelo IPHAN que seja objeto deste processo de discussão. Em tese é assim, mas na prática não estamos fazendo a discussão do que seriam as medidas definidas pelo IPHAN. (BRASIL, 2014, n.p., *on-line*).

A mediação pelo órgão ambiental licenciador pode ser uma medida conciliatória e de certo modo acelera o procedimento, mas pressupõe a reso-

lução sem conflito, o que nem sempre acontece. No caso do não atendimento, prevalece o poder de polícia do IPHAN. Com a regulamentação da participação do IPHAN no licenciamento, pela IN 001/2015 (posterior, portanto, à resposta supratranscrita do IBAMA na audiência pública), nota-se que a comunicação do IPHAN com o empreendedor não tem intermediação do órgão ambiental. Os artigos 36, § 2º e § 5º e 37 da IN confirmam essa tratativa direta.

## **Depois da IN 001/2015: novos ou antigos desafios na proteção dos bens arqueológicos no licenciamento ambiental?**

Ressaltamos, em discussão anterior, que ao lado dos pontos favoráveis da IN IPHAN 001/2015 para a proteção dos bens arqueológicos no licenciamento ambiental há uma fragilidade em algumas construções dessa norma.

O primeiro ponto ao qual lançamos luzes é a posição de inércia do IPHAN, que em vários dispositivos repete que a autarquia deve esperar a provocação do órgão licenciador para se manifestar (artigos 1º, 3º, 9º, 12º, 31º e 38º). Essa “apatia” merece ser vista com ressalvas, já que há uma linha muito tênue entre a omissão e a espera de provocação. Aliás, por que esperar a provocação quando se sabe que a área tem potencial arqueológico? Por que esperar a provocação quando há relatos históricos de que se pode encontrar sítios arqueológicos no local do empreendimento? Por que a inércia do IPHAN, se o órgão licenciador não tem elementos mínimos (como, por exemplo, um georreferenciamento da área) para provocar o IPHAN a se manifestar sobre o patrimônio arqueológico? Essas questões são antigas, de modo algum surgem com a edição da IN 001/2015, e poderiam ter sido melhor tratadas. A “inércia normatizada” em vários dispositivos parece mais uma resposta para a falta de recursos humanos e financeiros do IPHAN do que propriamente uma escolha jurídica.

A liberação de pesquisas em áreas degradadas, contaminadas, etc. do art. 60 da IN, já objeto de questionamento judicial em ação civil pública proposta em fevereiro de 2016 pelo MPF e em tramitação na Justiça Federal do Rio de Janeiro, parece seguir a mesma linha da previsão de inércia. Os prejuízos de seguir à risca tais dispositivos são evidentes. Por exemplo, áreas degradadas, como a área portuária do Rio de Janeiro, que nos últimos dez anos tem tido melhorias e sido reurbanizada e que, com a concepção do Porto Maravilha, estaria

liberada da apresentação de estudos arqueológicos nos termos do art. 60 da IN 001/2015. Além disso, segundo a Instrução em comento, o IPHAN deveria se manter inerte à espera da provocação do órgão licenciador.

O exemplo é exagerado, já que o sítio do Cais do Valongo, localizado nessa área portuária, pelo seu gritante valor histórico e elevado potencial arqueológico, não poderia passar despercebido pelo IPHAN. Não poderia e não passou: a autarquia exerceu seu poder de polícia e cumpriu seu papel de gestor nesse caso. Em 2010, vigorava a Portaria IPHAN 230/02 para os casos de licenciamento. Como relatado no documento que encaminha à UNESCO a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial, o IPHAN tomou a iniciativa de solicitar à prefeitura do Rio de Janeiro a realização de pesquisa arqueológica:

Nesse sentido, em 2010, quando a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro iniciou as intervenções urbanas necessárias à implantação do Projeto Porto Maravilha naquela praça, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão gestor do patrimônio arqueológico no Brasil, baseado na legislação vigente de preservação do patrimônio arqueológico, solicitou à Prefeitura a realização de projeto de pesquisa arqueológica, uma vez que somente através da Arqueologia seria possível dimensionar o grau de conservação dos vestígios que porventura restaram do Cais do Valongo em função dos potenciais danos causados pelo crescimento urbano ou por outros agentes, que derivaram no encobrimento do Cais e da trágica história ligada a ele. À época, já era de conhecimento, tanto dos gestores públicos quanto dos pesquisadores, o elevado potencial arqueológico da área. Além de ser uma área estratégica de convívio e interação social entre a população negra cativa e liberta, era também a área de chegada e comercialização do enorme contingente de africanos escravizados, o que se confirmou durante as escavações preventivas levadas a efeito pela equipe da Professora Tania Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ. (BRASIL, 2016a, n.p., *on-line*).

Ao mesmo tempo, como relatado pela gestora de licenciamento do INEA, órgão municipal do Rio de Janeiro, na Audiência Pública intitulada

da “Patrimônio Cultural no Licenciamento Ambiental”, realizada em 2014 na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, o IPHAN deveria ter condições de fazer o georreferenciamento de áreas com potencial arqueológico para melhor trabalho do órgão licenciador. A experiência da gestora do INEA, compartilhada na Audiência, está baseada na Portaria IPHAN 230/02:

Foi conduzido um estudo de impacto ambiental e solicitou-se a participação do IPHAN. Encontrou-se sítios arqueológicos na área de Duque de Caxias. A partir daí o IPHAN estendeu sua influência naquela região. Descobriu-se um areal com um sítio naquela atividade, há muito tempo estamos tentando junto do IPHAN averiguar a possibilidade de um georreferenciamento das áreas com mais provável incidência de sítios arqueológicos. Desculpem, não estou tão a par da questão arqueológica. Mas sempre disseram para nós que este era um processo em andamento e sem retorno. Pela sua apresentação acredito que isto está mais desenvolvido, e acho que devíamos nos preocupar mais com estes detalhes. **Só para se ter uma ideia de como se faz esse nosso licenciamento, georreferenciamos a área, lançamo-la no nosso BDE e aí levantamos todas as unidades de conservação das quais temos registro, estaduais, federais e municipais.** As últimas são um pouco mais difíceis de conseguirmos, mas temos algumas. Identificamos a necessidade de se ouvir um gestor de uma unidade de conservação. Se já estivesse georreferenciado e identificado, saberíamos que teríamos que ouvir o IPHAN, mas sabemos que esta questão da grandeza da atividade não importa muito. (BRASIL, 2014, n.p., *on-line*. Grifos nossos).

Notamos, portanto, que os antigos desafios continuam. A IN 001/2015 não superou essa dificuldade, que demanda uma melhor estruturação e organização do IPHAN, como destacou a Subprocuradora-Geral Sandra Cureau na mencionada Audiência Pública:

Todo bem arqueológico é federal e deve ser objeto de proteção do IPHAN independentemente da esfera em que se dê licencia-

mento. Diversos procedimentos da função normativa, esta que vamos hoje debater com vocês, preenchimento adequado da FCA e adequações previstas no TRE, dependem do bom funcionamento de um sistema automatizado de cadastro de sítios arqueológicos digital e de fácil acesso. Tal ferramenta é anunciada pelo CMA há tempos e nunca foi implementada. Ao contrário, nem o resultado das pesquisas de 5% das portarias acadêmicas é incorporado ao banco de dados. Não achamos possível que a Instrução Normativa seja aplicada antes do pleno funcionamento e atualização destes cadastros. Do mesmo modo ressaltamos que, considerando a lei de acesso à informação, Lei 12527/2011, que garante a divulgação de informação de interesse coletivo e geral, estes dados deveriam estar disponíveis não apenas para os arqueólogos e demais profissionais envolvidos no licenciamento ambiental, mas integralmente para a sociedade como um todo. (BRASIL, 2014, n.p., *on-line*).

A previsão que delimitou a participação do IPHAN a partir da existência de bens apenas na Área de Influência Direta – AID do empreendimento é uma afronta às normas ambientais, aos princípios ambientais consagrados, como os princípios da prevenção e da precaução, bem como aos ditames da Lei 3.924/61. A pesquisa na Área de Influência Indireta está prevista pelo CONAMA e visa conferir a proteção adequada aos bens afetados. E a IN IPHAN poderia ter deixado uma “porta aberta” para que, em empreendimentos de níveis III e IV e em certas situações devidamente justificadas, a autarquia pudesse exigir a pesquisa na Área de Influência Indireta.

A omissão da IN 001/2015 (BRASIL, 2015b) sobre a vinculação das manifestações do IPHAN às fases do licenciamento pode causar prejuízo e demora para o empreendedor, já que a harmonização entre exigências de pesquisas arqueológicas e exigências ambientais agiliza o procedimento, evita maiores gastos para o empreendedor, bem como problemas com o Judiciário, inclusive com a imputação de crimes pela lesão ao bem arqueológico.

Se forem fortes os indícios de que se o local escolhido para a obra tem potencial arqueológico, o ideal é que a participação do IPHAN seja exigida pelo órgão ambiental licenciador, desde o momento do estabelecimento das diretrizes para a elaboração dos estudos (TR). No mais, há sempre a possibilidade

de alternativa locacional, ou seja, do empreendimento não se realizar no local previamente indicado, pela necessidade de preservação *in situ* do patrimônio arqueológico.

Aliás, vale lembrar que um dos pontos altos da Instrução é exatamente a valorização da diretriz da conservação *in situ* dos bens arqueológicos. E o descompasso entre as licenças ambientais e as exigências do IPHAN pode levar, na prática, a medidas de urgência para proteção tardia dos sítios culturais.

No que tange ao patrimônio arqueológico, os estudos podem ficar extremamente comprometidos quando não são feitos no momento do EIA e antes da concessão das licenças. Por isso, cabe exigir estudos arqueológicos inclusive para a adoção de outras providências, principalmente no que tange a restrições e limitações do exercício de direitos em razão das características do sítio.

A fragilidade apontada acima guarda estreita relação com a adoção do “monitoramento arqueológico” para empreendimentos de pequeno e médio porte (níveis I e II, conforme definidos na IN em comento). A adoção do monitoramento arqueológico transfere para os arqueólogos uma atribuição que é estatal, flexibilizando a previsão do art. 3º da Lei 3.924/61, que proíbe o aproveitamento econômico ou qualquer tipo de destruição do patrimônio arqueológico sem a realização de pesquisas prévias.

A “flexibilização” não é cabível por norma infralegal. Muito menos é possível considerar que uma Instrução Normativa revogou os termos legais (art. 3º da Lei 3.924/61). Por isso, o art. 16 da IN, que dispensa os estudos prévios para empreendimentos de nível II, foi questionado judicialmente em ação civil pública proposta em fevereiro de 2017 pelo MPF e em tramitação na Justiça Federal do Rio de Janeiro. O MPF pede a nulidade desse dispositivo, bem como a determinação judicial para conferir aos empreendimentos de nível II o mesmo regime aplicável aos empreendimentos de nível III.

Como vimos exaustivamente, cabe ao IPHAN o exercício do Poder de Polícia. Esse poder não está sendo delegado ou transferido para os profissionais que assinam o termo nem para os empreendedores, porque a IN 001/2015 não tem força normativa para tanto. O que acontece, nessas situações, além da ilegalidade pela ausência de exigência de apresentação dos projetos de pesquisa, é a inscrição de forma clara, na Instrução, da responsabilidade administrativa, civil e criminal do arqueólogo, que pode ser considerado funcionário público (do IPHAN), por equiparação, para fins de punição.

Essa afirmação tem respaldo no fato de que a responsabilidade civil do empreendedor e do arqueólogo contratado é objetiva (MACHADO, 2006; SOARES, 2007). Há também a responsabilidade penal do empreendedor e do arqueólogo (por crime ambiental, nos termos do art. 3º combinado com o art. 63, ambos da Lei 9.605/98). A obrigação de proteção de todos os bens atingidos pelo empreendimento persiste, mesmo que os órgãos ambientais e intervenientes (como o IPHAN) tenham sido omissos ou, ainda, porque seus servidores tenham agido com dolo ou com negligência, imprudência ou imperícia. Além de *expert* contratado pelo empreendedor, o arqueólogo também é um funcionário público (por equiparação do IPHAN), que responderá por eventuais ilícitos administrativos, civis e penais e será punido como servidor público.

Encerro este texto realçando a importância de continuarmos refletindo sobre as melhores formas de ajuste administrativo da IN pelo IPHAN para evitar riscos e danos aos bens arqueológicos impactados por obras e serviços que se submetam ao licenciamento ambiental. Acredito na viabilidade do diálogo e na possibilidade de mudanças nos pontos falhos dessa Instrução, seja pela própria administração, seja pelo Judiciário. Isso não importa tanto. O que é mais relevante é que as correções aconteçam com maior brevidade possível, sem a necessidade de constatações de perdas irreversíveis ao patrimônio arqueológico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 06 de dezembro de 1937.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 de julho de 1961, retificado em 28 de julho de 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá



outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 02 de setembro de 1981.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 de fevereiro de 1998, retificado em 17 de dezembro de 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 de julho de 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 de março de 2015b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**: Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Prefeitura do Rio de Janeiro/IPHAN, 2016a. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais\\_do\\_Valongo\\_versao\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf). Acesso em: 22 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 de dezembro de 2011, retificado em 12 de dezembro de 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011. Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que

trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 de outubro de 2011a. Seção 1, n. 280, p. 81.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 de março de 2015a. Seção 1, n. 57, p. 71.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Audiência Pública: Patrimônio Cultural no Licenciamento Ambiental**. Degração realizada na Procuradoria da República, no Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/eventos/audiencia-publica/patrimonio-cultural-no-processo-de-licenciamento-ambiental/DEGRAVACAO13102014AUDIENCIAPUBLICA.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **MPF ajuíza ações civis para garantir proteção de bens culturais em licenciamento ambiental**. Publicada em 17 de fevereiro de 2016b. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-ajuiza-acoes-civis-para-garantir-protecao-de-bens-culturais-em-licenciamento-ambiental>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **MPF/RJ move ação contra Iphan por restringir proteção de bens culturais sob sua guarda e dispensar estudos prévios necessários**. Publicada em 30 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-move-acao-contrai-phan-por-restringir-protecao-de-bens-culturais-sob-sua-guarda-e-dispensar-estudos-previos-necessarios>>. Acesso em: 05 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Parecer nº 125.788/2015-AsJConst/SAJ/PGR. **Ação direta de inconstitucionalidade 5.180/DF**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina. Interessados: Presidente da República e Congresso Nacional. Brasília, 30 de junho de 2015c.

\_\_\_\_\_. Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 de fevereiro de 1986.

\_\_\_\_\_. Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 de dezembro de 1997. Seção 1, n. 247, p. 30841-30843.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta e Inconstitucionalidade 2.544-9 Rio Grande do Sul**. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, DF, 28 de junho de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=391370>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta e Inconstitucionalidade 3.525 Mato Grosso**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 30 de agosto de 2007a. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:supremo.tribunal.federal;plenario:acordao;adi:2007-08-30;3525-2305823>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Notícias STF**. Publicado em 30 de agosto de 2007b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=71011>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. do C. M. M. dos. Arqueologia de Contrato no Brasil, **Revista USP**, n. 44, p. 52-73, 2000.

FARIAS, T. **Licenciamento ambiental em um único nível competência**. Artigo escrito em 25 jun. 2016. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2016-jun-25/ambiente-juridico-licenciamento-ambiental-unico-nivel-competencia#\\_ftn-ref16](http://www.conjur.com.br/2016-jun-25/ambiente-juridico-licenciamento-ambiental-unico-nivel-competencia#_ftn-ref16)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Licenciamento Ambiental: aspectos teóricos e práticos**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto. 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria nº 07**, de 01 de dezembro de 1988. Publicada no DOU de 15 de dezembro de 1988. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_007\\_de\\_1\\_de\\_dezembro\\_de\\_1988.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 230**, de 17 de dezembro de 2002. Publicada no DOU nº 244, de 18 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov>>.

br/uploads/legislacao/Portaria\_n\_230\_de\_17\_de\_dezembro\_de\_2002.pdf>.  
Acesso em: 13 ago. 2016.

LEAL, C. F. B.; SOUZA E SILVA, L. de. A Preservação do Patrimônio Cultural no Contexto do Licenciamento Ambiental: Possibilidades Sociais e Produção de (Des)Conhecimento sobre Ambiente, Cultura e Patrimônio. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 21, p. 8-35, jan./jul. 2016.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MATO GROSSO. Lei nº 7.782, de 02 de dezembro de 2002. Declara integrantes do patrimônio científico-cultural do Estado os sítios paleontológicos e arqueológicos localizados em Municípios do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Diário Oficial**. Cuiabá: Governo do Estado do Mato Grosso, 02 de dezembro de 2002.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2006.

MIRANDA, M. P. de S. Análise dos Impactos ao Patrimônio Cultural no âmbito dos Estudos Ambientais. In: RODRIGUES, J. E. R.; MIRANDA, M. P. de S. **Estudos de Direito do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

\_\_\_\_\_. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONTALVÃO, A. C. M. R.; GONÇALVES, Y. F. A Gestão do Patrimônio Arqueológico no Âmbito do Licenciamento Ambiental. In: SEMINÁRIO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016, p. 11-34. Disponível em: <[http://www.mast.br/hotsite\\_anais\\_ivsppa/index.html](http://www.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/index.html)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

MORATO LEITE, J. R. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

RODRIGUES, J. E. R. Meio ambiente cultural: tombamento – ação civil pública e aspectos criminais. In: MILARÉ, E. (Coord.) **Ação Civil Pública: Lei 7.347/1985 – 15 anos**. 2. ed. São Paulo: RT, 2002.

\_\_\_\_\_. Meio ambiente cultural: tombamento – ação civil pública e aspectos criminais. In: MILARÉ, E. (Coord.). **Ação Civil Pública: Lei 7.347/1985 – 15 anos**. 2. ed. São Paulo: RT, 2002.

SENRA, N. L. A. Os crimes contra o meio ambiente em áreas militares ambientais. In: SILVA, J. A. da. **Ordenação constitucional da cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, J. A. da. **Ordenação constitucional da cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SOARES, I. V. P. S. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

\_\_\_\_\_. **Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil: Fundamentos para Efetividade da Tutela em Face de Obras e Atividades Impactantes**. Erechim: Habilis, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Ata nº 43/2007**. Plenário, Data da Sessão: 17/10/2007 – Ordinária, Auditor Augusto Sherman Cavalcanti, Acórdão nº 2.164/2007, Processo TC 022.813/2006-8, Decisão publicada no DOU nº 202, de 19.10.2007.

# ÍNDICE ONOMÁSTICO

## A

- Ab'Sáber, Aziz Nacib 142  
Acosta Alcaraz, Feliciano 58, 71  
Aguirre, Lope de 126, 128  
Alberti, Verena 58, 68  
Almeida, Guilherme de 168  
Almeida, Marco Antonio Delfino 38, 68  
Alves da Silva, Cleube 41, 68,  
Amaral, Tarsila do 77, 168,  
Andrade, Mário de 168  
Andrade, Mariza Guerra de 159, 164  
Andrade, Oswald de 77, 91, 93  
Antunes, Paulo de Bessa 238  
Arantes, António Augusto 124, 143  
Arendt, Hannah 28, 31, 69,  
Aroso, O. C. L. [sic] 126, 127, 143

## B

- Bahn, Paul 54, 74  
Bandarin, Francesco 156, 164  
Bandeira, Manuel [Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho] 168  
Barreto, Cristiana 215  
Barth, Fredrik 44, 48, 68  
Bastos, Rossano Lopes 170, 187  
Becker, Ítala Irene Basile 48  
Becker, Simone 38, 68  
Bello, José Luiz de Paiva 108, 121

- Benites, Tonico 39, 49, 68  
Benjamin, Walter 79, 93  
Berkes, [Dr.] Fikret 152, 153, 164  
Bernardes, Arthur 160  
Bespalez, Eduardo 33, 44, 68  
Bezerra, Marcia 15, 26, 28, 29, 30, 31, 71, 212, 223  
Bhabha, Homi K. [sic] 77, 78, 93,  
Boas, Sergio Vilas 211, 223  
Boccardi, Giovanni 155, 164  
Bomeny, Helena 168, 187  
Borges, Jóina Freitas 10, 25, 29, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 93  
Borges, Luís Felipe 135, 138  
Brand, Antonio Jacó 49, 56, 69  
Brasil 10, 12, 15, 16, 17, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 33, 35, 37, 42, 44, 48, 62, 65, 69,  
70, 71, 72, 73, 83, 84, 93, 94, 97, 101, 103, 121, 122, 125, 126, 133, 134, 142,  
143, 144, 149, 152, 159, 160, 164, 165, 168, 169, 172, 176, 179, 183, 187, 188,  
189, 192, 196, 198, 206, 209, 212, 213, 214, 217, 218, 223, 224, 232, 233, 235,  
236, 239, 244, 245, 246, 249, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 261, 263  
Brittain, Marcus 212, 224  
Britto, Carlos Ayres 233  
Brochado, José Joaquim Justiniano Proenza 42, 43, 44, 47, 69, 72  
Bucu, Cristiane 107  
Burke, Cheril 131, 143  
Burkhard, Daniela 198, 207

## C

- Caballos, Antonio 47, 72  
Caldarelli, Solange Bezerra 241, 261  
Calippo, Flávio 26, 30, 208  
Campos, Juliano Bitencourt 5, 17, 20, 26, 29, 30, 167, 188  
Capra, Fritjof 148, 164

Carle, Claudio 197  
Carrato, José 159, 164  
Carreira, Elaine Amorim 53, 69  
Carson, Rachel 148, 164  
Carvalho, Isabel C. M. [sic] 147, 148, 149, 164  
Casco, Ana Carmen Amorim Jara 97, 121  
Castells, Manuel 209, 210, 224  
Castro, Eduardo Viveiros de 43, 46, 47, 49, 73, 75, 132, 145  
Catafesto, José Otávio 193, 194  
Cavalcante, Tiago Leandro Vieira 49, 50, 69  
Cerqueira, Fábio Vergara 178, 188  
Certeau, Michel de 79, 94  
Chamorro, Graciele 61, 69  
Chartier, Roger 168, 169, 188  
Clack, Timothy 212, 224  
Corrêa, Ângelo Alves 48, 69  
Corrêa, Conceição G. [sic] 126, 127, 143  
Correia Lima, Olavo 126, 127, 143  
Cruz, A. da. C. M. [sic] 159, 160, 164  
Cureau, Sandra 255

## D

D'Amato, José Luis 148, 165  
D'Antona, Alvaro de Oliveira 101, 102, 104, 121  
D'Evreux, Yves 84, 94, 128,  
D'Abbeville, Claude 128,  
Daniel, João 128, 129, 143  
De La Torre, Marta 163, 164  
Descola, Philippe 153, 164  
Di Cavalcanti [Emiliano Augusto Cavalcanti de Paula Albuquerque e Melo] 168



Dias, Camila Delmondes 211, 224  
Dias, Giovani Martins 101, 103, 105, 121  
Dias, Maria Odila Leite da Silva 176, 188  
Dias, Tofolli 251, 260  
Diegues, Antonio Carlos Santana 101, 103, 121  
Docas, Manoel 90  
Dom João VI [rei] 159, 160  
Domínguez, Luis G. [sic] 131, 143  
Duarte, André de Macedo 28, 31, 69  
Dutra, Carlos Alberto dos Santos 63, 69  
Duvellé, Cécile 155, 164

## E

Eliade, Mircea 132, 143  
Eremites de Oliveira, Jorge 10, 25, 29, 32, 38, 41, 44, 49, 50, 51, 61, 68, 69, 71  
Ericson, Jonathan E. [sic] 131, 143  
Esselin, Paulo Marcos 49, 71  
Evans, Clifford 39

## F

Farias, Talden 238, 242, 243, 251, 261  
Fernandes, José Ricardo Oriá 124, 143  
Ferreira, Altinor Barbosa 55  
Ferreira, Francisco Bernardes 62, 65, 66, 71  
Ferreira, Lúcio Menezes 7, 18  
Filó, Maurício da Cunha Savino 171, 188  
Folke, Carl 152, 164  
Fonseca, Maria Cecília Londres 109, 121  
Fontes, Marília de Sousa 135, 138  
Foucault, Michel 28, 31, 69, 80, 94

Franco, José Raimundo Campelo 126, 143

Frankenstein 46

Frascaroli, Fabrizio 154, 165

Frederico, Isabela Barbosa 12, 26, 29, 146, 161, 162, 165

Freire, Paulo 23, 28, 97, 121

Funari, Pedro Paulo Abreu [Funari, Pedro Paulo] 4, 6, 13, 17, 20, 28, 29, 31, 42, 43, 71, 97, 101, 121, 124, 125, 131, 143, 147, 166, 261

## G

Gnecco, Cristóbal 124, 143

Gonçalves, Yacy-Ara Froner 247, 262

Gouveia Neto, João Costa 12, 25, 29, 123, 124, 125, 144

Graça Aranha [José Pereira da Graça Aranha] 168

Grunberg, Evelina 97, 121, 171, 188

Grünberg, Friedl 46, 61, 72

268 Grünberg, Georg 46, 61, 72

Guidon, Niède 106

## H

Hall, Stuart 77, 94, 95

Heckenberger, Michael 127, 144

Heinsfeld, Adelar 174, 188

Hilaire, Saint 160

Holanda, Sérgio Buarque de 80, 94

Holtorf, Cornelius 156, 165

Horta, Maria de Lourdes Parreiras 97, 111, 121, 171, 188

## I

Ianni, Octávio 124, 144

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 5, 10, 60, 106, 122, 187,

188, 206, 217, 223, 227, 254, 259, 261

Irmão Lourenço 158, 159, 160, 161

## J

Jacobi, Pedro Roberto 150, 151, 165

Janot, Rodrigo 251

Jenkins 220

Jones, Sian 44, 71

## K

Karsburg, Alexandre 177, 189

Kern, Arno Alvarez 192, 197, 206

Kirchhoff, Paul 131, 144

Krivoshein de Canese, Natalia 58, 71

269

## L

La Salvia, Fernando 43, 72, 206

Landa, Beatriz dos Santos 46, 72

Laraia, Roque de Barros 104, 122

Leal, Claudia Feierabend Baeta 262

Leff, Enrique 149, 150, 155, 165

Leis, Héctor R. [sic] 148, 149, 150, 165

Leite Filho, Deusdedit Carneiro 126, 127, 144

Lima da Costa, Marcondes [Prof. Dr.] 130

Lima Júnior, Antônio Augusto de 159, 165

Lima, Tania Andrade 254

Little, Barbara J. [sic] 27, 28, 31, 72

Lopes, Raimundo 126, 127, 128, 130, 144

Lopes, Daniel F. [sic] 126, 127, 143

## M

- Machado, Ana Lúcia 126, 127, 143  
Machado, Gerson 31, 71, 74, 126, 127  
Machado, Juliana 215  
Machado, Paulo Pinheiro 173, 178, 186, 189, 190  
Machado, Paulo Affonso Leme 258, 262  
Machado, Renato de Freitas Souza 249  
Malfatti, Anita 168  
Marques, José Geraldo [sic] 153, 165  
Martin, Gabriela 126, 144  
Martins, Angela Maria 134, 144  
Matias, Carlos dos Passos Paulo 13, 26, 30, 182, 167  
Maurício, Vinhas de Queiroz 173, 174, 186, 190  
Meggers, Betty Jane 39  
Melià, Bartolomeu 46, 47, 48, 61, 72  
Mello, Celso Antônio Bandeira de 237, 262  
Mendes, Gilmar  
Menotti Del Picchia  
Merriman, Nick  
Mignolo, Walter D.  
Milheira, Rafael Guedes  
Miranda, Marcos Paulo Souza  
Montalvão, Ana Carolina Motta Rocha  
Monteiro, Adriane Queiroz 97, 121, 171, 188  
Monteiro, Duglas Teixeira 174, 186, 189  
Montoya, Antonio Ruiz de  
Moraes, Tobias Vilhena  
Moran, Emilio Frederico  
Morato Leite, José Rubens 239, 262  
Moreira da Silva, Lázaro 49, 63, 64, 72

Muir, John 151  
Mura, Fabio 47, 68, 70, 72  
Muraro, Valmir Francisco 61, 72

## N

Nassar, Paulo 217, 224  
Navarro, Alexandre Guida 12, 25, 29, 123, 126, 144  
Neves, Eduardo 215  
Neves, Eduardo Góes 42, 71, 127, 145  
Neves, Walter Alves 43, 73  
Nimuendaju, Curt 47, 73, 75  
Noelli, Francisco Silva 43, 47, 48, 71, 73  
Nogueira, Carmen Regina Dorneles 198, 207  
Nora, Pierre 80, 94  
Nowaztki, Carlos Henrique 192

271

## P

Pacheco de Oliveira, João 44, 68, 70, 73, 74  
Padgomy, Irina 42, 71  
Palú, Lauro 162, 165  
Peixoto, Leandro Rabelo 160  
Pelegriani, Sandra de Cássia Araujo 124, 125, 143, 171, 189  
Pena, Afonso 160  
Pereira da Silva, Luciano 33, 73  
Pereira, Levi Marques 38, 44, 46, 47, 49, 71, 73  
Pessis, Anne-Marie 100, 106, 122  
Phillips, Philip 40, 75  
Pimbert, Michel 151, 152, 166  
Pinchot, Gifford 151  
Pinheiro Machado, Paulo 173, 186, 190

Pinsky, Jaime 101, 121

Plastino, Marina Ramos 158, 166

Porro, Antonio 126, 128, 145

Posey, Darrell A. [sic] 153, 166

Pretty, Jules 151, 152, 166

Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA 39, 40, 44

Prous, André 126, 145

## R

Read, Dwight W. [sic] 131, 143

Renfrew, Colin 54, 74

Ribeiro, Wagner Costa 150, 166

Rodrigues, José Eduardo Ramos 230, 262

Rodrigues, Marian Helen da Silva Gomes 4, 5, 17, 20, 25, 29, 96, 107, 118, 119, 122

272 Rodrigues, Nelson 49

Rodrigues, Rogério Rosa 189

Rodríguez Ramos, Reinaldo 131, 145

Roosevelt, Anna Curtenius 127, 145

Rosa, Albino Pereira da 62

Rosa, Ataliba Pereira da 62, 65, 66, 71

## S

Salvadori, Maria Ângela Borges 171, 189

Santos, Ana Flávia Moreira 44, 74

Santos, Boaventura de Souza 79, 94

Santos, J. A. M. [sic] 66, 74

Santos, José Getúlio dos 11, 25, 29, 76

Santos, Maria Cristina dos 46, 74

Santos, Maria do Carmo Monteiro dos 66, 74, 241, 261

Santos, Sebastião Ovildo dos 11, 25, 29, 76  
 Saul, Marcos Vinícios de Almeida 61, 72  
 Schaden, Egon 56, 74  
 Schiavetto, Solange Nunes de Oliveira 43, 74  
 Silva, José Afonso da 234, 262, 263  
 Silva, Tailine Rodrigues Valério da 91, 95  
 Simões, Mário F. [sic] 127, 145  
 Soares, André Luiz Ramos 43, 46, 48, 74  
 Soares, Inês Virginia Prado 15, 26, 30, 226, 258, 263  
 Sociedade Brasileira de Arqueologia 30,  
 Souza e Silva, Luciano 262  
 Souza, Flavia Cristina A. de [sic] 31, 71, 74  
 Souza, Olivia Carla Neves de 38, 68  
 Souza, Zani Tobias de 244  
 Spix, Johann Baptist von 160  
 Stefanos Pacheco, Roseli Aparecida 49, 60, 61, 64, 74  
 Steinbach, Judith 31, 71, 74  
 Stuchi, Francisco Forte 33, 44, 74

## T

Tamanini, Elizabete 28, 31, 74  
 Tarsila do Amaral  
 Tea, Gloria 14, 26, 30, 208, 213  
 Tega-Calippo, Glória Maria Vagioni 211, 212, 225  
 Teixeira, Adriana 170, 187  
 Tenório, Maria Cristina 43, 74  
 Terra, Carolina Frazon 209, 210, 211, 220, 222, 225  
 Thaddeu, Vera 193, 194, 196  
 Thompson, Edward Palmer 174, 175, 186, 190  
 Thoreau, Henry David 151

Tochetto, Fernanda 197  
Tofolli, Dias 251, 260  
Toledo, Víctor M. [sic] 153, 166  
Tolstoj, Leon 79  
Tremembé, Estevão Henrique 79, 86  
Tremembé, Getúlio 76, 82, 88  
Tremembé, Raimundão 78  
Trigger, Bruce 41, 74

## U

Urban, Greg 43, 73  
Ursúa, Pedro de 126, 128

## V

Valentini, Delmir José 13, 26, 30, 167, 180, 189, 190  
Venância, Maria 11, 88  
Venâncio, Cacique João 77  
Vespúcio, Américo 126  
Viçoso, Antônio Ferreira 160  
Vilela, Ludiane das Chagas [sic] 90, 95  
Viveiros de Castro, Eduardo Batalha 43, 46, 47, 49, 73, 75, 132, 145  
Von Martius, Karl Friedrich Philipp 160

## W

Wagner, Gustavo Peretti 43, 72  
Wanderley, Elaine Cristina Guedes 33, 44, 75  
Wehling, Arno 172, 190  
Willey, Gordon Randolph 40, 75  
Wolf, Cristina Scheibe 176, 190  
Woodward, Kathryn 77, 95



## **Z**

Zamboni, Lilian Márcia Simões 211, 225

Zanirato, Silvia Helena 150, 166

Zico, José Tobias 158, 160, 161, 162, 166

